

**WILLIENE FÁTIMA NASCIMENTO GURGEL**

**ACERVOS EM AGONIA: CONSERVAÇÃO PREVENTIVA E A PRESERVAÇÃO  
DA MEMÓRIA EM ACERVOS PAROQUIAIS MINEIROS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Angelo Adriano Faria de Assis

**VIÇOSA – MINAS GERAIS  
2024**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da  
Universidade Federal de Viçosa - Campus**

T

G979a  
2024

Gurgel, Williene Fátima Nascimento, 1976-  
Acervos em agonia: conservação preventiva e a preservação da  
memória em acervos paroquiais mineiros / Williene Fátima Nascimento  
Gurgel. - Viçosa, MG, 2024.  
1 dissertação eletrônica (207 f.): il. (algumas color.).  
Inclui anexos.  
Orientador: Angelo Adriano Faria de Assis  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,  
Departamento de História, 2024.  
Referências bibliográficas: .  
DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2024.219>  
Modo de acesso: World Wide Web.

1. Igreja Católica - História - Minas Gerais; 2. Memória coletiva -  
Minas Gerais; 3. Arquivos eclesiásticos - Biodegração - Minas Gerais;  
4. Arquivos eclesiásticos - Conservação e restauração - Minas Gerais; I.  
Assis, Angelo Adriano Faria de II. Universidade Federal de Viçosa..  
Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em Patrimônio  
Cultural, Paisagens e Cidadania III. Título

CDD 22. ed. 282.098151

Bibliotecário(a) responsável: ALICE REGINA PINTO PIRES CRB-6/2523


**WILLIENE FÁTIMA NASCIMENTO GURGEL**

**ACERVOS EM AGONIA: CONSERVAÇÃO PREVENTIVA E A PRESERVAÇÃO  
DA MEMÓRIA EM ACERVOS PAROQUIAIS MINEIROS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.


APROVADA: 27 de fevereiro de 2024.

Assentimento:

Documento assinado digitalmente  
 **WILLIENE FATIMA NASCIMENTO GURGEL**  
Data: 15/07/2024 10:37:10-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Williene Fátima Nascimento Gurgel  
Autora

Documento assinado digitalmente  
 **ANGELO ADRIANO FARIA DE ASSIS**  
Data: 15/07/2024 10:48:12-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Angelo Adriano Faria de Assis  
Orientador

## AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Professor Angelo Assis, por enxergar o meu potencial, pelo apoio na escrita dos artigos e pelo estímulo durante todo o percurso do mestrado.

Aos Professores de Portugal, à Professora Carla Vieira (Centro de Humanidades – CHAM/FCSH/NOVA-UAc, Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste da Universidade de Lisboa); e ao Professor Jaime Ricardo Gouveia (Universidade de Coimbra, Universidade Federal do Amazonas), pelo aceite na participação da banca e pelas ponderações.

À Professora Vanessa Lana, da Universidade Federal de Viçosa (UFV), pelo aceite na participação da banca, pelo carinho e pelas considerações.

Ao Professor André Luiz Lopes de Faria, da UFV, pelo aceite na participação da banca e pelas sugestões.

Ao Padre Darlan Aparecido e à funcionária do Arquivo Histórico de Diamantina Francielle, pelo apoio na realização da pesquisa.

À Fundação de Arte de Ouro Preto, pelo apoio na realização da pesquisa e, em especial, à diretora Gabriela Rangel e à coordenadora Ana Paula Mendes, pela ajuda e atenção.

Ao meu colega Fábio Durso, pelo incentivo e apoio na realização do mestrado.

À minha querida amiga Luciana Aparecida de Oliveira, pela generosidade, pelo apoio nos momentos difíceis e pelo incentivo – A minha eterna gratidão.

À minha família: o meu companheiro Hely Simões, pelo incentivo de sempre; e os meus filhos Lucas e Matheus, pela paciência e compreensão e pelas tantas vezes que me ausentei.

Aos meus pais Afonso e Leninha, pela ajuda e por acreditarem nos meus projetos; e às minhas irmãs Sol e Wiara, por estarem sempre torcendo por mim.

Aos professores e profissionais que não quiseram contribuir com esta pesquisa, pois encontrei nas negativas força para seguir em frente.

Por fim, a Deus, pela vida e saúde.

Este trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) (Código de Financiamento 001).

## RESUMO

GURGEL, Williene Fátima Nascimento, Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2024. **Acervos em agonia: conservação preventiva e a preservação da memória em acervos paroquiais mineiros.** Orientador: Angelo Adriano Faria de Assis.

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o estado de conservação dos documentos e a identificação dos problemas que afetam a conservação dos acervos eclesiásticos, visando à elaboração de recomendações referentes aos cuidados básicos com os livros e documentos manuscritos, a fim de contribuir para a preservação dos acervos paroquiais. Essa preocupação se dá pelos 18 anos de experiência da autora na área de conservação e restauro de obras eclesiásticas em papel. Os acervos paroquiais das Minas Gerais surgiram com o povoamento dos arraiais, a partir do final do século XVII e início do XVIII, estando atualmente parte dessa documentação reunida no Arquivo Eclesiástico Dom Oscar de Oliveira. Contudo, o acervo é ainda maior, uma vez que muitas igrejas mineiras possuem livros e documentos que cabem a elas a responsabilidade de preservá-los. No entanto, observam-se muitos problemas na preservação desses acervos documentais. Dessa forma, o objetivo geral deste trabalho foi identificar os motivos pelos quais os acervos documentais das igrejas estão se degradando e desenvolver um debate crítico sobre a importância da adoção das ações indiretas sobre o bem da área da conservação preventiva para a conservação desses documentos. Como um dos resultados desta pesquisa, elaborou um *e-book* com recomendações e orientações preventivas para os acervos paroquiais. O desenvolvimento desta dissertação teve como metodologia dois estudos de caso. O primeiro foi a análise dos relatórios de restauração de papel do Arquivo da Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP), em Minas Gerais; e o segundo estudo de caso foi uma visita técnica ao Arquivo Histórico Eclesiástico de Diamantina-MG. Em ambos os arquivos foram observados os principais danos que vêm comprometendo a integridade física dos documentos. Após a identificação desses danos serão elaboradas recomendações dentro da área da conservação preventiva, indicando os cuidados básicos necessários com os livros e documentos eclesiásticos, para evitar que cheguem ao ruim estado de conservação. Entre as principais recomendações se encontra a necessidade de implantar uma política de preservação, destacando-se as atividades de inspeções rotineiras e as manutenções preventivas pelos gestores desses acervos, além da necessidade de treinamento dos funcionários sobre os cuidados básicos com o uso e manuseio dos documentos e também de orientações aos consulentes a respeito desses mesmos cuidados.

**Palavras-chave:** Livros e documentos eclesiásticos, Memória, degradação e deterioração, Ações de conservação preventiva.

## ABSTRACT

GURGEL, Williene Fátima Nascimento, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, February, 2024. **Collections in agony: preventive conservation and preservation of memory in parish collections in Minas Gerais.** Advisor: Angelo Adriano Faria de Assis.

The aim of this research is to analyze the state of conservation of documents and identify the problems that affect the conservation of ecclesiastical collections, with a view to drawing up recommendations for basic care of books and manuscript documents, in order to contribute to the preservation of parochial collections. This concern is due to the author's 18 years of experience in the field of conservation and restoration of ecclesiastical works on paper. The parochial collections of Minas Gerais emerged with the settlement of the arraiais, from the late 17th and early 18th centuries onwards, and part of this documentation is currently gathered in the Dom Oscar de Oliveira Ecclesiastical Archive. However, the collection is even larger, since many churches in Minas Gerais have books and documents and it is their responsibility to preserve them. However, there are many problems in preserving these documentary collections. The general aim of this work is therefore to identify the reasons why the documentary collections of churches are deteriorating and to develop a critical debate on the importance of adopting indirect actions in the area of preventive conservation to preserve documents. One of the results of this research is the development of an e-book with recommendations and preventive guidelines for parochial collections. The methodology used in this research was two case studies. The first was an analysis of the paper restoration reports from the Ouro Preto Art Foundation Archive (FAOP) in Minas Gerais. The second case study was a technical visit to the Ecclesiastical Historical Archive in Diamantina/MG. In both archives, the main damages that have been compromising the physical integrity of the documents were observed. After identifying the damage, recommendations will be drawn up in the area of preventive conservation, indicating the basic care needed with ecclesiastical books and documents to prevent them from reaching a poor state of preservation. Among the main recommendations is the need to implement a preservation politics, with emphasis on routine inspections and preventive maintenance by the managers of these collections, as well as guidelines on the need to train employees in basic care with the use and handling of documents and guidance for consultants.

**Keywords:** Ecclesiastical books and documents, Memory, degradation and deterioration, Preventive conservation action.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Organização do campo patrimonial.....	25
Figura 2 –	A- Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, Senador Firmino,1844; e B- Detalhe da primeira folha .....	34
Figura 3 –	A- Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar das Congonhas, Minas Gerais, 1725. B- Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Pilar, Matriz de Vila Rica, Minas Gerais, 1734.....	35
Figura 4 –	A- Desenho na folha de rosto. B- Desenho na folha de fechamento do capítulo do Livro de Registro de Entrada de Irmãos à Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, 1789.....	36
Figura 5 –	Detalhe dos selos no Livro de Receitas da Irmandade da Boa Morte, 1789..	37
Figura 6 –	A- Recibo de pagamento do altar-mor. B- Detalhe do recibo de pagamento do relógio da torre .....	37
Figura 7 –	Livro de Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco de Diamantina, 1856, Arquivo Histórico Arquidiocesano de Diamantina .....	38
Figura 8 –	Ilustração no livro de Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco de Diamantina, com assinatura de Estanislau Antônio de Miranda, 1856.....	38
Figura 9 –	Missal italiano, século XVII.....	41
Figura 10 –	Missal Romano impresso pela tipografia Plantiniana de 1711 .....	41
Figura 11 –	A- Gravura “Santa Ceia” presente no Missal utilizada por artistas na ornamentação da capela-mor da Igreja de São Francisco de Assis, em Ouro Preto-MG. B- Pintura “Santa Ceia”, do artista Manoel da Costa Ataíde, na capela-mor da Igreja de São Francisco, em Ouro Preto .....	43
Figura 12 –	Casa Bernardo Guimarães – Escola de Arte Rodrigo Melo Franco de Andrade, da Fundação de Arte de Ouro Preto.....	44
Figura 13 –	Organograma da metodologia de pesquisa.....	45
Figura 14 –	Sede da Cúria Arquidiocesana de Diamantina onde fica localizado o Arquivo Eclesiástico .....	46
Figura 15 –	Organograma da metodologia de pesquisa.....	47
Figura 16 –	Arquivo Histórico Arquidiocesano de Diamantina .....	48

Figura 17 – Encadernação plena com a cobertura em couro liso do Livro de Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Catas Altas da Noruega, 1846/1894 .....	55
Figura 18 – Encadernação plena flexível com a cobertura em pergaminho liso, do Primeiro Livro dos Testamentos e Inventários dos Irmãos Terceiros da Penitência, 1752 .....	57
Figura 19 – Encadernação plena com a cobertura em couro, com tiras de couro para fechamento, 1744, Paróquia de Nossa Senhora da Assunção .....	58
Figura 20 – Missal Romano Italiano, provavelmente de 1689, da Paróquia de São Caetano .....	60
Figura 21 – Livro de Escrituração da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, 1809	61
Figura 22 – Detalhe da costura sobre nervos, utilizando-se tiras de couro fixadas na pasta pela técnica de empaste à francesa, Livro de Receitas e Despesas da Irmandade da Ordem Terceira das Mercês e Perdões – 1759 a 1815 .....	61
Figura 23 – Detalhe da gofragem e douramento na cobertura de couro do Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, Senador Firmino, 1844 .....	63
Figura 24 – Missal Romano, Igreja de São Bartolomeu, 1759 .....	64
Figura 25 – Missal Romano, 1889, da Igreja Nossa Senhora da Conceição, em Senador Firmino-MG .....	65
Figura 26 – Meia-encadernação com papel marmorizado e pelica do Livro Quarto de Contas Correntes dos Irmãos da Boa Morte, 1863 .....	66
Figura 27 – Livro de Termo de Entrada de Irmãos na Irmandade e Receitas e Despesas da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, 1798/1827 .....	67
Figura 28 – Missal Romano, 1711 .....	68
Figura 29 – A- Livro da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, 1845, em papel de trapo. B- Parte mais íntegra do miolo do livro, que não sofreu processos de degradação, o papel aproxima-se de tons azulados .....	71
Figura 30 – Fólio em papel de pasta mista do Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, 1844 .....	72
Figura 31 – Livros de registros e documentos avulsos do século XX presentes no arquivo histórico de Diamantina com papéis de pasta de madeira .....	73
Figura 32 – A- Esquema de formação das linhas d’água “pontusais”. B- Linhas de cor clara na vertical “pontusais”, linhas “vergaturas” na horizontal e a contramarca “Al Masso”, do Livro Primeiro das Quitações dos Expostos, 1820/1841 .....	75

Figura 33 – Marca d’água centralizada no fólho do “Livro PEREGRINAÇAM CHRISTÃ”, 1744 .....	76
Figura 34 – Logomarca da Oficina Plantiniana de 1751 .....	78
Figura 35 – Marcas d’água na parte inferior das folhas do Livro da Irmandade de Santo Antônio da Igreja Matriz de São Bartolomeu, 1718 .....	79
Figura 36 – Marca d’água com a representação de um animal do Livro de Atas de Eleições Paroquiais de Santo Antônio de Itatiaia, 1824/1843.....	80
Figura 37 – Marca d’água “Costa” e o símbolo do fabricante e a contramarca “Notaro” do Livro de N° 1 da Igreja de Nossa Senhora da Assunção de Barbacena, 1754.....	81
Figura 38 – Marca d’água com o símbolo e nome do fabricante “GIOR MAGNANI” e fólho com a contramarca “Al Masso”, do Livro Primeiro das Quitações dos Expostos, 1820/1841 .....	81
Figura 39 – Marca d’água em um fólho do fabricante “GIOR MAGNANI”; acima, o Brasão “Pássaro Coroado” e, ao lado, a contramarca do fabricante “Al Masso”. Neste fólho, observam-se 15 pontusais. Livro de Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento de São Gonçalo de Catas Altas da Noruega .....	84
Figura 40 – Marcas d’água do Livro de Tombos, 1806 a1812.....	84
Figura 41 – Marcas d’água do fabricante “ENRICO MAGNANI” do Livro de Contas Correntes da Paróquia de Nossa Senhora da Assunção, Barbacena, 1795.....	85
Figura 42 – Marca d’água e contramarca “JL GRAN MASSO” do Livro de Atas de Eleições Paroquiais de Santo Antônio de Itatiaia, 1824/1843.....	85
Figura 43 – Marca d’água com ilustração central de uma “Bota” do Livro de Receitas e Despesas da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Barbacena, 1796 .....	86
Figura 44 – Marca d’água ou contramarca do Livro de Acórdãos da Câmara de Vila Rica, 1802/1809 .....	86
Figura 45 – Detalhe da marca d’água do Livro 4º de Contas Correntes Irmãos da Boa Morte, 1863 .....	87
Figura 46 – Falta de manutenção da cobertura da edificação.....	99
Figura 47 – Falta de inspeções periódicas na área de guarda, no mobiliário e na higienização dos livros .....	100
Figura 48 – Degradação.....	101

Figura 49 – Deterioração .....	102
Figura 50 – A- Detalhe de um manuscrito antes do restauro com perdas de suporte e informação. B- Detalhe do manuscrito pós-restauro com a reintegração das áreas de perda do suporte .....	111
Figura 51 – Documento pós-restauro.....	112
Figura 52 – Estágios do processo de degradação da tinta metaloácida .....	123
Figura 53 – Exemplo da migração da tinta para o verso do documento, porém sem danos mecânicos, no segundo estágio .....	124
Figura 54 – Exemplo do processo de degradação da tinta, apresentando forte migração para o verso e comprometimento da sua legibilidade no terceiro estágio.....	125
Figura 55 – Documento apresentando rupturas, buracos, perda de suporte e informação no quarto estágio .....	125
Figura 56 – Pontos brilhantes sobre a tinta do documento referentes ao processo de oxidação da tinta, em que é observada a presença de sais na superfície do papel referentes ao processo de degradação da tinta.....	126
Figura 57 – Resquícios de sais acumulados no fecho dos fólhos .....	126
Figura 58 – Procedimento de análise do estado de conservação .....	128
Figura 59 – Livro de Receitas da Irmandade da Boa Morte, em ruim estado de conservação .....	132
Figura 60 – Missal Romano em regular estado de conservação.....	133
Figura 61 – Missal italiano (provavelmente de 1689) em péssimo estado de conservação	133
Figura 62 – Livro da Irmandade de Santo Antônio em regular estado de conservação ....	134
Figura 63 – A- Conjuntos documentais em ruim estado de conservação. B- Fragmentos documentais em péssimo estado de conservação .....	134
Figura 64 – A- Livros dos séculos XVIII e XIX organizados nas estantes. B- Livro com infestação aguardando procedimentos interventivos.....	135
Figura 65 – Livros de registro e documentos avulsos do século XX .....	136
Figura 66 – Fólhos rendilhados, comprometimento da leitura e manuseio devido à ação dos insetos xilófagos .....	137
Figura 67 – Livro sem a capa original, com danos causados nos fólhos pela ação de insetos xilófagos e ilegibilidade causada pela degradação da tinta.....	138

Figura 68 – A- Manuscrito com amarelecimento do papel. B- Papel fragilizado apresentando rupturas .....	141
Figura 69 – Manuscritos apresentando esmaecimento da tinta .....	142
Figura 70 – Detalhes de manuscritos com a tinta ferrogálica em processo de corrosão, apresentando a quebra do papel.....	142
Figura 71 – Detalhes do manuscrito com a tinta ferrogálica em avançado estado de deterioração, com a migração da tinta para o verso da folha e o aparecimento de buracos .....	143
Figura 72 – A- Pergaminho ressecado e manchas. B- Couro ressecado e manchas. C- Couro rachado .....	144
Figura 73 – Capa de tecido apresentando deterioração física, danos pela ação de insetos e ataque microbiológico .....	146
Figura 74 – A- Fólio com micro-organismos. B- Colônia de fungos. C- Bactérias. D- Manchas de coloração roxa.....	147
Figura 75 – Livro apresentando alterações em sua estrutura física, com danos ocasionados pelo contato com água, e bordas do papel em decomposição ...	148
Figura 76 – Fólio apresentando fragilidade, manchas e proliferação de micro-organismos	149
Figura 77 – A- Livro com danos provocados pelo acondicionamento inadequado. B- Detalhe do acondicionamento em saco plástico. C- Danos pela aderência do plástico à cobertura de couro.....	150
Figura 78 – Livro com dano estrutural, perda parcial da capa e folhas em biodeterioração	151
Figura 79 – Dano de deformações no plano do papel.....	151
Figura 80 – Cobertura de couro com perfurações pela ação de insetos xilófagos.....	152
Figura 81 – A- Interior do livro com danos próximos do dorso. B- Resíduos fecais deixados pelas brocas .....	153
Figura 82 – Livro com danos causados pela ação dos insetos xilófagos, apresentando danos maiores no plano de trás que se encontrava sobre a base de madeira..	153
Figura 83 – Ação devastadora dos insetos xilófagos, com danos que comprometeram o manuseio.....	154
Figura 84 – Detalhe das folhas aderidas devido à ação dos insetos, inviabilizando o manuseio.....	154
Figura 85 – Detalhe de um Missal com as fólhos fragmentados pela ação dos insetos .....	155

Figura 86 – A- Livro com danos nas bordas por roedores. B- Danos e marca dos dentes dos roedores. C- Danos na lombada da cobertura e nos cadernos, nos quais se observam as extremidades do festo dos fólhos roídas .....	156
Figura 87 – A- Casulo de traça-das-roupas dentro do miolo. B- Traça-de-livro dentro do miolo.....	157
Figura 88 – Insetos encontrados dentro de um único livro, como aranhas, baratas, traças e dejetos de insetos .....	157
Figura 89 – A- Danos na coifa e fragmento do cabeceado solto. B- Danos no corte do livro .....	158
Figura 90 – Livro com a costura rompida com resquício das tiras de couro usadas como nervos .....	159
Figura 91 – A- Linha utilizada na costura frouxa e parcialmente solta. B- Corpo do livro dividido. C- Festo rasgado.....	159
Figura 92 – A- Livro com a costura rompida. B- Livro dividido em partes, com cadernos e folhas soltos .....	160
Figura 931 – Livro com a cobertura de tecido apresentando sujidades, desgastes e manchas de líquidos .....	160
Figura 94 – Detalhe de coberturas apresentando manchas de tinta nas cores preta e azul	161
Figura 95 – Livro em meia-encadernação com o revestimento da cobertura em papel marmorizado e couro com desgastes superficiais dos materiais de revestimento, danos por abrasão e arranhões .....	162
Figura 96 – A- Fólhos com gotas de parafina. B- Manchas irreversíveis no papel deixadas pela parafina .....	162
Figura 97 – Fólhos apresentando manchas de gordura e sujidades pelo manuseio.....	163
Figura 98 – Manchas de gordura nas bordas dos fólhos pelo manuseio e uso da saliva ....	164
Figura 99 – A- Leve mancha provocada no papel pelo contato com água ou umidade. B- Mancha escura e irreversível como consequência da degradação .....	165
Figura 100 – Detalhe de um fólho com mancha d`água apresentando linha marrom e mancha de acidente com tinta azul.....	166
Figura 101 – Migração do adesivo do dorso do livro ocasionado pelo contato com umidade .....	166
Figura 102 – A- Fragmento avulso entre as folhas do livro. B- Fragmentos de papel ácido encontrados dentro de um único livro .....	167

Figura 103 – Pétalas de rosa dentro do livro .....	168
Figura 104 – A- Livros com folha rasgada ao meio. B- Folhas arrancadas .....	168
Figura 105 – Detalhe de folhas amassadas, com vincos e dobras .....	169
Figura 106 – Dano nas bordas inferiores das folhas apresentando orelhas onde se passam as folhas.....	169
Figura 107 – A- Fólio com rasgos nas bordas. B- Fólio com partes separadas, com risco de dissociação.....	170
Figura 108 – A- Reparos dos rasgos com fita durex. B- Etiquetas fixadas com fita durex. 170	
Figura 109 – Manchas irreversíveis da migração do adesivo presente nas fitas .....	171
Figura 110 – A- Fólios com reparos nos rasgos das bordas inferiores com esparadrapo. Figura B- Resíduo da migração do adesivo do esparadrapo .....	171
Figura 111 – Reparo realizado no dorso do livro com papel-jornal .....	172
Figura 112 – Livros com etiquetas coladas na cobertura da capa .....	172
Figura 113 – Livros com etiquetas adesivas degradadas na cobertura.....	173
Figura 114 – Etiquetas com informações a caneta coladas nas folhas do corpo do livro....	173
Figura 115 – Utilização de carimbos e anotações com caneta esferográfica nas folhas de guarda .....	174
Figura 116 – Assinaturas, conta matemática e anotações a caneta.....	175
Figura 117 – Riscos e rabiscos a caneta .....	175
Figura 118 – Anotações indevidas a caneta.....	175
Figura 119 – Marcações destacando as informações a caneta.....	176
Figura 120 – Manuscrito apresentando manchas na cor azul devido ao contato da tinta com a umidade .....	176
Figura 121 – Documento grifado a grafite.....	177
Figura 122 – Anotações, setas e rabiscos .....	177
Figura 123 – Anotações com nome e ano a grafite.....	177
Figura 124 – Desenhos de flores a grafite .....	178
Figura 125 – Fluxo para conservação dos bens .....	183

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Exemplos de algumas tonalidades de tintas presentes nos livros analisados ...	91
Quadro 2 – Exemplos de algumas tonalidades de tintas presentes nos livros analisados ...	92
Quadro 3 – Dez agentes de deterioração X suportes documentais.....	116
Quadro 4 – Ordem, Família e nome comum dos insetos encontrados com maior frequência nos museus, arquivos e bibliotecas.....	120
Quadro 5 – Lista de livros restaurados entre 2017 e 2023 .....	129
Quadro 6 – Lista de livros restaurados entre 2013 e 2016 .....	130
Quadro 7 – Lista de livros restaurados entre 2009 e 2012 .....	131

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

AEAD – Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina/Minas Gerais

AEAM – Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana/Minas Gerais

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

EARMFA – Escola de Arte Rodrigo Melo Franco de Andrade

FAOP – Fundação de Arte de Ouro Preto

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus

IEPHA/MG – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

ICOM – Conselho Internacional de Museus

ICOM-CC – International Council of Museums – Committee for Conservation

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SPHAN – Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UFV – Universidade Federal de Viçosa/Minas Gerais

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	17
	CAPÍTULO 1 .....	21
	TESOUROS DA FÉ: PATRIMÔNIO CULTURAL E DOCUMENTAL NOS ACERVOS ECLESIÁSTICOS .....	21
1.1.	Patrimônio Cultural.....	21
1.2.	Patrimônio Documental e Patrimônio Documental Religioso e Eclesiástico .....	26
1.3.	Arquivos Paroquiais Mineiros .....	31
1.3.1.	Estudo de caso 1 – Arquivo da Fundação de Arte de Ouro Preto.....	44
1.3.2.	Estudo de caso 2 – Arquivo Histórico Arquidiocesano de Diamantina.....	46
	CAPÍTULO 2 .....	50
	ASPECTOS CONSTRUTIVOS DOS LIVROS E DOCUMENTOS ECLESIÁSTICOS .....	50
2.1.	Encadernações.....	51
2.2.	O papel, as marcas d'água e sua importância .....	69
2.3.	A tinta dos manuscritos.....	87
2.4.	A tinta dos impressos .....	93
	CAPÍTULO 3 .....	95
	PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL DE ACERVOS ECLESIÁSTICOS.....	95
3.1.	Preservação e seus principais conceitos.....	95
3.2.	O desafio da Preservação de Acervos Documentais .....	108
3.3.	Principais agentes de deterioração .....	115
3.3.1.	Degradação da tinta metaloácida .....	121
	CAPÍTULO 4 .....	127
	GESTÃO DOCUMENTAL: SITUAÇÃO DE ALGUNS ACERVOS MINEIROS ..	127
4.1.	Estado de conservação .....	127

4.2.	Sobre os principais danos.....	138
4.3.	Produto técnico: recomendações.....	181
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	184
	REFERÊNCIAS.....	187
	ANEXOS .....	195
	ANEXO A – FOLHA DE AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA NA FUNDAÇÃO DE ARTE DE OURO PRETO .....	196
	ANEXO B – FOLHA DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGENS DA PESQUISA NO ARQUIVO HISTÓRICO ARQUIDIOCESANO .....	197
	ANEXO C – ENTREVISTA .....	198
	ANEXO D – PARECER DO CEP.....	200

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como objeto de estudo os livros e documentos eclesiásticos presentes nos arquivos paroquiais mineiros, produzidos durante o período de colonização da América portuguesa. Nos meus 18 anos de experiência enquanto profissional da área de conservação, tive a oportunidade de restaurar vários livros eclesiásticos, pertencentes a diversos arquivos paroquiais de Minas Gerais. Esse fato contribuiu para definir o meu projeto de pesquisa para o mestrado. Durante o meu percurso profissional foi possível diagnosticar e observar o estado de conservação desses documentos, e raramente chegava um livro em bom estado para realizar procedimentos de higienização, fazer pequenos reparos ou confeccionar um invólucro de acondicionamento.

Ao longo dessa trajetória foram observados muitos danos nos documentos e livros relacionados à falta de cuidados básicos e, também, de manutenção das áreas de guarda. A maioria dos danos observados nos livros se deve à presença de poeira e de pragas urbanas e à falta de procedimentos de higienização. Além disso, foram verificados manuseio e uso incorretos dos livros, intervenções inadequadas, acondicionamento com materiais danosos e armazenamento em caixas impróprias e em mobiliário inadequado. A respeito dos locais de guarda, foram constatados danos ao acervo provocados por problemas nas edificações em que estavam depositados, como infiltrações oriundas da cobertura do edifício e umidade excessiva, entre outros tantos inconvenientes.

Nesse contexto, foi observado que existem muitos problemas nas áreas de guarda desses livros nos acervos paroquiais que estão contribuindo para a sua degradação e deterioração. Surge, então, a necessidade de fazer algo para cooperar com os gestores desses acervos para evitar sua má conservação. Diante disso, percebe-se que é primordial realizar ações de conscientização sobre a importância dos livros manuscritos e impressos presentes nos acervos paroquiais do Período Colonial. Além de levar informações sobre os cuidados necessários e preventivos para evitar o aparecimento de problemas, é importante mostrar aos gestores desses acervos a existência de ações eficazes e possíveis para evitar a má conservação, e que não são onerosas, permitindo que sejam adotadas mesmo em acervos que não possuam condições financeiras adequadas para esse tipo de investimento.

Assim, nesta pesquisa aborda-se a adoção de medidas preventivas relacionadas à área da conservação preventiva, que está vinculada a ações indiretas sobre o bem, focando nos documentos. Observa-se que algumas ações preventivas podem ser feitas pelos gestores, funcionários e pessoas da comunidade que cuidam dos acervos presentes nos arquivos

paroquiais e que não devem ficar aguardando pelos órgãos patrimoniais externos. Diante do exposto, tal proposta tem como tema a preservação de obras em papel, como livros e manuscritos eclesiásticos, e a conservação preventiva.

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi o estudo de caso, em que foram explorados dois arquivos documentais. O primeiro estudo de caso foi o arquivo com relatórios técnicos impressos e digitais da Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP), onde foram realizadas as análises dos relatórios de restauro da área de papel, elaborados pelos alunos do Curso Técnico em Conservação e Restauro de Bens Culturais da Escola de Arte Rodrigo Melo Franco de Andrade (EARMFA). Essas análises permitiram identificar o estado de conservação dos livros que chegaram ao laboratório de papel para serem restaurados e seus principais danos.

O segundo estudo de caso ocorreu no Arquivo Histórico de Diamantina, em que foi avaliado o estado de conservação em que os livros chegaram ao arquivo para guarda e procedeu-se à realização de entrevistas para entender como é feita a conservação e quais são os principais desafios para isso.

A dissertação foi dividida em quatro capítulos. O primeiro, denominado “Tesouros da Fé: Patrimônio Cultural e Documental nos Acervos Eclesiásticos”, apresenta uma breve reflexão sobre o patrimônio, abordando três subtópicos: o patrimônio cultural, o patrimônio documental e o patrimônio documental religioso e eclesiástico e os arquivos paroquiais mineiros. Nesse mesmo capítulo são apresentadas informações sobre alguns dos diversos livros presentes nos arquivos paroquiais mineiros, bem como uma contextualização dos dois estudos de casos da pesquisa.

No Capítulo 2, denominado “Aspectos Construtivos dos Livros e Documentos Eclesiásticos”, apresentam-se informações sobre as encadernações, o papel, as marcas d’água e sua importância e informações sobre a tinta de escrita. Evidenciamos as principais características: manuscritos com caligrafias desenhadas por escrivães das irmandades religiosas com a utilização de instrumentos de escrita, como a pena e o pincel e o uso de tinta artesanal; livros adornados, desenhados e pintados; livros com coberturas em tecido, marmorizadas, pergaminho, pelica e couro com ornamentação, gofragem e douramento, uso de fechos metálicos e cordões para fechamento do livro; costuras sobre nervos de couro e cordões; livros com o miolo em papel de trapo com marca d’água dos fabricantes de papel daquele período; e livros litúrgicos impressos por tipografias relevantes que contribuíram, naquele período, para a disseminação do conhecimento e foram fonte de inspiração para pinturas nas igrejas.

No capítulo 3, “Preservação Documental de Acervos Eclesiásticos”, são abordados conceitos sobre a preservação, além dos desafios da preservação de acervos documentais.

Apresentam-se, também, os principais agentes de deterioração. Nesse capítulo, discorre-se sobre políticas preventivas e sobre a gestão de acervos documentais e seus principais conceitos. São abordadas a preservação dos bens culturais e suas áreas: conservação, restauração e conservação preventiva. Discute-se sobre a importância da preservação dos acervos documentais históricos para a história de seu povo e para as diversas pesquisas e como ela é desconhecida e fundamental para quem estuda os assuntos da Igreja. Ademais, discorre-se sobre a importância da conservação preventiva para a conservação dos livros e documentos como ferramenta eficaz e econômica para a preservação, apresentando o referencial teórico desta área. No item 3.3 são apresentados os agentes que interferem na preservação dos documentos eclesiais, evidenciando os principais agentes de deterioração causadores de danos ao acervo citados por Jayme Spinelli Júnior e Pedersoli no livro “Biblioteca Nacional: plano de gerenciamento de riscos salvaguarda e emergência” e na Cartilha sobre “Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro”, do IBRAM, além de abordar sobre a degradação da tinta metaloácida.

No Capítulo 4, “Gestão Documental: situação de alguns acervos mineiros”, aborda-se sobre a gestão documental, mostrando a situação de alguns acervos mineiros por meio dos estudos de casos realizados no Arquivo da Fundação de Arte de Ouro Preto e no Arquivo Histórico Arquidiocesano de Diamantina. Nesse capítulo, mostram-se o estado de conservação observado nas análises e os principais danos identificados nos livros e documentos, apontando juntamente com as imagens dos danos os principais fatores que podem ter contribuído para o seu aparecimento.

Mostra-se a ideia do produto resultante desta dissertação, denominado *e-book*. Nesse formato digital são apresentadas recomendações e sugestões sobre a importância de as instituições religiosas implantarem uma política de preservação e terem como principal iniciativa na gestão administrativa dos acervos documentais as ações da conservação preventiva, como incluir nas atividades da instituição as inspeções rotineiras nas áreas de guarda e as manutenções preventivas programadas na edificação. Além disso, são dadas orientações sobre a necessidade de treinamento dos funcionários sobre os cuidados básicos com o uso e manuseio dos documentos, bem como orientação aos consulentes. Como contribuição para a preservação documental, pretende-se realizar a divulgação do *e-book* em diversos meios de comunicação, visando alcançar o maior número de indivíduos envolvidos com a guarda e conservação de acervos paroquiais e com o objetivo de conscientizar e orientar os gestores e funcionários sobre os cuidados necessários na conservação dos livros e documentos.

A importância desta pesquisa está diretamente relacionada com a salvaguarda dos documentos históricos para futuras gerações, além de a sua preservação estar intrinsecamente relacionada à salvaguarda da memória e da história. Contudo, nesta dissertação, chama-se a atenção para o ruim estado de conservação dos livros eclesiásticos e apresenta reflexões sobre a necessidade de mudanças na gestão dos arquivos paroquiais para evitar sua má conservação.

Diante desse contexto, foram apresentadas nos capítulos diversas características relevantes que envolvem os documentos eclesiásticos, bem como demonstrado quanto esses documentos podem contribuir para diversas pesquisas acadêmicas e pessoais, para além da valiosa informação presente nesses livros. Entretanto, mostrou-se que muitas características estão se perdendo e, em alguns casos, só restam fragmentos da informação e vestígios dos materiais construtivos, o que evidencia, assim, a necessidade e urgência da conservação.

Ainda, de grande importância, é o fato de este trabalho instigar outros pesquisadores a continuarem as pesquisas referentes a diversos temas que foram abordados e que ainda precisam de aprofundamento, como as marcas d'água e os fabricantes, as gravuras iconográficas, as pinturas, a caligrafia, o modo de fabricação artesanal e os materiais construtivos do papel de trapo e da tinta dos manuscritos, bem como as encadernações e suas peculiaridades, entre tantas outras possibilidades de estudos.

Além disso, nesta pesquisa são apresentadas informações sobre os meios existentes para preservar os bens. Contudo, destacam-se as vantagens da conservação preventiva, trazendo reflexões sobre sua eficácia para evitar o aparecimento dos danos nos documentos em relação às outras áreas de intervenções diretas no bem, que são realizadas quando os objetos já se encontram em processos de degradação e deterioração, que devem ser interrompidos. Para esse fim, nesta pesquisa se alerta sobre a importância de os arquivos paroquiais implantarem uma política preventiva, definindo métodos, atividades e a rotina de execução.

Por fim, nesta pesquisa se destaca a necessidade de conscientização dos padres durante a sua formação sobre a importância dos documentos históricos e das áreas da preservação e seus benefícios, para uma boa gestão desse patrimônio documental. Além de enfatizar sobre a necessidade de conscientização dos pesquisadores e usuários de forma geral, apontando os danos provocados durante o uso inadequado dos documentos e que podem ser evitados com o uso consciente.

## CAPÍTULO 1

### TESOUROS DA FÉ: PATRIMÔNIO CULTURAL E DOCUMENTAL NOS ACERVOS ECLESIÁSTICOS

Neste capítulo é apresentada uma breve conceituação de patrimônio cultural e patrimônio documental e, mais especificamente, sobre o Patrimônio Documental Eclesiástico. Percebeu-se que o termo patrimônio evoluiu ao longo dos anos, foi-se ampliando e englobando os documentos, o que torna a preservação documental, especialmente a eclesiástica, crucial para manter a memória e a identidade cultural.

#### 1.1. Patrimônio Cultural

Ao longo dos anos, a definição do termo patrimônio foi se modificando e assumindo significados diferentes. A palavra patrimônio relacionada aos bens culturais foi inicialmente conhecida como monumento e atualmente definida como patrimônio cultural. O patrimônio cultural envolve um conjunto de bens pertencentes a alguém, podendo ser pessoa física ou jurídica, instituições e indivíduos da própria comunidade. Contudo, para ser considerado patrimônio cultural, é necessário estarem agregados aos bens diversos valores, entre eles valores histórico, artístico e cultural. De acordo com a Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o patrimônio cultural é definido em dois tipos de patrimônio: patrimônio cultural mundial e patrimônio natural. Atualmente, dentro dessas categorias se encontram os bens imóveis, móveis, imateriais e naturais. E todos os bens considerados patrimônio cultural devem ser protegidos.

Foi na metade do século XVIII que se iniciou a preocupação com a proteção do patrimônio cultural. Choay (2006) explica que essa preocupação começou na era industrial, e nesse fato histórico o processo de desenvolvimento planetário trouxe nova dimensão ao conceito de monumento histórico em nível mundial e “como processo irremediável, a industrialização do mundo contribuiu, no entanto, para generalizar e acelerar o estabelecimento de leis, visando à proteção do monumento histórico [...]” (Choay, 2006, p. 127).

No Brasil, segundo Simão (2000), foi somente no início do século XX que surgiu a preocupação com a preservação do patrimônio cultural. Essa preocupação teve início com o surgimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)<sup>1</sup>, atual Instituto

---

<sup>1</sup>SPHAN – Foi a primeira denominação do órgão federal de proteção ao patrimônio cultural brasileiro. O SPHAN começou a funcionar em 1936, a partir de determinação presidencial dirigida ao ministro da Educação e Saúde

do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)<sup>2</sup>, que atualmente é o órgão responsável pela proteção do patrimônio cultural do país. Santos (1996) explica que o surgimento da academia SPHAN, desde o primeiro momento, assumiu uma territorialidade, que reúne grande número de intelectuais com intensa atuação no cenário cultural da década de 1930, para atuar na proteção do patrimônio. Essa instituição nasce do consenso naquele momento sobre a necessidade de um serviço de preservação do patrimônio. Bogéa explica:

Foi no dia 13 de janeiro de 1937 que o presidente Getúlio Vargas sancionou a Lei nº 378. Dava prosseguimento ao projeto de modernização do Estado brasileiro, reorganizando o ainda jovem Ministério da Educação e Saúde e criando, entre outras instituições, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan (Bogéa, 2017, p. 8).

A partir desse momento acontece a preservação de vários bens imóveis e móveis, manifestando-se inicialmente com o Decreto-Lei nº 25, de 1937, que estabelece, no seu no artigo 1º:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (Decreto-Lei nº 25, de 1937).<sup>3</sup>

O Decreto-Lei nº 25 determinava a “inscrição dos bens em quatro Livros do Tombo: o Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; o Histórico; o das Belas Artes; e o das Artes Aplicadas” (Calabre, 2017, p. 39).

Desde 1937, foi decretada a Lei nº 378<sup>4</sup>, em que foi criado o SPHAN. Esse decreto apresenta as atribuições para a preservação do patrimônio cultural. O SPHAN, atual IPHAN,

---

Pública, Gustavo Capanema. Em 13 de janeiro de 1937, da Lei nº. 378, o SPHAN foi integrado à estrutura do Ministério da Educação e Saúde (MES), na categoria de Instituições de Educação Extraescolar dos Serviços relativos à Educação. Os objetivos da criação do Serviço foram estipulados no artigo 46 dessa lei, no qual se afirmava: “fica criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com a finalidade de promover, em todo o país e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional” (Brasil, 1937, art. 46). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Servi%C3%A7o%20do%20Patrim%C3%B4nio%20Hist%C3%B3rico%20e%20Art%C3%ADstico%20Nacional.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2023.

<sup>2</sup>IPHAN – O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Cabe ao IPHAN proteger e promover os bens culturais do país, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/apresentacao>. Acesso em: 12 dez. 2023.

<sup>3</sup> Decreto Lei nº 25, de 1937. Disponível em: [https://en.unesco.org/sites/default/files/brazil\\_decreto\\_lei\\_25\\_30\\_11\\_1937\\_por\\_orof.pdf](https://en.unesco.org/sites/default/files/brazil_decreto_lei_25_30_11_1937_por_orof.pdf). Acesso em: 26 nov. 2023.

<sup>4</sup>Decreto Lei nº 378, de 1937.

Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei\\_nº\\_378,\\_de\\_13\\_de\\_janeiro\\_de\\_1937.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei_nº_378,_de_13_de_janeiro_de_1937.pdf). Acesso em: 10 dez. 2023.

foi criado “com a finalidade de promover, em todo país e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional”. E para seu bom funcionamento, o parágrafo 1º deixa claro que ele terá outros órgãos que, por ventura, se tornarão necessários ao seu funcionamento, como o Conselho Consultivo. Assim, esse órgão ficaria responsável pela proteção dos objetos de valor histórico ou artístico, contribuindo com ações que evitariam as ruínas das edificações históricas, alterações inadequadas, perdas de bens móveis e a dissociação dos bens.

Enquanto em Minas Gerais esse papel é do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA) – uma fundação vinculada à Secretaria de Estado de Cultura e que atua no campo das políticas públicas de patrimônio cultural. Sua função é pesquisar, proteger e promover os bens culturais de naturezas material e imaterial de Minas Gerais, em parceria com os órgãos municipais e federais. Entre suas principais iniciativas, o instituto acompanha e realiza obras de restauração de bens culturais, implementa ações de cooperação municipal, por meio do ICMS Patrimônio Cultural, e produz inventários, dossiês de registro e tombamento, além das ações de salvaguarda do patrimônio de Minas Gerais<sup>5</sup>.

Em 1988, a definição de Patrimônio se modifica e acontece a ampliação do conceito patrimônio cultural, englobando outros bens. De acordo com Márcia Chuva, foi:

O ano da Assembleia Nacional Constituinte, que consagrou a ampliação da noção de patrimônio cultural no texto da nova Constituição Federal, com a consolidação de uma perspectiva ampla e plural da identidade brasileira e trazendo para a cena jurídico-política a noção de bens culturais de natureza imaterial (Chuva, 2017, p. 89).

Para Chuva, essa ampliação foi uma conquista, em que o conceito de patrimônio cultural passa a favorecer o exercício da cidadania. O conceito estabelecido que apresenta essa ampliação se encontra no artigo 216 da Constituição Brasileira de 1988, e os patrimônios passam a ser:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I- as formas de expressão; II- os modos de criar, fazer e viver; III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV- as obras, objetos, **documentos**, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988, Art. 216, grifo nosso).

---

<sup>5</sup>Informações sobre o IEPHA.

Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/institucional/o-iepha#hist%C3%B3ria>. Acesso em: 10 dez. 2023.

Nota-se, nesse trecho, a valorização da diversidade cultural do país, assim como a importância dos objetos tangíveis, como obras de arte e os documentos históricos. A Constituição Brasileira de 1988 também versa sobre a responsabilização do Brasil para garantir a proteção do patrimônio cultural nos Artigos 23 e 24, envolvendo, a partir dessa ocasião, diversos atores, além de destacar a proteção dos documentos, conforme previsto pela Constituição Brasileira de 1988, visto que essa responsabilidade passa a ser assim definida:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: I- zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público; III- **proteger os documentos**, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.

Art. 24- compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: VII- proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico (Brasil, 1988, Art. 216, grifo nosso).

Percebe-se, nesse trecho, a preocupação do país não só com monumentos, paisagens naturais notáveis e sítios arqueológicos, mas também com os documentos e obras de valor histórico e artístico, refletindo, assim, o reconhecimento da diversidade do patrimônio cultural brasileiro, além de coordenar as responsabilidades entre a União, os estados e os municípios.

A partir dessa época, a legislação vem evoluindo e, atualmente, por meio do Decreto nº 3.555, de 2000, o patrimônio cultural passa a englobar os bens naturais de natureza imaterial. Nesse decreto passam a fazer parte do patrimônio cultural os conhecimentos, modos de fazer enraizados nos cotidianos das comunidades, rituais e festas, manifestações literárias, musicais, plásticas, ciências e lúdicas, feiras, santuários, praças e demais espaços onde reproduzem práticas culturais coletivas. Todos esses bens passam a ter sua inscrição nos livros de registros, tendo como referência a continuidade histórica do bem e de sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira.<sup>6</sup> Diante desse contexto, percebe-se que atualmente o patrimônio cultural engloba os mais diversos bens, entre os quais se encontram os documentos. Entretanto, o campo patrimonial é marcado por sucessivas ampliações do conceito de patrimônio. Segundo Bojanoski:

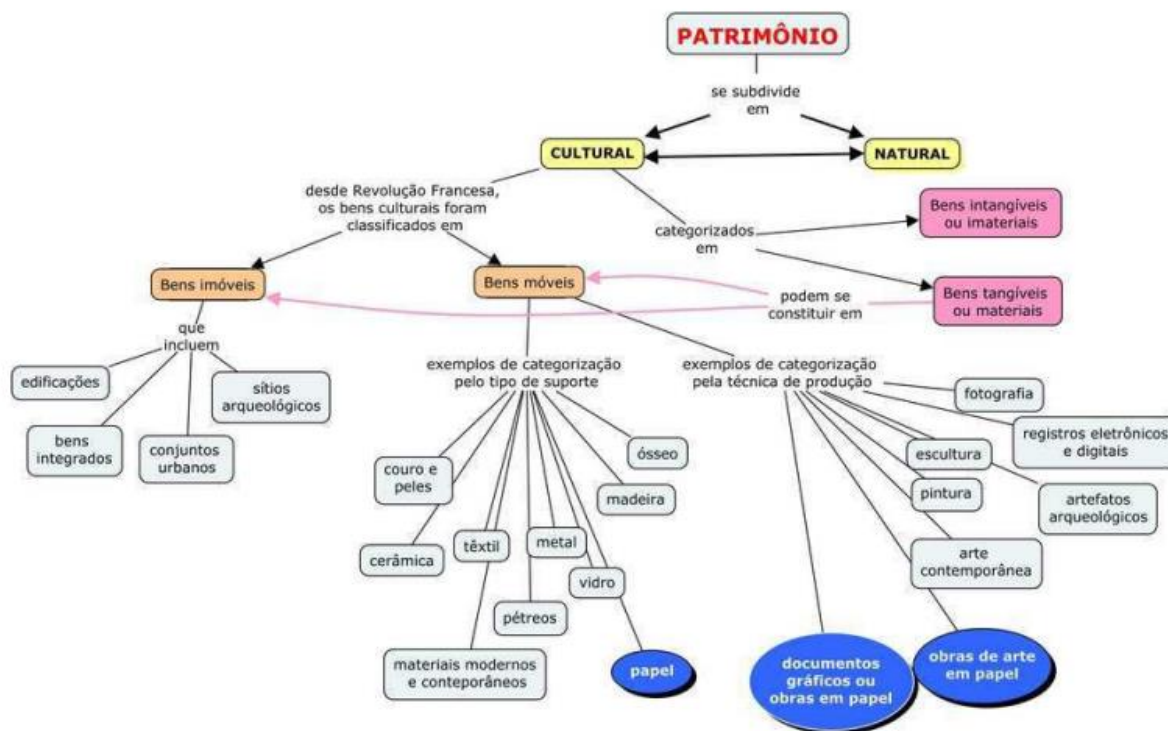
Delineia-se assim um quadro complexo no campo patrimonial, marcado por sucessivas ampliações do conceito de patrimônio, pela inserção de novos agentes sociais, movidos por questões identitárias e também socioeconômicas. No entanto, não existe uma linearidade que poderia indicar um sentido de progresso. Os valores, funções e representações do patrimônio históricos e artísticos, tão marcantes no século XIX, não se extinguiram, mas permanecem em alguns contextos, em outros foram reformulados e recontextualizados [...] (Bojanoski, 2018, p. 38).

---

<sup>6</sup>Informações. Decreto 3.555, de 2000. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto\\_n\\_3.551,\\_de\\_4\\_de\\_agosto\\_de\\_2000.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_n_3.551,_de_4_de_agosto_de_2000.pdf). Acesso em: 10 dez. 2023.

Na Figura 1, mostra-se a organização do campo patrimonial por Bojanoski (2018). Nessa figura, a autora apresenta um mapa conceitual de como o campo patrimonial se organiza atualmente, com maior desdobramento dos bens culturais móveis.

Figura 1 – Organização do campo patrimonial



Fonte: Bojanoski, 2018, p. 39.

Na organização do campo patrimonial, os bens móveis enquadram o suporte papel, destacando os documentos ou obras em papel. Em se tratando dos livros e documentos eclesiásticos enquanto objetos de memória, é possível, através das informações, redescobrir o percurso da comunidade cristã no Período Colonial. A existência desses livros únicos, bem como sua conservação, torna-os testemunhos insubstituíveis para a preservação da memória. Segundo Teijgeler, “o patrimônio documental reflete a variedade de idiomas, de povos e de culturas. É o espelho do mundo e a sua memória. Mas esta memória é frágil. Cada dia que passa, partes insubstituíveis desta memória desaparecem para sempre” (Teijgeler, 2007, p. 39). Percebe-se, nesse sentido, quanto a preservação se faz cada vez mais necessária, pois, mesmo existindo outras formas e instrumentos para assegurar a preservação da memória, para Oliveira (2008), quando desaparece um objeto que testemunhou nosso passado, a sua imagem pode até substituí-lo parcialmente, mas a necessidade iminente à natureza humana de manter contato com o que se foi reforça uma das várias utilidades das representações cadastrais como forma

de preservação da memória, mas sem esquecer que a imagem não pode substituir satisfatoriamente o artefato representativo da nossa memória. Segundo esse autor, seria aceitar que uma fotografia pudesse tomar o lugar do objeto do nosso afeto e, dentro desse contexto, os livros e documentos históricos são objetos que não podem ser substituídos.

Sendo essa memória entendida por Nogueira e Ramos Filho como “faculdade psíquica presente em cada pessoa, mas também pode ser entendida socialmente como um suporte (que armazena informações, **como um livro**, fotografia e música) [...]” (Nogueira; Ramos Filho, 2020, p. 6, grifo nosso). Percebe-se que o patrimônio documental engloba a memória dos diferentes grupos sociais e a preservação da memória se dá pela conservação dos objetos que fazem parte da herança da humanidade. São, assim, considerados os livros e documentos presentes nos arquivos eclesiásticos, para o entrevistado: “o acervo documental é tudo aquilo que é produzido e resguarda a memória”.<sup>7</sup>

Diante do exposto, nota-se a importância do patrimônio cultural, assim como o patrimônio cultural documental na preservação e propagação dos acontecimentos históricos, sendo os documentos extremamente relevantes para a preservação da história e da memória de seu povo. No próximo subtópico é apresentado um aprofundamento sobre patrimônio documental, especificamente sobre patrimônio documental eclesiástico.

## 1.2. Patrimônio Documental e Patrimônio Documental Religioso e Eclesiástico

Documento é “unidade de registro de informação comprobatória, qualquer que seja o suporte utilizado” (Cobra, 2003, p. 40). Nesse sentido, entende-se por documento qualquer objeto independente da sua forma de apresentação, seja ele manuscrito, impresso ou digital. Pode pertencer ou ser classificado de acordo com o gênero documental, classificado como “documento arquivístico, documento audiovisual, documento bibliográfico, documento cartográfico, documento digital, entre outros” (Rodrigues, 2016, p. 111). Já o termo documental, segundo Faria e Pericão, é “referente a documentação, constituído por documentos, fundamentado na documentação, que tem caráter de documento” (Faria; Pericão, 2008, p. 253).

Quanto à noção de patrimônio documental, ela está relacionada a um livro raro, conforme explica Rodrigues:

---

<sup>7</sup>Entrevista concedida em 26 de abril de 2023, na cidade de Diamantina-MG.

Observa-se, na literatura, que a noção de patrimônio documental está, muitas vezes, vinculada ao valor estético, cultural e/ou histórico de um documento ou coleção de documentos (acervos, fundos arquivísticos). Em geral, esta noção é a mesma que orienta bibliotecários, bibliófilos e livreiros na identificação de livros raros – um livro se torna raro quando adquire determinada característica, seja ela estética, através de uma encadernação luxuosa; histórica, por meio de sua data de impressão; ou cultural, por ter sido obra pioneira no estabelecimento de um conceito, apenas para citar alguns exemplos, que o torna excepcional em relação aos demais. Neste sentido, a definição do que vem a ser um livro raro se aproxima do conceito de patrimônio documental bibliográfico (Rodrigues, 2016, p. 110).

Como visto nesse fragmento de texto, dentro do patrimônio documental um livro se torna raro pelas suas peculiaridades que vão além da antiguidade, e uma das características principais que os tornam raros é a existência de exemplares únicos, tal como os livros manuscritos do Período Colonial. Ainda sobre a definição de patrimônio documental, de acordo com a UNESCO, é como aquele “[...] que se encontra em bibliotecas, em arquivos [e] que constitui uma parte primordial desta memória [do mundo] e que reflete a diversidade dos povos, das línguas e das culturas” (Rodrigues, 2016, p. 3). Nessa definição se enquadram os documentos e livros presentes nos arquivos eclesiásticos. No entanto, existem critérios estabelecidos no Programa Memória do Mundo<sup>8</sup>, da UNESCO, para que os documentos sejam considerados patrimônio documental, conforme cita Rodrigues em seu artigo:

1. Critério 1 – tempo: A idade, em termos absolutos, não converte um documento em importante, mas cada documento é um produto de seu tempo. Alguns documentos evocam especialmente sua época, que pode ter sido de crise, ou de mudança social ou cultural significativa. Um documento pode representar um novo descobrimento ou ser o “primeiro de seu tipo”.
2. Critério 2 – lugar: O lugar de criação é um atributo chave de importância. Pode conter informação fundamental sobre uma localidade importante na história e na cultura mundial, ou a própria localização pode ter exercido uma influência decisiva nos acontecimentos ou fenômenos representados pelo documento. Pode descrever entornos físicos, cidades ou instituições desaparecidas desde então.
3. Critério 3 – pessoas: O contexto social e cultural de sua criação pode refletir aspectos significativos do comportamento humano, ou circunstâncias sociais, industriais, artísticas ou políticas. Pode captar a essência de grandes movimentos, transições, avanços ou regressões. Pode mostrar o impacto de indivíduos ou grupos chave.
4. Critério 4 – assunto e tema: O assunto pode referir-se a fatos históricos específicos ou desenvolvimentos intelectuais relacionados com as ciências naturais, sociais e humanas, a política, a ideologia, o esporte e a arte.

---

<sup>8</sup>O programa Memória do Mundo foi criado a partir da preocupação de Frederico Mayor Zaragoza que, como Diretor-Geral da UNESCO, viu os efeitos da destruição da Biblioteca de Sarajevo, em 1992, durante a Guerra da Bósnia – a destruição de cerca de dois milhões de livros, periódicos e documentos, muitos deles raros ou únicos, configurando uma perda de valor incalculável. A percepção de que a maior parte da memória dos povos está contida em documentos bibliográficos e arquivísticos fisicamente frágeis e em constante risco por desastres naturais, guarda inadequada, roubos e guerras exigia respostas que assegurassem a identificação desses acervos, sua preservação e acesso público. Disponível em: <http://mow.arquivonacional.gov.br/index.php/2015-03-20-10-44-04/apresentacao.html>.

Acesso em: 11 dez. 2023.

5. Critério 5 – forma e estilo: O elemento pode possuir um notável valor estético, estilístico ou linguístico, ser um exemplar típico ou chave de um tipo de apresentação, costume ou meio, ou de um suporte ou formato desaparecido ou em vias de desaparecimento (Rodrigues, 2016, p. 4, 5).

Percebe-se, no critério 2, que o lugar de criação desses livros é de extrema importância, como é o caso dos documentos paroquiais mineiros frutos do Período Colonial. Observam-se também as informações contidas nesses documentos – “pode descrever entornos físicos, cidades ou instituições desaparecidas desde então”, como as construções dos templos religiosos e as instituições religiosas presentes no Período Colonial, “as Irmandades e confrarias”. O assunto destacado no critério 4 demonstra a importância das informações referentes aos fatos históricos desse período, e no critério 5 se destaca a relevância do seu valor estético, estilístico ou linguístico. E, por último, vêm o suporte utilizado em sua técnica construtiva, o tipo de papel e a tinta que atualmente não se usa mais, reforçando, assim, a sua importância.

A importância do patrimônio documental eclesiástico vai muito além dos cinco critérios anteriormente listados, apresentando importância para a reconstrução das narrativas históricas e da memória, segundo consta na carta circular publicada em 2 de fevereiro de 1997 sobre “A função da pastoral dos arquivos eclesiásticos”, enviada pela Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja, conforme explica Berto (2018):

Na carta os arquivos são entendidos como locais difusores da cultura e destacáveis no processo de guarda de um patrimônio de valor incalculável, não somente para a reconstrução da narrativa da história da Igreja (institucional e das comunidades), mas também para a memória das diferentes nações (Berto, 2018, p. 54).

Além dessa importância histórica, os acervos eram usados como lugar de fruição, como se pode observar nos documentos da Igreja Católica citados por Berto:

Os arquivos, enquanto bens culturais, são oferecidos, em primeiro lugar, à fruição da comunidade que os produziu, mas com o passar do tempo eles assumem um destino universal, tornando-se o patrimônio de toda a humanidade. O material depositado não pode ser fechado àqueles que podem se beneficiar para conhecer a história do povo cristão, seus eventos religiosos, civis, culturais e sociais. Os responsáveis devem garantir que a fruição dos arquivos eclesiásticos possa ser facilitada não só para aqueles que têm direito a ele, mas também para o mais amplo círculo de estudiosos, sem preconceitos ideológicos e religiosos, como está na melhor tradição eclesiástica, salvo as normas apropriadas de proteção, dada pela lei universal e pelas normas do Bispo diocesano. Tais perspectivas de abertura desinteressada, de acolhimento benevolente e de serviço competente devem ser levadas em cuidadosa consideração para que a memória histórica da Igreja seja oferecida a toda a comunidade (Berto, 2018, p. 56).

Percebe-se, dessa forma, que a importância desses arquivos ultrapassa as fronteiras daqueles que têm direito a eles, ou seja, esses documentos, enquanto patrimônio cultural,

enquanto memória, pertencem a todos; logo, precisam ser preservados. Vários são os fatores históricos que reafirmam a necessidade de conservação da escrita: “A humanidade é marcada por grandes descobertas e podemos inferir que a escrita foi uma das mais importantes delas, pois permitiu o registro e acúmulo do saber humano” (Spinelli Junior, 2020, p. 108). Nesse âmbito, considerando as fontes de escrita resultantes das atividades e a organização dos seres humanos em cada período da história, Almada explica que:

Os homens expressam e materializam o sentido da existência também nos objetos de uso cotidiano, vestimentas, cores, adornos, mobiliário, arquitetura, textos, letras, arte. O material visual está, em última instância, vinculado diretamente aos mecanismos de estruturação social de uma comunidade e relaciona-se a práticas que são historicamente condicionadas e vinculadas aos padrões, doutrinas e formas de organização da sociedade em cada tempo (Almada, 2006, p. 18).

Evidencia-se nesse trecho a importância do material visual, como os textos, letras e arte, na expressão e materialização do sentido da vida e na interligação entre expressões visuais e o contexto social, sugerindo que esses elementos não são apenas estéticos, mas também desempenham papel crucial na construção e compreensão da identidade e estrutura social de uma comunidade em diferentes períodos da história.

Para Lowenthal (1998), é por meio da escrita que o conhecimento histórico é preservado e disseminado. Percebe-se que a história é a seleção de documentos escritos e orais, e essa seleção ocorre no presente. Já Pierre Nora (1993) afirma que a história escreve aquilo que a memória dita, mostrando, assim, a relação estreita entre memória e história, assim como a importância da memória na compreensão e interpretação de eventos que são registrados em livros. Nesse contexto, considera-se a história escrita como um suporte para a memória registrada nos arquivos documentais, que deixam de ser apenas documentos escritos, armazenados em arquivos, pois podem ser considerados também enquanto lugares de memória, conforme explica Nora:

Os lugares de memória pertencem a dois domínios, que a tornam interessante, mas também complexa: simples e ambíguos, naturais e artificiais, imediatamente oferecidos à mais são lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos sensível experiência e, ao mesmo tempo, sobressaindo da mais abstrata elaboração. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. Os três aspectos coexistem sempre. Trata-se de um lugar de memória tão abstrato quanto a noção de geração? É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo,

a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número uma maioria que deles não participou (Nora, 1993, p. 21).

Nesse sentido, os arquivos eclesiásticos são lugares de memória, pois a Igreja atribuiu a eles um significado simbólico e religioso, sem se esquecer da funcionalidade que eles possuem na evangelização, na sua transmissão e manutenção da memória religiosa. “Os arquivos são colocados como espaços de evangelização e de valor pastoral e um eficaz instrumento de diálogo com a sociedade contemporânea, custodiando documentação primária capaz de reconstruir a história das múltiplas expressões da vida religiosa e da caridade cristã” (Berto, 2018, p. 54). Nessa perspectiva, a preservação dos arquivos é fundamental para manter viva sua história.

“A Igreja Católica, reconhecidamente, é a maior detentora de bens de valor artístico e histórico em nosso país” (Menezes, 2006, p. 14). E o patrimônio documental compõe os bens da Igreja Católica que foram preservados ao longo do tempo. Boa parte dos documentos produzidos pela Igreja faz parte da sua história religiosa e contribui para a compreensão do desenvolvimento e formação das sociedades, além de possuírem relações com a cultura, economia e identidade dos grupos sociais formados em determinado período e em local específico.

Os arquivos eclesiásticos são um “conjunto de documentos de uma ou mais instituições religiosas. Costumam dividir-se em catedralícios, monacais e paroquiais [...]” (Faria; Pericão, 2008, p. 70). Nos arquivos eclesiásticos, encontram-se livros, documentos avulsos e encadernados, bulas, cartas, circulares, comunicados, panfletos, partituras musicais, jornais, mapas, plantas de igreja, fotografias, vias sacras, gravuras, desenhos, entre outros objetos.

No que se refere aos documentos eclesiásticos, esses são considerados documentos arquivísticos, “documentos de qualquer natureza ou sobre qualquer suporte material que uma pessoa, entidade ou organismo criou ou recebeu e conservou em virtude das suas funções ou das suas atividades, para assegurar a prova de um fato ou ação, ou simplesmente a título de informação” (Faria; Pericão, 2008, p. 254). Esses documentos da Igreja considerados documentos arquivísticos são reunidos para guarda nos Arquivos Eclesiásticos e, segundo Menezes, citando o Documento-base sobre a Arte Sacra presente no **Comunicado Mensal** nº 227, p. 134, “Os documentos escritos, muitos deles preciosos, quer pelo valor artístico, quer pelo valor histórico, devem ser reunidos em arquivos paroquiais, diocesanos ou interdiocesanos, para que sejam preservados e colocados a serviço dos estudiosos e pesquisadores” (Menezes, 2006, p. 82). Além disso, esses documentos devem ser acessíveis à comunidade.

Sobre a função dos arquivos eclesiásticos, estes apresentam a função pastoral. Na Carta circular de 1997 elaborada pela Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja consta “A função pastoral dos arquivos eclesiásticos” e, segundo Menezes:

Na *mens* da Igreja, com efeito, os arquivos são lugares da memória das comunidades cristãs e fatores de cultura para a nova evangelização. São, pois, um bem cultural de primeira importância, cuja peculiaridade está em registrar o percurso feito ao longo dos séculos pela Igreja em cada uma das realidades que a compõem (Menezes, 2006, p. 83).

Esse trecho ressalta a importância dos arquivos na Igreja, apresentando-os como lugares que guardam a memória das comunidades cristãs. Da mesma forma, enfatiza que os arquivos são considerados um bem cultural de primeira importância, conferindo-lhes um *status* significativo dentro da tradição eclesiástica. Sabe-se que ao longo dos séculos muitos objetos foram preservados pela Igreja e fazem parte do seu percurso histórico em diversos lugares. Em Minas Gerais, os livros e documentos podem ser encontrados nos arquivos históricos, diocesanos, paroquiais e também nos pequenos acervos presentes nas igrejas que não se caracterizam como um arquivo, sendo muitos deles documentos considerados um bem cultural.

### 1.3. Arquivos Paroquiais Mineiros

Os acervos paroquiais das Minas Gerais surgiram a partir do povoamento dos arraiais, já em fins do século XVII e início do XVIII, com a ocupação e colonização da região e o advento da exploração mineradora, sobretudo aurífera. A cidade de Mariana, localizada no estado de Minas Gerais, é detentora de um grande acervo documental histórico, reunido atualmente no Arquivo Eclesiástico Dom Oscar de Oliveira. Contudo, o acervo é ainda maior, uma vez que muitas igrejas mineiras possuem livros e documentos em sua posse e cabe a elas a responsabilidade de preservá-los.

No surgimento dos povoados mineiros, a religiosidade se torna fervorosa, “os colonizadores eram devotos e, ao chegarem às Minas, traziam um pequeno oratório portátil. Nele se encontrava o santo protetor, que poderia ser uma Virgem, um Santo Antônio, São Sebastião etc. Para dar abrigo à imagem, construía-se capelinhas” (Campos, 1998, p. 12). Boschi explica que:

[...] as capelas tornavam-se não apenas palco de práticas religiosas, como também centro de vida social. Por conseguinte, ao erigirem seus templos os indivíduos não tiveram presentes apenas propósitos espirituais. E foi sob a sombra das capelas e com essa perspectiva associacionista que os primeiros mineiros se aglutinaram para instituir suas irmandades (Boschi, 1986, p. 22).

Nessa circunstância, as associações leigas assumem papel importante na sociedade, sendo responsáveis pelas construções de grandes templos religiosos, conforme explicam Pires e Bohrer:

[...] estas associações leigas foram as principais encomendantes das obras religiosas, e responsáveis pela construção das grandes matrizes de pedra, das capelas filiais e da ornamentação das mesmas, contratando para a execução dos trabalhos mestres de obras, carpinteiros, entalhadores, pintores, douradores, entre outros na numerosa gama de ofícios mecânicos existentes e essenciais para o sistema construtivo do período (Pires; Bohrer, 2021, p. 285).

Entre as associações religiosas leigas desse período, Boschi (1986) cita as “confrarias, arquiconfrarias, irmandades e ordens terceiras”, que contribuíram para a estruturação da sociedade no Período Colonial. E é dentro desse contexto, com as construções dos templos, a contratação de mão de obra, a ornamentação, entre outros ofícios, conforme explicado pelos citados autores, que começam a surgir também os primeiros livros e documentos que se encontram atualmente nos acervos mineiros.

As referidas associações religiosas nesse período histórico eram organizadas, e todo o trabalho realizado era registrado em livros pelos membros dessas associações, que faziam o registro das atividades em livros de compromissos manuscritos. “Os **livros de compromissos** são estatutos que regiam as irmandades, associações que assumiram uma importância indiscutível na organização da sociedade colonial” (Almada, 2012, p. 20). Para Boschi, as irmandades “foram e são instituições que espelham e retratam os diversos momentos e contextos históricos nos quais se inserem” (Boschi, 1986, p. 12).

Os Livros de Compromissos “continham as normas que procuravam regular as condutas dos congregados, bem como as principais atividades desenvolvidas: festas, procissões, assistência a irmãos doentes ou carentes e acompanhamento fúnebre” (Almada, 2012, p. 20). “Esses estatutos deveriam ser aprovados pelas autoridades eclesiásticas e civis; portanto, ou eram enviados para as sedes dos Bispados ou para os órgãos administrativos competentes na metrópole” (Almada, 2012, p. 20). Assim, dentro do domínio português ultramarino, estavam sujeitos ao controle da Coroa nos exercícios dos seus direitos de padroados. Esses livros apresentavam caráter religioso e jurídico, seguindo uma redação regulamentadora. Na constituição textual dos livros de compromissos se encontram o termo de abertura, os capítulos e o termo de fechamento. De acordo com Montanheiro (2008), ao longo dos capítulos são retratados membros que podem participar da irmandade, cargos, eleições, atas de reuniões, doações dos membros, assistência a irmãos doentes, receitas e despesas, multas, conciliação e

expulsão dos irmãos, missas, procissões, celebrações de festas, registros de alfaias e bens imóveis.

Um exemplo é o Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de 1844, pertencente à Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Turvo, atualmente Igreja de Nossa Senhora da Conceição, da cidade de Senador Firmino, em Minas Gerais (Figura 2A). E, ao lado, mostra-se o detalhe da primeira folha do Livro de Compromisso (Figura 2B); em sua constituição textual, o Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário apresenta 12 capítulos, além de termos de abertura e fechamento.

A respeito desse livro, no Capítulo 1 são definidos os membros que podem ser aceitos pela Irmandade (negros livres, libertos e de todos os sexos); no Capítulo 2, abordam-se os cargos, a forma de eleição e a formação da mesa e da posse; no Capítulo 3, determina-se a reunião de mesa aos domingos; no Capítulo 4, trata-se dos votos na eleição e sobre a posse de cargos; no Capítulo 5, cita-se a competência dos cargos (juiz, mesário e escrivão); no Capítulo 6, determina-se o montante pago por cada membro à irmandade; no Capítulo 7, trata-se das missas, do capelão e das missas pelas almas; no Capítulo 8, aborda-se a sepultura dos irmãos falecidos; no Capítulo 9, explana-se sobre a celebração de Nossa Senhora do Rosário; no Capítulo 10, orienta-se o direito de esmola; no Capítulo 11, trata-se do compromisso da irmandade em relação à padroeira, Nossa Senhora do Rosário; e no Capítulo 12, descrevem-se os demais livros usados pela Irmandade.

No entanto, diferente de muitos Livros de Compromissos que possuem ornamentação e luxo, o livro da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário não possui decoração interna e externa. Dessa forma, considera-se a possibilidade de que esse livro possa ser uma cópia do original ou, por ser um livro da metade do século XIX, apresentar a mudança de estruturação estética com características mais simplificadas ocorridas nesse período, conforme explica Almada: “[...] a partir da primeira década do século XIX percebe-se uma mudança na estruturação estética do manuscrito, perdendo-se as características ornamentais que marcaram o século XVIII” (Almada, 2012, p. 21).

Figura 2 – A- Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, Senador Firmino, 1844; e B- Detalhe da primeira folha



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Para além das informações, os Livros de Compromissos apresentam, em sua estética, ornamentações e, segundo Almada (2012), alguns eram ricamente adornados. Almada é uma estudiosa dos “Livros de Compromissos” do século XVIII e neles realizou um estudo sobre as caligrafias e pinturas desses manuscritos. Essa autora explica que foi “a partir dos compromissos das irmandades que surgiram todas as perguntas sobre as relações artísticas, profissionais e sociais que envolviam a caligrafia, a pintura e também sobre as demandas culturais que motivaram sua execução e uso” (Almada, 2012, p. 21). As peculiaridades que envolvem os Livros de Compromissos são assim detalhadas:

Alguns exemplares desses estatutos eram ricamente adornados, contendo frontispícios, vinhetas e letras capitulares com volteios caligráficos e/ ou pinturas a têmpera, ouro e prata. Em grande parte, o texto era redigido com caligrafia elaborada (chamada escrita magistral), sendo algumas vezes executadas com pigmentos metálicos, compondo desenhos gráficos requintados. Nesses documentos, a escrita e a pintura tinham como suporte papéis de boa qualidade, reunidos em encadernação de luxo com revestimentos de materiais nobres como o veludo e a seda. Geralmente o compromisso era composto por portada ou frontispício, página de rosto e os capítulos em si. Poderiam conter também termos de abertura e fechamento feitos por notários ou escrivães públicos, rubricas, assinaturas e receber adições de pareceres, ofícios, despachos, provisões ou alterações posteriores (Almada, 2012, p. 20; 21).

A seguir, mostram-se dois belíssimos exemplos da ornamentação presente nesses Livros de Compromissos e que se encontram no livro “Das Artes da Pena e do Pincel: caligrafia e pintura em manuscritos no século XVIII” – Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar das Congonhas, Minas Gerais, 1725

(Figura 3A). Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Pilar, Matriz de Vila Rica, Minas Gerais, 1734 (Figura 3B). Nesse exemplo, chama-se a atenção para a importância da preservação desses Livros de Compromisso, que neste caso os seus bons estados de conservação contribuíram para os estudos sobre a caligrafia e pintura dos manuscritos do século XVIII. No entanto, nem sempre encontramos esses livros em bom estado de conservação para realizar as pesquisas.

Figura 3 – A- Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar das Congonhas, Minas Gerais, 1725. B- Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Pilar, Matriz de Vila Rica, Minas Gerais, 1734



Fonte: Livro das Artes da Pena e do Pincel: caligrafia e pintura em manuscritos do século XVIII, 2012, p. 237; 239.

Outro livro analisado para esta pesquisa é o Livro de Registro de Entrada de Irmãos à Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, de 1789, manuscrito em papel de trapo que contém desenhos provavelmente em aquarela nas folhas de rosto e na penúltima página (Figura 4). Na Figura 4A, a primeira folha contém um desenho com as letras M e A entrelaçadas, desenho esse relacionado à irmandade, representando o símbolo da Congregação Mariana, na cor azul, com detalhes em vermelho. Abaixo do símbolo está inscrito o ano de abertura do livro, “1789”, na cor vermelha. Acima do símbolo está desenhada uma coroa imperial na cor amarela, com detalhes em verde, vermelho e azul. A penúltima página do livro (Figura 4B) também contém

um desenho com um coração flamejante na cor rosa, com detalhes de vasos sanguíneos na cor vermelha, transpassado por uma espada amarela; e abaixo do coração está desenhado o símbolo mariano em vermelho.

Figura 4 – A- Desenho na folha de rosto. B- Desenho na folha de fechamento do capítulo do Livro de Registro de Entrada de Irmãos à Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, 1789



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

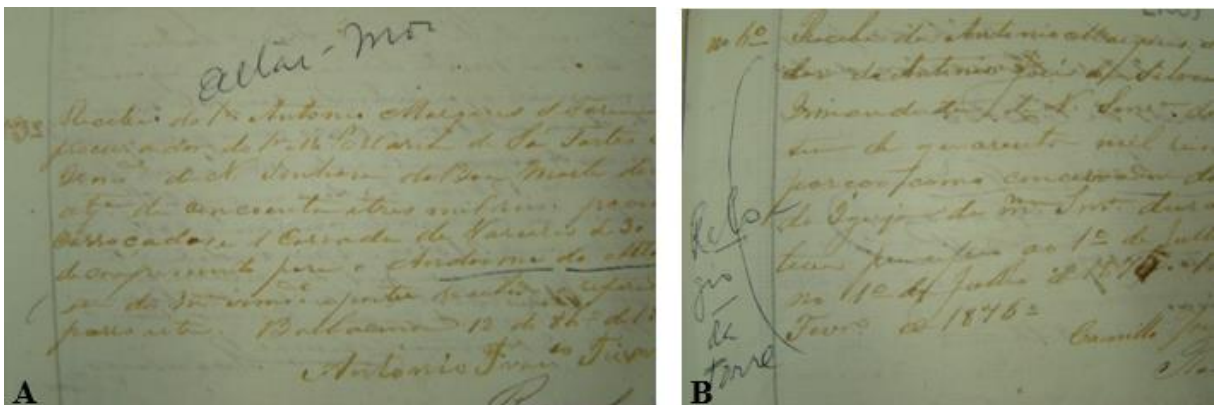
No que tange às tipologias dos acervos documentais da Igreja Católica, encontram-se alguns exemplos: Livros de Compromisso, Livro de Receitas e Despesas, Livro de Atas, Livro de Escrituração, Livro de Testamentos e Inventários, Livro de Estatutos, Livro de Termos de Entrada de Irmãos, Livro de Contas Correntes, Livro de Eleições, Livros de Registro Paroquial, entre outros. Além de livros litúrgicos impressos: Bíblia Sagrada, livros de oração, missais etc. Alguns livros apresentam informações sobre as construções dos templos religiosos do período, trazendo as receitas e despesas das construções, aquisições de materiais, compras de objetos de decoração para o templo, entre outras informações importantes. No Livro de Receitas da Irmandade da Boa Morte, 1789, encontra-se dentro das características de construção desse livro a utilização de selos (Figura 5); esses selos evidenciam igualmente a escrita, testemunhos das histórias das instituições. Destaca-se nesses livros os recibos de pagamentos sobre as aquisições de objetos e bens integrados para o templo, como mostrado no exemplo da Figura 6A: recibo de pagamento do altar-mor e da Figura 6B: detalhe do recibo de pagamento do relógio da torre.

Figura 5 – Detalhe dos selos no Livro de Receitas da Irmandade da Boa Morte, 1789



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Figura 6 – A- Recibo de pagamento do altar-mor. B- Detalhe do recibo de pagamento do relógio da torre



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Outro exemplo é o Livro de Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco de Diamantina, datado de 1856 (Figura 7). Esse livro possui encadernação plena em tecido veludo, manuscrito com tinta metaloácida em papel de trapo com ilustrações de artistas da época (Figura 8); a primeira gravura possui a assinatura do artista “Estanislau Antônio de Miranda”.

Figura 7 – Livro de Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco de Diamantina, 1856, Arquivo Histórico Arquidiocesano de Diamantina



Fonte: Arquivo Histórico Arquidiocesano de Diamantina, 2023 (foto do acervo da autora).

Figura 8 – Ilustração no livro de Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco de Diamantina, com assinatura de Estanislau Antônio de Miranda, 1856



Fonte: Arquivo Histórico Arquidiocesano de Diamantina, 2023 (foto do acervo da autora).

Aliam-se ao acervo documental eclesiástico presente nas paróquias os documentos reunidos e encadernados que resultam em livros de registros paroquiais, também chamados de Assentos Paroquiais, que estão relacionados aos sacramentos: nascimento, batismo, casamento, óbitos e sepultamentos. Sabe-se que as instituições religiosas custodiaram os primeiros registros civis no Brasil e “a prática de registrar os principais estágios da vida do homem – nascimento, casamento e morte –, bem como a custódia do fundo resultante desses assentos, eram atividades exclusivas da Igreja no Brasil até o final do século XIX” (Santos, 2005, p. 31). Os livros de Registros Paroquiais apresentam importância como fonte de conhecimento sobre os indivíduos e sua vida social:

As características únicas transformaram os Registros Paroquiais em fontes de primeira linha para se chegar às populações e às sociedades do passado, passando por seus traços culturais particulares. Estas séries documentais, com acuidade especial podem ser fontes inestimáveis para o conhecimento das mentalidades, dos comportamentos, das sensibilidades de sociedades do passado (Marcílio, 2014, p. 17).

Além de essas fontes oferecerem “pistas à complexidade e à pluralidade da cultura, bem como da sociedade, dos indivíduos e das subjetividades [...]” (Dal Cin, 2017, p. 30), elas permitem identificar:

[...] a filiação; o número de integrantes de cada família; a sazonalidade dos nascimentos e dos casamentos; a profissão dos pais e dos nubentes; o lugar de nascimento e os casamentos realizados; as redes de solidariedade estabelecidas na comunidade e/ou vizinhança; a mortalidade infantil e a expectativa de vida; as doenças; as relações entre etnias e religiões, dentre outros aspectos (Dal Cin, 2017, p. 32).

Ainda segundo Dal Cin:

Os registros paroquiais se tornaram fontes de grande importância para a História, dados, que em muitos casos, são os únicos que encontramos diante da inexistência de registros oficiais de órgãos relacionados ao Estado. A riqueza de detalhes desses documentos, em função da diversidade de suas informações, abre um enorme leque de possibilidades de estudos e análise da vida e do cotidiano dessas famílias e comunidades (Dal Cin, 2017, p. 33).

Dessa forma, os múltiplos elementos e informações presentes nesses documentos evidenciam a diversidade de temas que podem ser abordados em pesquisas. Dal Cin buscou os registros paroquiais para identificar:

Quando e com que intensidade as pessoas nasciam, migravam, casavam e morriam. Etapas que geralmente estão presentes na vida de qualquer pessoa, mas interessa aqui abordar a complexidade de cada uma destas esferas na localidade de Conventos, entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX. Procurou-se responder a

alguns questionamentos, por exemplo, a partir dos registros eclesiásticos de matrimônios: o casamento se dá somente entre membros da comunidade 33 evangélica? Como elas foram tratadas? Haveria uma melhor idade e tempo específico para a realização do casamento? Qual seria o perfil socioeconômico, familiar e profissional do noivo e da noiva? Outras reflexões se referem a partir do levantamento dos registros de óbitos: Quais seriam as condições de higiene, levando-se em conta determinadas doenças cotidianas? Quais as moléstias que provocaram mortalidade infantil, bem como de homens e mulheres? Qual a incidência de morte de mulheres no parto? E de mortes em consequência de fatalidades? (Dal CIN, 2017, p. 32; 33).

Percebem-se nesse fragmento a dimensão e complexidade que envolvem esses documentos. Nota-se que a partir desses assentamentos podemos encontrar muitas respostas nas informações presentes nos livros de registros paroquiais. De fato, muitos desses livros foram enviados pelas paróquias para guarda nos arquivos históricos e eclesiásticos, porém se sabe da existência de livros sob a guarda dos arquivos paroquiais ou, mesmo, das secretarias de algumas igrejas, constituindo o seu acervo. Almada (2012) completa que no Brasil, além dos acervos já citados, encontram-se esses documentos sob a guarda de arquivos da administração pública, bibliotecas, museus e em coleções privadas.

Além dos livros manuscritos, encontram-se aqueles utilizados para o ensinamento catequético e para a celebração. Nesta pesquisa foram identificados missais impressos em prelos importantes, alguns de origem italiana, outros da cidade de Antuérpia, atual Bélgica, sendo este último renomado centro tipográfico daquela época. Sabe-se que até 1808, no Brasil, não existia tipografia, e todos os livros impressos eram, portanto, importados. Entre os livros analisados, destaca-se um missal italiano do século XVII (provavelmente de 1689), da Paróquia de São Caetano (Figura 9). Esse livro é um bem móvel tombado pelo SPHAN, atual IPHAN. Outro Missal identificado nos relatórios é da tipografia Plantiniana<sup>9</sup> (Figura 10), impresso em 1711 e que está entre os Missais de grande importância que circularam nas Minas Gerais no século XVIII.

---

<sup>9</sup>Tipografia Plantiniana – Tipografia que prestava serviços para a Igreja Católica, criada em 1555, localizada em Antuérpia (atual Bélgica), por Christopher Plantin (1520-1589).

Figura 9 – Missal italiano, século XVII



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Figura 10 – Missal Romano impresso pela tipografia Plantiniana de 1711



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

O Missal é um “manual litúrgico que contém as partes recitadas e cantadas da missa para os dias do ano e as festas religiosas, com a indicação das cerimônias que as acompanham. É uma combinação de sacramentário e gradual e contém orações, leituras, cânticos, bênçãos, ordinário [...]” (Faria; Pericão, 2008, p. 503). No entanto, os missais ultrapassaram sua principal função, foram utilizados por artífices na ornamentação dos templos coloniais. São livros impressos com ilustrações de temas bíblicos e que se tornaram, no Período Colonial, verdadeiros mensageiros iconográficos – “é interessante observar como os missais acabaram se transformando em mensageiros iconográficos, em pontes criativas, que, neste caso, uniam visualmente a distante Flandres e Minas Gerais” (Bohrer, 2020, p. 167;168). Segundo Silva:

As gravuras, sobretudo dos missais romanos, foram por séculos a arte para a exteriorização da memória coletiva. Copiadas à exaustão, replicam a cultura católica e assumem caráter didático e catequizante. No entanto, se por um lado as artes gráficas causam influência no imaginário coletivo, por outro, é também verdade que são influenciadas pelo seu tempo e espaço.

Nesse aspecto, os missais apresentaram durante o período colonial, funções múltiplas, que vão além da sua função para o qual foram criados, livro usado para o culto, celebrações de ritos religiosos (Silva, 2016, p. 2).

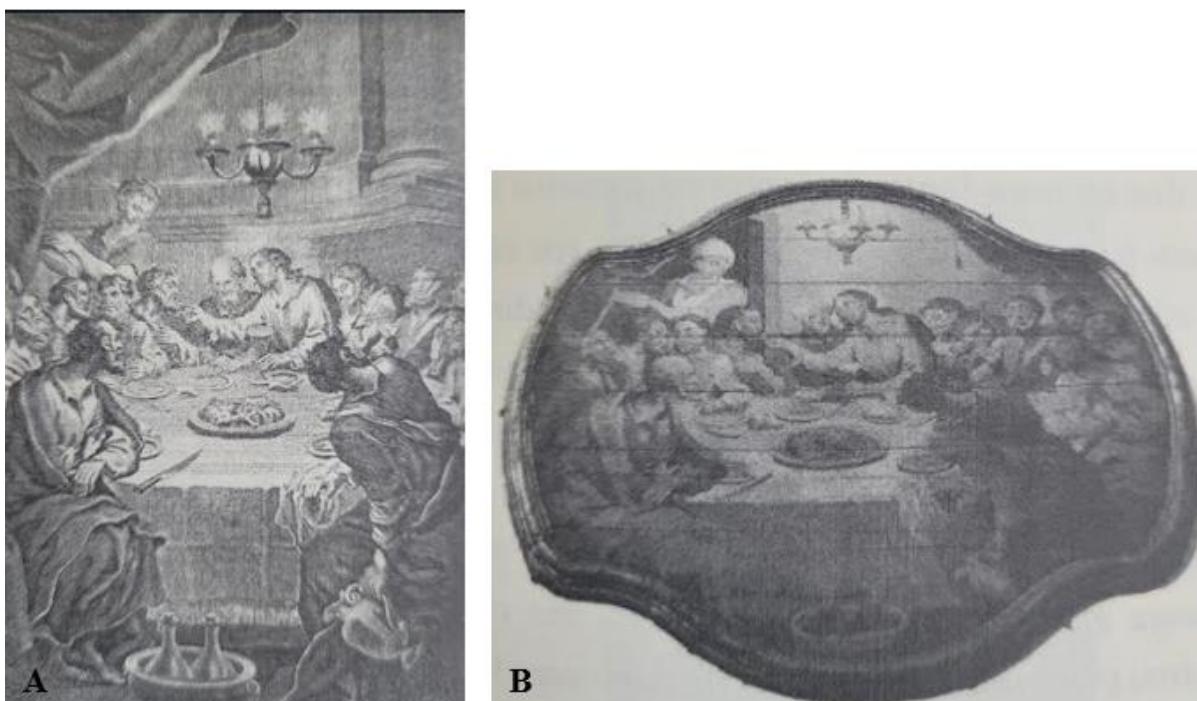
Na prática, os missais, “ao mesmo tempo que serviam para as missas, tendo utilidade prática, se tornaram, sem dúvida, alvo de outros usos, de outros desejos. Belos, quase todos adornados com detalhadas gravuras, eram símbolos de bom gosto e modernidade [...]” (Bohrer, 2020, p. 156). Normalmente, as ilustrações desses missais eram com gravuras de qualidade, elaboradas sobre matriz de metal, podendo ser aço ou cobre, conhecidas como gravura em metal e faziam parte da sua técnica construtiva, trazendo nas estampas temas religiosos. As gravuras mais recorrentes encontradas nos missais são destacadas nos estudos de Bohrer:

[...] nos séculos XVII, XVIII e parte do XIX, estas gravuras principais eram, em geral, de boa lavra, executadas por gravadores europeus. Os desenhos variavam de tema conforme a liturgia vivida pela igreja durante determinadas épocas do ano. Podemos distribuir assim a presença das imagens dentro da estrutura dos missais, obedecendo à ordem de apresentação mais comum nos originais: 1- Anunciação; 2- Natividade; 3- Epifania (Adoração dos Magos); 4- Crucificação; 5- Ressurreição; 6- Ascensão de Cristo; 7- Pentecostes; 8- Santa Ceia; 9- Assunção da Virgem; 10- Santíssima Trindade e Todos os Santos (Bohrer, 2020, p. 149).

De acordo com Bohrer (2020), os missais impressos fizeram parte dos efervescentes panoramas artístico e cultural mineiros. Conseqüentemente, essas gravuras serviram de fonte e inspiração para os artistas dessa época realizarem as pinturas presentes nos forros de muitas igrejas mineiras. Alguns temas dessas gravuras, como as cenas da “Assunção da Virgem”, foram, segundo Bohrer, o tema predileto de vários artistas, que cobriram em grandes dimensões

os forros da capela-mor ou das naves das igrejas; além desse tema, ainda segundo esse mesmo autor, outro tema predileto pelos artistas mineiros foi a Santa Ceia. A importância do uso das gravuras presentes nos missais está no livro “O Discurso da Imagem”; um exemplo é a gravura representando a Santa Ceia presente em um Missal (Figura 11A), com base na qual foi realizada a pintura da Santa Ceia (Figura 11B) pelo célebre artista Manoel da Costa Ataíde, na capela-mor da Igreja de São Francisco de Assis, em Ouro Preto, MG.

Figura 11 – A- Gravura “Santa Ceia” presente no Missal utilizada por artistas na ornamentação da capela-mor da Igreja de São Francisco de Assis, em Ouro Preto-MG. B- Pintura “Santa Ceia”, do artista Manoel da Costa Ataíde, na capela-mor da Igreja de São Francisco, em Ouro Preto



Fonte: Livro “O Discurso da Imagem”, 2020, p. 177.

Nessa breve explanação sobre os principais livros encontrados nos arquivos paroquiais mineiros, procurou-se mostrar a importância da informação presente nesses livros para diversos estudos, que vão além das informações relacionadas aos indivíduos e à sua vida social. Sobre as fontes impressas, estas contribuíram para a disseminação da informação e do conhecimento, sobretudo na explanação anterior, em que a preservação desses livros contribuiu para estudos iconográficos, estudos das pinturas das igrejas, identificação de artistas da época e das fontes impressas que vieram de procedências diversas e estudos sobre as tipografias. Isso, conforme visto nos estudos de Bohrer, buscou identificar e analisar as gravuras dos missais romanos

presentes nos velhos arquivos de algumas paróquias mineiras, os quais, junto a essa análise, trouxeram outras diversas possibilidades de pesquisas e aprofundamentos.

### 1.3.1. Estudo de caso 1 – Arquivo da Fundação de Arte de Ouro Preto

A Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP) é uma instituição que surgiu em 1968 e contempla a primeira escola de restauro do Brasil, o Núcleo de Conservação e Restauração, localizado na Rua Alvarenga, 794, no Bairro Cabeças, na cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais. O primeiro curso para a formação de conservadores-restauradores foi criado pelo restaurador Jair Afonso Inácio, no início da década de 1970, em parceria com a Escola de Arte Rodrigo Melo Franco de Andrade (EARMFA) (Figura 12). A FAOP tem como missão formar e capacitar profissionais com postura crítica e ética na área de Conservação e Restauro de Bens Culturais. Entre os principais serviços realizados pela FAOP, destacam-se parcerias com comunidades detentoras de acervos culturais, que fornecem os objetos em processos de degradação ou deterioração, como material didático, para serem restaurados pelos alunos que ingressam no Curso Técnico em Conservação e Restauro de Bens Culturais. Em contrapartida, a Fundação devolve os objetos restaurados e acondicionados para as comunidades.<sup>10</sup> Os livros e documentos restaurados pela FAOP são, em sua maioria, históricos da Igreja Católica e pertencem à Arquidiocese de Mariana, que abrange 79 municípios e possui 123 paróquias, sendo essa a relevância e uma das principais justificativas pela escolha desse arquivo.

Figura 12 – Casa Bernardo Guimarães – Escola de Arte Rodrigo Melo Franco de Andrade, da Fundação de Arte de Ouro Preto



Fonte: Registro da autora – Acervo particular, 2023.

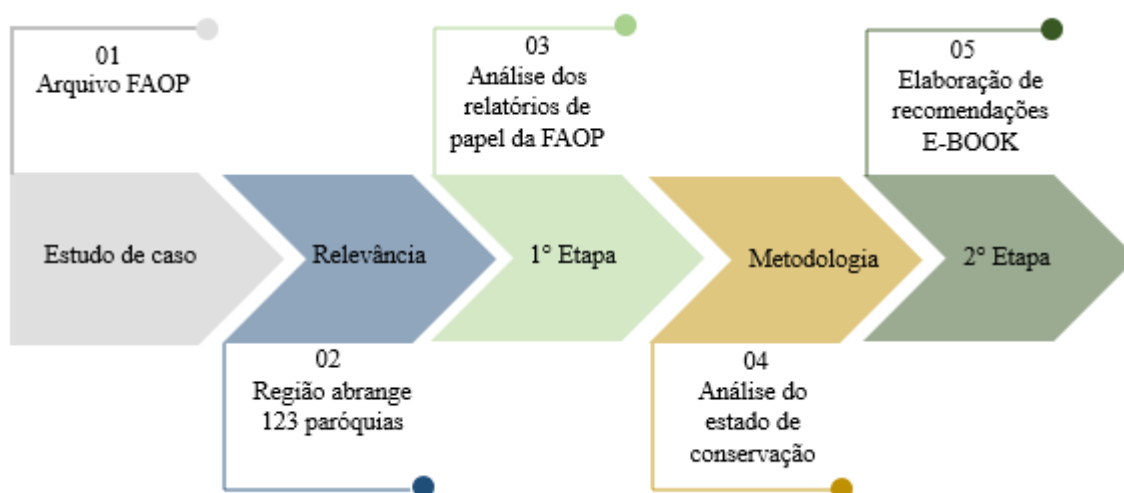
---

<sup>10</sup>Informações sobre a FAOP. Disponível em: <http://www.faop.mg.gov.br/apresentacao.php>. Informações sobre a missão: <http://www.faop.mg.gov.br/missao-visao-valores.php>.

A escolha do arquivo de relatórios da Fundação de Arte de Ouro Preto se deve à minha experiência profissional vinculada a essa instituição como professora da disciplina de Conservação e Restauração de Papel e da Conservação e Restauo de Obras. Nessa experiência, tive contato com muitos livros e documentos pertencentes à Igreja Católica que instigaram a minha pesquisa do mestrado: essa motivação se deveu ao estado de conservação<sup>11</sup> em que os livros e documentos chegavam para ser restaurados, surgindo indagações sobre como contribuir com a preservação desses acervos documentais presentes nas paróquias do interior mineiro.

Neste estudo de caso, em termos metodológicos, foram analisados os relatórios técnicos impressos e digitais da Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP), da área de papel, elaborados pelos alunos do Curso Técnico em Conservação e Restauo de Bens Culturais da Escola de Arte Rodrigo Melo Franco de Andrade (EARMFA), conforme mostrado no organograma da metodologia de pesquisa (Figura 13), com recorte entre 2009/2023, orientados por vários professores. Os relatórios anteriores a esse período não foram encontrados. Há que acrescentar que, no período da pandemia de COVID, entre 2020/2022, as aulas presenciais ficaram suspensas, não resultando relatórios técnicos.

Figura 13 – Organograma da metodologia de pesquisa



Fonte: Elaboração da autora, 2023.

Os relatórios técnicos apresentam todas as análises e procedimentos interventivos realizados pelos alunos durante os processos de ensino no curso técnico. Nessa análise, buscou-

<sup>11</sup>Estado de conservação – Conjunto de informações que permitem descrever, identificar e avaliar o estado de integridade física em que se encontra um bem cultural, em determinado momento e em uma situação concreta (Bojanoski, 2018, p. 18).

se identificar os livros eclesiásticos e o estado de conservação em que eles chegaram ao laboratório de papel para serem restaurados, além dos principais danos<sup>12</sup> resultantes dos processos de degradação e deterioração.

### 1.3.2. Estudo de caso 2 – Arquivo Histórico Arquidiocesano de Diamantina

O Arquivo Histórico Arquidiocesano de Diamantina está localizado na Sede da Cúria Arquidiocesana de Diamantina, na Rua Jogo da Bola, 173, Centro, na cidade de Diamantina, em Minas Gerais (Figura 14). A escolha desse arquivo com a localização no Norte de Minas Gerais se deu por ele reunir livros e documentos históricos da Igreja Católica pertencentes a diversas paróquias dessa região. A metodologia de pesquisa nesse estudo de caso foi realizar a avaliação do estado de conservação através da visita *in loco*, conforme organograma de pesquisa (Figura 15). Essa visita permitiu uma análise sobre o estado de conservação em que os livros chegam a esse arquivo para guarda, além de identificar os meios utilizados para sua conservação, bem como as dificuldades encontradas pelo administrador do arquivo e de funcionários na preservação do acervo.

Figura 14 – Sede da Cúria Arquidiocesana de Diamantina onde fica localizado o Arquivo Eclesiástico



Fonte: Elaboração da autora, 2023.

---

<sup>12</sup>Danos – Alterações e deformações resultantes dos processos de deterioração ou de degradação dos bens culturais, podendo ter origens química, física ou biológica (Bojanoski, 2018, p. 14).

Figura 15 – Organograma da metodologia de pesquisa



Fonte: Elaboração da autora, 2023.

Segundo o entrevistado, “pertencem a esta região mais de cinquenta paróquias, e muitas delas já encaminharam seus livros e documentos para guarda no Arquivo Histórico, porém outras ainda guardam consigo livros e documentos”. Contudo, existem no acervo livros de outras paróquias e igrejas que não pertencem atualmente à Arquidiocese de Diamantina: “a Arquidiocese de Diamantina foi criada em 1854 e algumas outras dioceses foram desmembradas, e aí alguns documentos ficaram no arquivo e outros retornaram para as igrejas a que pertencem”.<sup>13</sup>

O Arquivo Histórico Arquidiocesano de Diamantina (Figura 16) possui um acervo composto por livros e documentos relacionados à Igreja Católica, como Livros de Batismo, Crisma, Casamento e Óbitos das Irmandades de Diamantina e da região que abrange a Arquidiocese. Além de documentos pessoais dos bispos anteriores, há um acervo completo do Jornal “A Estrela Polar”, de grande relevância, pois se trata de um jornal católico do início do século XX, que retrata a vida cotidiana de Diamantina e região e as principais notícias do país e do mundo naquele período.<sup>14</sup>

Atualmente, a Arquidiocese de Diamantina abrange 34 municípios e neles se encontram as paróquias, que estão divididas por Foranias. Ao todo existem na arquidiocese de Diamantina 59 paróquias.<sup>15</sup>

<sup>13</sup>Entrevista de pesquisa concedida em 26 de abril de 2023 na cidade de Diamantina.

<sup>14</sup>Informações sobre o acervo. Disponível em: <http://www.arquidiamantina.org.br/acervo>. Acesso em: 4 maio 2023.

<sup>15</sup>Informações sobre as Foranias e Paróquias da Arquidiocese de Diamantina. Disponível em: <https://arquidiamantina.org.br/home/parouquia>. Acesso em: 5 maio 2023.

Figura 16 – Arquivo Histórico Arquidiocesano de Diamantina



Fonte: Arquivo Histórico Arquidiocesano de Diamantina, 2023 (foto do acervo da autora).

Sobre os Livros de Registros Paroquiais da Arquidiocese de Diamantina, a funcionária explicou que o arquivo recebe pesquisadores do mundo inteiro, além de pessoas da comunidade e dos próprios padres, para realizar pesquisas sobre a árvore genealógica e a busca por certidões religiosas. Os Livros de Registro de Sacramentos que se encontram no arquivo abrangem uma temporalidade que vai do século XVIII ao século XX.

Nos Livros de Registros de Batismos, encontram-se os nomes do batizado, dos pais e dos padrinhos, e observa-se que os nomes dos avós não eram informados. É interessante falar da forma de registro nos livros mais antigos, a data de nascimento não é precisa, característica da época, datas exatas são mais raras nesse tipo de registro, “são mais vagas”, apresentando-se quase sempre como “nascido há dois meses” ou “de dois meses de idade”. Sobre a localidade do nascimento nem sempre era informada com exatidão, pois se trata apenas da nação de origem (natural de Itália, Prússia, Alemanha etc.), a menos que fosse natural do Brasil – nesses casos, era mais comum informar a cidade de nascimento.<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup>Informações sobre Livro de Batismos. Disponível em: <http://www.arquidiamantina.org.br/acervo/servicos.html>. Acesso em: 4 maio 2023.

Os Livros de Registro de Casamentos pertencem ao século XVIII, estendendo-se até metade do século XX. Nos Livros de Registro de Casamentos, encontram-se o nome do casal, o nome dos pais, o nome das testemunhas e do celebrante e o local da cerimônia. Nesses livros, as datas dos casamentos já são claras.<sup>17</sup> Os Livros de Registro de Óbitos pertencem ao século XVIII até metade do século XX. Nos Livros de Registro de Óbitos, encontram-se o nome do falecido, o nome dos pais, as informações sobre o estado civil, o nome do cônjuge, a idade do falecimento e o local do sepultamento.<sup>18</sup>

Como visto, a escolha dos dois arquivos apresentados se deve à sua relevância na abrangência das paróquias mineiras detentoras de acervos documentais históricos. No arquivo da FAOP, encontram-se os relatórios de livros e documentos restaurados de aproximadamente 123 paróquias pertencentes à Arquidiocese de Mariana e de outras presentes no Sul de Minas Gerais, enquanto no arquivo histórico de Diamantina são mantidos livros e documentos de aproximadamente 59 paróquias de sua arquidiocese e de outras paróquias presentes no Norte do estado.

Assim, a escolha criteriosa de arquivos presentes no Sul e Norte de Minas Gerais permitiu ampla análise sobre o estado de conservação de diversos livros de localidades diferentes, permitindo refletir sobre a existência ou ausência das atividades necessárias para a preservação nos acervos de origem, sendo possível, por meio do diagnóstico e do grau do estado de conservação dos documentos, compreender como esses materiais estavam sendo conservados antes de serem enviados para restauração na FAOP ou para guarda no arquivo histórico. Além disso, essa análise permitiu associar o aparecimento dos danos aos possíveis problemas presentes nos acervos de origem.

Assim, devido à importância desses documentos, é apresentada no próximo capítulo uma breve análise da técnica construtiva dos livros analisados em ambos os arquivos.

---

<sup>17</sup> Informações sobre Livro de Casamentos. Disponível em: <http://www.arquidiamantina.org.br/acervo/servicos.html>. Acesso em: 4 maio 2023.

<sup>18</sup> Informações sobre Livro de Óbitos. Disponível em: <http://www.arquidiamantina.org.br/acervo/servicos.html>. Acesso em: 4 maio 2023.

## CAPÍTULO 2

### ASPECTOS CONSTRUTIVOS DOS LIVROS E DOCUMENTOS ECLESIAÍSTICOS

No capítulo anterior foram apresentados alguns livros que compõem o acervo documental eclesiástico e os arquivos em que foram realizados os estudos de casos. Neste capítulo, é feita uma breve análise da técnica construtiva dos livros presentes nos relatórios técnicos do arquivo da FAOP e no Arquivo Histórico de Diamantina, com informações sobre suas coberturas, o papel e a tinta utilizados na escrita.

Enquanto profissional conservadora-restauradora, pude observar as técnicas utilizadas na confecção dos livros e raramente um livro apresenta as mesmas características do outro, possuindo cada um certa peculiaridade. Esses livros chamam a atenção pela evolução da técnica construtiva utilizada na sua fabricação, pela sua invenção e evolução. Observam-se coberturas que atualmente são consideradas raras, pois não é mais habitual, com a evolução tecnológica, confeccionar de forma artesanal livros com encadernações com coberturas plenas ou em meia-encadernação, utilizando-se pergaminho, pelica, tecidos, marmorizado etc., e com características na ornamentação. Esses livros também apresentam costuras feitas artesanalmente, modalidade em que os cadernos são unidos através da costura à mão feita sobre nervos.

O tipo de suporte utilizado para escrita também chama a atenção, visto que boa parte desses livros apresenta em seu miolo o **papel de trapo**, um papel artesanal de excelente qualidade; ao mesmo tempo, evidenciam-se a escrita desses livros e a tinta utilizada. No processo de escrita no Período Colonial, utilizavam-se instrumentos como a pena e o pincel, enquanto para a escrita da letra existiam manuais de caligrafia:

A escrita era vista como a origem de todas as ciências, a “alma do mundo”. Muitos mestres que publicavam manuais de caligrafia afirmavam que um indivíduo iletrado não seria capaz de realizar como um “homem perfeito”, pois a escrita era vista como “o princípio de todas as ciências e a chave Mestra que abre, descobre, traz à memória as coisas que souberam os antigos (Almada, 2012, p. 71).

Ainda segundo Almada:

A escrita, “esta arte maravilhosa que dá color e corpo aos pensamentos” ... Esta frase emitida por Torio de La Riva em 1798, representa uma ideia compartilhada por teóricos setecentistas no mundo europeu. Os conceitos de “cor” e “corpo” aplicados à escrita se relacionam à fixação do pensamento em suportes materiais, não apenas com o uso da pena, mas também do pincel, criando contextos visuais que permitiam outros níveis de leitura [...] (Almada, 2012, p. 129).

Ao longo dos tempos foram utilizados diversos instrumentos para escrita, como: cinzel, *graphium* ou *stylus*, estilete com haste de metal ou osso, caniço, pena, pincel etc. E boa parte dos documentos históricos analisados nesta pesquisa foi, provavelmente, escrita com o uso da pena e do pincel. Para realizar a escrita desses livros, utilizava-se tinta artesanal, entre elas, muito conhecida entre os restauradores, é a tinta ferrogálica, também chamada de tinta metalogálica. Sobre essas diversas características referentes a essa técnica presentes nos livros e documentos, os teóricos Ruskin e Alois Riegl, citados por Froner e Rosado, explicam que:

Objetos artísticos guardam, em vários níveis, informações valiosas relacionadas à técnica, aos materiais, estilo, aspectos sociais, políticos ou biográficos (tanto do produtor quanto do seu dono). Portanto, eles devem ser considerados, primeiro e acima de tudo, por meio de sua intenção original enquanto obra de arte. Alois Riegl relaciona o significado estético de uma obra ao seu valor artístico e a sua importância documental ao seu valor histórico (Froner; Rosado, 2008, p. 5).

Conforme essa explicação, nota-se que as características que agregam valores históricos estão relacionadas à importância documental e igualmente aos valores artísticos que estão relacionados com a parte estética dos livros. Entretanto, pensando nos livros para além da informação, foi nossa pretensão, nos próximos tópicos, compartilhar algumas informações da análise formal, estilística e da técnica construtiva que permitirão vislumbrar características únicas que envolvem os livros e documentos presentes nos acervos mineiros e que os associam a condições que os tornam livros especiais. A metodologia utilizada na escolha dos livros apresentados neste capítulo foi realizada mediante uma pré-seleção, em que foram observados os livros que apresentassem características diferenciadas em suas encadernações.

## **2.1. Encadernações**

Certamente, as encadernações e suas ornamentações são encantadoras e nos impulsionam durante as análises a buscar conhecê-las, por apresentarem características tão instigantes. É curioso pensar nas escolhas dos materiais e das decorações utilizadas nesses livros – sabe-se que existe uma arte presente na encadernação e ornamentação dessas obras, que trazem consigo um estilo dominante de determinada época. Entretanto, sabe-se também que as escolhas das encadernações e ornamentações dos livros das instituições religiosas estavam relacionadas, entre outros fatores, ao poder aquisitivo dessas instituições, motivo pelo qual alguns livros apresentam ornamentações mais requintadas, com decorações, pinturas e iluminuras.

A propósito, é preciso dizer que não há pretensão neste estudo aprofundar nos estilos e nem trazer abordagem detalhada das técnicas de encadernações, bem como suas coberturas e

ornamentação, visto que, para esta dissertação, ambicionamos explicar sobre a urgência da necessidade da preservação desses livros, que trazem, para além da informação escrita e impressa, características e materiais utilizados na sua técnica construtiva em determinado período da história, que com outros aspectos tornam relevante a sua conservação. Sobre tais questões, sobretudo pelo estado de conservação desses livros – “ironicamente” em avançado estado de deterioração –, pretende-se neste estudo demonstrar que as características das encadernações estão se perdendo pela falta de conservação adequada.

Ao longo da história, muitas encadernações se caracterizaram por estilos de época, apresentando beleza e luxo inquestionáveis e trazendo elegância e muito detalhamento na sua ornamentação rigorosa e representativa de certo período. A encadernação:

[...] remonta ao aparecimento do códice e o seu aspecto primitivo deve ter sido o de umas tabuinhas de madeira, vulgarmente cedro, com umas bandas de couro a envolver o texto e uma correia com que se apertava o conjunto. Começou, portanto, por ser uma simples técnica de proteção tendo acabado por evoluir gradualmente para a confecção de verdadeiras obras de arte executadas com uma técnica apurada, em que eram usadas matérias-primas de qualidade. As encadernações dos códices mais ricos eram com frequência ornamentadas com ouro, pedras preciosas e esmaltes. Podiam ser feitas nos materiais mais diversos, que iam das peles (*chargrin*, marroquim, camurça, pele da Rússia, pergaminho, tafilete etc.) aos papéis e às telas (Faria; Pericão, 2008, p. 280).

Percebe-se que o livro, no formato que conhecemos hoje, passou por vários processos e evoluções. Ao longo do tempo, ocorreram diversas modificações, como a substituição das tabuinhas de madeiras utilizadas para proteção dos livros pelo formato moderno que conhecemos hoje. Essa evolução deixa evidente a relevância que deve ser dada à conservação de livros e documentos históricos e artísticos, visto que apresentam o estilo de determinada época, além do fato de alguns documentos históricos serem considerados “códices”.<sup>19</sup>

Ao longo dos séculos, muitos estilos marcaram a história da encadernação, sendo diversos estilos trabalhados nas capas dos livros. Freitas (1941) destaca em “A Arte do Livro: manual do dourador e decorador de livros”: Bisantino, Monástico, Manuelino, Mouro e Árabe, Ataca, Renascença, Aldino, Grolier, Godofredo Tory, Henrique II, Tomás Maioli, Jaques de Thou, Henrique III, Henrique IV, Margarida de Valois, Canevari, Fanfarras, Le Gascon, Luiz XIII, Leques, Luiz XIV, D. João V, Pompadour, Papeloud, Derome, Luiz XVI, Império, Catedral, Século XIX, Simbólica, Pirogravura e a Arte moderna.

---

<sup>19</sup>Códice – Forma característica do manuscrito em pergaminho, em folhas reunidas de modo semelhante à do livro moderno, e assim denominada por oposição à forma do rolo; registro ou compilação de manuscritos, documentos históricos ou leis; código antigo, obra antiga de autor clássico. Volume de folhas de pergaminho, encadernadas na forma dos livros atuais (Cobra, 2003, p. 33).

De acordo com Martins (2002), entre as inúmeras técnicas de encadernação, existem dois tipos que se destacaram na Idade Média: a “encadernação de ourivesaria e a encadernação em couro”. As encadernações de ourivesaria eram luxuosas e foram utilizadas, sobretudo, para os livros da Igreja, sendo também conhecidas como “encadernações de altar”. No entanto, com o passar do tempo e com a chegada da industrialização, as encadernações ficaram mais simples, processo que faz parte de um novo período da história. Porém, mesmo com as mudanças desse período trazendo maior simplicidade na técnica e ornamentação, observa-se que alguns livros analisados nesta pesquisa apresentam características importantes em suas encadernações.

No processo construtivo de um livro, a encadernação envolve um conjunto de operações com etapas distintas, que vão desde a costura dos cadernos<sup>20</sup>, que formam o miolo do livro<sup>21</sup>, até a montagem do volume na capa. De acordo com o “Dicionário do Livro”, encadernação é a “operação de juntar folhas de um livro, costurando os cadernos e cobrindo o corpo do volume com uma capa mais grossa e sólida que a folha vulgar” (Faria; Pericão, 2008, p. 280). A capa tem a função de proteção para evitar que o miolo do livro, também chamado de corpo, se deteriore, mantendo-o assim conservado.

Segundo Cobra (2003), existem três tipos de encadernações: editorial, encadernação plena e meia-encadernação. A encadernação plena também é chamada de plana, em que a cobertura escolhida para revestimento da capa é inteira, cobrindo as pastas e o dorso; a meia-encadernação não possui o revestimento inteiro no mesmo material; geralmente se utilizam um material para confeccionar os espelhos e outro para a lombada e os cantos. As encadernações dos livros analisados se caracterizam por esses dois últimos tipos, com a utilização de materiais diferentes em suas capas, usando como coberturas das capas: pergaminho, pelica, couro, tecido e papel marmorizado. Em geral, algumas coberturas são mais simples, com o couro liso sem ornamentação, mas outras apresentam desenhos em sua ornamentação, gravados ou estampados. Algumas capas exibem guarnições do tipo: tiras de couro, cordões ou fechos metálicos para manter o livro fechado. Entretanto, lamentavelmente, devido ao estado de conservação dos livros analisados, alguns apresentam apenas resquícios dos seus materiais construtivos.

Em seguida, encontram-se alguns exemplos dos livros eclesiásticos com algumas informações e as características principais coletadas nos relatórios técnicos da FAOP, iniciando

---

<sup>20</sup>Cadernos – Nome que se dá à reunião das folhas impressas (e manuscritas), cuja paginação se segue. O caderno é sempre composto de pelo menos duas folhas, o que constitui o *in-folio*; o *in-4º* tem quatro, o *in-8º* tem oito e, assim, por diante. O *in-12* pode ser composto de dois cadernos de seis folhas cada um, ou 12 páginas, ou de um de quatro folhas e outro de oito (Martins, 2002, p. 283).

<sup>21</sup>Miolo do livro – O mesmo que corpo do livro, compreendendo as suas folhas costuradas ou coladas em cadernos. Maço dos cadernos do livro (Cobra, 2003, p. 64).

com o Livro de Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Catas Altas da Noruega, 1846/1894. Esse livro possui encadernação plena, com a cobertura da capa<sup>22</sup> inteira em couro liso com o título escrito com tinta metaloácida.<sup>23</sup> O couro é uma pele de origem proteica, material muito utilizado e encontrado nas coberturas dos livros:

Couro curtido de vários animais, usado em encadernação para revestir livros e proteger o miolo dos livros. O couro curtido de vários animais, como a vitela, o carneiro, a cabra, o gamo, o porco, a camurça, a cobra, etc., preparado e conservado através de diversos tratamentos químicos e mecânicos próprios, forneceu um material durável e resistente para a encadernação de livros ao longo dos séculos (Faria; Pericão, 2008, p. 567).

O tratamento do couro ideal para encadernação é:

[...] aquele curtido ao tanino, processo pelo qual no Oriente se produzem os marroquins, os chagréns e os tafilete. As peles, depois de alguns dias num banho de água e cal, eram despojadas do pelo e, devidamente lavadas; imersas abertas num tanque em cujo fundo depositava-se uma camada de pó de cascas vegetais; sobre as peles espalhava-se outra camada de pó e ali permaneciam seis meses ou mais, de onde saíam permeáveis, resistentes, ricas de qualidades que só o tanino lhes pode emprestar. Hoje, com a utilização de novos produtos, o curtimento é rápido, feito em poucas horas, mas o couro perde muito em qualidade (Cobra, 2003, p. 37).

Como visto nesses dois extratos, os processos de preparo da pele para as coberturas ao longo dos tempos também sofreram modificações, refletindo atualmente na qualidade das peles utilizadas nas encadernações.

O Livro de Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Catas Altas da Noruega (Figura 17) possui o estofa<sup>24</sup> em cartão e costura manual sobre seis nervos.<sup>25</sup> Seu miolo é em papel de trapo manuscrito com tinta metaloácida, contém os compromissos da Irmandade do Santíssimo Sacramento e possui 19 capítulos. Entre as peculiaridades desse compromisso, chama-se atenção para as duas chancelas: a chancela Episcopal com o brasão do Bispo de Mariana, Dom Antônio José Ferreira Viçoso (1787-1875); e a chancela imperial com o brasão do Império. A chancela é um tipo de “selo, sinete, que tem gravados a rubrica, o nome ou marca de pessoa, entidade ou repartição pública, para assinatura e autenticação de papéis, assinatura; rubrica, ato de chancelar” (Faria; Pericão, 2008, p. 157).

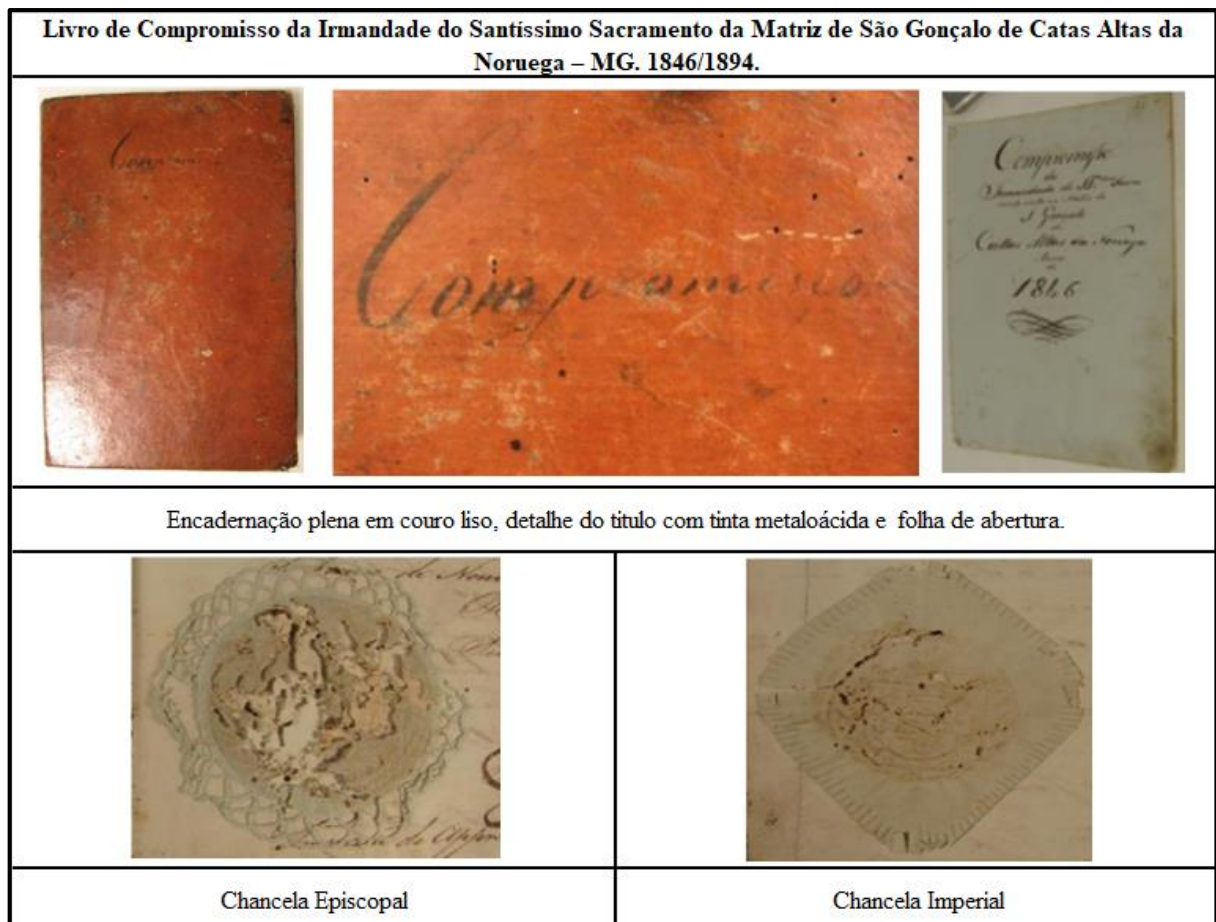
<sup>22</sup>Cobertura da capa – Também chamado de revestimento, é o material escolhido para cobrir a capa e o dorso do livro.

<sup>23</sup>É empregado nesta pesquisa o nome “tinta metaloácida” devido à falta de análises para identificação exata do tipo de tinta; dessa forma, não se pode afirmar que é a tinta ferrogálica que está presente nos manuscritos, no entanto essa tinta é a mais comum do grupo de tintas metaloácidas.

<sup>24</sup>Estofa – Empregado nos livros mais antigos, suporte espesso usado para dar sustentação, resistência e proteção ao corpo do livro, utilizado na confecção das coberturas das encadernações, podendo ser pastas de madeira, cartão, papelão ou papéis sobrepostos de trapo nos livros antigos.

<sup>25</sup>Nervos – São os cordões usados no dorso do livro como guia no momento da costura.

Figura 17 – Encadernação plena com a cobertura em couro liso do Livro de Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Catas Altas da Noruega, 1846/1894



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Na sequência, o 1º Livro dos Testamentos e Inventários dos Irmãos 3<sup>os</sup> da Penitência, 1752 (Figura 18). Esse livro possui encadernação plena flexível em pergaminho liso. Encadernação flexível é aquela “executada com pergaminho, papel ou tecido, sem a utilização do estofado, para se obterem planos rígidos”. Esse tipo de encadernação “foi usado nos finais da Idade Média e no período moderno para livros mais modestos” (Faria; Pericão, 2008, p. 285). Os planos rígidos são as pastas que dão sustentação à cobertura. Esse livro possui lombada com oito nervuras<sup>26</sup> e título com tinta metaloácida, cabeceado<sup>27</sup> artesanal, miolo em papel de trapo com marca d’água, manuscrito com tinta metaloácida, com costura sobre nervos de tiras de couro.

Geralmente, nesse tipo de encadernação se utilizava a flor do pergaminho para a cobertura da capa, devido à sua maior resistência. O pergaminho é um suporte de escrita bem antigo e, de acordo com Faria e Pericão (2008), é utilizado desde pelo menos 2000 a. C. no Egito. Sua origem está relacionada à cidade de Pérgamo, “[...] onde as técnicas de fabrico do pergaminho foram aperfeiçoadas [...]” (Faria; Pericão, 2008, p. 570). Para obter essa matéria-prima, buscava-se a pele de vários animais, conforme sua aplicação:

Em geral, o pergaminho é uma pele de carneiro, bezerro ou cabra, mas a gazela, o antílope e mesmo o avestruz já forneceram essa matéria-prima. Entretanto, as peles de carneiro e bezerro levam vantagem por poder suportar a escrita dos dois lados. O velino é um pergaminho de qualidade superior, obtido do tratamento da pele de bezerros recém-nascidos ou natimortos. Seu nome vem do francês arcaico *veel*, vitelo (bezerro). Sua principal qualidade é de não beber (não absorver) a tinta ou pintura, e melhor conservar o colorido original. Sem dúvida alguma, essas são as razões pelas quais as mais belas iluminuras foram realizadas sobre velino (Jean, 2008, p. 80; 81).

---

<sup>26</sup>Nervuras – É a saliência produzida, no dorso dos livros, pelos cordões que servem de pontos de apoio à costura. Os livros encadernados “à grega não têm nervuras, mas certos encadernadores lhes aplicam no dorso, antes de colar o couro, pequenos pedaços de cartão, fingindo a nervura (Martins, 2002, p. 285).

<sup>27</sup>Cabeceado – Fita de pano com debrum colorido ou listrado em uma das margens, que o encadernador cola na cabeça e no pé do bloco de cadernos, como acabamento e reforço dessas partes do livro. Fita estreita de passamaria (fita decorativa), ou cordão de bicos, para debruar ou guarnecer a cabeça e o pé da lombada. Nas encadernações antigas era de maior largura e cosido junto com os cadernos, como lingueta de reforço. Pedaço de tecido, geralmente arrematado com bordado listrado em cores, inserindo no lado interno da lombada, colado ao dorso do livro, no topo e na sua base. Cabeçada, cabeçado; cabeceira, requife, sobrecabeceado, trancafió, tranchefilas, trincáfio (Cobra, 2003, p. 24; 25). O cabeceado é colocado nas duas extremidades do dorso e, além de prender os cadernos, serve de proteção tanto para o livro ser retirado da estante como impedindo a entrada de sujidades e insetos no dorso. Além dos nomes atribuídos acima, em francês ele é chamado de *Tranchefile*.

Figura 18 – Encadernação plena flexível com a cobertura em pergaminho liso, do Primeiro Livro dos Testamentos e Inventários dos Irmãos Terceiros da Penitência, 1752



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

O pergaminheiro escolhia animais novos e saudáveis, estando a qualidade do pergaminho relacionada com o tipo de animal e a sua idade. Seu preparo era trabalhoso. Ainda segundo Jean, para fabricar o pergaminho:

As peles eram mergulhadas em um banho de cal; em seguida, retirada a cal, eram limpas de qualquer vestígio de pelo e de carne. Antes de colocá-las para secar sobre grades, eram polvilhadas de gesso, que absorvia os restos de gordura, depois do que eram, novamente, raspadas com uma espátula (Jean, 2008, p. 81; 82).

Assim, o uso do pergaminho precisamente em encadernações se diferencia da pele para a escrita pelo fato de ela ser curtida; entretanto, o pergaminho é considerado uma pele nobre.

Outro exemplar de destaque é o Livro “PEREGRINAÇAM CHRISTÃ, QUE CONTEM HUM EPILOGO DAS OBRAS DE DEOS N. S. DESDE A CREAÇAM dos anjos, do mundo, do homem, da vida, Payxão e Redemptor, e a Virgem Senhora nossa, COM A PREDESTINAÇAM, E SINAES DOS PREDESTINADOS, até a Triunfante, e Celestial

Cidade de Jerusalem”, de 1744, Lisboa (Figura 19). Pertence à Paróquia de Nossa Senhora da Assunção, Igreja da Boa Morte na cidade de Barbacena-MG. Possui encadernação plena, com a cobertura inteira em couro e tiras de couro para fechamento, miolo em papel de trapo, com diversas marcas d’água e impressão monocromática em preto, em latim. Essa obra, considerada rara, é tida como a mais importante das suas quatro edições impressas. É tecida em forma de diálogos, em que se notam pelo decurso da obra intermeadas de algumas poesias devotas e análogas à matéria, dividindo-se em seis diálogos. Na técnica construtiva utilizada no estofado, utilizaram-se várias folhas de papel de trapo sobrepostas para dar suporte à cobertura de couro. Na parte superior da folha de rosto está impresso o nome do livro, e na primeira folha encontra-se impresso o brasão eclesiástico. Destaca-se nesse livro a diversidade de marcas d’água no seu miolo, entre elas: flor-de-lis, três círculos (flor, lua crescente e cruz), Brasão com Cruz de Malta, Brasão de Portugal, dois círculos (iniciais L. B., oval e Cavalo Alado), iniciais E. M.

Figura 19 – Encadernação plena com a cobertura em couro, com tiras de couro para fechamento, 1744, Paróquia de Nossa Senhora da Assunção



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Outro livro apresentado trata-se do Missal Romano Italiano do século XVII, provavelmente de 1689, da Paróquia de São Caetano (Figura 20). Possui encadernação plena, com a cobertura em couro gravado em baixo relevo com motivos fitomórficos<sup>28</sup> e lombada frisada, miolo em papel de trapo com marca d'água e impressão monocromática em preto. Apresenta cinco nervos no dorso, vestígios de fechos e estofa em madeira, e os cortes do miolo são tingidos de vermelho. As pastas de madeiras foram muito utilizadas na antiguidade para encadernar e proteger os livros, ou seja, “usavam-se desde os primeiros tempos no Egito para revestir os **códices** e até ao século XVI na Europa. As madeiras mais comuns utilizadas para este efeito eram o carvalho e a faia” (Faria; Pericão, 2008, p. 564). Dentro dessa característica, observam-se duas desvantagens para os livros: primeira, o peso da madeira, ficando os exemplares confeccionados com pastas de madeira mais pesados e difíceis de serem manuseados; e a segunda desvantagem se deve ao fato de a madeira ser a fonte de celulose para os insetos xilófagos.

Na sequência, apresenta-se o Livro de Escrituração da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, de 1809 (Figura 21). Possui encadernação plena com a cobertura em couro marrom, decorada por linhas em baixo relevo na horizontal e na vertical que se unem formando ângulos retos, com fechamento por cordões pelo corte frontal, lombada convexa, também chamada de arredondada, miolo em papel de trapo com marca d'água, manuscrito com tinta metaloácida e costura sobre cinco nervos de couro.

Destaca-se, também, o Livro de Receitas e Despesas da Irmandade da Ordem Terceira das Mercês e Perdões, 1759 a 1815 (Figura 22), com encadernação plena e cobertura inteira em couro marrom, miolo em papel de trapo com marca d'água e manuscrito com tinta metaloácida. Nesse livro, chama-se a atenção para as tiras de couro usadas como nervos fixados às pastas de papelão, onde se utiliza a técnica de empaste à francesa para fixar as tiras de nervos. Esse empaste é a “maneira de empastar, em que se faz passar a extremidade dos cordões por dois furos dispostos numa diagonal” (Faria; Pericão, 2008, p. 278). Os nervos de encadernação podem ser: “cordas de nervos de boi, couro, tripa enrolada (no livro antigo) ou fio de linho com as quais as seções de um livro estão costuradas [...]” (Faria; Pericão, 2008, p. 513).

---

<sup>28</sup>Fitomórfico – Em forma de planta ou de parte de planta; vegetalista. As iluminuras com elementos fitomórficos estiveram em voga durante toda a Idade Média e mesmo depois, usando flores como rosas, violetas, lírios, cravos, amores-perfeitos, frutos como os morangos e folhagens diversas, muitas vezes isoladas ou combinadas com elementos de caráter zoomórfico (Faria; Pericão, 2008, p. 337).

Figura 20 – Missal Romano Italiano, provavelmente de 1689, da Paróquia de São Caetano



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Figura 21 – Livro de Escrituração da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, 1809



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Figura 22 – Detalhe da costura sobre nervos, utilizando-se tiras de couro fixadas na pasta pela técnica de empaste à francesa, Livro de Receitas e Despesas da Irmandade da Ordem Terceira das Mercês e Perdões – 1759 a 1815



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Alguns livros apresentam encadernação plena com cobertura em couro, com decoração e douramento. Nessas encadernações foram identificados ornatos feitos com a técnica de “gofragem”, técnica de decoração a seco. Segundo Faria e Pericão, é a “operação ou ato de gofrar uma placa gravada em cavado ou em relevo sobre o papel ou sobre o couro, deixando sua marca a seco, resultando desta ação; relevo seco” (Faria; Pericão, 2008, p. 363). De acordo com Cobra, gofrar é “marcar por pressão com ferros ou na prensa de gofrar, sem a utilização de tinta, os ornatos nas lombadas e nos planos das capas de encadernações [...]” (Cobra, 2008, p. 54; 55). Essa técnica permite realizar depois o douramento dos desenhos. Douramento é o ato de preencher os motivos ornamentais com ouro, prata ou outro produto metalizado.

Na decoração das coberturas com a técnica de “Gofragem”, observa-se um esquema decorativo em sua composição com molduras e ornatos. Os desenhos gravados no couro são feitos por ferros ornamentais aquecidos que ficam gravados, muitos deles com motivos fitomórficos. Segundo Freitas, existem regras para a escolha desses desenhos que estão relacionadas com o estilo de época. Essa autora explica que:

Para escolher os desenhos que devem ornamentar um livro é preciso não esquecer que existem regras especiais, fundadas na história, marcando determinadas épocas, regras a que se chama estilo, conjunto de desenhos e formas particulares a cada época. Vários fatores influíram na sua concepção, onde o gosto e as civilizações universais marcaram períodos indelévels (Freitas, 1941, p. 11).

Percebe-se nesse trecho a importância desses desenhos que ornamentam um livro, pois são representantes de um período da história. A seguir, mostra-se o Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, 1844 (Figura 23), apresentando a técnica de gofragem e o douramento na cobertura de couro.

A Figura 24 representa o Missal Romano pertencente à Igreja de São Bartolomeu, localizada no distrito de São Bartolomeu, em Ouro Preto, datado de 1759, com encadernação plena, cobertura em couro e fechos metálicos de encadernação, assim descritos:

Peça geralmente de metal, aplicada no corte da goteira, que aperta o livro na sua espessura. Nos fechos utilizava-se frequentemente o bronze, mas por vezes também podia ser usada a prata ou outro metal mais ou menos trabalhado. A finalidade desta peça era a de manter o livro fechado, de modo a conservar íntegra a sua forma. O seu uso remonta ao tempo dos manuscritos em pergaminho, onde era necessário este aperto para que o couro não retomasse a sua forma primitiva, mas se mantivesse plano e liso. Nos séculos XIX e XX, esta peça tornou-se mero motivo decorativo (Faria; Pericão, 2008, p. 328).

Figura 23 – Detalhe da gofragem e douramento na cobertura de couro do Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, Senador Firmino, 1844



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Figura 24 – Missal Romano, Igreja de São Bartolomeu, 1759



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Percebe-se uma evolução do propósito dessa peça ao longo do tempo, passando de uma função essencial para a conservação do livro para um elemento ornamentativo em períodos mais recentes.

Na decoração da cobertura de couro, observa-se a gravação a seco no plano de frente e no plano de trás, trazendo molduras, filetes e uma cruz. Esse livro possui o estofado da capa de madeira identificada como carvalho, madeira nobre utilizada em épocas anteriores, conforme ilustrado na Figura 18. Sua lombada apresenta nervuras salientes feitas sobre os nervos, as quais são: “originalmente, pontos em relevo na lombada formando parte da costura com o material de revestimento moldado à sua volta; hoje em dia, as nervuras na lombada são geralmente falsas, visto que a maioria dos livros tem lombada oca” (Faria; Pericão, 2008, p. 513).

Na Figura 25 é apresentado o Missal Romano de 1889, da Igreja Nossa Senhora da Conceição da cidade de Senador Firmino. Esse livro é do final do século XIX, confeccionado em encadernação plena com cobertura em couro e decoração gravada na técnica moderna, com douramento. Apresenta ilustrações no plano de frente com uma cruz latina e, no verso, um

símbolo mariano. Possui lombada com falsas nervuras e caselas com o título e decorações florais em douramento. As caselas são “espaços entre as nervuras na lombada de um livro, e entre estes e a cabeça ou pé da lombada” (Cobra, 2003, p. 30). Também possui dois fechos de metal para fechamento do livro. Uma peculiaridade desse livro é a decoração dos cortes em dourado onde o livro é aparado. Essa técnica de decorar os cortes, além de ser um procedimento que conferia luxo aos livros, segundo Faria e Pericão (2008) dourar os cortes valoriza a sua apresentação, mas também tem a finalidade de protegê-los. No seu miolo, encontram-se marcadores de página.

Figura 25 – Missal Romano, 1889, da Igreja Nossa Senhora da Conceição, em Senador Firmino-MG



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

A Figura 26 representa o Livro 4º de Contas Correntes dos Irmãos da Boa Morte, 1863, confeccionado em meia-encadernação com papel marmorizado nos tons marrom, verde, vermelho e amarelo nos espelhos. O papel marmorizado foi muito utilizado nas coberturas, mas também nas folhas de guarda do livro, e é um papel que utiliza uma antiga técnica de pintura

feita artesanalmente. Na lombada e nos cantos há uma pelica marrom. A pelica é um material nobre obtido de caprinos, peles de carneiro e de cabra; é uma pele macia, “pele fina, curtida e preparada para encadernações de boa qualidade e alto preço” (Faria; Pericão, 2008, p. 567), e seu preparo requer cuidados especiais. A capa possui pastas e é confeccionada com papelão, possuindo no plano de frente etiqueta contendo o título do livro e o ano manuscrito com tinta metaloácida.

Figura 26 – Meia-encadernação com papel marmorizado e pelica do Livro Quarto de Contas Correntes dos Irmãos da Boa Morte, 1863



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Destaca-se também o Livro de Termo de Entrada de Irmãos na Irmandade e Receitas e Despesas da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, 1798/1827 (Figura 27). Livro com encadernação plena com cobertura em tecido, apresentando resquícios do cordão para fechamento (não se sabe se essa capa é original do livro). Possui miolo em papel de trapo com marca d'água e manuscrito com tinta metaloácida. Apresenta costura sobre nervos de couro que une o miolo à capa.

Figura 27 – Livro de Termo de Entrada de Irmãos na Irmandade e Receitas e Despesas da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, 1798/1827








Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

A Figura 28 representa o Missal Romano de 1711 da Tipografia Plantiniana, que possui encadernação plena com a cobertura inteira em tecido veludado na cor vermelha e estofó em pastas de madeira; sua lombada conta com sete nervos de corda, no tecido da cobertura apresenta marcas que indicam vestígios do uso de fecho na capa e na contracapa. Apresenta vestígios de cabeceado e sinal em tecido bege. Seu miolo é composto por um conjunto de cadernos em papel de trapo com marca d'água, formados por fólhos costurados. Possui frontispício<sup>29</sup>, ou seja, primeira página com informações referentes à obra em latim. Também apresenta título e subtítulo e é um livro com impressão tipográfica em metal nas cores vermelha e preta, com molduras nas bordas e ilustrações com gravuras de metal que ilustram a iconografia

<sup>29</sup>Frontispício – Portada de um livro, página de rosto, página de título, frente, frontão. Página gravada, muito frequente em livros dos séculos XVI, XVII e XVIII, que aparece colocada antes da página de rosto ou na frente dela, a livro aberto, e na qual estão inscritos o título da obra, o lugar de impressão, o impressor, a data e, com frequência, o retrato do autor ou de personagens intervenientes no conteúdo ou com ele relacionados. Alguns dos frontispícios foram desenhados e gravados por artistas famosos e encontram-se assinados por eles. Modernamente, apenas são compostos frontispícios para certas edições de luxo (Faria; Pericão, 2008, p. 353).

católica.<sup>30</sup> A organização da escrita se encontra alinhada em duas colunas, apresentando capital inicial<sup>31</sup> ornamentada e texto em vermelho com destaque para as instruções do padre, tabelas referentes ao calendário e à programação da Igreja.

Figura 28 – Missal Romano, 1711

<b>Missal Romano da Tipografia Plantiniana, 1711.</b>	
	
Encadernação plena com a cobertura de tecido veludo com a lombada marcada com sete nervuras.	
	
Estofa com as pasta em madeira e resquícios dos cordões usado como nervos na costura e fixos a madeira.	Marcas dos fechos no tecido
	
Ilustrações iconograficas com gravuras em metal	Disposição dos textos em duas colunas, capitais iniciais ornamentadas, instruções destaques em preto e vermelho.

Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

<sup>30</sup>Iconografia católica – Imagens com temas bíblicos.

<sup>31</sup>Capital ou inicial capital – Letra maiúscula, letra ornada que inicia um capítulo [...] (Faria; Pericão, 2008, p. 131).

Sobre os Missais impressos pela Oficina Plantiniana, Silva destaca:

Excelente exemplo é a Oficina Plantiniana, que mesmo a serviço da Igreja Católica apresentou ligações com correntes de pensamento ligadas ao calvinismo. Tipografia criada em 1555, por Christopher Plantin (1520-1589), na Antuérpia, Países Baixos (atual Bélgica). Plantin aprendeu o ofício da encadernação e impressão na primeira metade do século XVI, na França. A oficina atuou até 1867. Destaca-se por ser a *impresa* de maior produção tipográfica da Europa, como aponta a Unesco [20--] (Silva, 2016, p. 60).

Como exposto, essa tipografia teve naquele período a maior produção tipográfica da Europa e marcou presença com seus impressos em Minas Gerais.

Nos exemplos mostrados, conhecemos alguns dos livros presentes nos arquivos paroquiais mineiros, vimos algumas encadernações apresentando coberturas em diversos materiais e com ornamentação. No entanto, esses livros possuem características e materiais utilizados na sua técnica construtiva e na sua ornamentação, um vasto campo de elementos para diversas áreas de estudos. Visando completar informações sobre essas características, no próximo tópico abordamos sobre o suporte papel utilizado nesses livros e suas marcas d'água.

## 2.2. O papel, as marcas d'água e sua importância

A história do papel passou por evoluções e descobertas ao longo dos séculos. Segundo Martins, o papel é “o personagem mais importante, o mais imperialista e dominador” (Martins, 2002, p. 111). A fabulosa história do papel e de seu percurso é contada por Jean, que minuciosamente explica sobre a sua rota:

Por volta do ano 750 de nossa era, os árabes, vencedores em Samarcanda, teriam aprendido, com prisioneiros chineses, a técnica de fabricação do papel a partir de pedaços de pano de seda. Esse segredo, até então, fora zelosamente guardado pelos chineses, apesar do início de sua difusão, por volta de 600 d.C., em direção ao leste na Coréia, e depois no Japão, onde foi implantado rapidamente, com o sucesso conhecido. Quanto ao papel pardo, fabricado no México pelos maias e, atualmente, pelos índios otomi, seria o vestígio das migrações em direção ao continente americano de povos protomongólicos pelo estreito de Bering e, depois ao longo da costa do Pacífico... Assim, desenhava-se lentamente, em torno do globo terrestre, a Rota de Papel. Em direção ao oeste, pouco a pouco, a partir de Samarcanda, utilizando aquela que ganhara o nome de Rota da Seda, que era transportada em seu início, o papel partiu para a Ásia Central, a Pérsia, o Egito, o norte da África e, mais tarde, a Espanha, onde a primeira fábrica, foi construída em 1154, mil anos após a descoberta (reconhecimento) de Cai Lun.

Ao longo de sua rota, o processo de fabricação conheceu múltiplas transformações. Observa-se que a seda, tornada por demais preciosa para estar sujeita, mesmo já usada, a semelhante tratamento de moagem, foi totalmente posta de lado – até mesmo pelos chineses – em proveito dos restos de cânhamo, algodão ou linho, e foi dessa forma que a técnica do papel se firmou, após numerosas etapas, no mundo mulçumano na Europa, onde é fabricado há séculos o papel dito “chiffon” (Jean, 2008, p. 132; 133).

Observa-se que na rota do papel a seda deixa de ser utilizada para dar lugar aos restos de tecido, e é justamente o papel fabricado com restos de tecido que encontramos no miolo dos livros analisados nesta pesquisa. Esse tipo de papel confeccionado de forma artesanal apresenta diversas gramaturas<sup>32</sup> e texturas<sup>33</sup> e ficou conhecido como “Papel de Trapo”, fabricado com restos de tecido, restos de roupas, ambos de origem vegetal, podendo ser: trapos de linho, cânhamo, algodão, redes de pesca, entre outros insumos. Essa é uma das características nobres desse papel, pois as fibras longas desses insumos lhe conferem alta resistência e durabilidade; além disso, naquele período não se utilizavam aditivos químicos danosos ao papel. Não é difícil, assim, entender o motivo de essas características estarem contribuindo para a sobrevivência desses livros por mais de 300 anos nas Minas Gerais e em outros lugares.

O papel de trapo era fabricado em moinhos de papel. Segundo McMurtrie, “o primeiro moinho de papel da Cristandade foi construído provavelmente em 1.270, em Fabriano – cidade italiana que é ainda hoje um dos centros mais importantes do mundo de produção de belos papéis de fabrico manual” (McMurtrie, 1965, p. 81). A fabricação do papel em moinhos primitivos perdurou por um longo período: “até os fins do século XVIII, a fabricação do papel era puramente manual. Os moinhos de papel eram oficinas primitivas, onde se faziam as folhas uma a uma, em quantidades que ainda não chegavam para caracterizar uma indústria” (Martins, 2002, p. 115).

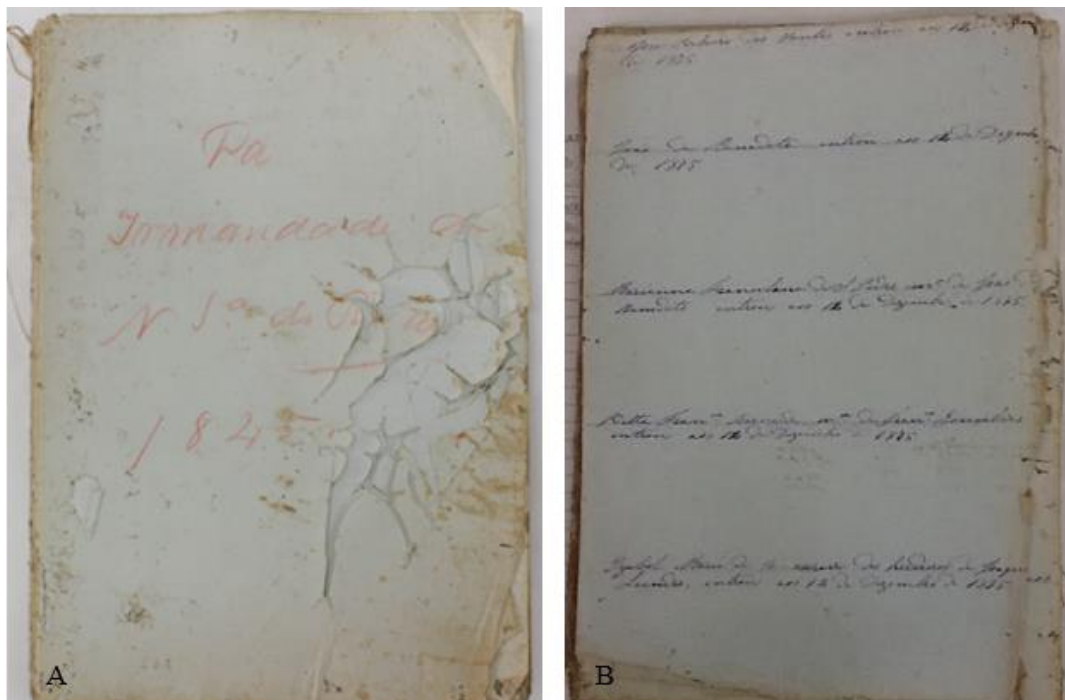
Os papéis de trapo ou papel-trapo apresentam uma diversidade de tons em sua coloração, que se deve aos insumos utilizados como matéria-prima para sua fabricação, restos de tecidos e trapos usados de diversas tonalidades. O método de fabricação do papel artesanal consiste na separação e escolhas dos trapos que eram macerados até se desintegrarem e formarem uma pasta de fibras, após o que a pasta era misturada em recipientes com água e imersa nas formas para formar o papel. Na Figura 29, mostra-se o Livro da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, 1845, com o miolo em papel de trapo e na parte mais íntegra do miolo do livro, que não sofreu processos de degradação, o papel aproxima-se de tons azulados (Figura 29B), coloração essa devida aos tons dos trapos utilizados.

---

<sup>32</sup>Gramatura do papel – Valor que define o peso em gramas de uma folha de papel com a área de um metro quadrado, que pode variar entre 25 e 220 gramas em função da espessura e da matéria; gramagem do papel (Faria; Pericão, 2008, p. 365).

<sup>33</sup>Textura – Designação dada à direção da organização das fibras no papel, papelão e pano. Pode ser apreendida através do olhar e do toque [...] (Faria; Pericão, 2008, p. 699).

Figura 29 – A- Livro da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, 1845, em papel de trapo. B- Parte mais íntegra do miolo do livro, que não sofreu processos de degradação, o papel aproxima-se de tons azulados



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Muitos dos livros eclesiásticos analisados nesta pesquisa, em específico dos séculos XVIII e XIX, possuem em seu miolo o papel fabricado de forma artesanal. Junto com essa informação deve ser considerado que esses papéis de trapo vieram de diversos lugares, pois a produção de papel no Brasil somente teve início a partir de 1810, na cidade do Rio de Janeiro, conforme explica Gonçalves:

A primeira fábrica de papel manual no Brasil foi construída entre 1809 e 1810 no Andaraí Pequeno (Rio de Janeiro), por Henrique Nunes Cardoso e Joaquim José da Silva, industriais portugueses transferidos para o Brasil. Sua produção teve início entre 1810 e 1811 e pretendia trabalhar com fibra vegetal. Outra fábrica apareceu no Rio de Janeiro, montada por André Gaillard em 1837 e logo em seguida, em 1841, teve início a fábrica de Zeferino Ferrez, instalada na freguesia do Engenho Velho, de forma artesanal. Somente em 1852 nas proximidades de Petrópolis, Rio de Janeiro, foi construída pelo Barão de Capanema a fábrica de Orianda instalada no meio da Serra. Sua produção abastecia o Diário do Rio de Janeiro, O Correio da Tarde, O Mercantil e o Tesouro Nacional. A constante falta de matéria-prima levava o Barão a importar trapos da Europa por não existirem no Brasil (Gonçalves, 2008, p. 33).

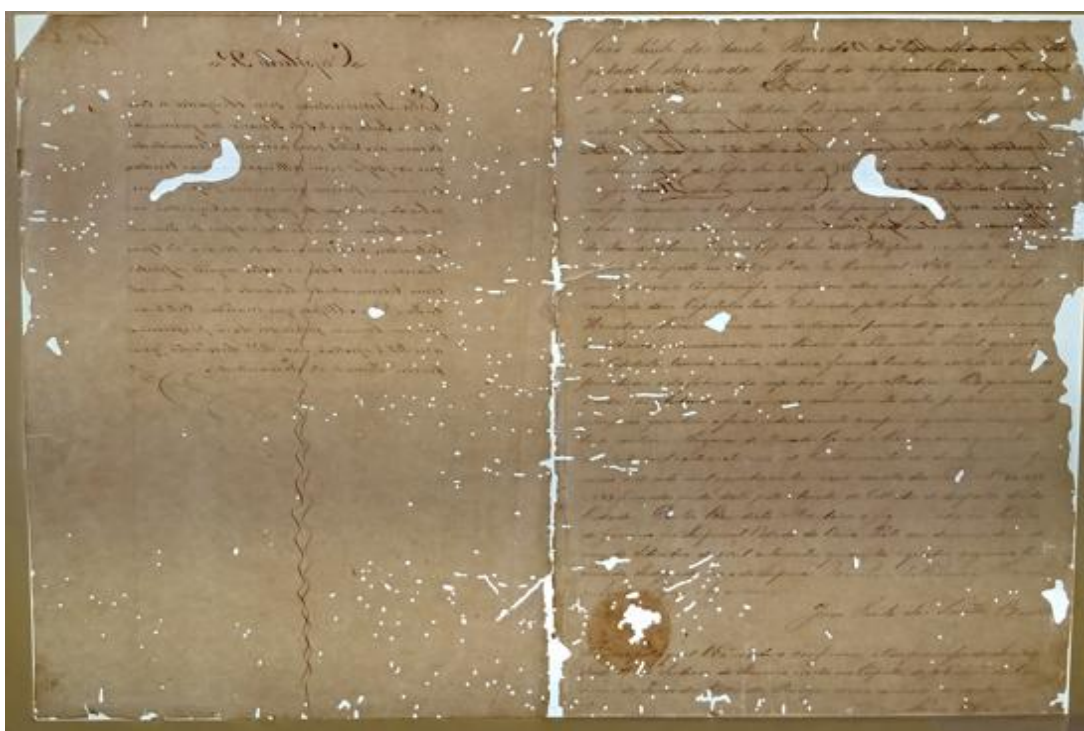
A forma de adquirir o papel no Período Colonial era pela importação. Muitos deles vieram de diversos moinhos espalhados pela Europa. E nesses papéis se encontram as marcas d'água que identificam seus fabricantes; podemos assim dizer que essa é também mais uma das características desse papel que tornam os livros eclesiásticos especiais.

No entanto, o trapo vai se tornando raro, e a escassez de velhos trapos, matéria-prima principal para a fabricação do papel artesanal, contribuiu para a busca de novos insumos. Isso ocorreu porque “no século XVIII escreve-se e lê-se cada vez mais [...]”, contribuindo para crises na indústria papelreira, “sobretudo em Auvergne, a escassez é de tal monta que em 1732 e em 1733 é preciso proibir a exportação de velhos ‘panos’; bem mais, em 1754: para evitar a exportação dos trapos, proíbe-se aos tropeiros estabelecer entrepostos perto dos portos e das fronteiras” (Febvre; Martin, 2019, p. 84).

Diante do exposto, “começa-se, então, a compreender que somente soluções novas permitirão evitar essas crises crônicas. Já em 1719 Réaumur indicara à Academia de Ciências que deveria ser possível fabricar papel partindo da madeira” (Febvre; Martin, 2019, p. 84). Nessa transição do papel de trapo para o papel de pasta de madeira, tem-se o papel de pasta mista, fabricado com uma mistura de polpa de fibras de trapo com fibras de madeira (fibras de celulose). O “encadernador Gottlieb Keller teve a ideia de misturar uma massa mecânica de madeira à dos trapos [...]” (Febvre; Martin, 2019, p. 84).

Em alguns livros do século XIX foram identificados papéis de pasta mista, mas ainda manuscritos com tinta metaloácida, porém sem a presença de marcas d’água. Na Figura 30 é mostrado o fólio do Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, 1844, em papel de pasta mista, tipo de papel produzido a partir da metade do século XIX.

Figura 30 – Fólio em papel de pasta mista do Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, 1844



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Assim, para suprir a demanda do papel, surgem os papéis fabricados somente com pasta de madeira, mecanicamente e em grande escala. Surgiam também novos processos para se obter a pasta de papel e para a sua fabricação, processos que fazem parte do desenvolvimento e evolução industrial. Existem, dessa forma, “dois tratamentos diferentes, segundo se pretenda obter a celulose pura, também chamada de **pasta química** ou pasta de **bissulfito**, com a eliminação de todas as outras matérias de madeira, ou a **pasta mecânica**, na qual tudo é utilizado” (Martins, 2002, p. 118). Segundo Martins, para a fabricação do papel de pasta química, utilizam-se substâncias químicas no tratamento da celulose, e o papel de pasta mecânica difere daquele da pasta química porque esta produz um papel mais barato e grosseiro.

No entanto, os papéis resultantes da pasta de madeira apresentam processos de degradação em curto período de tempo, devido aos constituintes utilizados na sua fabricação, como os químicos empregados no branqueamento e os resíduos de lignina. A lignina é um “produto componente da madeira, instável e que descolora, extraído por meio de processos químicos durante a preparação da pasta de papel. A presença da lignina nos papéis de pasta de madeira é a causa certa de desenvolvimento de acidez” (Martins, 2003, p. 447). Trata-se de um papel que apresenta fragilidades e influência na durabilidade dos livros e documentos desse período. Esse tipo de papel também foi identificado nos acervos analisados, como se pode observar na Figura 31, que mostra livros de registro e documentos avulsos do século XX presentes no arquivo histórico de Diamantina com papéis de pasta de madeira, alguns deles apresentando textura áspera e outros, textura mais lisa.

Figura 31 – Livros de registros e documentos avulsos do século XX presentes no arquivo histórico de Diamantina com papéis de pasta de madeira



Fonte: Arquivo Histórico Arquidiocesano de Diamantina, 2023 (foto do acervo da autora).

As marcas d'água<sup>34</sup> identificadas nos papéis de trapos “foram outras inovações introduzidas pelos papeleiros de Fabriano por volta de 1380” (McMurtrie, 1965, p. 86). De acordo com Rodés, “as marcas d'água são áreas ou linhas de maior transparência que se tornaram visíveis na folha de papel pelo efeito do contraste entre a opacidade e a translucidez que aparecem quando ela é examinada a contraluz” (Rodés, 1995, p. 16). Nos registros dos relatórios foram identificados papéis com desenhos e linhas de maior transparência em sua textura, quando visto contra a luz, em que algumas linhas aparecem na horizontal e, outras, na vertical. Essas linhas se destacam pela cor clara, quando observadas contra a luz, sendo resultantes do processo de fabricação manual do papel, chamado de “filigrana”. As filigranas são os desenhos dos fios ou da teia da forma utilizada para fazer o papel e recebem o nome de vergaturas e pontusais, conforme explica Santos:

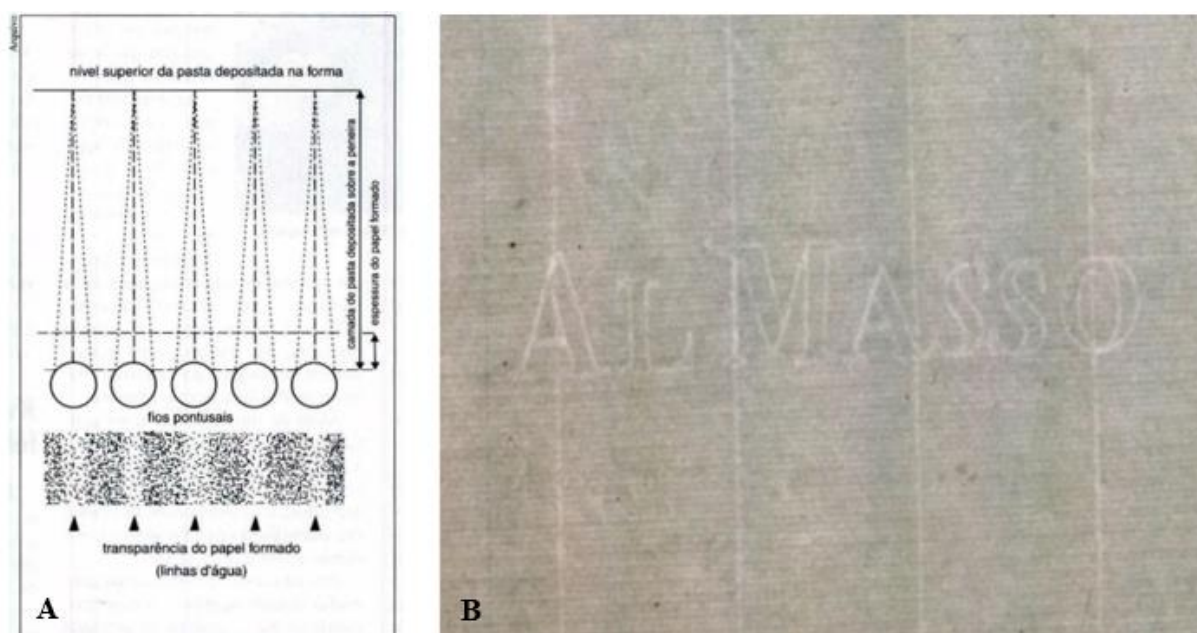
As vergaturas e os pontusais são resultantes, na produção manual de papel, da configuração da teia da forma. Esta, usualmente de cobre, era formada por fios muito próximos, paralelos ao lado maior da forma (trama das vergaturas), e por fios mais distantes, paralelos ao lado menor da forma, chamados pontusais. Deste modo, numa folha de papel avergoado são visíveis as vergaturas, linhas de cor clara, com reduzidos espaços de separação, cruzadas pelos pontusais, linhas que apresentam um maior espaçamento entre si. Naturalmente que, de acordo com a dobragem de uma folha de papel, estas vergaturas e pontusais poderão aparecer na horizontal ou na vertical, condicionando a localização e visibilidade da própria marca de água (Santos, 2014, p. 2).

Entretanto, as “linhas de água” ou “linhas d'água” são chamadas de vergaturas e pontusais, frequentemente confundidas com as marcas d'água, que são os símbolos de identificação do fabricante de papel. As linhas d'água são resultantes do processo de fabricação do papel que, segundo Rodés, “são linhas d'água dos papéis avergoados, um grupo muito importante de papéis com marcas d'água” (Rodés, 1995, p. 16). Para ilustrar, na Figura 32A é mostrado o esquema de formação das linhas d'água chamadas de “Pontusais”, apresentadas por Leopold Rodés (1995). Na Figura 32B, mostra-se o papel do livro 1º das Quitações dos Expostos, 1820/1841, apresentando as linhas “pontusais” na vertical, linhas “vergaturas” na horizontal e, ao centro, a contramarca “Al Masso”.

---

<sup>34</sup>Nesta pesquisa é utilizada a expressão “marca d'água”; no entanto, em alguns momentos aparecerá a expressão “marca de água”, que se refere à expressão portuguesa.

Figura 32 – A- Esquema de formação das linhas d’água “pontusais”. B- Linhas de cor clara na vertical “pontusais”, linhas “vergaturas” na horizontal e a contramarca “Al Masso”, do Livro Primeiro das Quitações dos Expostos, 1820/1841



Fonte: Figura A- Revista Ensaios Históricos por Leopold Rodés, 1995, p. 16. Figura B- Arquivo FAOP, 2009/2023.

O papel de fabricação manual apresenta diversas particularidades que envolvem conhecimento e estudos minuciosos, para evitar o uso incorreto das terminologias, pois existem alguns equívocos ao chamar a “filigrana” de “marcas d’água”. Santos explica sobre a utilização dessas expressões que apresentam significados diferentes:

Na linha da tradição portuguesa, quer a nível historiográfico, quer a nível da linguagem corrente usada na indústria do papel, a palavra “filigrana” corresponde à figura formada por finos fios metálicos, bordada ou aplicada sobre a superfície da teia da forma manual ou do rolo filigranador. No processo de produção, aquando da formação da folha de papel, nos espaços ocupados por essa filigrana, verifica-se, necessariamente, uma menor acumulação de fibras, o que ocasiona áreas de uma maior transparência, visíveis à contraluz. Ou seja, a filigrana dá origem a uma marca na folha de papel no momento da sua produção, chamada marca de água. Neste sentido, em Portugal, e por questões de coerência com o passado e de rigor técnico, “filigrana” e “marca de água” não deveriam ser usadas como tendo o mesmo significado, porque de uma resulta a outra (Santos, 2014, p. 2).

Esse trecho esclarece que a filigrana é formada pelos fios metálicos, enquanto a marca d’água é o resultado visual no papel, marcando uma diferença sutil, mas significativa, no processo de produção e na terminologia associada.

Na Figura 33, mostra-se a marca d’água centralizada no fólho do “Livro de PEREGRINAÇAM CHRISTÃ”, de 1744.

Figura 33 – Marca d’água centralizada no fólio do “Livro PEREGRINAÇÃO CHRISTÃ”, 1744



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Para Martins, “em português, emprega-se indiferentemente o nome marca-d’água a três tipos de sinais deixados na folha de papel pela respectiva forma e que têm, em francês, os nomes de *pontuseaux*, *vergeures* e *marque d’eau* [...]” (Martins, 2008, p. 122). Além disso, Martins explica que a marca d’água no papel pode permitir identificar o formato do papel dos livros impressos antigos ou até fins do século XVIII. Ainda segundo esse mesmo autor, “esses papéis dos livros antigos apresentam tamanhos referentes ao formato do papel, podendo ser ‘*in-fólio*’, ‘*in-quarto*’ e ‘*in-octavo*’” (Martins, 2008, p. 122). A definição desses sinais é explicada por Martins, citando Rouveyre:

Riscos transparentes que atravessam inteiramente o papel na distância de 12 a 15 linhas, ou de 20 a 25 traços, conforme o tamanho da folha; eles cortam, em ângulo reto, outros riscos extremamente próximos uns dos outros e menos visíveis, denominados *vergeures*. Esses riscos são produzidos pelo contacto da pasta de papel com fios de latão que atravessam a fôrma filigranada, de forma a reter a pasta necessária à formação da folha, permitindo a filtragem da água supérflua ou da pasta que não tenha a necessária consistência. Quanto a “marca-d’água”, os franceses reservam esse nome apenas à “marca da fábrica”, impressa no papel pelo mesmo Sistema. Se adotarmos esta última expressão nesse sentido restrito, poderemos, pela sua colocação na folha, descobrir o formato do papel: se ela se encontra no meio, o volume é “*in-fólio*”, se está em baixo, trata-se de um “*in-quarto*” e, se se localiza ao alto da folha, trata-se de um “*in-octavo*” (Martins, 2008, p. 122).

Percebe-se, nessa citação, a importância dos papéis dos livros e documentos antigos, pois essas características da técnica construtiva dos papéis artesanais lhes conferem peculiaridades específicas de uma época, envolvendo não só a confecção do suporte, mas a importância de quem os fabricou.

Do mesmo modo e de grande importância referente à marca dos fabricantes de papel, encontra-se como característica nos papéis dos livros impressos a marca do impressor, trazendo a identificação das marcas tipográficas e os símbolos utilizados por eles e pela família dos impressores. “Os grandes impressores sempre tiveram e continuam tendo as suas ‘marcas’ características, que são como que a assinatura identificadora e autenticadora que acrescentam aos seus trabalhos tipográficos” (Martins, 2002, p. 223).

Um exemplo relevante é a Tipografia Plantiniana, oficina que imprimiu o missal apresentado na página 66. Segundo Silva:

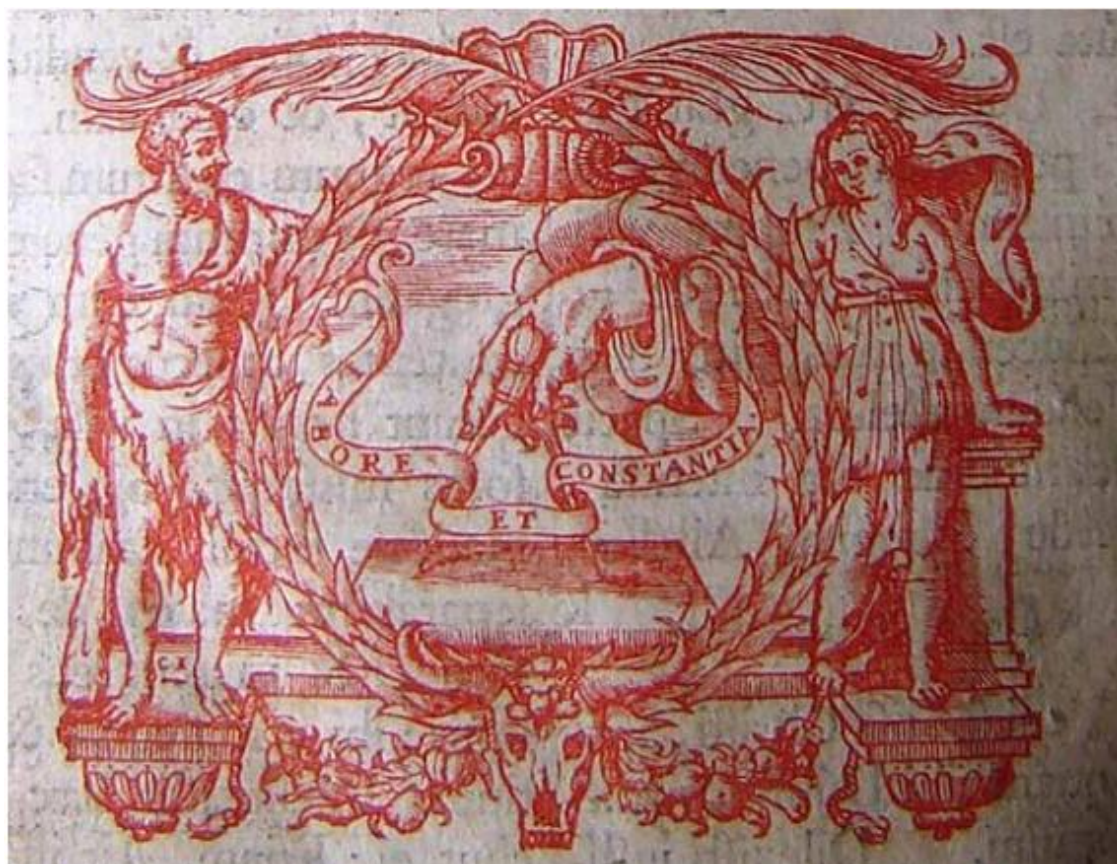
A Oficina Plantiniana congregou, em sua história, as correntes de pensamento que transformaram os modos de vida na Europa, a partir do século XVI, e causaram grande impacto em todo o Ocidente. O catolicismo e o Humanismo estão refletidos em toda a história da Oficina e são representados em sua logomarca, que, embora com versões diferentes, nunca deixou de representar esse hibridismo cultural, marca de seu tempo/espço histórico [...] (Silva, 2016, p. 60).

A marca de Plantin apresenta um tronco de vinha ou um compasso aberto como emblema da sua oficina, conforme mostra a logomarca no exemplo da Figura 34, da Oficina Plantiniana, de 1751.

Os desenhos no papel chamados de “marca d’água” surgiram na Itália no século XIII, na cidade de Fabriano, passando a ser um elemento de identificação dos fabricantes de papel. Esses desenhos trazem o local do moinho, o nome do fabricante e elementos figurativos, a identificação que também diz respeito à qualidade do papel, além de, conseqüentemente, ter trazido contribuições positivas para os fabricantes, garantindo-lhes direitos sobre o papel fabricado, além de maior segurança contra as falsificações, conforme explica Santos:

Desde que em 1282, em Fabriano, Itália, surgiu a primeira marca de água, os fabricantes de papel tornaram-na, desde muito cedo e em toda a Europa, uma marca pessoal do papel por eles produzido. De facto, se ainda no século XIII, as marcas de água primam pela simplicidade, com um traço hesitante e uma dimensão reduzida, já no século XIV, tornam-se mais significativas e personalizadas, através da referência ao local do moinho produtor, às iniciais, ou mesmo ao nome, do fabricante (Santos, 2014, p. 2).

Figura 34 – Logomarca da Oficina Plantiniana de 1751



Fonte: Revista Brasileira de História da Arte, 2016, p. 67.

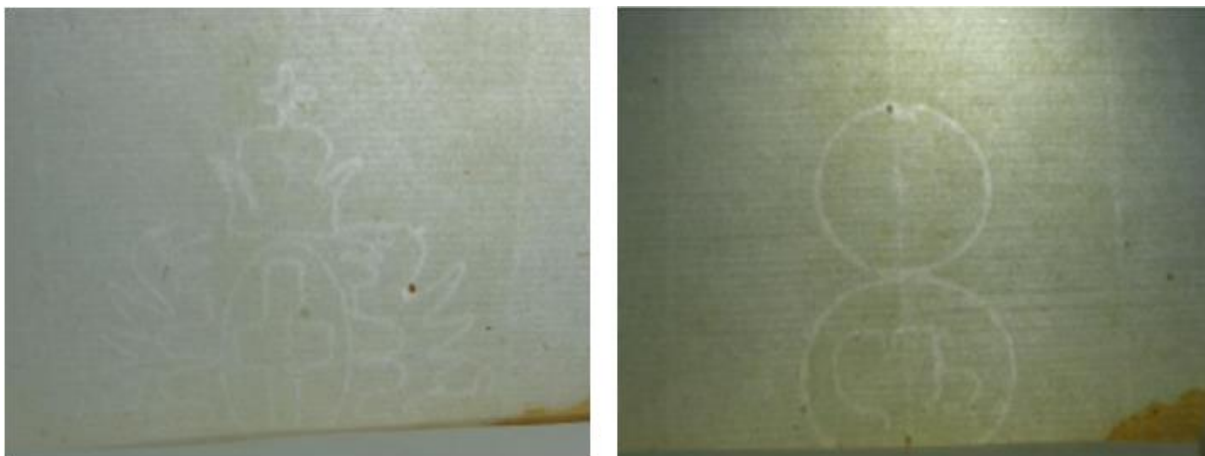
Como explicado nesse fragmento de texto, a marca d'água é a marca pessoal dos fabricantes de papel, no entanto, além da marca d'água, em alguns papéis foram identificadas as contramarcas. De acordo com Carreira (2012), “o uso da contramarca surgiu no decurso do século XVI e era aposta na metade da folha oposta à filigrana. Inicialmente, esta marca secundária era apenas composta pelas iniciais do fabricante do papel[...]”, contudo, com o passar do tempo, essa contramarca foi evoluindo, “passando a incluir o nome do fabricante, ou da fábrica ou, ainda, da localidade e ano de fabrico” (Carreira, 2012, p. 19). A marca identitária dos fabricantes de papel e as marcas d'água e contramarcas no papel encontram-se nos registros fotográficos realizados durante os processos interventivos de restauro, utilizando-se da mesa de luz. Percebe-se, nas análises, que algumas marcas d'água se encontram centralizadas no meio dos fólhos<sup>35</sup>, outras aparecem nas bordas inferiores (Figura 35), marcas d'água na parte inferior das folhas do Livro da Irmandade de Santo Antônio da Igreja Matriz de São Bartolomeu, 1718.

---

<sup>35</sup>Fólio – Folha maior que dará as folhas do livro, em número conforme for dobrada. Folha inteira do papel, cujas metades são as folhas do livro, de cada lado da costura (Cobra, 2003, p. 50).

Além disso, observa-se que alguns livros apresentam marcas d'água em todos os fólhos, enquanto outros, somente em alguns.

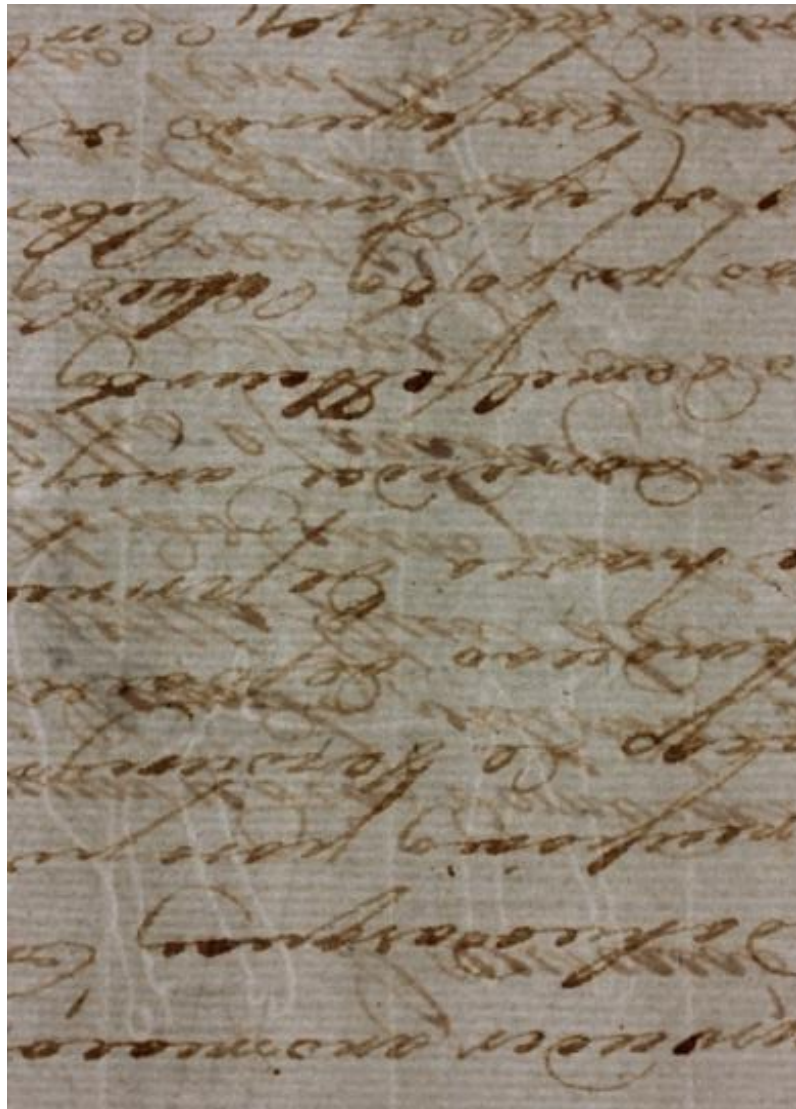
Figura 35 – Marcas d'água na parte inferior das folhas do Livro da Irmandade de Santo Antônio da Igreja Matriz de São Bartolomeu, 1718



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

De um livro para outro, nota-se que algumas marcas d'água são muito elaboradas e outras apresentam elementos figurativos mais simples. Essa particularidade de cada livro é notada nas figuras mostradas a seguir. Algumas apresentam desenhos da fauna animal, a exemplo da marca d'água do livro de atas de eleições paroquiais de Santo Antônio de Itatiaia, 1824/1843 (Figura 36). Na Figura 37, mostram-se a marca d'água “Costa” e o símbolo do fabricante e a contramarca “Notaro” do livro de nº 1 da Igreja de Nossa Senhora da Assunção de Barbacena, 1754. Na Figura 38 é mostrada a marca d'água com o símbolo e nome do fabricante “Gior Magnani”, e o fólho com a contramarca “Al Masso”, do livro 1º das Quitações dos Expostos, 1820/1841.

Figura 36 – Marca d'água com a representação de um animal do Livro de Atas de Eleições Paroquiais de Santo Antônio de Itatiaia, 1824/1843



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Figura 37 – Marca d’água “Costa” e o símbolo do fabricante e a contramarca “Notaro” do Livro de N° 1 da Igreja de Nossa Senhora da Assunção de Barbacena, 1754



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Figura 38 – Marca d’água com o símbolo e nome do fabricante “GIOR MAGNANI” e fôlio com a contramarca “Al Masso”, do Livro Primeiro das Quitações dos Expostos, 1820/1841



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Contudo, a preservação desses livros é o mais importante motivo pelo qual menciono e busco mostrar, nesta pesquisa, a diversidade de marcas d’água que envolve o papel desses livros, além dos moinhos e do modo de produção, pois a riqueza dessas obras contempla ampla área de estudos que permitem uma variada gama de pesquisas, como: os insumos utilizados na

fabricação manual do papel de trapo; os equipamentos usados na sua fabricação; o modo de fazer, a maneira de macerar os trapos e o preparo da pasta; a montagem da forma; a confecção manual de folha por folha; e o formato, a gramatura, a textura, as dimensões das folhas manuais e a prensa, além dos sinais deixados pelos fios e das marcas d'água dos fabricantes papeleiros. Todas essas informações são fontes de investigação para muitos pesquisadores. Santos aborda sobre o interesse dos pesquisadores nos últimos anos, em Portugal, e menciona em seus estudos o interesse pela pesquisa sobre a marca d'água no Brasil, bem como chama a atenção para a necessidade de estudos de uma terminologia específica para essa área:

O interesse que o estudo das marcas de água tem vindo a assumir nos últimos anos em Portugal, quer através do contributo de diferentes investigadores na área da História do Papel, quer como objecto temático de projectos de investigação no âmbito de dissertações académicas, sugere a necessidade de utilização rigorosa de uma terminologia específica nesta área de estudo, que possibilite uma partilha de conhecimentos e, simultaneamente, contribua para uma clarificação de procedimentos orientadores sobre recolha e reprodução de marcas de água (Santos, 2014, p. 1).

Olhando por outros aspectos, esse discurso mostra que a importância da preservação dos livros desse período histórico vai muito além da informação escrita ou impressa e da necessidade de preservação da memória e da história, pois estudar o suporte de escrita e suas marcas d'água contribui para entender e desvendar seus processos, bem como a origem de fabricação do papel, o nome do fabricante e o período cronológico de produção, conforme explica Santos:

[...] a marca de água passa a ser acompanhada por um conjunto de elementos informativos, desde a qualidade do papel à identificação do lugar ou região onde se localizava a unidade papeleira e à identificação do nome do fabricante produtor. Torna-se assim possível estabelecer o período cronológico de produção desse mesmo papel e, a partir do século XVIII, seguindo uma tendência que já se prefigura desde meados do século XVII, poder-se-á localizar, com rigor, o ano de produção, uma vez que este aparece, frequentemente, assinalado na própria marca de água (Santos, 2014, p. 3).

Em adição aos outros aspectos relevantes para a preservação dos documentos, o estudo das marcas d'água possibilita conhecer o contexto sociocultural dos fabricantes papeleiros, além de estar relacionado à história do papel. Ainda segundo Santos:

Através da decifração de elementos simbólicos associados à composição da marca de água, perspectiva-se a possibilidade de conhecer o contexto sociocultural dos seus autores. Estes elementos figurativos são muitas vezes indicadores do grau de alfabetização dos fabricantes, da sua criatividade inovadora ou assumidamente conservadora, das suas aspirações sociais, em síntese, das suas mentalidades. Neste sentido, não podemos dissociar o estudo das marcas de água de uma interpretação de todos os elementos informativos, mais ou menos evidentes, mas sempre valiosos, que podem permitir o conhecimento do contexto manufactureiro ou fabril em que foram

criadas. Ou seja, o estudo das marcas de água não pode ser desintegrado de um universo maior que abrange as diferentes vertentes que constituem a História do Papel (Santos, 2014, p. 10).

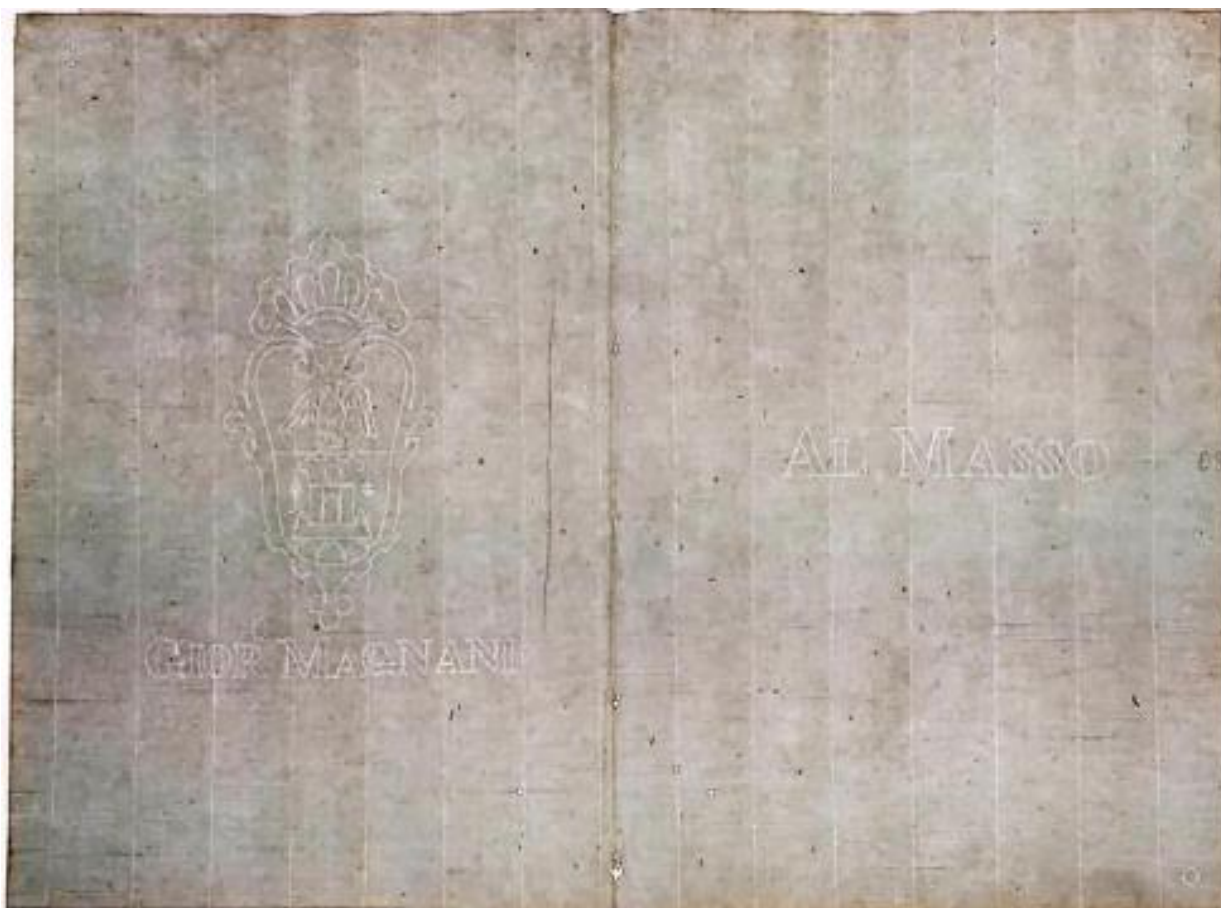
À vista disso, a conservação desses livros é fundamental para contribuir com as inúmeras possibilidades de estudos. Além de serem testemunhos documentais, seus elementos identificadores, sejam marcas d'água, sejam as filigranas, que alguns pesquisadores tratam como a mesma coisa, fazem parte da história do papel, cabendo a nós contribuir com a preservação desses documentos para a evolução das diversas pesquisas que envolvem o papel. De acordo com Carreira:

As marcas de água ou filigranas do papel são elementos identificadores deste que, para uns, nada mais são do que elementos mudos, que passam pelas suas mãos despercebidos, constituindo silêncio, enquanto que, para outros, esses elementos são um imenso e apaixonante campo de pesquisa. Para estes últimos, permitir a inexorável passagem do tempo sobre aqueles signos é deixá-los emudecidos. É nossa responsabilidade agir e dar-lhes a voz que a sua história reclama antes que a passagem voraz de *chronos* os vote ao esquecimento (Carreira, 2012, p. 1).

Nesse sentido, não podemos deixar que esses documentos carregados de elementos, que para uns nem são notados e para outros são verdadeiras preciosidades, sejam esquecidos nas estantes e gavetas dos arquivos, pois é nossa responsabilidade preservá-los para evitar que a ação do tempo os devore. Nas Figuras 39 a 45 são apresentadas outras marcas d'água identificadas nos relatórios.

Na Figura 39, mostra-se a marca d'água em um fôlio do fabricante “Gior Magnani”: acima, seu Brasão “pássaro coroado”; e ao lado, a contramarca do fabricante “Al Masso”. Nesse fôlio se observam nitidamente 15 pontusais do Livro de Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento de São Gonçalo de Catas Altas da Noruega. Na Figura 40, apresenta-se a marca d'água do Livro de Tombos, 1806 a 1812. Na Figura 41 são mostradas as marcas d'água do fabricante “Enrico Magnani” no Livro de Contas Correntes da Paróquia de Nossa Senhora da Assunção, em Barbacena, 1795. Na Figura 42, observam-se a marca d'água e a contramarca “Il Gran Masso” do Livro de Atas de Eleições Paroquiais de Santo Antônio de Itatiaia, 1824/1843. Na Figura 43, evidencia-se a marca d'água com a ilustração central de uma “Bota” no Livro de Receitas e Despesas da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Barbacena, 1796. Na Figura 44, mostra-se a marca d'água ou a contramarca do Livro de Acórdãos da Câmara de Vila Rica, 1802/1809. E, na Figura 45, destaca-se o detalhe da marca d'água do Livro 4º de Contas Correntes dos Irmãos da Boa Morte, 1863.

Figura 39 – Marca d’água em um fôlio do fabricante “GIOR MAGNANI”; acima, o Brasão “Pássaro Coroado” e, ao lado, a contramarca do fabricante “Al Masso”. Neste fôlio, observam-se 15 pontusais. Livro de Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento de São Gonçalo de Catas Altas da Noruega



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Figura 40 – Marcas d’água do Livro de Tombos, 1806 a1812



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Figura 41 – Marcas d’água do fabricante “ENRICO MAGNANI” do Livro de Contas Correntes da Paróquia de Nossa Senhora da Assunção, Barbacena, 1795



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Figura 42 – Marca d’água e contramarca “JL GRAN MASSO” do Livro de Atas de Eleições Paroquiais de Santo Antônio de Itatiaia, 1824/1843



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Figura 43 – Marca d’água com ilustração central de uma “Bota” do Livro de Receitas e Despesas da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Barbacena, 1796



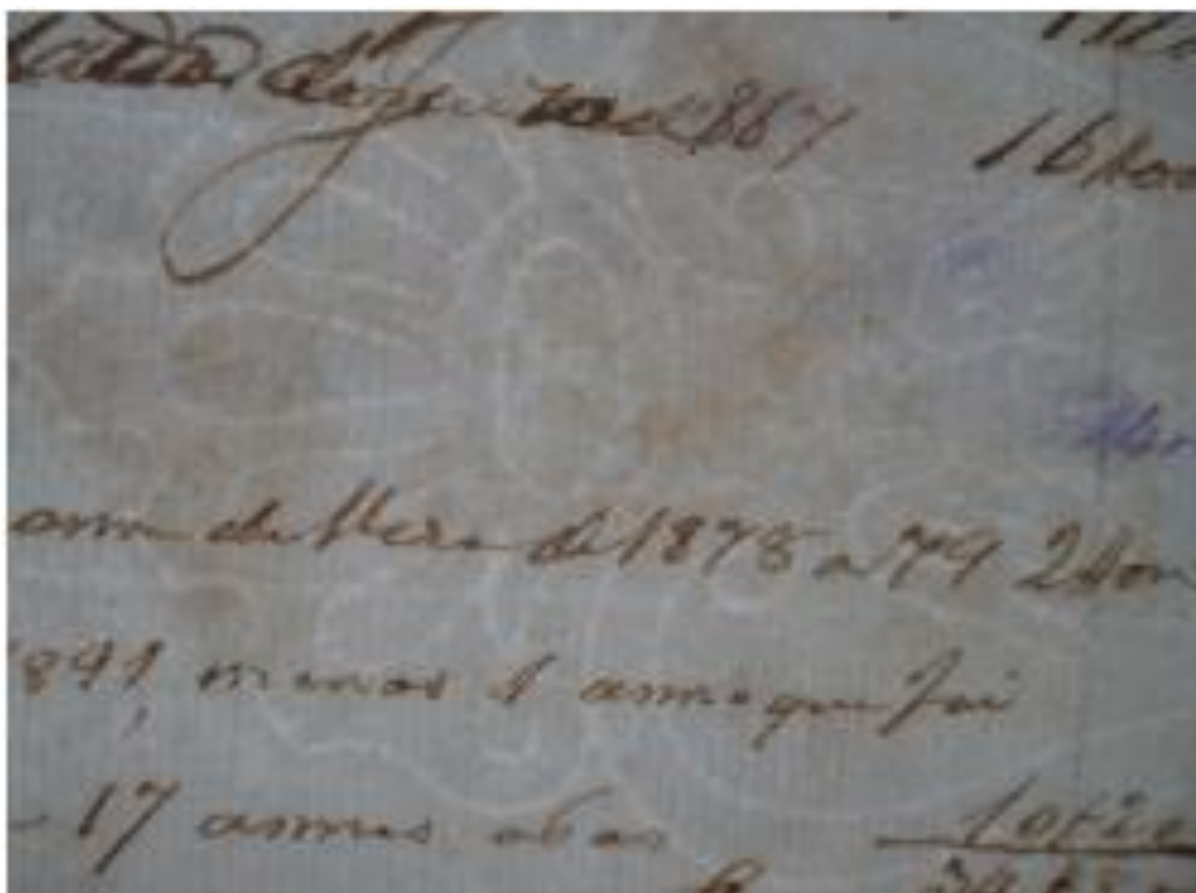
Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Figura 44 – Marca d’água ou contramarca do Livro de Acórdãos da Câmara de Vila Rica, 1802/1809



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Figura 45 – Detalhe da marca d’água do Livro 4º de Contas Correntes Irmãos da Boa Morte, 1863



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

### 2.3. A tinta dos manuscritos

Boa parte da documentação presente nos arquivos paroquiais mineiros do final do século XVII até o início do século XX foi manuscrita com a “tinta ferrogálica”, nome mais utilizado entre os pesquisadores brasileiros, mas também chamada de tinta metalogálica ou tinta metaloácida. Em Portugal e em outros países é chamada de “Iron-gall”, tinta de galha de ferro ou tinta de ferro ou, mesmo, tinta ferrogálica. Segundo Maciel e Rodríguez (2022), a maioria dos arquivos históricos abriga documentos feitos com tintas metaloácidas.

A documentação escrita com a tinta ferrogálica pode ser encontrada, além dos arquivos paroquiais, nos arquivos históricos, bibliotecas, museus, acervos e coleções particulares. Para Figueiredo Junior (2012), essa tinta presente nos documentos é uma das mais importantes no Ocidente, onde diversos documentos de destaque foram escritos com ela. “A utilização de tinta ferrogálica data do início da Idade Medieval e estende-se até o século XIX, popularizando-se pela facilidade com que era produzida e pela sua durabilidade e insolubilidade em água” (Nunes; Claro; Ferreira, 2017, p. 54).

Segundo Mayer (2002), a tinta de escrever e desenhar foi inventada na China e no Egito provavelmente por volta de 2500 a.C. Essa tinta era uma mistura de carbono e aglutinantes e chamada pelos romanos de tinta de carbono de *atramentum*, os quais só mais tarde utilizaram a sépia.<sup>36</sup> “O registro mais antigo do material que hoje conhecemos como tinta de escrever, tal como foi usada desde os tempos medievais até o presente, encontra-se nos textos de Teófilo, que descreveu uma tinta de ferro e nozes de galha” (Mayer, 2002, p. 607). No entanto, ainda segundo esse mesmo autor, “Plínio, todavia, cerca de 10 séculos antes disso, sabia que papel tratado com sulfato ferroso (caparrosa) podia ser tornado negro com uma infusão de nozes de galha” (Mayer, 2002, p. 607). Cuevas, Jiménez e Portal explicam sobre os vários tipos de tintas utilizadas pelo homem desde a antiguidade:

Vários tipos de tintas fueron utilizadas por el hombre desde la antigüedad /1, 2/, tintas à base de carbón (negro carbón, negro humo), palo de campeche, bistre, la tinta Pfalz preparada a partir del vino rojo, las tintas carbón-ferrogálicas y las ferrogálicas. En las primeras recetas de tintas ferro-gálicas fue usado el ácido tánico extraído de la corteza del espino; dos siglos después se introdujeron las agallas (formaciones producidas por plantas como respuesta al ataque de los insectos o bacterias), y posteriormente se usaron de manera exclusiva (Cuevas; Jiménez; Portal, 2009, p. 3).<sup>37</sup>

---

<sup>36</sup>Sépie – Tinta feita a partir do líquido, ejetado pelas lulas ou outros moluscos. É utilizada como pigmento negro de cor acastanhada em desenho, água-tinta ou aquarela. Inicialmente era o nome dado à secreção produzida pelas lulas, base por vezes usada para o fabrico de tinta de escrever no Império Romano. Desenho obtido por esse processo (Faria; Pericão, 2008, p. 663).

<sup>37</sup>Vários tipos de tintas foram utilizadas pelo homem desde a antiguidade /1, 2/, tintas à base de carbono (negro-de-fumo), pau de campeche (madeira), bistre, tinta Pfalz preparada a partir de vinho tinto, tintas de carbono ferrogálicas e as ferrogálicas. Nas primeiras receitas de tintas ferrogálicas, utilizava-se ácido tânico extraído da casca do pinheiro. Dois séculos depois, as galhas (formações produzidas pelas plantas em resposta ao ataque de insetos ou bactérias) foram introduzidas e posteriormente utilizadas exclusivamente (Cuevas; Jiménez; Portal, 2009, p. 3, tradução nossa).

Como visto, na tinta à base de carbono se utilizava suspensão de pigmento negro, e as tintas ferrogálicas antigamente continham o ácido tânico extraído da casca do pinheiro; após dois séculos, passaram a utilizar os taninos da noz-de-galha<sup>38</sup>, resultantes do ataque de insetos.

O tanino é um produto:

Contido principalmente na casca do Carvalho e do eucalipto e em outras partes de alguns vegetais, cujas propriedades químicas são utilizadas para obter, com reação com diferentes sais metálicos, precipitados coloridos utilizados nas tintas; ácido tânico, sendo este solúvel em água e usado como corante de tintas, ácido tânico (Faria; Pericão, 2008, p. 690).

Além desses componentes, utilizavam-se pigmentos metálicos, “processo de escrita caracterizado por uma tinta que tem como componente básico um pigmento metálico com um composto ácido, usado como mordente [...]” (Miranda; Hannesh, 2019, p. 75). A tinta ferrogálica também chamada de tinta metaloácida apresenta sais metálicos em sua composição, podendo ser sais de ferro, cobre etc., “o princípio no qual se baseia a composição da tinta de escrever é a ação do oxigênio atmosférico numa mistura ácida de sais de ferro e tanino [...]” (Mayer, 2002, p. 606).

Os detalhes do processo de fabricação da tinta ferrogálica ainda são estudados, não existindo uma receita exata, sendo uma das formas os métodos caseiros e com proporções variadas. O preparo da tinta ferrogálica é simples: “os constituintes dessa tinta são o tanino, o sulfato de ferro II ( $\text{FeSO}_4$  – também conhecido como vitriol), a goma arábica e água” (Figueiredo Junior, 2012, p. 134). No preparo dessa solução, acontecem reações entre os constituintes, “o tanino fornece ácido gálico e ácido galotânico que reagem com o sulfato de ferro II formando um composto solúvel que pode ser aplicado no papel e também forma ácido sulfúrico ( $\text{H}_2\text{SO}_4$ )” (Figueiredo Junior, 2012, p. 135).

A fixação da tinta ferrogálica ocorre após sua aplicação no papel, couro, pergaminho. Conforme explica Figueiredo Junior (2012), essa solução entra em contato com o oxigênio do ar, fazendo que a tinta se transforme em um pigmento insolúvel e, como resultado, tem-se uma tinta difícil de ser apagada, com característica de uma tinta de alta permanência. Essa alta permanência da tinta ferrogálica nos documentos foi a característica fundamental para essa tinta substituir a tinta de carbono, que não apresentava permanência nos documentos, pois se degradava quando em contato com intempéries, podendo, inclusive, ser apagada, pois era uma tinta solúvel.

---

<sup>38</sup>Noz-de-galha – Protuberância que se forma na bolota do carvalho depois de ter sido picada por um inseto [...] (Faria; Pericão, 2008, p. 522).

Se analisarmos os documentos manuscritos com tinta metaloácida, vamos observar uma diversidade de tons de tinta. A cor da tinta dos manuscritos pode oscilar do preto azulado ao preto, coloração também chamada de cor negra; há também colorações de castanho bem escuro a tons claros a que chamamos de sépia. Essas colorações estão relacionadas a diversos fatores, entre eles a quantidade de constituintes utilizados no seu preparo. Entretanto, nem sempre é fácil identificar o tipo de tinta de um manuscrito, devido aos seus diversos tipos e semelhanças das tonalidades. Para sua correta identificação, é preciso realizar análises especiais para identificação dos metais presentes na sua composição e, assim, não serem confundidas, conforme explicam Cuevas, Jiménez e Portal:

El amplio rango de tintas de apariencia semejante, catalogadas como "tintas carmelitas", a las que corresponden las tintas tradicionales: bistro, sepia y tintas ferrogálicas, hace difícil una atribución exacta, para lo que es esencial tener el conocimiento por anticipado de los patrones de degradación, así como las posibles reacciones entre las tintas y los solventes y los reactivos usados en los tratamientos de conservación. Las tintas ferrogálicas más oscuras pueden tener una apariencia relativamente negra y ser confundidas con la tinta de carbón. Las tintas ferrogálicas carmelita claro pueden ser confundidas con el bistro (Cuevas; Jiménez; Portal, 2009, p. 3).<sup>39</sup>

Conforme explicado, existe ampla gama de tintas com aspectos semelhantes e que podem apresentar colorações similares, característica que dificulta a sua identificação. Assim, a identificação das tintas dos manuscritos precisa de especial atenção, pois nos processos de análises somente a olho nu não é possível identificar o tipo de tinta com exatidão, motivo pelo qual, na impossibilidade de realizar as análises necessárias, se utiliza a palavra “provavelmente”. Para ilustrar essa explicação, mostram-se nos Quadros 1 e 2 exemplos de algumas das tonalidades da tinta presente nos livros analisados nesta pesquisa.

---

<sup>39</sup>A vasta gama de tintas de aspecto semelhante catalogadas como “tintas carmelitas”, às quais correspondem as tintas tradicionais: tintas bistro, sépia e ferrogálica, o que dificulta uma atribuição exata, para a qual é essencial ter conhecimento prévio dos padrões de degradação, bem como as possíveis reações entre as tintas e os solventes e os reagentes utilizados em tratamentos de conservação. Tintas ferrogálicas mais escuras podem parecer relativamente pretas e serem confundidas com tinta de carbono. Tintas ferrogálicas carmelitas claras podem ser confundidas com bistro (Cuevas; Jiménez; Portal, 2009, p. 3, tradução nossa).

Quadro 1 – Exemplos de algumas tonalidades de tintas presentes nos livros analisados

Exemplos de algumas tonalidades de tintas presentes nos livros analisados.	
	
	
	
	
	

Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023. Elaboração da autora.

Quadro 2 – Exemplos de algumas tonalidades de tintas presentes nos livros analisados

Exemplos de algumas tonalidades de tintas presentes nos livros analisados.	
	
	
	
	
	

Conforme explicado pelas três autoras citadas, a tinta ferrogálica pode apresentar coloração mais escura, preta, podendo ser confundida com a tinta de carbono, assim como tintas ferrogálicas claras podem ser confundidas com a tinta bistre, “tinta cor de ferrugem, feita com fuligem e água” (Faria; Pericão, 2008, p. 107). Percebe-se, na explicação das autoras, que para a identificação correta é preciso conhecimento sobre os diversos fatores que envolvem a tinta, entre os quais se destacam a sua composição, as reações químicas entre a tinta e solventes, os processos de degradação e até mesmo os tratamentos de conservação, que podem interferir na coloração.

#### **2.4. A tinta dos impressos**

Os impressos eclesiásticos possuem a escrita realizada com tipos móveis de metal, processo também considerado a invenção da arte de imprimir. Segundo Morris:

A invenção dos tipos móveis de metal no século XV pode ser considerada também como a invenção da arte de imprimir. Vale a pena mencionar de passagem que, como exemplo de excelência em tipografia, o primeiro livro impresso com tipos móveis – a bíblia de Gutenberg, de mais ou menos 1455 – nunca foi ultrapassado (Morris, 2020, p. 145).

Gutenberg recebeu o mérito de inventor da imprensa por mecanizar a impressão. Porém, segundo Jean, “o sucesso definitivo da imprensa não se fez de um dia para o outro, pois está relacionado a algumas invenções técnicas, de origem desconhecidas” (Jean, 2008, p. 95). Sabe-se que no ano 868 os chineses já conheciam os caracteres móveis, embora com materiais rudimentares, tendo um livro impresso, porém não tiveram a mesma genialidade de Gutenberg. Com a invenção da imprensa e os benefícios que apresentava, acabaram-se as escolas caligráficas dos mosteiros, transformando muitas delas em oficinas tipográficas. O ato de escrever passa a partir desse momento ao de imprimir, pois o tempo que se gastava e a facilidade para fazer cópias contribuíram para minimizar os custos e permitiam o aumento da produção:

[...] o processo de tipografia se trata da tecnologia de impressão e reprodução de cópias feitas a partir de uma matriz (ou molde) que podia ser produzida em diferentes materiais, como a madeira, a pedra ou o metal. A princípio, era utilizada para produção de textos, mas depois foi evoluindo na produção de imagens, tabelas e mapas. Essas matrizes, os tipos móveis, são prensadas contra o suporte, produzindo a cópia. Além de acelerarem o processo de produção e padronizarem a apresentação dos textos, eram reutilizáveis e relativamente baratas (Silva, 2016, p. 60).

Para o processo de impressão dos textos, utiliza-se a tinta de impressão, que apresenta características diferentes da tinta de escrever. Como solvente, emprega-se um meio oleoso que

contribuiu para sua permanência e estabilidade, diferente das tintas de escrita que eram preparadas com um solvente aquoso.

As tintas de impressão diferenciam-se das denominadas de escrever ou caligráficas por substituir o solvente aquoso que as caracteriza por um meio oleoso, denominado comumente verniz, que age como veículo de aplicação. Inicialmente usava-se óleo de linhaça, que foi substituído por resinas sintéticas. Estas tintas apresentam permanência, especialmente as de cor negra, porque utilizam pigmentos à base de carbono. Podem classificar-se em tipográficas (para jornais e tiragens de luxo), litográficas e offset, entre outras (Vaillant Callol, 2001, p. 25).

As tintas de impressão são estáveis ao meio em que se encontram. Vaillant Callol explica do ponto de vista da conservação:

Denominam-se tintas estáveis aquelas que possuem equilíbrio físico-químico ante fatores ambientais e que são neutras em relação ao suporte que as sustenta; e tintas instáveis, aquelas que em cuja constituição tomam parte elementos que, direta e indiretamente, provocam sua própria alteração ou a do suporte que as contém (Vaillant Callol, 2001, p. 25).

No entanto, em certas situações, observa-se a migração da impressão para o verso da folha, processo que pode estar relacionado aos fatores intrínsecos, como gramatura do papel e o excesso de tinta na impressão das gravuras, em que se observa, em alguns casos, mancha escura ao fundo dos textos.

Ao longo deste capítulo são apresentadas informações sobre as encadernações dos livros eclesiásticos, evidenciando a técnica construtiva utilizada na confecção dos livros. São mostradas características que diferem um livro do outro, tornando-os fontes importantes para estudos devido às peculiaridades que envolvem cada um. Aborda-se sobre o papel de trapo utilizado nos livros eclesiásticos, apresentando informações sobre o modo de fabricação e as marcas d'água presentes nesses papéis, que trazem informações relevantes sobre quem os fabricou, o que permite identificar sua origem. Também são apresentados outros tipos de papéis identificados nos livros, como o papel de pasta mista e o papel de celulose, com explicação sobre suas vantagens e desvantagens.

Além disso, neste capítulo buscou-se mostrar como era preparada a tinta ferrogálica utilizada para escrita dos manuscritos, apontando os cuidados que se deve ter para sua identificação, pois as características semelhantes das tonalidades podem causar confusão.

Portanto, no próximo capítulo é apresentada uma reflexão sobre a necessidade e importância de se preservarem os documentos, abordando sobre a preservação, os principais agentes de deterioração e os desafios para a conservação dos documentos históricos.

## CAPÍTULO 3

### PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL DE ACERVOS ECLESIÁSTICOS

Neste capítulo é discutida a importância da preservação dos documentos históricos, abordando as ações no campo do patrimônio para a preservação dos bens culturais, bem como falar dos desafios da preservação e da importância dos detentores dos pequenos acervos paroquiais em implantar uma política de preservação e gestão.

#### **3.1. Preservação e seus principais conceitos**

Consideramos que para alcançar a preservação dos livros e documentos se faz necessária a adoção de política de preservação e gestão do acervo, independentemente do seu tipo. A política de preservação deve ser implantada em acervos de grande ou de pequeno porte e, acrescentando-se, que até mesmo por aqueles que não se caracterizam ou se identifiquem efetivamente como um arquivo. “A política de preservação, conforme o próprio nome expresso, esclarece os princípios norteadores de todas as atividades de preservação, e, por consequência, contribui para o cumprimento de variados aspectos da missão institucional” (Beck, 2014, p. 9). Percebe-se, dessa forma, que a adoção da política preventiva é a primeira ação que deve ser adotada pela instituição.

As questões relativas à política de preservação começam pela organização. Segundo Beck (2014), isso envolve estarem claras nos documentos da política de preservação informações sobre a instituição, deixando clara também a sua missão institucional, em que ainda precisam estar claros os propósitos da instituição com a preservação e o acesso à informação: “A preservação das coleções requer um compromisso consistente de longo prazo por parte da instituição – não só permitir o acesso atual –, mas também para garantir que essas informações sobrevivam para o futuro” (Beck, 2014, p. 16). Nesse ponto, o acesso à informação garante nossas pesquisas aos arquivos e a consulta aos documentos. No documento da política também devem estar claros os objetivos e as responsabilidades; o objetivo da política “é assegurar que o seu acervo documental seja protegido de forma apropriada a todo o tempo, e que as equipes do Museu (neste estudo em específico, os arquivos paroquiais) compreendam suas responsabilidades na preservação das coleções” (Beck, 2014, p. 16, adição nossa). Além disso, segundo esse autor (2014), devem-se indicar na política os documentos de maior relevância, como os documentos históricos, e quem utiliza esse acervo, a filosofia da preservação, compromisso, cooperação, pesquisa e capacitação, responsabilidade e orçamento,

bem como apontar as diretrizes de preservação. Compreende-se que a gestão dos acervos documentais envolve um conjunto de medidas que visam assegurar a integridade física dos bens, necessárias para sua preservação e que distinguem entre si pelos seus diferentes objetivos.

O conceito de preservação, segundo Bojanoski, citada por Gurgel, propõe que: “[...] a preservação deve ser entendida como uma atividade multidisciplinar, responsável pela gestão e administração de recursos financeiros, humanos e materiais, dedicados a garantir a integridade física dos objetos, aumentando sua durabilidade e acesso às gerações presentes e futuras [...]” (Gurgel, 2022, p. 6). Entende-se que a preservação engloba várias áreas de conhecimento, no entanto ela resulta de ações que devem ser adotadas pelos “arquivos paroquiais” e seus gestores. Ao mesmo tempo, tem como principal objetivo garantir a integridade física dos livros e documentos, além de as ações adotadas prolongarem o tempo de vida dos documentos.

Diante da amplitude da preservação, vale ressaltar que isso envolve as atividades das áreas de conservação, restauro e conservação preventiva. Nesta pesquisa, o foco principal foi abordar as ações possíveis da área da conservação preventiva que podem ser adotadas pelos gestores dos acervos paroquiais. Em vista disso, vale apresentar os conceitos mencionados para proteção do patrimônio cultural.

O conceito do termo conservação compreende: “qualquer intervenção direta ou indireta efetuada sobre um bem cultural, para salvaguardar a sua integridade física e garantir o respeito aos seus valores: cultural, histórico, estético e artístico [...]” (Ibram, 2013, p. 22).

O termo restauro, apresentado pela resolução aprovada pelos membros do Conselho Internacional de Museus, Comitê para Conservação e ICOM-CC durante o 15.º Encontro Trienal, em 2008, é assim definido:

Compreende todas as ações exercidas de forma direta sobre um bem cultural em condição estável que tenham como objetivo melhorar o seu usufruto, compreensão e uso. Estas ações só deverão ocorrer quando o bem patrimonial tiver perdido parte do seu significado ou função, na sequência de degradações ou alterações anteriores, e têm como princípio o respeito pelo material original. Normalmente, essas ações modificam a aparência do bem (Revista Conservar Patrimônio, n. 6, 2007, p. 55-6).

De acordo com as políticas de preservação, os termos conservação e restauração se distinguem por ações específicas realizadas nos bens:

Assume-se como conservação as ações realizadas diretamente sobre os bens culturais, com o objetivo de manter sua integridade físico-químico, interromper ou mitigar os processos de deterioração. Da mesma forma, restauração refere-se às ações realizadas diretamente sobre um bem cultural que perdeu parte de seu valor ou função, devido à deterioração e/ou intervenções anteriores que interferiram na sua compreensão, com o objetivo de possibilitar sua apreciação, uso e fruição. Devem ser realizadas em

caráter excepcional, e se basear no respeito pelo objeto e sua materialidade preexistente (Casa de Oswaldo Cruz (COC), 2017, p. 3).

Sobre a definição do conceito de conservação preventiva, ela foi validada em 2008 em Nova Delhi, na Índia, de acordo com Carvalho (2015), durante a XV Conferência Trienal do International Council of Museums – Committee for Conservation (ICOM-CC), ocasião em que 97% dos votantes validaram a seguinte definição para conservação preventiva:

Conjunto de medidas e ações voltadas para evitar e minimizar a deterioração futura e a perda. São desenvolvidas no contexto ou no entorno de um objeto, ou mais frequentemente de um grupo de objetos, qual seja a sua idade e condição. Estas medidas são indiretas – não interferem no material nem na estrutura dos objetos. Não modificam a sua aparência (Carvalho, 2015, p. 143).

Ainda segundo Carvalho, “a mesma definição foi validada por 97% dos votantes na Assembleia Geral do ICOM<sup>40</sup>, realizada em Shanghai em 2009, sendo a partir de então adotada em todas as partes do mundo” (Carvalho, 2015, p. 143).

No Brasil, o termo “conservação preventiva” é explicado no seu mais amplo sentido no programa de “Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde” da Casa de Oswaldo Cruz (COC)<sup>41</sup>:

O termo conservação preventiva comporta interpretações diversas. Pode ser utilizado – tal como definido no documento base da Política – para se referir a uma estratégia que incorpora diversas atividades, tais como pesquisa, documentação, **inspeção, monitoramento, gerenciamento ambiental, armazenamento, conservação programada** e planos de contingência. Observamos também seu uso num sentido mais restrito, quando se refere a um tipo específico de ação realizada nos bens culturais, geralmente contrapondo-se à conservação curativa. Esta consiste em um grupo de ações realizadas para contenção de danos que podem evoluir de forma significativa, com impacto sobre os itens de maneira individual. Neste documento, o termo conservação preventivo será utilizado tanto no sentido de estratégia quanto de ação (Casa de Oswaldo Cruz (COC), 2017, p. 3, grifo nosso).

De acordo com esse termo explicado, observa-se que a conservação preventiva incorpora diversas atividades indiretas que não vão interferir no material, nem na estrutura, nem

---

<sup>40</sup>Informações do ICOM – O ICOM tem 31 Comitês Internacionais dedicados ao estudo de tipos particulares de museus ou à disciplina específica relacionada a museus. Por meio de seus Comitês Internacionais, o ICOM atinge seus maiores objetivos: a troca de informação científica em nível internacional, o desenvolvimento de parâmetros profissionais e a adoção de regras e recomendações. Informações disponíveis em: <https://www.icom-cc.org>. Acesso em: 31 dez. 2023.

<sup>41</sup>Informações da Casa Oswaldo Cruz – A Fiocruz é responsável pela preservação de importante acervo relacionado ao patrimônio cultural da saúde. Para preservar sua memória, a instituição criou em 1985 a Casa de Oswaldo Cruz (COC), unidade técnico-científica responsável por atividades de pesquisa, ensino, documentação e divulgação da história da saúde pública e das ciências biomédicas no Brasil. Atualmente, sua equipe técnica atua na preservação de edifícios históricos, sítios urbanos, acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos que representam importante fonte de conhecimento (Planos de Requalificação do Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos, 2014, p. 4).

na aparência dos objetos, algo visto como positivo para a preservação dos bens. Assim, vale destacar algumas ações nesta pesquisa, como “inspeção, monitoramento, gerenciamento ambiental e armazenamento”. Observa-se que essas são umas das principais ações indiretas da conservação preventiva que devem ser incorporadas pelas diversas instituições e, em específico, as eclesiásticas, para evitar as futuras intervenções, como as restaurações dos documentos.

Diante dessas destacadas ações consideradas preventivas, chega-se ao principal foco deste estudo, que busca discutir a ausência dessas atividades consideradas básicas nos arquivos paroquiais. Percebe-se, pela má conservação de alguns acervos e pelo ruim estado de conservação dos livros, que há problema na gestão desses patrimônios, seja por falta de informação, seja por negligência dos responsáveis por sua preservação.

Ao analisarmos o edifício dos templos religiosos, sejam capelas, sejam igrejas, considerando-os a primeira barreira de proteção dos documentos – situação que se pode apontar como o principal invólucro dos livros e documentos que ali se encontram armazenados –, devemos, assim, entender que o local de guarda, “o edifício”, requer maior atenção para cumprir o papel de proteção dos bens. Segundo Tinoco e Oliveira (2018), é preciso atitude dos responsáveis pelas edificações de valor cultural e neste caso, completa-se aqui, também dos gestores pelos acervos documentais presentes nos templos religiosos.

Para esses autores, não se deve ficar buscando desculpas para a não manutenção das edificações e, muito menos, órgãos responsáveis por elas, pois as tarefas diárias e semanais, bem como as ações periódicas básicas para esse serviço, devem ser realizadas em qualquer tipo de edificação, seja ela particular ou histórica. No entanto, criou-se uma divisão sobre esses cuidados básicos e preventivos quando se trata de edificações históricas, e o que se vê é uma situação de desvio de obrigações que tem como consequência diversos problemas causados pela sua falta. Segundo Tinoco e Oliveira:

[...] quando se trata de edificações de valor cultural, particularmente aquelas sob égide de legislações específicas, a atitude mais usual é colocar o ônus das ações corretivas sobre os órgãos de preservação – “não se pode mexer porque tem de ser o pessoal do IPHAN” ou de tal e qual instituição. Essa era, e ainda é, a desculpa de muitos [...] (Tinoco; Oliveira, 2018, p. 5).

O fato é que os problemas não desaparecem se atitudes não forem tomadas, sendo esse um dos propósitos para evitar as intervenções onerosas e a deterioração do acervo. Sabe-se que ao identificar um problema é preciso agir, bem como colocar as manutenções básicas no dia a dia das obrigações; as manutenções devem ser adotadas igualmente. Segundo Tinoco, “varrer pisos, retirar poeiras de móveis, higienizar os banheiros, limpar o balcão da cozinha são tarefas

diárias ou semanais que os usuários das edificações dispensam para manutenção dos níveis de salubridade satisfatórios ao conforto e à saúde” (Tinoco; Oliveira, 2018, p. 1).

E esses cuidados básicos rotineiros são importantes e essenciais para manter o ambiente confortável e seguro. Da mesma forma, devem ser adotadas ações que envolvem a responsabilidade com a edificação. Sobre esse aspecto, Tinoco destaca: “também eliminar goteiras, desentupir calhas e condutores, acabar com focos de cupins e infiltrações em paredes e coberturas são tarefas comuns em casas e apartamentos” (Tinoco; Oliveira, 2018, p. 1). Entretanto, chama-se atenção para o fato de que, quando se trata de edificações de valor cultural, isso não é realizado, e o que se observa é um equívoco dos responsáveis por essas edificações, cuja falta de ações se reflete nos acervos.

Conforme ilustrado na Figura 46, mostram-se as consequências da falta de manutenção na cobertura, contribuindo para os processos de degradação e deterioração dos documentos. Já na Figura 47 são apresentadas as consequências da falta de inspeções periódicas no local de guarda, no mobiliário e na higienização dos livros, o que contribui para o aparecimento das pragas urbanas e para a deterioração dos documentos.

Figura 46 – Falta de manutenção da cobertura da edificação



Fonte: Elaboração da autora, 2023.

Figura 47 – Falta de inspeções periódicas na área de guarda, no mobiliário e na higienização dos livros



Fonte: Elaboração da autora, 2023.<sup>42</sup>

A partir do momento que as edificações não estão fazendo adequadamente o papel de primeira barreira de proteção dos acervos, têm-se a degradação e deterioração desses documentos.

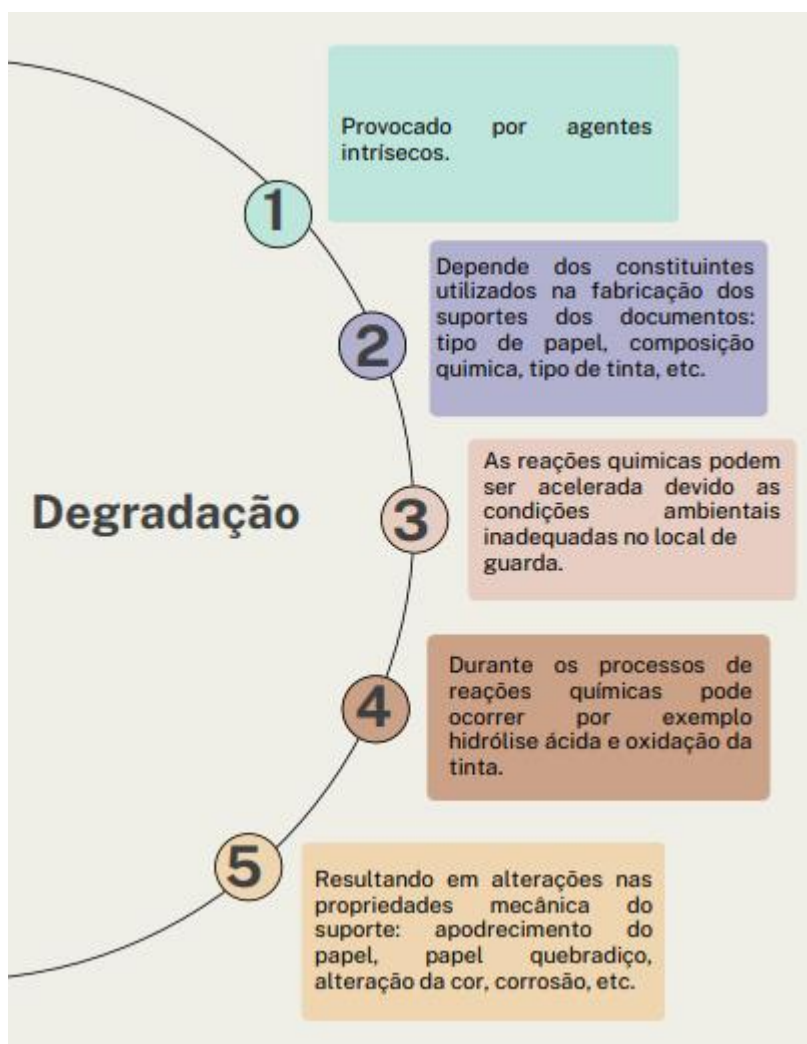
A degradação e deterioração dos acervos sobre papel envolvem diversos fatores, mas se presume que a maior parte das fontes causadoras desses processos pode ser evitada com as manutenções preventivas. O conceito do termo degradação, segundo Bojanoski, citada por Gurgel, compreende:

Efeito da alteração da natureza material sob a ação de fatores químicos, eletroquímicos, bioquímicos, microbiológicos, radiativo/térmico, etc. O efeito é baseado nos processos de alteração dos componentes químicos em um determinado tipo de material. Por esta razão, os efeitos de degradação são cumulativos (diversas causas e resultados), sendo agrupados pelos efeitos químico, térmico, radioativo, biológico, etc., que, por sua vez, podem ser simples ou complexos (eletroquímico, termoquímico, bioquímicos, fotoquímico, radioquímico, etc.). São exemplos: a corrosão dos metais e ligas; o apodrecimento da madeira, papel, couro/pergamino, têxteis; a descoloração de pigmentos; a eflorescência de sais, etc. (Gurgel, 2022, p. 2).

As características do processo de degradação são ilustradas na Figura 48.

<sup>42</sup>Imagens dos insetos: cupim, broca e barata – Livro INSETOS BIBLIÓFAGOS: identificação, prevenção e controle, 2018.

Figura 48 – Degradação



Fonte: Elaboração da autora, 2023.

Conforme exposto, a degradação e seus aspectos destrutivos nos documentos estão relacionados aos agentes intrínsecos, estando a degradação relacionada aos constituintes utilizados na fabricação dos objetos, o tipo de papel que envolve os tipos de fibra utilizada; se é fibra curta ou longa, fibras de algodão ou celulose, composição química, se foi realizada a remoção de lignina; e tipo de tinta usada na escrita etc., podendo, assim, a degradação ocorrer por diversos fatores, conforme assim explicado por Bojanoski: “Fatores químicos, eletroquímicos, bioquímicos, microbiológicos, radiativo/térmico”. No entanto, com relação aos livros e documentos guardados em condições ambientais inadequadas, com a existência dos agentes de deterioração – a exemplo de luz, calor, umidade –, apresentando oscilações e flutuações inadequadas, pode-se ter como desdobramento o aumento da velocidade das reações químicas, acontecendo nesse processo a degradação, que traz como consequência os exemplos citados: a hidrólise ácida, que torna o papel quebradiço, bem como a oxidação da tinta, que

pode ter como resultados a corrosão do papel e a perda de informação, entre outros diversos danos.

Já o conceito do termo deterioração explicado por Bojanoski, citada por Gurgel, compreende:

Efeito incorrido em um artefato, que pode ser proporcional ao todo ou às partes dos seus componentes, decorrente da mudança estrutural funcional de seu estado sob ações físico-químicas, acompanhadas ou não por fatores climáticos. Este efeito é baseado em processos de destruição microscópicos ou macroscópicos, que afetam o estado físico relacionado a um elemento estrutural-funcional. São exemplos: o rompimento de uma viga em um edifício ou da moldura de um quadro; o craquelê nas camadas de uma pintura; rasgos em um suporte de papel ou em um têxtil; dobra, dilatação ou contração de um painel de madeira, etc. (Gurgel, 2022, p. 2).

As características do processo de deterioração são ilustradas na Figura 49.

Figura 49 – Deterioração



Fonte: Elaboração da autora, 2023.

Conforme assim mostrado, a deterioração causada nos documentos pode ser relacionada com o manuseio inadequado, vandalismo, acondicionamento e armazenamento inadequados etc., ou seja, “são aqueles relacionados com as condições ambientais e com a ecologia que rodeia os acervos documentais durante seu uso, manipulação e armazenamento nas instituições, durante toda a sua vida útil” (Vaillant Callol, 2010, p. 29). Nesse caso, os documentos podem entrar em contato com um dos “10 agentes de deterioração” e ter como consequência alterações físicas. Portanto, a degradação e deterioração apresentam definições diferentes, mas ambos os processos são danosos para os documentos em contato com os agentes de deterioração.

Nesse sentido, é importante adotar todas as medidas para evitar processos danosos nos documentos de forma preventiva. Assim, entra em cena a conservação preventiva, sobretudo por ser um “conjunto de medidas voltadas à prevenção do aparecimento de danos em uma edificação evitando trabalhos extremos de restauração/requalificação. A conservação preventiva consiste na realização de intervenções indiretas visando o retardamento da degradação [...]” (Ibram, 2013. p. 22). Sobre os trabalhos extremos de restauração e requalificação<sup>43</sup> das edificações, Tinoco e Oliveira (2018) relatam em seu artigo<sup>44</sup> a realização de estudos pelo Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI)<sup>45</sup>, em que destacam a necessidade de atividades e manutenções preventivas na edificação e que se desenvolva, a partir de estudos, o Plano de Gestão da Manutenção (PGM). Observa-se que esse plano deve ser adotado como forma preventiva para resguardar não só as edificações, mas os acervos de forma geral. O objetivo do plano de gestão e manutenção é:

Garantir a integridade da edificação e as metas correspondem a realizar, tempestivamente, o monitoramento e o controle do estado de conservação da edificação, através de rotinas de inspeções periódicas e das ações de manutenções preventivas, corretivas e emergenciais (Tinoco; Oliveira, 2018, p. 7).

---

<sup>43</sup>Os processos de requalificação de áreas centrais degradadas têm, em geral, como objetivo principal declarado incrementar a densidade de ocupação, de modo a promover a reutilização (ou a plena utilização) da infraestrutura e de equipamentos urbanos. Eventualmente, objetivos colaterais (melhoria da qualidade de vida na cidade, sustentabilidade ambiental, aumento da coesão social etc.) podem ser também citados. O grau de complexidade dessas intervenções pode variar. Em qualquer caso, costuma-se recorrer ao planejamento integrado, para compatibilizar os diferentes interesses e demandas de usos – atividades produtivas, habitação, lazer, circulação e, assim, por diante – dos espaços “renovados” ou “requalificados”. Informações disponíveis em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Revitaliza%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 31 dez. 2023.

<sup>44</sup>Artigo “A Conservação das Edificações de Valor Cultural: gestão da manutenção”, Olinda, 2018.

<sup>45</sup>O Centro de Estudos e Ensino Avançados da Conservação Integrada (CECI) tem como missão promover a conscientização, o ensino e a pesquisa sobre a conservação integrada urbana e territorial dentro da perspectiva do desenvolvimento sustentável. Suas atividades são dirigidas para a comunidade técnica e acadêmica brasileira e internacional. Informações disponíveis em: <https://cecieducacao.org.br>. Acesso em: 31 dez. 2023.

Assim, diante das áreas de preservação, cabe mencionar algumas vantagens da conservação preventiva, tal como o melhor custo-benefício em relação às outras áreas, além de não interferir diretamente nos objetos. As manutenções preventivas na edificação são menos onerosas que os procedimentos de restauração. Essas manutenções previnem e bloqueiam alguns agentes de deterioração e contribuem para reduzir os danos aos livros e documentos, como a presença de água nos acervos oriunda das coberturas. Diante disso, essa área vem sendo priorizada em relação às outras e deve se tornar um compromisso ético das instituições, conforme explicam Froner e Rosado:

Atualmente, percebemos que não basta resgatar, investigar, expor e até mesmo restaurar sem uma política preventiva anterior a estas operações. A deterioração de acervos em reservas, arquivos e exposições evidencia a falta dessa política. Operações mais drásticas nas intervenções de restauro e, até mesmo, a perda material desses documentos é o preço que se paga pelo não investimento na área de conservação preventiva: antes de ser uma área de conhecimento técnico, torna-se um compromisso ético das instituições. Por sua vez, a área de conservação e restauro tem priorizado a conservação preventiva em relação às técnicas de intervenção direta, como uma maneira de proteger a integridade material dos objetos (Froner; Rosado, 2008. p. 18).

Os recursos financeiros dos detentores dos acervos paroquiais são escassos, sendo esse um dos principais problemas para realizar as manutenções preventivas e as restaurações, levando ao ruim estado de conservação dos acervos. Nesse âmbito, buscou-se como metodologia no estudo de caso realizar entrevista com um representante do Arquivo Histórico de Diamantina para entender algumas dificuldades na preservação. Durante a conversa, buscaram-se informações a respeito do recurso financeiro do arquivo para a conservação do patrimônio, sendo informado pelo entrevistado que não existe recurso considerável para manutenção e compra de materiais para o arquivo.

Baseado nessa resposta, entende-se que o acervo não tem verbas destinadas para a manutenção dos livros que envolve os procedimentos de conservação e restauração, o que dificulta a tomada de ações para evitar que os livros se deteriorem e alcancem um ruim estado de conservação. Porém, além da falta de recursos financeiros para a manutenção do acervo, existe a falta de recursos para investir em um local adequado para realização dos procedimentos interventivos, conforme explicou o entrevistado: “falta um ambiente e profissionais qualificados para fazer e desenvolver o trabalho de conservação e restauração no arquivo”.<sup>46</sup> Além disso, completa: “existe a falta de verba da instituição para contratar e manter esses

---

<sup>46</sup>Entrevista realizada no Arquivo Histórico de Diamantina, 26 de abril de 2023.

profissionais, sendo este fator o que mais dificulta na realização das ações<sup>47</sup>. Nota-se, assim, a existência de um conjunto de limitadores que impedem a preservação do acervo.

São várias as situações encontradas nos mais diversos acervos, entretanto, no caso do arquivo histórico, seria mais viável haver um laboratório de restauro dentro do próprio arquivo, que é o órgão detentor de um acervo enorme da região, bem como seria mais viável contratar um profissional conservador-restaurador técnico para os cuidados necessários com esse acervo. Percebe-se que a falta de verba compromete as tomadas de decisões para a preservação do acervo e, conseqüentemente, dos livros que já se encontram em ruim estado de conservação e que correm o risco de se deteriorarem ainda mais.

Pensando na falta de recursos relatada e no atual estado de conservação dos livros que se encontram no Arquivo Histórico, foi questionado ao entrevistado como ele percebe o atual estado de conservação dos livros e documentos presentes nesse Arquivo Histórico de Diamantina, ao que ele respondeu:

É uma pergunta que eu penso que teremos que dividir essa pergunta. O acervo do século XVIII e XIX é um acervo que tem um estado de conservação mais ruim (*sic*), talvez por causa do próprio tempo, do não conhecimento, às vezes já vieram (*sic*) infestado. E tem o acervo do século XX que está razoavelmente bom, com exceção de alguns suportes; por exemplo, nós temos um suporte que é jornal e que sofreu um ataque de cupim e ficou bem deteriorado (Respondente).<sup>48</sup>

Diante dessa resposta, identificam-se os seguintes problemas no Arquivo Histórico de Diamantina:

- 1- o acervo do século XVIII e XIX apresenta um ruim estado de conservação;
- 2- o ruim estado de conservação pode estar relacionado à ação do próprio tempo, ou seja, o envelhecimento natural dos objetos devido aos materiais da técnica construtiva;
- 3- outro fator é a falta de conhecimento sobre os cuidados para a conservação dos documentos; e
- 4- os documentos já foram levados infestados por insetos para guarda no arquivo;
- 5- por último, o acervo do século XX apresenta o suporte jornal, que sofreu danos pela ação dos cupins.

Conforme citado anteriormente, a condição do estado de conservação antes de os livros entrarem no arquivo potencializa o efeito negativo do seu atual estado. Buscando analisar esse

---

<sup>47</sup>Entrevista concedida no dia 26 de abril de 2023, Arquivo Histórico de Diamantina.

<sup>48</sup>Entrevista concedida no dia 26 de abril de 2023, na cidade de Diamantina.

problema, nota-se que é fundamental levar informações sobre as ações de conservação preventiva para os locais de origem. Assim, a conservação preventiva surge como um mecanismo possível, pois entendemos que assegurar a estabilidade dos bens e evitar que cheguem ao ruim estado de conservação depende, de modo geral, da nossa atuação.

As discussões sobre os benefícios da conservação preventiva passaram a ser pesquisadas e aprimoradas com o objetivo de proteger os bens culturais e vêm alcançando destaque na preservação. Caldeira, em texto de 2006, já explicava que:

Há cerca de 20 anos a Conservação Preventiva passou a ser pesquisada e, ao longo desse tempo, muito tem se trabalhado para o seu aprimoramento científico. Várias instituições internacionais direcionaram-se a esse fim disseminando e discutindo orientações com o objetivo de propiciar melhores condições de proteção aos bens culturais (Caldeira, 2006, p. 99).

Outro pesquisador da conservação preventiva, Gael de Guichen, citado por Ingrid Beck, explica que existe uma nova reflexão: “[...] a conservação é um velho conceito no mundo dos museus, mas só nos últimos 10 anos começou a se tornar reconhecida e organizada. Ela requer mudança profunda de mentalidade [...]” (Beck, 2014, p. 16). Diante dessa fala, observa-se que essa tal mudança citada por Beck em 2014 demonstra que o tempo passou e hoje se faz urgente e necessária que a conservação preventiva se fortaleça como ferramenta principal para a preservação dos acervos documentais, pois é sabido que a espera por recursos públicos e privados podem levar a danos irreparáveis.

Assim, pouco a pouco, vem crescendo a prioridade pelas ações de conservação preventiva, como já explicado por Froner: “a área de conservação e restauro tem priorizado a conservação preventiva em relação às técnicas de intervenção direta, como uma maneira de proteger a integridade material dos objetos” (Froner, 2007, p. 18), visto que as medidas indiretas adotadas sobre o bem poupam os acervos da deterioração e, conseqüentemente, das intervenções diretas. Percebe-se, sobre essa prioridade, que os pontos-chave das atividades relacionadas à conservação preventiva envolvem a adoção da política de preservação e uma boa gestão com ações que envolvem, além das atividades, a capacitação dos envolvidos com o acervo. Segundo Barros, a conservação preventiva abrange:

Todas as atividades e, ou, atitudes que visam evitar, retardar e /ou minimizar a deterioração dos bens culturais. Envolve medidas indiretas, abrangendo questões relativas a: capacitação e gestão de recursos humanos, políticas institucionais de preservação, acondicionamento, exposição, manuseio, transporte, segurança, controle de pragas, entre outros (Barros, 2015, p. 156).

Existem pesquisas que foram realizadas em arquivos paroquiais, a exemplo do acervo da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar, na cidade de Ouro Preto, que apontam a conduta das pessoas que lidam com o acervo como um dos parâmetros para a preservação baseada na conservação preventiva que pode trazer benefícios para o acervo, segundo Soares, Souza e Camargos, citados por Gurgel:

É importante a aplicação de uma metodologia baseada na conservação preventiva para se obter sucesso no controle de infestações por insetos, assim como no tratamento de infecções ocasionadas por fungos ou outros micro-organismos. Parâmetros como ventilação, umidade relativa, temperatura, iluminação, conduta das pessoas que lidam com o acervo, arquitetura do edifício, localização das áreas de guarda dentro do prédio, deverão ser observados para aplicação de uma política de preservação eficaz (Gurgel, 2023, p. 23).

Observa-se que a metodologia para preservar os livros e documentos sem despesas onerosas está baseada nas manutenções realizadas na edificação, controle ambiental, inspeções das áreas de guarda e outras ações possíveis, mas a conduta e conhecimento dos funcionários desses acervos também são fundamentais. Atualmente, esse é o meio eficiente para evitar as infestações por insetos, o aparecimento das infecções causadas pelos micro-organismos, pelos danos causados pelas flutuações inadequadas de umidade e temperatura, pela presença de água nas áreas de guarda e pela luz sobre os objetos, entre outros vários danos e riscos ao acervo.

Quando falamos em risco, estamos falando daqueles que o acervo corre se algo acontecer – “risco pode ser definido como a chance de algo acontecer causando um impacto negativo sobre nossos objetivos” (Guia de Gestão de Riscos para o Patrimônio Museológico, 2017, p. 11). Nesse sentido, é de extrema importância pensar nas chances de o risco ocorrer e nas consequências sobre o acervo. No caso do Brasil, os acervos estão sujeitos, por exemplo, ao risco de incêndio, enchentes e deslizamentos de terra. No entanto, existem outros tipos de riscos que afligem os diversos acervos:

Os tipos de risco que afligem acervos museológicos variam desde eventos súbitos e catastróficos (tais como terremotos, tsunamis, erupções vulcânicas, deslizamentos de terra, enchentes e incêndios de grandes proporções) até os processos graduais e cumulativos de degradação química, física ou biológica. Seu resultado comum é a perda de valor no acervo (Ibermuseum; Iccrom, s.d., p. 12).

Em se tratando de risco, deve se levar em conta que qualquer tipo de evento trará como consequência a perda de valor para o acervo. Assim, a gestão de risco é “tudo o que fazemos para compreender e lidar com possíveis impactos negativos sobre nossos objetivos. Isso inclui, primeiramente, a identificação, análise e priorização (avaliação) de riscos” (Guia de Gestão de Riscos para o Patrimônio Museológico, 2017, p. 16). E, após essa avaliação, é importante agir

para eliminar os riscos, ou seja, agir de forma preventiva para evitar a perda do acervo por incêndios, bem como avaliar a localização do acervo paroquial próximo a rios, que podem, conseqüentemente, ser atingidos por enchentes. Interessante também observar se a localização do acervo está próxima de barrancos, que podem ser surpreendidos por deslizamentos de terra em períodos chuvosos, entre outros, mas que consideramos inaceitáveis para os objetos.

Assim, a sobrevivência dos objetos está relacionada à manutenção dos lugares em que se encontram armazenados. Bradley explica:

Não se pode prever o tempo real de sobrevivência dos objetos, mas ele está estreitamente ligado à capacidade de os seres humanos manterem um ambiente favorável e estável, o que se aplica não somente aos museus, mas também a todos os objetos e construções de fabricação humana que fazem parte do nosso dia-a-dia (Mendes, 2001, p. 32).

Nesse sentido, a preservação depende exclusivamente dos seres humanos para tomadas de decisão, seja através do planejamento, do gerenciamento dos recursos financeiros, da gestão de risco e, conseqüentemente, da execução das ações preventivas. Para finalizar esta parte, é necessário que os gestores responsáveis pelos acervos eclesiásticos documentais se atentem para as medidas preventivas destinadas a garantir a salvaguarda desses bens.

### **3.2. O desafio da Preservação de Acervos Documentais**

“A arte da preservação é tão antiga como a própria civilização humana. De certo modo, pode dizer-se que provém do instinto de autopreservação presente em todos os seres vivos”. E, conseqüentemente, “a nossa herança é tudo aquilo o que conhecemos sobre nós próprios; aquilo que conservamos constitui o nosso único registo. Esse registo é o farol que ilumina as trevas do tempo, a luz que guia os nossos passos. A conservação é a forma através da qual a preservamos” (Teijgeler, 2007, p. 27). Esse autor enfatiza a importância da preservação como um reflexo do instinto humano de autopreservação e destaca a herança como o único registo que ilumina e guia as gerações futuras nas trevas do tempo. Essas ideias destacam a relevância da preservação cultural e histórica para a sociedade. Percebe-se que a preservação é uma preocupação antiga e que registrar é uma forma de conservar nossa herança cultural, assim como conservar os objetos. Para Bradley (2001), os objetos possuem diversos valores:

Os artefatos são coletados por seu valor sentimental ou porque representam investimento econômico, ou porque a eles foi atribuído um caráter identitário, seja de indivíduos isolados ou de grupos étnicos, de uma região ou de uma nação. Independentemente do valor financeiro e de pertencerem a coleções particulares ou a instituições públicas, museus, bibliotecas, **arquivos**, etc., objetos culturais podem ser

considerados uma espécie de “retratos instantâneos” históricos (Bladley, 2001, p. 11, grifo nosso).

Dessa forma, os documentos são considerados “retratos instantâneos” históricos, e “esse reconhecimento determina o investimento de ações de salvaguarda dessa **cultura material**” (Bladley, 2001, p. 11). Ainda segundo essa autora (2001):

A partir do estudo desses retratos é possível, por exemplo, testemunhar a evolução da Arte, inferir sobre valores morais e características de povos. Por isso, tais artefatos devem ser considerados como parte da herança cultural, no sentido mais amplo da expressão, pois são transmissores da cultura de uma época através dos anos (Bladley, 2001, p. 11).

Portanto, percebe-se que essa herança cultural se torna fragilizada na ausência da conservação. Assim, “devemos ter em mente que o ciclo da natureza dita que tudo o que é feito de matéria orgânica se decompõe. Desse modo, apenas podemos pensar em aumentar a esperança de vida do nosso patrimônio em suporte papel [...]” (Teijgeler, 2007, p. 45). E a prevenção sempre será o melhor caminho para evitar os danos e perdas dos acervos documentais. No entanto, devido aos fatores intrínsecos que envolvem a técnica construtiva de cada objeto, a degradação pode ocorrer de maneiras diferentes. Ao analisarmos a qualidade dos diversos tipos de papéis, sabe-se que a resistência dos livros com papel de trapo em seu interior irá se degradar mais lentamente que um livro de papel de pasta de celulose, mas certamente ambos estão suscetíveis às ações das intempéries. Contudo, “o modo de deterioração depende das características que compõem os materiais que formam os suportes das memórias, e, de um modo geral, é possível afirmar que quanto mais as condições ambientais são relativamente estáveis, menor e mais lenta é a degradação do patrimônio” (Zarinato, 2010, p. 152).

Devido à vulnerabilidade do suporte, alguns processos de deterioração do papel podem ser mais alongados e duradouros, enquanto outros são acelerados e devastadores. Entretanto, ambos merecem atenção, pois causam danos igualmente nos acervos. Seripierri explica:

Em um arquivo as fontes informacionais disponíveis são inúmeras. Todas possuem o que se pode chamar de “vida útil”, compreendida como o período de tempo que elas têm para cumprir suas finalidades de maneira “digna”. Entretanto, assim como os seres humanos sofrem com a ação de insetos, micro-organismos, bactérias, poluição e acidentes, há fatores que podem diminuir ou ampliar a “qualidade de vida” dos documentos. Por isso, é indispensável pensar a respeito da melhor maneira de aumentar sua “vida útil”, ou pelo menos impedir que se deteriore mais rapidamente (Seripierri, 2005, p. 19).

Nesse sentido, ressalta-se a importância da preservação dos livros e documentos que apresentam informações que precisam da conservação para estender o seu tempo de vida útil estimado nos acervos. A preservação torna-se eminente, de forma a evitar a perda de informações e viabilizar as restaurações. São diversos os agentes causadores de danos nos documentos, mas os agentes água, umidade e pragas são os principais responsáveis pelo desaparecimento da informação, tornando-se para nós um desafio a extinção desses agentes das áreas de guarda.

Procura-se no exemplo a seguir aprofundar nas reflexões que direcionaram esta pesquisa e demonstrar os desafios e o esforço conjunto necessários para a preservação da informação.

Dentro desse contexto, tem-se a ação dos insetos xilófagos que, ao atingirem o acervo, provocam a perda de informações. Os danos provocados por esses agentes são irreversíveis, e nenhum tratamento interventivo devolverá ao documento seu estado original. Submeter os documentos à restauração não irá reintegrar as informações perdidas, e sim somente o suporte, cujas informações perdidas pela ação dos insetos não são mais recuperáveis, conforme se mostra no exemplo da Figura 50A, um detalhe de um manuscrito antes do restauro com perdas de suporte e da informação causada pela ação dos insetos. Nesse exemplo, não importa se foram os cupins ou as brocas, pois parte da informação já foi destruída quando essas pragas atravessaram os documentos. Na Figura 50B, mostra-se o detalhe do manuscrito pós-restauro, com a reintegração das áreas de perda do suporte.<sup>49</sup>

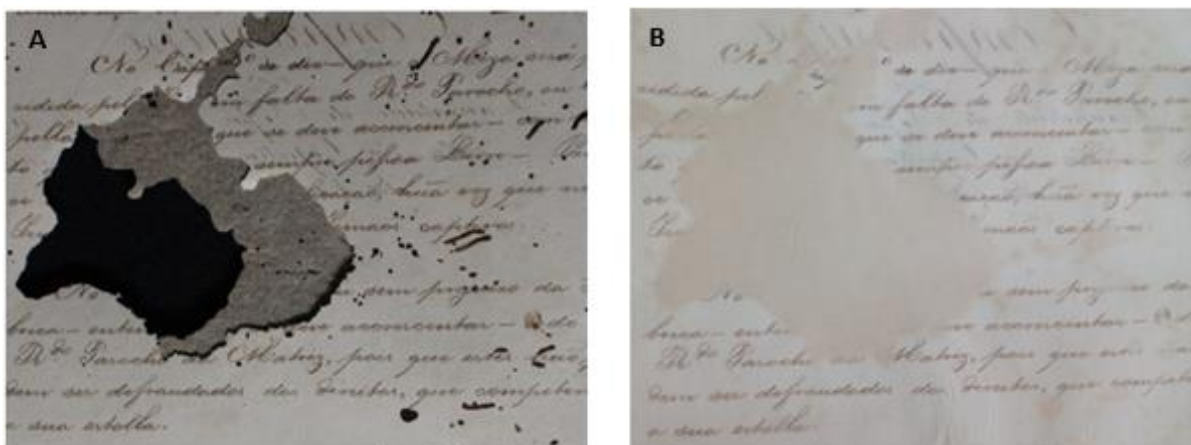
A reintegração é um processo interventivo também conhecido como reenfibragem e consiste na:

[...] reconstituição de áreas de perda do suporte realizado na máquina obturadora de papel (MOP), que se utiliza do princípio da formação da folha de papel, no qual a polpa em suspensão na água, ao passar pelo documento colocado sobre uma tela de nylon, tende a se depositar nas áreas faltantes (Bojanoski; Almada, 2021, p. 124).

---

<sup>49</sup>Perda de suporte – Dano caracterizado pela perda de áreas do papel que podem ser decorrentes de manuseio inadequado, ação de insetos e roedores, reação das tintas ferrogálicas, entre outras causas (Bojanoski; Almada, 2021, p. 60).

Figura 50 – A- Detalhe de um manuscrito antes do restauro com perdas de suporte e informação. B- Detalhe do manuscrito pós-restauro com a reintegração das áreas de perda do suporte



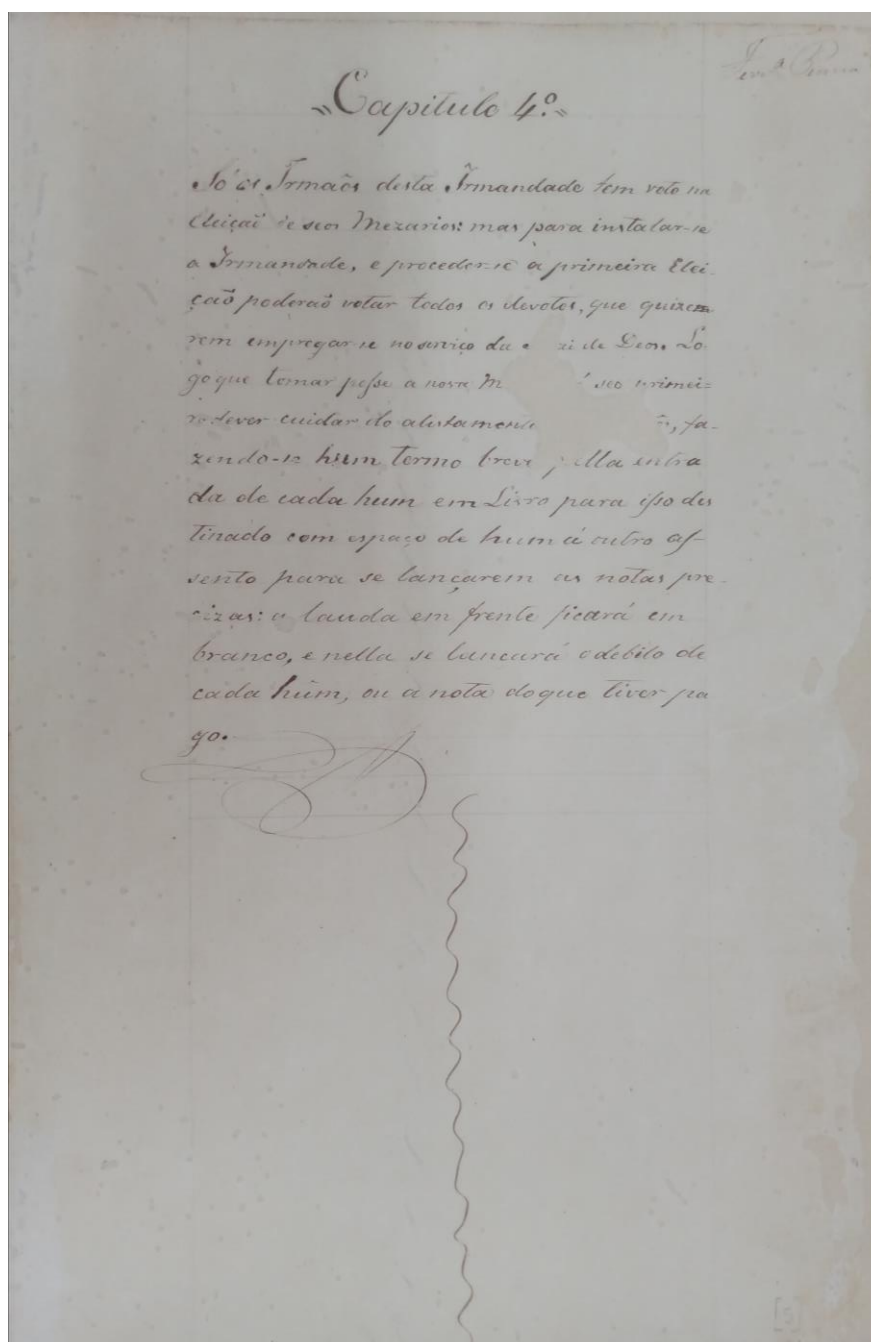
Fonte: Arquivo FAOP, 2019.

Esse procedimento é complexo e envolve várias etapas até a sua execução, como alguns dos procedimentos a seguir: documentação, higienização, testes, análises, tratamentos químicos pelo banho aquoso, processo de secagem, pesagem dos fólhos, cálculos das áreas de perda através da planilha de cálculo, testes de cor para encontrar a cor próxima do papel em tons acima ou abaixo do original, tingimento das fibras necessárias para o preparo da polpa (suspensão fibrosa), para chegar ao processo de reintegração mecânica, que envolve o domínio da técnica na Máquina Obturadora de Papel (MOP), para que durante a execução de reenfibragem as fibras não sobreponham as informações restantes do documento, depositando-as, assim, somente nas áreas de perda de suporte.

O exemplo da Figura 51 indica um dos grandes desafios da preservação nas áreas de guarda dos acervos, pois tal questão apresentada mostra que a restauração não devolve a informação perdida aos documentos, não sendo o meio ideal para preservá-los. Como mostrado anteriormente, após os procedimentos interventivos de restauro, o que se observa é que as lacunas deixadas no papel pela ação dos insetos passam a ser áreas reintegradas sem informação, razão pela qual essa condição precisa ser levada em conta na hora da escolha das ações preventivas pelos gestores dos acervos. Nesse caso, tem-se como desafio despertar a atenção dos gestores para a priorização das inspeções na área de guarda, para evitar a perda de informação dos documentos históricos, pois, por meio de vistorias programadas nas áreas de guarda, é possível identificar os sinais da presença dos insetos xilófagos, como resíduos de excrementos, presença de larvas e até partes corporais dos insetos, como as asas. Inspeções nos mobiliários podem igualmente evitar esse tipo de dano nos documentos.

Embora as perdas de suporte – neste caso, do papel usado para escrita dos documentos – possam ser reconstituídas pelo procedimento de reintegração mecânica, o grande problema é que as informações perdidas nos documentos pela má conservação poderiam contribuir para diversas pesquisas, pois parte da informação perdida pode ser exatamente o que estamos buscando nos documentos. Na Figura 51, apresenta-se outro documento que ilustra como ele ficou após os procedimentos de restauro.

Figura 51 – Documento pós-restauro



Diante do exposto, percebe-se que outro desafio nos acervos paroquiais é criar-se o hábito de manusear os livros em períodos preestabelecidos; aliás, completa-se que esse hábito deve ser adotado por todos nós com os nossos livros particulares. Quando os livros não são utilizados ou consultados com frequência, eles acabam sendo esquecidos nas gavetas ou mobiliários, podendo sofrer danos e perda da escrita, conforme mostrado no exemplo da ação dos insetos. Entretanto, esse hábito ajuda a identificar livros umedecidos pela ação da umidade excessiva e da presença de água nas áreas de guarda, pois, mediante o manuseio, é possível perceber a olho nu, além do toque ou do cheiro de papel mofado, que existe algum problema. Percebe-se nessa situação que, de forma inconsciente, tendemos a achar que os livros armazenados nas gavetas e mobiliários estão bem guardados e conservados. No entanto, o cuidado rotineiro é crucial para evitar que esses objetos se deteriorem.

Existem vários motivos que impedem as ações preventivas nos arquivos documentais paroquiais, como desconhecimento de técnicas de preservação e falta de recursos, de informação etc. Além dos vários motivos, observa-se certa prioridade na conservação e restauração dos bens que ficam em exposição nas igrejas, como: imaginária, talha, naves, retábulos, pinturas, em detrimento dos documentos e livros. Essa prioridade provavelmente se dá pela maior visibilidade dos outros tipos de objetos. Sobre a documentação esquecida, Menezes relata que:

A documentação existente nas igrejas e capelas, nem sempre lembrada, torna-se importante fonte de estudos e pesquisas. O arquivo diocesano, o arquivo paroquial, o arquivo das ordens terceiras e Irmandades são preciosos repertórios de informações as mais diversas, abrangendo uma gama de interesses dos estudiosos, além, evidentemente, de trazer luz a inúmeras passagens da própria história da Igreja no Brasil (Menezes, 2006, p. 80).

Entramos, assim, na seguinte questão: se esses documentos são repertórios de informação e trazem luz a inúmeras passagens da própria história da Igreja no Brasil, então quais desafios precisam ser atingidos para se ter uma boa conservação nos arquivos paroquiais?

Para o entrevistado do Arquivo Histórico de Diamantina, um dos grandes desafios é “a necessidade de criar uma consciência de cuidado com a informação, com o suporte que contém essa informação” (o livro). Segundo o entrevistado, não existe um olhar muito específico para o resguardo da memória e do papel, e são diferentes os tipos de relação entre a imaginária e o papel, sendo este último esquecido. Existem igrejas que possuem acervo, e os gestores têm vontade de cuidar do papel, porém, mesmo vendo que esse material está se perdendo, não há profissional habilitado na região para esse cuidado. Além disso, ainda de acordo com o

entrevistado, há um déficit de recursos no Norte de Minas em comparação com a região Sul do estado.

Observa-se nessa última abordagem a relação entre a localização dos arquivos e a responsabilidade dos envolvidos na proteção e preservação dos acervos locais, seja pelos órgãos patrimoniais, seja por meio de parcerias com instituições e prefeituras para aquisição de recursos. No caso do Arquivo Histórico de Diamantina, o entrevistado mencionou que gostaria de adotar uma política preventiva e desenvolver um plano de manutenção do seu acervo. No entanto, explicou:

Eu gostaria, se eu tivesse recurso, pessoal – é claro que sempre esbarramos no fator econômico. O fator econômico é um dos fatores determinantes para isso, você precisa de profissionais qualificados e esses profissionais têm um custo e isso é difícil nessa parceria, e tem que ser feito com parceria.

Perguntado sobre parcerias, captação de verbas com apoio da prefeitura, o entrevistado informou que não existe recursos, tornando-se difícil a preservação dos acervos (Entrevistado).<sup>50</sup>

Além do que foi verificado no acervo de Diamantina, tive a oportunidade, enquanto professora e restauradora do Laboratório de Papel da Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP), de visitar outros acervos. Em certos casos, encontramos livros em situação irreversível, como livros com as folhas aderidas. Essa aderência acontece em função da solubilidade de certos materiais que, em contato com agentes de deterioração, com destaque para as flutuações inadequadas de temperatura e umidade, somadas ao acondicionamento incorreto, podem transformar os livros em blocos, dano esse muitas vezes irreversível. E o que se percebe é que a intenção do responsável pelo acervo que fez o acondicionamento foi promover a conservação, no entanto a falta de informação e conhecimento sobre a forma correta de acondicionar e materiais adequados levou os livros ao ruim estado de conservação.

Outro desafio é sobre a sequência das ações pelos gestores que passam pelos arquivos paroquiais. Sabe-se que os gestores têm um período estipulado diante da responsabilidade de uma igreja. Nesse aspecto, esse período pode influenciar de forma negativa ou positiva as sequências das ações de conservação dos bens. Assim, percebe-se que os desafios que envolvem a preservação dos documentos vão muito além do fator financeiro e também podem ou não estar relacionados ao tempo destinado aos gestores perante aquela paróquia, pois se percebe que dar sequência às ações introduzidas no acervo depende da vontade e entendimento do gestor sobre a necessidade e importância da preservação.

---

<sup>50</sup>Entrevista de pesquisa concedida em 26 de abril de 2023, na cidade de Diamantina.

Essa abordagem indica que um dos desafios está relacionado à necessidade de conscientização sobre a importância de se conservarem os documentos históricos lá no processo de formação dos padres. Evidencia-se, igualmente, a necessidade de os padres na sua formação adquirirem conhecimento sobre as áreas do patrimônio direcionadas para a preservação, conservação preventiva, conservação e restauração, bem como serem instruídos sobre a importância da adoção das políticas de preservação, que devem ser adotadas quando esses religiosos estiverem na gestão dos acervos de suas paróquias. Além disso, esses presbíteros precisam estar conscientes de que devem dar continuidade às ações dos seus antecessores.

### **3.3. Principais agentes de deterioração**

São 10 “agentes de deterioração” que provocam reações físicas, químicas e estruturais nos livros e documentos. Os principais agentes responsáveis pela degradação e deterioração que impactam o estado de conservação dos bens, segundo Spinelli e Pedersoli (2011), são: forças físicas, criminosos, fogo, água, pragas, poluentes, luz e radiação ultravioleta (UV) e infravermelha (IF), temperatura, umidade relativa e dissociação. Esses agentes impactam de forma negativa os objetos de forma geral e, em se tratando do suporte papel, devem ser considerados uma ameaça para os documentos devido à sua vulnerabilidade.

Os componentes materiais do patrimônio variam, e alguns desses materiais são mais suscetíveis aos danos causados pelos agentes de deterioração. O papel é um dos materiais que mais sofrem reações físicas e químicas em contato com os agentes de deterioração e acaba se degradando e deteriorando, transformando com alta velocidade o estado de conservação dos documentos. Muitos processos estão relacionados ao próprio envelhecimento do objeto; no entanto, as intempéries, mudanças de temperatura, contato com água ou umidade aceleram esses processos, causando danos irreversíveis.

Os mecanismos de ação desses agentes sobre os documentos podem ser minimizados pela sua identificação no local de guarda, conforme já mencionado no tópico relacionado à importância das manutenções das edificações e das áreas de guarda. O conhecimento e identificação dos agentes de deterioração são importantes e devem ser realizados de forma criteriosa, para que a instituição adote mecanismos de ação que possam contribuir para evitar os danos no acervo.

No Quadro 3 são apresentados 10 agentes de deterioração *versus* suportes documentais, relacionados aos suportes documentais, contendo os agentes, os danos e a fonte.

Quadro 3 – Dez agentes de deterioração X suportes documentais

<b>10 AGENTES DE DETERIORAÇÃO X SUPORTE DOCUMENTAIS</b>		
<b>AGENTES</b>	<b>DANOS NOS LIVROS</b>	<b>FONTE</b>
<b>1-FORÇAS FÍSICAS</b>	Deformação, rasgos, perfurações, abrasão, rasuras, abaulamento.	Manuseio e uso do livro inadequado, acondicionamento e armazenamento incorreto, limpeza inadequada, intervenções inadequadas, ação antrópica.
<b>2-CRIMINOSOS</b>	Destruição e perda dos livros e documentos.	Roubo, vandalismo.
<b>3-FOGO</b>	Incêndio, perda total ou parcial dos documentos e livros.	Uso inadequado dos equipamentos elétricos, fiação exposta, descargas elétricas, falta de manutenção nas redes, cigarro.
<b>4-ÁGUA</b>	Manchas, mofo, proliferação de microorganismos, reações químicas, danos na tinta, danos nas ilustrações, dissolução de materiais adesivos.	Telhados e encanamentos com problemas, infiltrações, tempestades e enchentes, bebidas ou líquidos próximos dos livros.
<b>5-PRAGAS</b>	Perda de suporte, perfurações, sujidades, excrementos.	Agentes biológicos: roedores, baratas, traças, fungos, infestação de cupins, brocas, piolho de livro.
<b>6-POLUENTES</b>	Reações químicas e físicas, manchas, abrasão.	Poeira, poluentes atmosféricos, agentes químicos.
<b>7-LUZ E UV</b>	Deterioração dos materiais, reações químicas, oxidação da celulose, descoloração, amarelecimento ou escurecimento, esmaecimento da tinta, fragilização.	Luz solar (UV), Luz elevada, reduzida ou oscilações diárias.
<b>8-TEMPERATURA</b>	Expansão e contração do papel, reações químicas, deterioração dos documentos.	Flutuações inadequadas de temperatura.
<b>9-UMIDADE RELATIVA</b>	Expansão e contração do papel, enrugamento, fissuras, desprendimento, reações química, biodeterioração.	Flutuações inadequadas de UR.
<b>10-DISSOCIAÇÃO</b>	Perda de partes, fragmentos, perda de informações.	Armazenamento incorreto, falta de identificação ou registros sobre o objeto, empréstimos, inventário desatualizado.

Fonte: Elaboração da autora, 2023 (Cartilha Ibram, 2017).

A seguir, apresentam-se informações para facilitar a identificação dos principais agentes de deterioração, apontando seus principais danos, causas e fonte.

O agente **forças físicas** provoca danos de deformações nos objetos, como: rasgos, perfurações, abrasão, rasuras, abaulamento, tendo como fonte o manuseio e uso inadequados do livro, além de danos que podem ser ocasionados pelo acondicionamento e armazenamento incorretos, limpeza indevida, intervenções inadequadas, enfim, fatores relacionados à ação antrópica.

O agente **criminoso** causa a destruição parcial ou total dos livros, podendo ocasionar a perda de livros e documentos. Sua fonte está voltada para ações de vandalismo e roubo, além da falta de segurança dentro das áreas do acervo, falta de controle e identificação das pessoas dentro das áreas de guarda, falta de equipamentos e sistemas eletrônicos de segurança para evitar os sinistros.

O agente **fogo** é responsável pelo incêndio, causando queima total ou parcial dos livros e documentos. A causa pode estar relacionada ao uso inadequado dos equipamentos elétricos, fiação exposta, falta de manutenção das redes elétricas, descargas elétricas e até mesmo o uso do cigarro próximo ao acervo.

O agente **água** provoca manchas no papel e nas coberturas das encadernações, além de propiciar a proliferação de micro-organismos, como bactérias e fungos, contribuindo para o apodrecimento do papel. A água contribui para o surgimento de diversas reações químicas nos suportes e na tinta, danos nas ilustrações e a dissolução de materiais adesivos e pictóricos. A fonte está voltada para os problemas oriundos da falta de manutenção dos telhados, de onde, devido a períodos chuvosos e às tempestades, vêm as infiltrações, que acabam afetando o acervo. Problemas nas tubulações hidráulicas das paredes próximas das estantes e armários com livros, além do risco de enchentes, também causam danos. O uso de bebidas ou líquidos próximos dos livros podem afetar os acervos.

O agente **praga** é devastador para os acervos de papel, alguns causam perda de suporte e informação, provocam perfurações, sujidades e resíduos fecais (excrementos e urina). Além disso, “[...] ao mesmo tempo, sua presença no ambiente institucional constitui risco de infecção ao pessoal exposto às coleções contaminadas, o que depende das potencialidades patogênicas desses agentes” (Vaillant Callol, 2001, p. 32). Segundo esses autores, os agentes biológicos:

[...] provocam a biodeterioração dos acervos documentais por meio de alterações químicas, mecânicas e cromáticas dos suportes, dependendo de suas atividades metabólicas; ao mesmo tempo em que podem causar diferentes tipos de problemas à saúde das pessoas que trabalham nas instituições. Os danos observados com maior frequência nos arquivos e bibliotecas são os provocados por roedores, insetos e fungos (Vaillant Callol, 2001, p. 31).

Os agentes **biológicos** desenvolvem-se nos arquivos porque encontram neles ambientes favoráveis, como calor e umidade:

O desenvolvimento dos insetos está diretamente relacionado à temperatura. Em condições mais quentes, eles irão se alimentar mais e se reproduzir mais rapidamente. Em condições frias, ficarão mais lentos e podem parar de se alimentar e reproduzir. A umidade relativa é determinada pela quantidade de umidade no ar, sendo diretamente ligada à temperatura. A maioria das pragas requer ambientes úmidos. A alta umidade relativa estimula o desenvolvimento de fungos, que são alimento para certas espécies de pragas. Entretanto, algumas vivem em umidade abaixo de 40%, como os cupins (Felix; Costa, 2018, p. 14).

Os principais agentes biológicos são:

**Roedores** – Possuem hábitos noturnos, são atraídos por restos de alimentos e lugares desorganizados, gostam de ambientes quentes e úmidos; nos arquivos, escondem-se dentro das caixas de papelão para fazer seus ninhos e se reproduzir; causam danos roendo as extremidades dos livros e documentos; e são transmissores de doenças, como a leptospirose:

Além dos danos que estes agentes podem ocasionar aos livros e documentos, também constituem um perigo potencial no sentido epidemiológico, já que transmitem 243 doenças fatais ao homem, e a cada ano produzem casos de febre hemorrágica, hantavírus, triquinose e outras lesões severas devido ao contato com estes animais (Vaillant Callol, 2001, p. 31).

**Baratas** – Possuem hábitos noturnos, gostam de lugares quentes e úmidos, são atraídas por restos de alimentos, “são onívoras e se alimentam de couro, papel, colas, peles de animais, pelos e artefatos de lã, especialmente se o item está sujo de comida e doce” (Felix; Costa, 2018, p. 6). Motivos esses pelos quais se devem evitar alimentos próximos às áreas de guarda. Além disso, as baratas “são tigmotáticas, isto é, gostam de manter o corpo em contato em superfícies, razão pela qual dão preferência às frestas e rachaduras nas quais ambos os lados de seu corpo encostem nas superfícies” (Daniel; Pearson, 2001, p. 224). As baratas roem as extremidades dos livros em proporções menores, além de provocarem “abrasão superficial com contornos irregulares. As fezes mancham o papel, além de trazerem riscos de contaminação por bactérias, fungos e vírus, tendo o formato oblongo e sem uma extremidade pontiaguda” (Felix; Costa, 2018, p. 6).

**Traça-dos-livros e traças** – As traças-de-livros são conhecidas como peixes de prata de cor acinzentada, no entanto também é possível encontrar nos livros as traças de roupa, conhecidas também como mariposas, que podem se alojar nos tecidos das coberturas das encadernações e em seu miolo. As traças causam desgaste superficial e buracos irregulares no papel, no couro, no tecido e nas fotografias. “As espécies dos gêneros *Lepisma* e *Ctenolepisma* alimentam-se

de goma, cola e fungos microscópicos. As do gênero *Thermobia* também podem causar danos em papéis, fotografias e encadernações, mas precisam de condições mais quentes e secas” (Felix; Costa, 2018, p. 5).

A traça-dos-livros alimenta-se de materiais que contêm amido (por exemplo de base vegetal, adesivos), de constituintes do papel e de tecidos de algodão. Preferem o papel feito de celulose pura e necessita de pequenas quantidades de proteínas, que podem ser encontradas em insetos mortos e colas de origem animal (Vaillant Callol, 2001, p. 39).

**Fungos** – Identificados nos livros e documentos popularmente como mofo, danificam a estrutura do papel e das coberturas dos livros, causando danos como alteração da cor, manchas e deterioração do suporte e da informação. Existem vários fatores que contribuem para o crescimento do mofo nos materiais orgânicos. No entanto, segundo Scott (2001):

Dentre os fatores necessários para a germinação e desenvolvimento dos esporos de mofo [...], é a existência de umidade em quantidade suficiente, nas áreas adjacentes àquelas em que os esporos se instalam, que irá determinar, em última instância, sua germinação e crescimento (Scott, 2001, p. 261).

Para Vaillant e Callol:

A atividade dos micro-organismos sobre os livros e documentos tem duplo efeito negativo. Por uma parte atacam as substâncias que lhes servem de alimentos, consumindo as fontes de carbono como celulose, colas, adesivos e outros polímeros constituintes do papel, obtendo os nutrientes necessários ao seu desenvolvimento e, em consequência, excretam produtos como ácidos orgânicos e pigmentos, que são depositados sobre o suporte, provocando sua deterioração. Ao mesmo tempo, sua presença pode provocar doenças ao homem que estiver em contato com esses materiais contaminados (Vaillant Callol, 2001, p. 46).

**Cupins** – Nos arquivos, atravessam a madeira do mobiliário e caixas de papelão apoiadas sobre o chão, perfurando os livros que ali se encontram guardados em busca de alimento, “a celulose”. “São observados buracos profundos, galerias de trajetos irregulares e abrasão. As fezes são geralmente numerosas e em aspecto de diminutos grãos claros” (Felix; Costa, 2018, p. 8). São insetos devastadores tanto o cupim subterrâneo quanto o de madeira seca, que danificam livros e documentos na fase larval.

Cupins de madeira seca – Espécies dos gêneros *Cryptotermes* e *Kalotermites* (*Kalotermitidae*), que constroem túneis e galerias na madeira em muitas direções e também vivem em papel compactado e livros. Podem ser identificados pelas pilhas de pelotas fecais em forma de grânulos oblongos. Os ninhos e colônias são construídos totalmente dentro da madeira ou papel e eles não se alimentam muito longe do material infestado.

Cupins subterrâneos – Espécies dos gêneros *Reticulitermes* (*Rhinotermitidae*), *Coptotermes* (*Rhinotermitidae*) e *Macrotermes* (*Termitidae*), que precisam viver em

contato com o solo, espalhando-se do ambiente natural para as árvores e construções. Para isso, constroem túneis que os levam até as fontes alimentares, dentro das construções. Coleções de livros em andares térreos são particularmente mais vulneráveis a uma invasão. Destroem completamente as partes internas dos livros e arquivos, deixando apenas as encadernações e embalagens (Felix; Costa, 2018, p. 8).

**Broca** – Também chamada de besouro ou caruncho, na fase larval causa danos nos documentos e livros, rendilhando o papel, principalmente, quando armazenado em grande quantidade, compactado em caixas de papelão ou de madeira e nos mobiliários.

As larvas fazem galerias circulares e espirais irregulares no papel comprimido. Quando os adultos emergem, deixam um orifício de cerca de 2 mm de diâmetro com uma pilha de fezes pulverizadas no interior. Esses besouros sobrevivem em condições de temperaturas moderadas, mas não em umidade relativa do ar abaixo de 55%. Os besouros *Stegobium paniceum* atacam papier maché e lombadas ricas em goma de livros e caixas. São muito ativos em temperaturas acima de 22 °C e voam para as fontes de luz (Felix; Costa, 2018, p. 10).

**Piolho-de-livro** – Conhecido pela sua Ordem “Corrodentia”, é encontrado em lugares úmidos; gera danos aos adesivos do papel, apresenta “diminutas abrasões superficiais com contornos irregulares. Pequenas manchas na superfície do papel” (Felix; Costa, 2018, p. 9). “Geralmente vive sobre materiais vegetais e animais; às vezes, é encontrado em documentos, páginas de livros, encadernações e estruturas de madeiras previamente danificadas por fungos. Alimenta-se de fungos e restos de outros insetos mortos” (Vaillant Callol, 2001, p. 39). No Quadro 4 são apresentados a ordem, a família e o nome comum dos insetos.

Quadro 4 – Ordem, Família e nome comum dos insetos encontrados com maior frequência nos museus, arquivos e bibliotecas

INSETOS FREQUENTEMENTE ENCONTRADOS EM MUSEUS, ARQUIVOS E BIBLIOTECAS			
ORDEM	FAMÍLIAS	NOME COMUM	TIPOS DE DANOS
Blattoidea	Blattidae, Blattellidae	Baratas	Abrasão superficial com contornos irregulares
Zygentoma (Tinasuro)	Lepismatidae	Traças-dos-livros, traças	Abrasão superficial com contornos irregulares, muito pequenos
Corrodentia	Liposcelidae	Piolhos-de-livros	Diminutas abrasões superficiais com contornos irregulares
Isóptera	Mastotermitidae Hodotermitidae Rhinotermitidae Termitidae Kalotermitidae	Cupins	Buracos profundos, galerias de trajetos irregulares, abrasão
Coleóptero	Anobiidae Dermestidae Lyctidae Nicobidae	Mariposas (brocas), besouros	Túneis circulares, espirais que se estendem de fora para dentro. Orifícios irregulares, buracos profundos que contêm fezes pulverizadas e excrementos

Fonte: Vaillant; Valentin, 1996.

Fonte: Livro Millagros, 2001, p. 43.

O agente **poluente** provoca reações químicas e físicas, causando manchas no suporte em contato com as intempéries, além de abrasão causada por sujidades, sendo sua principal fonte a poeira, poluentes atmosféricos e os agentes químicos.

O agente **luz** e a **radiação ultravioleta** (UV) causam a deterioração dos materiais, reações químicas, oxidação da celulose, descoloração, amarelecimento ou escurecimento, esmaecimento da tinta, fragilização do suporte. Os danos causados pela luz são cumulativos, seja pela luz intensa, reduzida ou, mesmo, por oscilações:

A luz, tanto a visível quanto a invisível, é prejudicial à maioria dos objetos. A quantidade ou o nível de iluminação (número de velas ou lux), bem como a quantidade da luz ou o tipo de comprimento de onda (do ultravioleta ao infravermelho, medidos em nanômetros), devem ser levados em conta. A radiação ultravioleta é extremamente nociva a muitos materiais; ela faz parte da luz do dia, mas também pode ser emitida por outras fontes de iluminação (Bachmann; Rushfield, 2001, p. 87).

O agente **temperatura** provoca a expansão e contração do papel, acontecendo reações químicas e a deterioração dos documentos, sendo suas principais fontes as flutuações inadequadas.

O agente **Umidade Relativa** (UR) provoca expansão e contração do papel, enrugamento, fissuras, desprendimento, reações químicas e biodeterioração, sendo suas principais fontes as flutuações inadequadas de umidade relativa. São inúmeros os problemas causados pelo contato do documento com a umidade, sendo a acidez do papel uma delas, principalmente os papéis dos séculos XIX e XX, em que o contato com a umidade permite reações ácido-base no papel.

O agente **dissociação** tem como risco a perda de partes dos documentos e da encadernação, ou de fragmentos que se encontram soltos dentro deles, além da perda de informações. A fonte está relacionada ao armazenamento incorreto, à falta de identificação ou a registros sobre o objeto, a empréstimos e ao inventário desatualizado.

### **3.3.1. Degradação da tinta metaloácida**

A tinta dos manuscritos sofre processos de degradação, tendo como consequências diversos danos na escrita e no suporte. Os primeiros sinais observados nos documentos manuscritos com a tinta metaloácida são as alterações da sua tonalidade, que constituem o indício do processo de degradação. Os fatores intrínsecos referentes à degradação da tinta se devem à sua composição, pois a combinação dos seus constituintes resulta, após reações

químicas, em uma solução ácida que, com o tempo e o meio em que se encontram, provoca a deterioração do documento. Figueiredo Junior, citado por Gurgel, assim explica:

O principal problema da tinta ferrogálica é a deterioração que a mesma causa nos documentos. Inicialmente observa-se a perda de cor das áreas onde a tinta foi aplicada, a formação de manchas marrons e depois o papel se torna quebradiço e frágil, partindo-se e deixando buracos nos documentos (Gurgel, 2022, p. 12).

Contudo, não é só a composição ácida da tinta e o seu processo natural de degradação que provocam a deterioração dos documentos, posto que também os fatores externos contribuem para o aceleração das reações químicas. Segundo Figueiredo Junior (2012, p. 135), “um dos motivos é a quantidade de variáveis envolvidas, como as condições de armazenamento do documento”, ou seja, os fatores extrínsecos, relacionados ao meio em que os documentos estão armazenados e às condições ambientais do local de guarda, como as flutuações inadequadas de umidade e temperatura, deixam os documentos suscetíveis ao aceleração das reações químicas.

A presença de luz sobre a tinta também é outro fator que deve ser levado em conta, pois contribui para sua degradação, podendo causar danos como desbotamento ou escurecimento.

O papel possui natureza higroscópica e, ao entrar em contato com flutuações inadequadas de umidade, apresenta alterações, expandindo-se em níveis elevados e contraindo-se em níveis baixos. Acontecem, também, as reações de degradação da celulose. Além disso, o pH da tinta contribui para outras reações químicas, como a hidrólise ácida. Figueiredo Junior (2012, p. 135) explica que a deterioração “deve ocorrer por hidrólise ácida (haja vista que o pH (potencial de hidrogeniônico)<sup>51</sup> de muitas tintas ferrogálicas está na faixa de 2 a 3,7 devido aos seus componentes, entre eles o ácido sulfúrico – H<sub>2</sub>SO<sub>4</sub>) e também por reações de oxidação, envolvendo os íons de Fe<sup>+</sup> [...]”.

A degradação da tinta pode começar bem antes do seu uso para escrita dos documentos; de acordo com Silva (2017), o pH ácido das tintas pode diminuir para menos de uma unidade antes mesmo de elas serem aplicadas no suporte:

Dois mecanismos são atribuídos à degradação da tinta, o primeiro é um aumento da acidez do suporte devido aos valores de pH das tintas que estão inicialmente em torno de 2 e 3, isso se deve a presença do ácido gálico e dos íons de Fe, e esses valores diminuem para menos de 1 unidade durante o processo de envelhecimento, mesmo antes da tinta ser aplicada. O segundo mecanismo é a degradação oxidativa da celulose, catalisada pela presença de íons metálicos, que induzindo reações redox e/ou radiculares, catalisam a cisão de cadeia da celulose (Silva, 2017, p. 9).

---

<sup>51</sup>Explicação inserida pela autora.

Como visto, quando as propriedades mecânicas do papel são alteradas, seja pela oxidação ou pela acidez, aparecem os danos. Na análise diagnóstica dos documentos, observa-se que os danos mais recorrentes causados pela degradação da tinta são: o escurecimento do suporte papel, o esmaecimento da tinta, a migração da tinta para o verso, o aparecimento de halos<sup>52</sup> em torno da escrita, a corrosão do suporte pela tinta – que tem como consequência a quebra ou o rompimento do papel – e o aparecimento de buracos, conforme explicado por Silva:

Seja a oxidação ou o aumento da acidez, podem causar diversos tipos de degradação e podemos citar: o escurecimento, a perda das propriedades mecânicas e fragilização do papel causado pela oxidação, já a acidez causa a despolimerização que também resulta na perda das propriedades mecânicas. A observação de auréolas ao redor da tinta é um sinal inicial da sua degradação por oxidação, esses sinais devem ser observados no procedimento de diagnóstico [...] (Silva, 2017, p. 10).

Para os procedimentos de diagnóstico sobre o estado de conservação dos documentos manuscritos, existem estudos que indicam a classificação dos níveis de degradação da tinta. Miranda e Hannesh explicam sobre a classificação do estado de degradação e seus estágios:

Para a classificação do estado de degradação das tintas metaloácidas, adotaram-se as classificações propostas por Reibland e Graaff (2001): 1º estágio – halo na tinta, verso com pouca ou nenhuma coloração (Figura 1); 2º estágio – migração da tinta para o verso do documento, porém sem danos mecânicos (Figura 2); 3º estágio – início das rupturas no suporte e forte migração da tinta (Figura 3); 4º estágio – rupturas generalizadas, com perda de suporte (Figura 4) (Miranda; Hannesh, 2019, p. 75).

Na Figura 52, tem-se a descrição do método de classificação do estado de degradação das tintas metaloácidas, sendo ilustradas com a utilização de figuras associadas a cada estágio.

Figura 52 – Estágios do processo de degradação da tinta metaloácida



Fonte: Termos e conceitos para diagnósticos de documentos em suporte de papel: glossário de materiais de suporte e processos de escrita e impressão, 2019, p. 76 (Reibland; Graaff, 2001, p. 3).

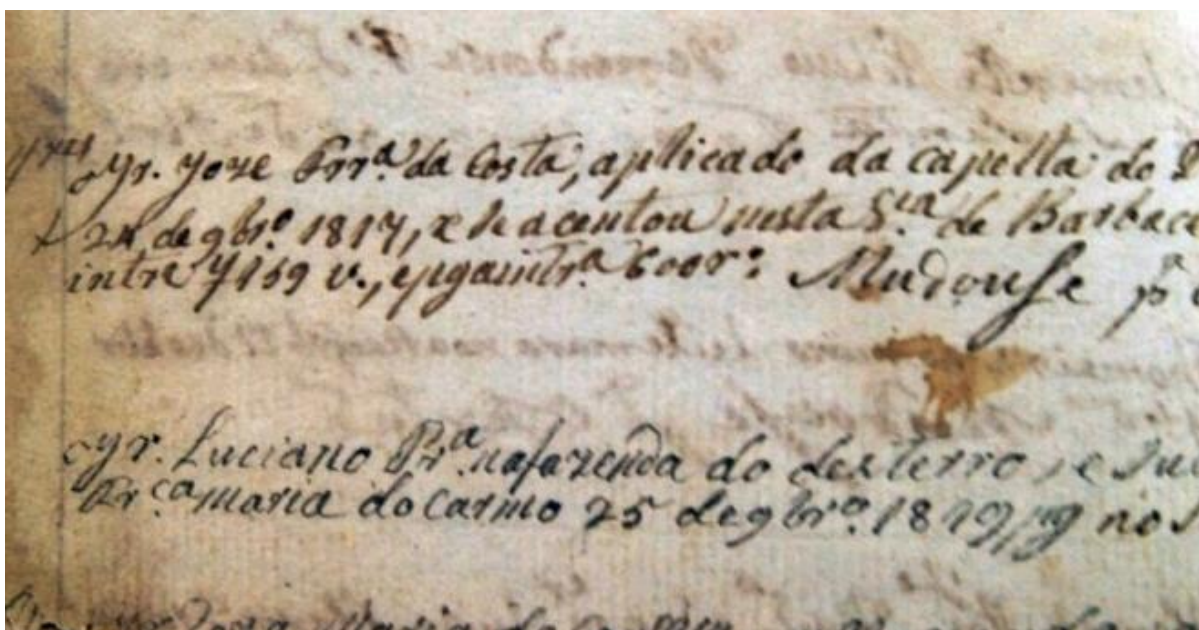
<sup>52</sup>O halo são as manchas em torno da tinta.

Baseado nos estágios dessa figura, referentes aos estudos de Reibland e Graaff (2001)<sup>53</sup>, apresentam-se nas Figura 53 a 55 os estágios identificados em alguns dos documentos desta pesquisa, manuscritos com a tinta metaloácida.

Nota-se na Figura 54 que, nesse estágio, a leitura dos documentos ficou comprometida em consequência do embaraço das informações devido à sobreposição.

A Figura 55 exemplifica o processo de degradação da tinta no quarto estágio; por meio desse exemplo, é possível ver o documento apresentando rupturas e buracos, perdas de suporte que levam junto parte da informação.

Figura 53 – Exemplo da migração da tinta para o verso do documento, porém sem danos mecânicos, no segundo estágio



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

---

<sup>53</sup> Reibland e Graaff (2001) – Artigo disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/informatieblad\\_01\\_condition\\_rating\\_eng.pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/informatieblad_01_condition_rating_eng.pdf). Acesso em: 25 set. 2023.

Figura 54 – Exemplo do processo de degradação da tinta, apresentando forte migração para o verso e comprometimento da sua legibilidade no terceiro estágio



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

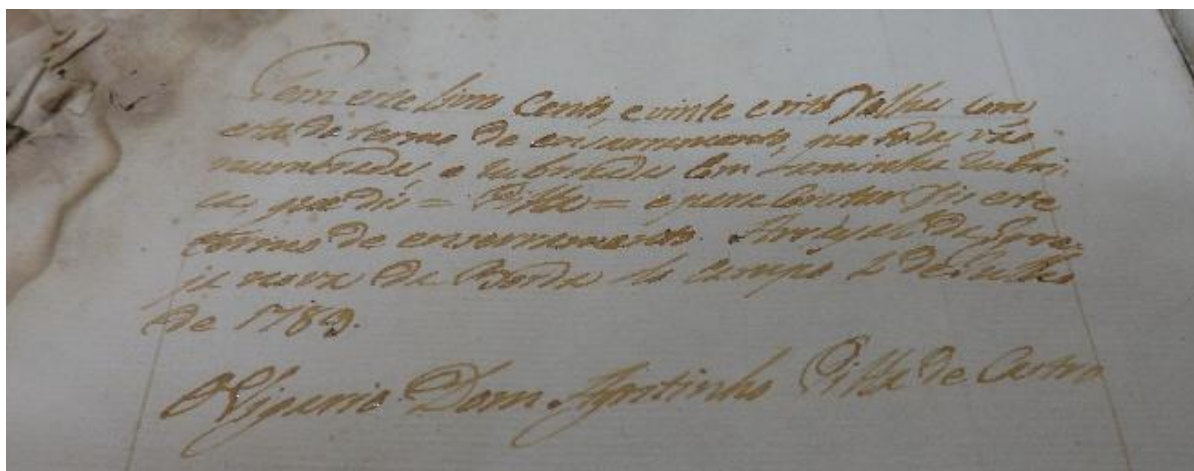
Figura 55 – Documento apresentando rupturas, buracos, perda de suporte e informação no quarto estágio



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Na Figura 56, mostram-se alguns pontos brilhantes sobre o documento referentes ao resultado do processo de oxidação da tinta, em que se observa a presença dos sais na superfície do papel e, na Figura 57, é possível ver resquícios de sais acumulados no fecho do documento.

Figura 56 – Pontos brilhantes sobre a tinta do documento referentes ao processo de oxidação da tinta, em que é observada a presença de sais na superfície do papel referentes ao processo de degradação da tinta



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Figura 57 – Resquícios de sais acumulados no fecho dos fólios



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Atualmente, diversos estudos vêm sendo realizados na tentativa de estabilizar e interromper a deterioração provocada no papel pela tinta. Alguns tratamentos, como de estabilização da tinta e de desacidificação do papel, são realizados em conjunto em alguns laboratórios no Brasil. No entanto, a melhor maneira de evitar o aparecimento das reações químicas é com as ações preventivas e o controle da temperatura e da umidade, evitando, assim, as flutuações inadequadas nas áreas de guarda.

## CAPÍTULO 4

### GESTÃO DOCUMENTAL: SITUAÇÃO DE ALGUNS ACERVOS MINEIROS

Este capítulo foi elaborado com base nas informações e registros fotográficos presentes nos relatórios técnicos dos livros restaurados no arquivo da FAOP e da análise *in loco* no Arquivo Histórico de Diamantina. Portanto, são abordadas informações referentes ao estado de conservação e aos danos ocorridos nos livros e documentos.

#### 4.1. Estado de conservação

O estado de conservação é a situação em que se encontra o objeto referente à sua integridade física. Para identificar o estado de conservação, analisamos as características física dos livros, em que são identificados os danos. A definição do estado de conservação é “nome dado ao conjunto de elementos da descrição que permitem avaliar qual o grau de integridade física de um documento, códice manuscrito, fascículo, ou volume impresso, descrevendo os danos visíveis ou mutilações, restauro etc., a que foi sujeito” (Faria; Pericão, 2008, p. 310). Segundo Bojanoski, o “estado de conservação é o conjunto de informações que permitem descrever, identificar e avaliar o estado de integridade física em que se encontra um bem cultural, em determinado momento e em uma situação concreta” (Bojanoski, 2018, p. 18). Assim, o grau do estado de conservação pode ser definido como ótimo, bom, regular, ruim e péssimo.

O estado de conservação dos livros indica a existência de problemas nos locais de guarda e na sua conservação, apontando para a necessidade de atenção nos respectivos acervos. Além disso, através da avaliação do estado de conservação, é possível relacionar os principais agentes de deterioração e, de modo consequente, buscar possíveis fontes responsáveis pelos danos nos livros eclesiásticos pertencentes às capelas, igrejas ou paróquias. Dessa forma, considera-se que as fontes responsáveis pelo bom ou ruim estado de conservação dos livros estão relacionadas à forma de guarda dos livros, ao tipo de armazenamento e aos cuidados no local de guarda.

A avaliação do estado de conservação é o procedimento que ocorre quando o livro chega ao laboratório de restauro. Nessa etapa são feitos o preenchimento da ficha de identificação e o diagnóstico da obra, quando se realizam também a documentação fotográfica e exames visuais por meio da observação a olho nu, bem como se utiliza de lupas e lentes de aumento, conforme mostrado na Figura 58, para a avaliação do estado de conservação de determinado livro.

Figura 58 – Procedimento de análise do estado de conservação



Fonte: Arquivo FAOP, 2019.

Em seguida são apresentados os Quadros 5 a 7, que contêm a lista dos livros avaliados nesta pesquisa, os respectivos estados de conservação e o período da restauração. Entre os relatórios analisados, encontram-se livros de diversas instituições eclesiais e não eclesiais.

Quadro 5 – Lista de livros restaurados entre 2017 e 2023

<b>LISTA DE LIVROS ANÁLISADOS</b>		
<b>LIVROS</b>	<b>ESTADO DE CONSERVAÇÃO</b>	<b>PERÍODO DA RESTAURAÇÃO</b>
Missal Romano da Paróquia de São Gonçalo, 1967.	REGULAR	2023
Periodo da Pandemia	—————	2021/2022
Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Sernhora do Rosário de Senador Firmino, 1844.	RUIM	2019/2020
Missal Romano da Igreja Matriz Santuário de Nossa Senhora da Conceição de Senador Firmino (MG) - 1889	RUIM	2019
Livro de Atas de Sessões da Câmara de Ouro Preto	PÉSSIMO	2018
Livros de Atas da Câmara Municipal de Ouro Preto - (1845-1848)	RUIM	2018
Registro de Termos de Juramentos e Posse de Presidente da Provincia, Vereadores, Senadores, etc – Ouro Preto - MG	RUIM	2018
Manuscrito da Liquidação da dívida de Foros da Freguesia de Antônio Dias até 1870 - Ouro Preto/MG	PÉSSIMO	2018
Livro de Compromisso da Irmandade do Santissimo Sacramento Erecta da Matriz de São Gonçalo de Catas Altas da Noruega (1846-1894)	RUIM	2018
Livro dos Tombos de Vila Rica, Arquivo Municipal de Ouro Preto - (1806 a 1812)	RUIM	2018
Missale Romanum - 1905	REGULAR	2018
Livro de Termos Acórdãos da Câmara de Vila Rica - (1751-1754)	RUIM	2017
Livro do Tombo da Câmara do Arquivo Público Municipal de Ouro Preto - MG - (1830 - 1883)	RUIM	2017
livros de batismos, casamentos, óbitos e testamentos da Capela de Nossa Senhora da Conceição, de Santa Bárbara, (1726 a 1776)	RUIM	2017
Livro De Provisões e Penas D'água - (1832 - 1845)	REGULAR	2017
Livro de Tombo da Câmara de Ouro Preto (1830 a 1883)	RUIM	2017
Livro de compromisso da Irmandade do Santissimo Sacramento, Catas Altas da Noruega - (1846 -1894)	REGULAR	2017
Fragmento de Batismos da Capela de N. S. dos Remédios – Denominação “Souza” - (1817 - 1859)	RUIM	2017
Fragmento Óbitos 1793-1794 (nome atribuido)	RUIM	2017
Fragmentos Batismos e Óbitos da Capela do Lamim e Matriz de São Gonçalo do Amarante (nome atribuido) (1841 - 1847)	RUIM	2017
Livro de assentos de termos de juramento e posses de juizes de paz, inspetores.	RUIM	2017
Livro dos Tombos de Vila Rica - (1806 a 1812)	REGULAR	2017
Livro de Atas de Sessões da Câmara (1846-1848)	RUIM	2017

Fonte: Elaboração da autora, 2023.

Quadro 6 – Lista de livros restaurados entre 2013 e 2016

<b>LISTA DE LIVROS ANÁLISADOS</b>		
<b>LIVROS</b>	<b>ESTADO DE CONSERVAÇÃO</b>	<b>PERÍODO DA RESTAURAÇÃO</b>
Livro de batismo, casamentos, sepulturas e testamentos da Capela da Nossa Senhora da Conceição de Santa Bárbara (1727 a 1776)	RUIM	2016
Livro de termos de Acórdãos da Câmara de Vila Rica, 1751-1754	REGULAR	2016
Livro da Irmandade de Santo Antônio, da Igreja de São Bartolomeu - 1718	REGULAR	2016
Código Capela de Nossa Senhora da Conceição	RUIM	2016
Livro da Irmandade de Santo Antônio- Acertos e Conta Corrente - 1718	RUIM	2015
Missal Romano - Igreja Matriz de São Bartolomeu - 1759	REGULAR	2015
Livro primeiro das Quitações dos Expostos, ( 1820-1841)	BOM	2015
Livro de Atas de eleições presidenciais de Santo Antônio de Itatiaia, 1718	REGULAR	2015
Livro de Acórdãos da Câmara de Vila Rica (1802-1809)	REGULAR	2015
Livro de Acórdãos, (1784 -1788)	REGULAR	2015
Livro de Dívidas e Pagamentos de (1766 a 1835)	REGULAR	2015
Livro de atas de eleições paroquiais de Santo Antônio de Itatiaia, (1824-1843)	REGULAR	2014
Livro de Acórdãos , Arquivo Público Municipal de Ouro preto (1784 A 1788)	RUIM	2014
Código da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, 1853	REGULAR	2013
Receitas e Despesas da Ordem Terceira das Mercês e Perdões, (1759 a 1815)	PESSÍMO	2013
Escrituração da Irmandade: Barbacena - MG	PÉSSIMO	2013
Livro de Contas Correntes da Matriz de Nossa Senhora da Boa Morte - Século XVIII	PÉSSIMO	2013
1º Livro de Testamentos e Inventários dos Irmãos Terceiros da Penitência - 1752	REGULAR	2013
Código Receita e Despesas da Ordem Terceira das Mercês e Perdões - (1759 a 1815)	PÉSSIMO	2013

Fonte: Elaboração da autora, 2023.

Quadro 7 – Lista de livros restaurados entre 2009 e 2012

<b>LISTA DE LIVROS ANÁLISADOS</b>		
<b>LIVROS</b>	<b>ESTADO DE CONSERVAÇÃO</b>	<b>PERÍODO DA RESTAURAÇÃO</b>
Livro da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte - 1853	RUIM	2012
Livro de Termos para a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte - 1858	RUIM	2012
Livro de nº 1 - Irmandade Nossa Senhora da Boa Morte - 1754	REGULAR	2012
Livro de Contas Correntes da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Barbacena - Século XVII	RUIM	2012
Livro de Escrituração da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte - 1809	REGULAR	2012
Livro de Termos da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte - 1863	RUIM	2012
Livro de Receitas e despesas da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Barbacena. 1796	RUIM	2012
Missal Romanum Tipografia Plantaniana - 1711	RUIM	2011
Livro "PEREGRINAÇÃO CRISTÃ", Paróquia Nossa Senhora da Assunção, 1744	RUIM	2011
Livro de Registro de Entrada de Irmãos à Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte - 1789	PÉSSIMO	2011
Livro 4º de Contas Correntes Irmãos da Boa Morte - 1863	REGULAR	2010
Livro de Contas Correntes, Paróquia de Nossa Senhora da Assunção, 1795	REGULAR	2010
Livro de Receitas - Irmandade da Boa Morte, 1789	PÉSSIMO	2010
Livro de Termo de Entrada de Irmãos na Irmandade e Receitas e Despesas da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte - (1798-1827)	REGULAR	2010
Novo Mensageiro – Coração de Jesus – Oração Mensal do Apostolado da Oração – Tomo I. 1881	RUIM	2009
Missal Romano Italiano, Paróquia de São Caetano - 1689	PÉSSIMO	2009

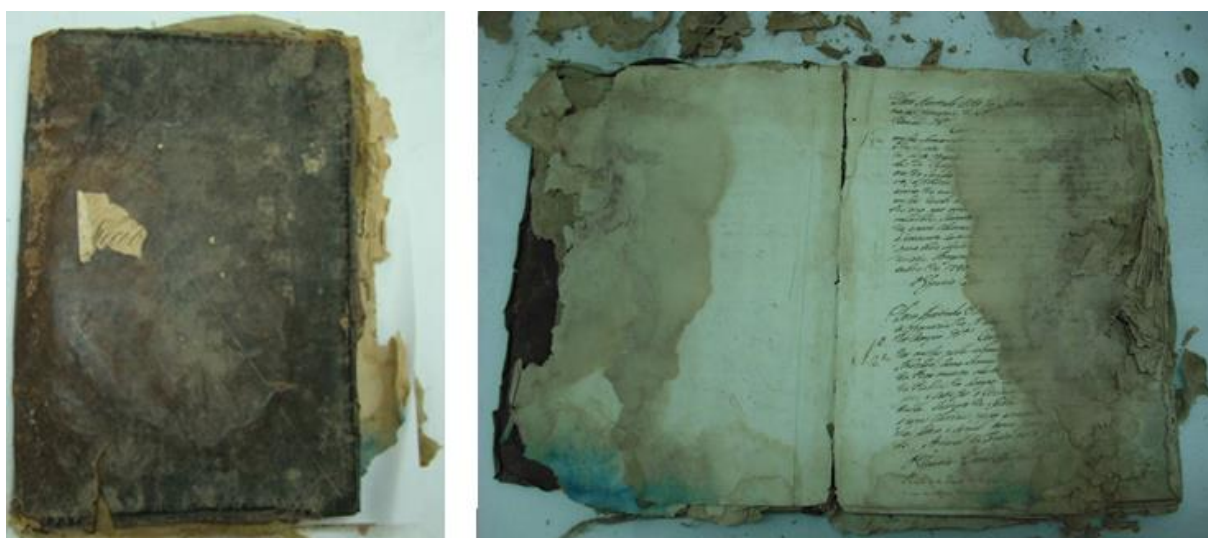
Fonte: Elaboração da autora, 2023.

A seguir, mostram-se alguns exemplos dos livros presentes nas listas dos Quadros 5 a 7, com o respectivo grau do estado de conservação, importantes para compreensão.

Na Figura 59, mostra o Livro de Receitas da Irmandade da Boa Morte (1789), que apresentava péssimo estado de conservação, com a cobertura em couro ressecada e deformação da superfície, manchas, abrasão, rasgos e perdas, desgaste superficial e sujidades. Os fólios estavam fragilizados com manchas causadas pelo contato com água ou umidade por longo período, apresentando apodrecimento das bordas do papel, o que gerou perdas significativas de

informação. Observam-se também amarelecimento do papel; manchas azuladas nas bordas inferiores, provavelmente por acidente com líquidos; danos pela ação de insetos; folhas rasgadas; e riscos e anotações a caneta indevidas pelo manuseio inadequado. Nesse caso, observa-se que o diagnóstico de péssimo estado de conservação se deve a mais de dois terços da perda de suporte e informação, fato que impossibilita realizar a leitura do texto presente no documento original por completo.

Figura 59 – Livro de Receitas da Irmandade da Boa Morte, em ruim estado de conservação



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Na Figura 60, mostra-se o Livro Missal Romano de 1759, em regular estado de conservação. A encadernação apresenta revestimento em couro com perdas e desgaste superficial, perda de um dos fechos de metal, perdas na lombada da cobertura pela ação dos roedores, perda de suporte no festo dos fólhos que apresentam as extremidades roídas. Observam-se, também, manchas de umidade, sujidades, manchas de manuseio, costura frouxa e cadernos soltos, rasgos, presença de parafina nos fólhos, dobras e vincos e amarelecimento do papel. Nesse caso, apesar de a capa apresentar danos significativos, o miolo do livro se encontra com as informações íntegras.

Figura 60 – Missal Romano em regular estado de conservação



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Na Figura 61, mostra-se o Missal italiano (provavelmente de 1689), impresso em papel de trapo, em péssimo estado de conservação. O principal dano nesse livro foi causado pela infestação de insetos xilófagos, cuja ação no miolo da obra foi devastadora. Nesse caso, os danos causados foram de grande proporção e afetaram toda a estrutura física do miolo do livro, comprometendo o manuseio e a informação.

Figura 61 – Missal italiano (provavelmente de 1689) em péssimo estado de conservação

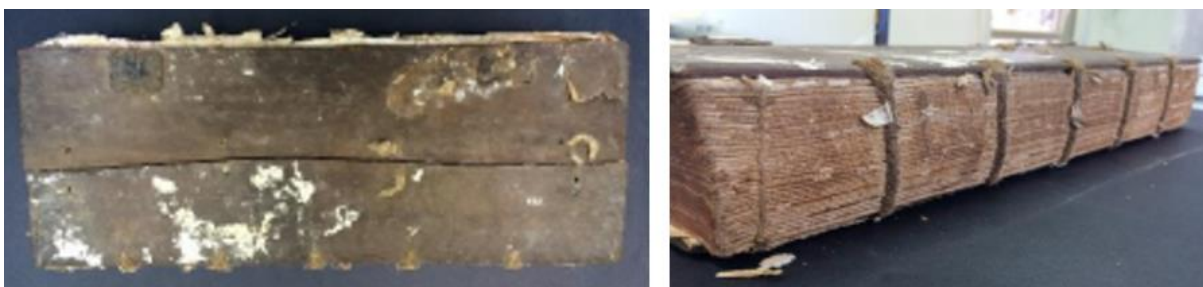


Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Na Figura 62, mostra-se o Livro da Irmandade de Santo Antônio 1718 em regular estado de conservação. Apresenta ausência da cobertura da capa e estofado de madeira dividido ao meio com resquícios de papel, resquícios dos fechos em couro fixados por pregos na pasta superior

e resquícios do fecho em metal na pasta posterior. Observam-se também o dorso exposto, fólhos projetados para fora, sujidades, ataque biológico, manchas causadas por umidade, danos leves pela ação de insetos xilófagos e fragmentos soltos dentro do livro. No entanto, nesse exemplo, os danos maiores foram causados na cobertura e no estofado, estando o seu miolo ainda íntegro.

Figura 62 – Livro da Irmandade de Santo Antônio em regular estado de conservação



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Na Figura 63 são apresentados conjuntos documentais compostos de fragmentos de Registros de Nascimentos, Batismos e Óbitos da cidade de Catas Altas da Noruega, datados dos séculos XVIII e XIX. Muitos desses documentos únicos apresentavam-se em ruim estado de conservação, como visto na Figura 63A, e péssimo estado de conservação, como mostrado na Figura 63B, restando apenas fragmentos com resquícios das informações.

Figura 63 – A- Conjuntos documentais em ruim estado de conservação. B- Fragmentos documentais em péssimo estado de conservação



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Sobre o estado de conservação do acervo presente no Arquivo Histórico de Diamantina, constatou-se que os livros e documentos que se encontram atualmente no arquivo estão organizados nas estantes e acondicionados em caixas de plástico polionda, e alguns ainda se

encontram em caixas de papelão, que aos poucos estão sendo trocadas por caixas de polionda. Na Figura 64A, observam-se livros dos séculos XVIII e XIX que se encontram envolvidos em papel Filifold Documenta<sup>54</sup> e chapa de cartão cinza, que tem a função de dar sustentação aos livros fragilizados. Estes se encontram amarrados com cadarço de algodão, aguardando procedimentos de restauro. Foi observado também que alguns livros se encontram com infestação ativa e estão envolvidos em papel branco amarrados também com cadarço de algodão e à espera de procedimentos de restauro, conforme pode ser visto na Figura 64B. Sobre o local de guarda, o Arquivo Histórico de Diamantina apresenta-se bem organizado e limpo, e não foram observadas manchas de umidade e infiltrações no local de guarda. Além disso, o espaço conta com área para higienização dos livros e espaço para pesquisas.

Figura 64 – A- Livros dos séculos XVIII e XIX organizados nas estantes. B- Livro com infestação aguardando procedimentos interventivos



Fonte: Arquivo Histórico Arquidiocesano de Diamantina, 2023 (foto do acervo da autora).

Sobre o estado de conservação dos livros e documentos, foram observados livros em processos de degradação e deterioração, e boa parte deles já chegou ao arquivo em ruim estado de conservação, ficando o arquivo responsável pela sua guarda e preservação. Contudo, existem problemas para realizar o cuidado desses importantes livros e documentos paroquiais.

Observou-se que muitos dos livros dos séculos XVIII e XIX apresentam danos causados pela ação de insetos xilófagos, cupins e brocas. Além do amarelecimento do papel, identificaram-se oxidação da tinta, perda de suporte e de informação, ausência das capas, com

---

<sup>54</sup>Filifold Documenta é um papel com característica permanente, livre de ácido e com reserva alcalina específica para uso da conservação de documentos.

dobras, vincos, intervenções com fitas adesivas, manchas de manuseio e manchas pelo contato com água ou umidade. Os livros de registros e documentos avulsos do século XX se encontram em bom estado de conservação, porém foi observado amarelecimento do papel (Figura 65).

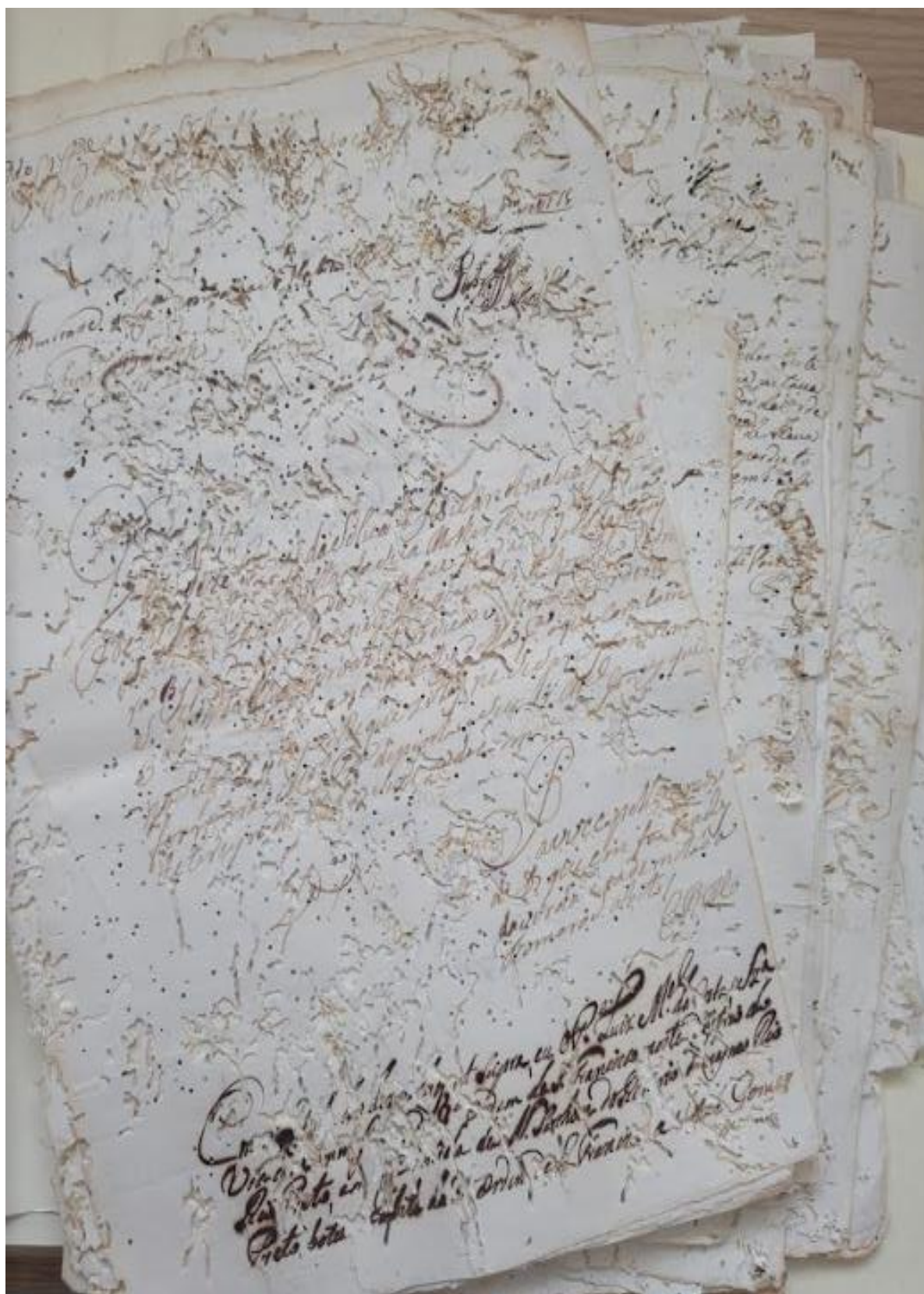
Figura 65 – Livros de registro e documentos avulsos do século XX



Fonte: Arquivo Histórico Arquidiocesano de Diamantina, 2023 (foto do acervo da autora).

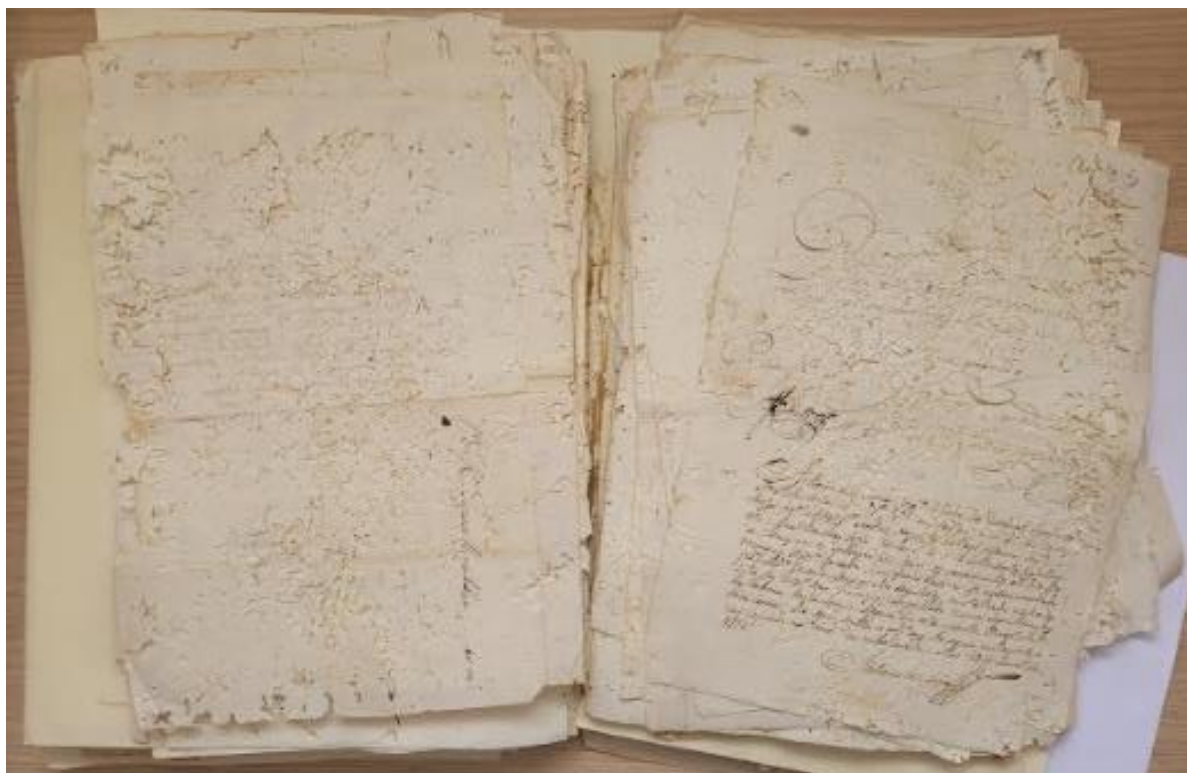
A seguir, apresentam-se exemplos de livros em ruim estado de conservação. Na Figura 66, mostram-se os fólhos rendilhados com comprometimento da leitura causada pela ação dos insetos. Além disso, foram observados fólhos aderidos – que inviabilizam o manuseio – e a deterioração da tinta utilizada para escrita, provavelmente tinta ferrogálica. Na Figura 67, verifica-se o Livro de Registro dos Irmãos da Irmandade do Santíssimo Sacramento do Serro (1774-1832), que se encontra sob a guarda do Arquivo Histórico Arquidiocesano de Diamantino, em péssimo estado de conservação. Esse livro não possui a capa original, apresenta danos causados pela ação dos insetos xilófagos e ilegibilidade causada pela degradação da tinta.

Figura 66 – Fólios rendilhados, comprometimento da leitura e manuseio devido à ação dos insetos xilófagos



Fonte: Arquivo Histórico Arquidiocesano de Diamantina, 2023 (foto do acervo da autora).

Figura 67 – Livro sem a capa original, com danos causados nos fólhos pela ação de insetos xilófagos e ilegibilidade causada pela degradação da tinta



Fonte: Arquivo Histórico Arquidiocesano de Diamantina, 2023 (foto do acervo da autora).

#### 4.2. Sobre os principais danos

Diante da análise diagnóstica sobre o estado de conservação dos livros, identificaram-se vários tipos de danos ocasionados por diversos fatores já mencionados ao longo dos capítulos. No entanto, alguns danos estão relacionados aos processos de degradação e outros, de deterioração. O dano é “prejuízo, estrago causado em um documento ou livro” (Faria; Pericão, 2008, p. 220). “São alterações e deformações resultantes dos processos de deterioração ou de degradação dos bens culturais, podendo ter origem química, física ou biológica” (Bojanoski, 2018, p. 14).

Entre os danos identificados na encadernação, encontram-se alguns livros com a capa separada do miolo; ausência da capa original e com coberturas posteriores à obra; danos pela ação dos insetos xilófagos nos diversos materiais utilizados nas coberturas das capas, como tecido, papel, pelica, pergaminho e couro; revestimentos da cobertura em pergaminho e couro, apresentando ressecamento; e revestimentos em processo de descoloração e perdas de elementos decorativos utilizados na ornamentação.

Observam-se, também, coberturas apresentando fragilidade e danos pela ação de micro-organismos, coberturas com perdas de suporte e de informação, com lombadas<sup>55</sup> danificadas, apresentando perdas, principalmente, próximas à coifa<sup>56</sup> superior; capas com deformações dos planos de frente e de trás<sup>57</sup>; coberturas contendo rasgos, abrasões, arranhões, rupturas; desgaste superficial; sujidades superficiais e aderidas; manchas causadas por líquidos; manchas provocadas pelo contato com água ou umidade; manchas causadas pela presença de micro-organismos; resíduos de cera, parafina e substância oleosa, entre outros resíduos não identificados; manchas de umidade nas pastas de papelão; além de pastas em decomposição<sup>58</sup>; bordas das pastas em delaminação<sup>59</sup>; e pastas de madeira com danos pela ação dos insetos xilófagos.

Entre os danos identificados no miolo dos livros, observaram-se: muitos deles apresentando danos no dorso<sup>60</sup>, danos no cabeceado<sup>61</sup> e perda parcial ou total; costura<sup>62</sup> rompida, frouxa ou ausente; desmembramento dos cadernos<sup>63</sup>; fólios soltos, rasgados, arrancados, amassados; papel com vincos, dobras, orelhas; fólios fragilizados, com danos no festo e na charneira; danos nos fólios apresentando perda de suporte e de informação por ataque de insetos xilófagos, principalmente cupins e brocas; livros com danos nos cortes<sup>64</sup>; cabeça e pé com perdas nas bordas causadas pela ação de roedores e baratas; sujidades; fólios com as extremidades do festo<sup>65</sup> roídas; manchas causadas pelo ataque biológico; ação de micro-organismos, principalmente fungos e bactérias; manchas causadas pelo manuseio e uso inadequado do livro; acidentes com água; danos causados com líquidos escuros; presença de respingos de tinta; respingos de parafina etc.; danos por intervenções inadequadas; folhas coladas; uso de papel-jornal para reparos; e uso de fitas adesivas (durex, fita crepe, esparadrapo e etiquetas adesivas).

---

<sup>55</sup>A lombada fica na parte externa da capa.

<sup>56</sup>A coifa fica nas duas extremidades da lombada.

<sup>57</sup>Os planos de frente e de trás são as partes das capas que apresentam as coberturas.

<sup>58</sup>O apodrecimento do papel é o processo de degradação, onde se observa perda de partes degradadas.

<sup>59</sup>Delaminação é a separação das camadas ou lâminas de papel do papelão das pastas.

<sup>60</sup>Dorso é a parte externa do miolo do livro onde foi realizada a costura dos cadernos.

<sup>61</sup>O cabeceado é um pedaço de tecido, fita, cordões etc. colado nas extremidades do dorso, no pé e cabeça do livro.

<sup>62</sup>A costura é o método de unir os cadernos.

<sup>63</sup>O caderno é formado pelo conjunto de fólios, folhas dobradas.

<sup>64</sup>Os cortes de um livro são: 1- Corte da cabeça (parte superior). 2- Corte frontal (onde se abre o livro). 3- Corte do pé (parte inferior).

<sup>65</sup>O festo é a parte externa do fólio dobrado ao meio, onde se realiza a costura dos cadernos, e a parte interna dessa dobra é chamada de charneira.

Identificaram-se, igualmente, danos causados por instrumentos de escrita diversos, entre eles: canetas hidrossolúveis, giz de cera, lápis de cor, grafite, além de carimbos, anotações, rabiscos, contas e assinaturas indevidas. Danos no papel e tinta provocados pelas reações de degradação e deterioração, que provocaram reações físicas, químicas e estruturais nos documentos, como os processos de oxidação e corrosão da tinta nos manuscritos, apresentando danos de esmaecimento, migração, escrita com embaraço das informações, quebra do papel e buracos. Danos causados pelo contato do papel com água e umidade, apresentando fragilidade, proliferação de micro-organismos e apodrecimento do papel. Danos no plano do papel devido às flutuações inadequadas de umidade e temperatura.

Diante dos danos expostos, observa-se a existência de alguns agentes de deterioração nos acervos de origem. Entre os principais agentes que contribuíram para o aparecimento dos danos, citam-se: água, umidade, pragas e ação antrópica.

Na sequência, apresentam-se ilustrações para melhor compreensão dos principais danos observados nos livros presentes nos relatórios técnicos da FAOP e do arquivo histórico de Diamantina.

Na Figura 68A, mostra-se o amarelecimento do papel que está relacionado à “alteração da cor do papel, em geral em decorrência da degradação da lignina e do processo de acidificação do papel” (Bojanoski, 2018, p. 8). A acidez é um “processo de degradação química do papel, que em meio ácido se torna amarelado, quebradiço e frágil. Resulta na ruptura das ligações poliméricas que unem as moléculas de celulose, que ocorre em um pH abaixo de 7” (*op. cit.*, p. 6). Na Figura 68B, observa-se um papel fragilizado, apresentando rupturas. Nos papéis fabricados com pasta de celulose, a acidez pode surgir devido à presença de lignina, o que resulta em danos irreversíveis, observando-se com o tempo o papel quebradiço. A degradação pode ainda ser acelerada pelo contato com os agentes água, umidade, luz e calor.

Figura 68 – A- Manuscrito com amarelecimento do papel. B- Papel fragilizado apresentando rupturas



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Na Figura 69 são mostrados manuscritos apresentando esmaecimento da tinta e na Figura 70, detalhe de um manuscrito com a tinta em processo de corrosão, apresentando a quebra do papel. Na Figura 71 é mostrado um fólio manuscrito com avançado estado de deterioração e a migração da tinta para o verso da folha, onde se observa o comprometimento da leitura devido ao embaraço das informações, além de danos pontuais causados pela corrosão da tinta, em que podem ser vistos buracos no documento.

Figura 69 – Manuscritos apresentando esmaecimento da tinta



Fonte: Arquivo Histórico Arquidiocesano de Diamantina, 2023 (foto do acervo da autora).

Figura 70 – Detalhes de manuscritos com a tinta ferrogálica em processo de corrosão, apresentando a quebra do papel



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Figura 71 – Detalhes do manuscrito com a tinta ferrogálica em avançado estado de deterioração, com a migração da tinta para o verso da folha e o aparecimento de buracos

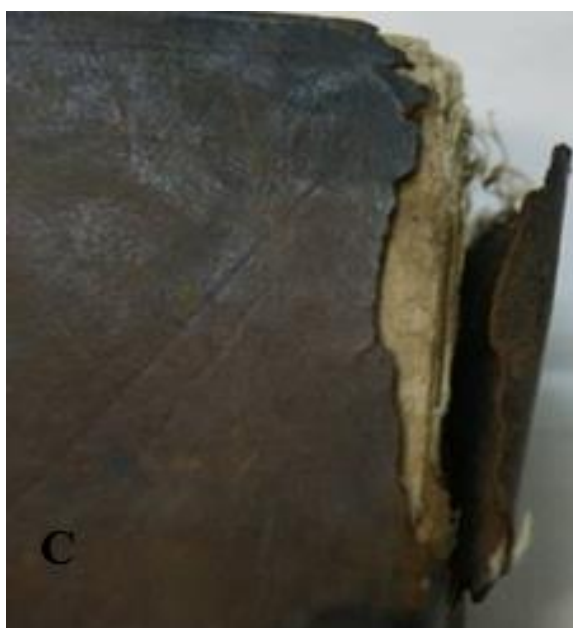


Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Na Figura 72A, mostram-se manchas esbranquiçadas no plano de frente da capa e o ressecamento da pele pergaminho; na Figura 72B, observam-se manchas esbranquiçadas e deformações no plano de frente da capa e no couro ressecado; e na Figura 72C, apresenta-se o detalhe do couro ressecado que, como consequência, rachou. De acordo com Bradley, “os materiais orgânicos que incluem o papel, produtos têxteis, plumas, couro, ossos, marfim e madeira são afetados pelas variações de umidade relativa e da temperatura, que provocam sua expansão e contração, descamação e deterioração estrutural” (Bradley, 2001, p. 24). No caso dos materiais de origem proteica como as peles, estas podem ressecar e rachar, sofrendo modificações nas dimensões das coberturas devido aos baixos níveis de umidade relativa e temperaturas elevadas e vice-versa. Assim, as flutuações inadequadas, níveis baixos ou altos provocam danos e aparecimento de micro-organismos. Vaillant Callol (2013) explica que o

couro e o pergaminho sofrem danos causados pela biodeterioração. Ainda segundo essa autora, “o couro possui uma composição química muito similar à do pergaminho, por isso sua suscetibilidade à biodeterioração e aos agentes biológicos”, sendo “os principais sinais de ataque microbiano nos objetos em couro as manchas, assim como as alterações das características físico-químicas e das propriedades mecânicas do suporte, as quais se traduzem como uma diminuição da resistência” (*op. cit.*, p. 72).

Figura 72 – A- Pergaminho ressecado e manchas. B- Couro ressecado e manchas. C- Couro rachado



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Na Figura 73, destaca-se uma capa de tecido apresentando deterioração, sendo possível observar buracos, rasgos, fibras soltas, alteração das propriedades mecânicas do tecido, além de sinais de ataques de insetos xilófagos e microbiológicos. Os têxteis podem sofrer danos na estrutura das fibras e encolher-se ou expandir-se ao contato com as flutuações inadequadas de umidade e temperatura. A ação da luminosidade altera a sua tonalidade, provocando o desbotamento, conforme pode ser observado nas bordas do tecido em tons diferentes dos do plano de frente, o que dificulta a legibilidade das informações, com o apagamento de letras na borda superior. Sobre a vulnerabilidade dos tecidos e o contato com a luminosidade, Michalski explica:

[...] a radiação UV amarelece, enfraquece, torna quebradiços ou desintegra os materiais orgânicos, como os produtos têxteis. A luz é incapaz de causar a maioria desses estragos. A luz e os raios UV desbotam os corantes, mas a luz é 10 a 50 vezes mais abundante do que a radiação UV nas fontes luminosas. Assim quando a luz é capaz de desbotar os corantes, como acontece com a maioria dos corantes fugidios, é ela que domina o esmaecimento e, quando não consegue esmaecê-los, como acontece com os corantes duráveis, é a radiação UV que domina o esmaecimento (Michalski, 2001, p. 200).

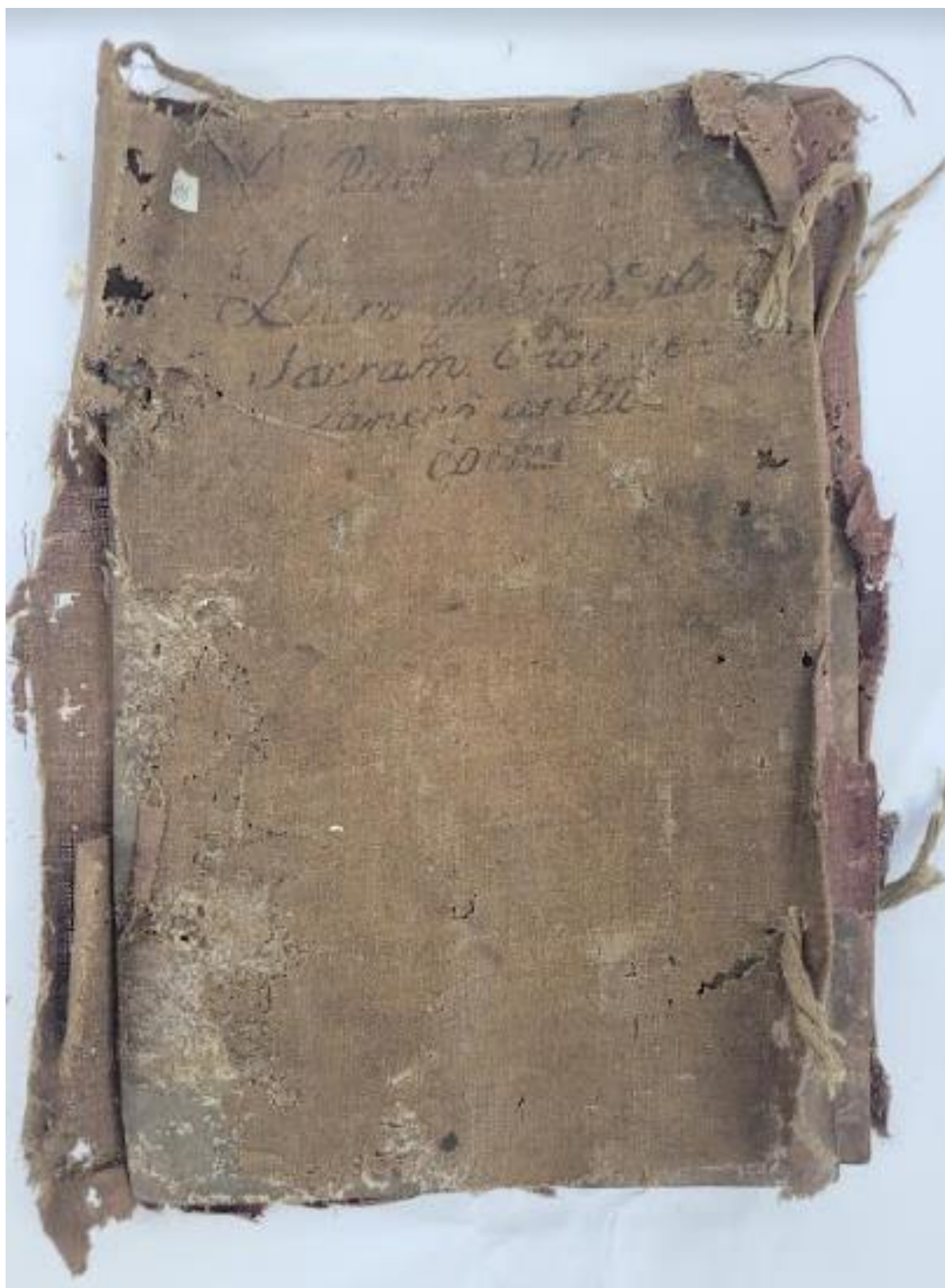
Na Figura 74A-D são mostrados alguns exemplos de micro-organismos encontrados nos fólhos dos livros que tiveram contato com os agentes água e umidade. Os micro-organismos (fungos e bactérias) causam a biodegradação<sup>66</sup> do papel, que é orgânico, deixando-o fragilizado.

A ação desses micro-organismos no papel se manifesta pelo aparecimento de manchas de diversas cores, intensidades e conformações. Os micro-organismos produzem as enzimas, como resultado do metabolismo. Estas aceleram os processos de degradação da celulose e de colas existentes na produção dos livros. Assim, a principal consequência é a transformação das características físicas e químicas do papel, que, logo após o processo, fica com um aspecto fragmentado e coloração diferenciada (Silva; Laureano; Oliveira, 2018, p. 33, 34).

---

<sup>66</sup>Biodeterioração é um processo complexo e de difícil solução, ocasionado pelos agentes biológicos que provocam alterações de diversas naturezas nos objetos e coleções de valor cultural, tornando necessária a aplicação de tratamentos drásticos para sua eliminação e controle, com os consequentes prejuízos (Vaillant Callol, 2013, p. 15).

Figura 73 – Capa de tecido apresentando deterioração física, danos pela ação de insetos e ataque microbiológico



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Figura 74 – A- Fólio com micro-organismos. B- Colônia de fungos. C- Bactérias. D- Manchas de coloração roxa

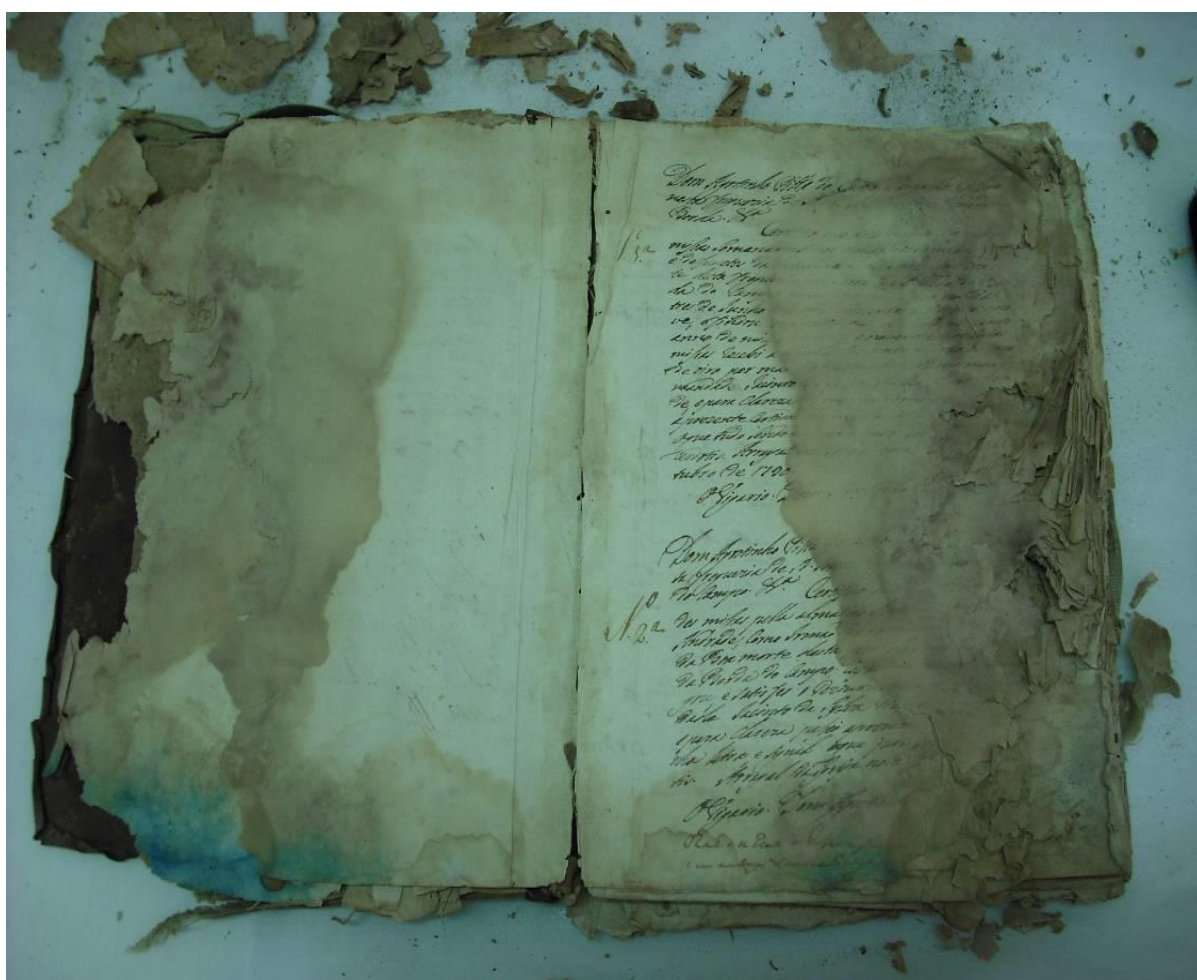


Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Contudo, além da degradação do papel e coberturas, os micro-organismos podem causar danos à saúde – “os cientistas atuais afirmam que manusear uma obra não será suficiente para deixar o indivíduo doente. No entanto, é importante saber que os livros possuem uma quantidade significativa de bactérias em suas páginas” (Silva; Laureano; Oliveira, 2018, p. 34). Assim, além dos danos que esses micro-organismos podem causar aos livros, é importante, ao manuseá-los, usar luvas e máscaras de proteção para evitar possíveis contaminações.

Na Figura 75, apresenta-se o miolo do livro com alterações em sua estrutura física, com danos irreversíveis ocasionados pelo contato com os agentes água e umidade, apresentando-se fragilizado com a perda das bordas do papel, onde se nota a sua decomposição. Há perda de, aproximadamente, 2/3 da informação nos fólhos mais afetados. Verificam-se nas bordas inferiores manchas azuladas ocasionadas, provavelmente, por acidente com tinta ou outro líquido que atingiu o miolo do livro.

Figura 75 – Livro apresentando alterações em sua estrutura física, com danos ocasionados pelo contato com água, e bordas do papel em decomposição



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

No exemplo da Figura 76, mostram-se danos no fólho, que se encontra fragilizado, com manchas devido ao contato com água ou umidade, em que se observam consequências como a proliferação de micro-organismos e o início dos danos na informação.

Figura 76 – Fólio apresentando fragilidade, manchas e proliferação de micro-organismos



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Na Figura 77 são mostrados danos em grande proporção provocados pelo acondicionamento inadequado do livro em saco plástico. O acondicionamento inadequado contribuiu para a proliferação de micro-organismos nos fólios, cobrindo a informação. Esse dano também se deve à presença de flutuações inadequadas de umidade e temperatura nos locais de guarda. Nesse caso, observa-se o comprometimento da leitura afetada pela ação do ataque biológico. Além dos danos na informação, o acondicionamento inadequado causou danos na cobertura, que se aderiu ao plástico, conforme mostrado na Figura 77B- Detalhe do acondicionamento em saco plástico; e na Figura 77C- Observam-se danos na cobertura de couro e no douramento pela aderência do plástico. Na Figura 78, destaca-se um livro com dano estrutural, com perda parcial da capa inferior parcialmente mofada e folhas em biodeterioração.

Sobre os danos mostrados nos exemplos citados pelo contato com flutuações inadequadas, eles podem ser evitados ou minimizados pelo controle ambiental. Craddock (2001, p. 69) explica em seu artigo sobre as condições ideais para o controle de temperatura e umidade em acervos pequenos que “os sistemas de controle climático para essas situações são complexos e dispendiosos e, muitas vezes, ficam acima das possibilidades dos acervos menores”. Os níveis recomendados de temperatura devem ser entre 19 e 22 °C, e a umidade

relativa deve ser mantida entre 45 e 65%. No entanto, para outros tipos de suportes existem outros níveis apropriados. Diante disso, uma das formas de minimizar os danos se dá pelas manutenções da edificação, para evitar a entrada de água nas áreas de guarda, e, conseqüentemente, pelas alterações dos níveis climáticos, deixando o ambiente estável.

Figura 77 – A- Livro com danos provocados pelo acondicionamento inadequado. B- Detalhe do acondicionamento em saco plástico. C- Danos pela aderência do plástico à cobertura de couro



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Figura 78 – Livro com dano estrutural, perda parcial da capa e folhas em biodeterioração



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Na Figura 79, evidenciam-se os danos causados pelas flutuações inadequadas de umidade e temperatura, onde se observam deformações no plano do papel devido às reações de expansão e contração.

Figura 79 – Dano de deformações no plano do papel



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Ainda sobre os agentes biológicos, foram observados danos em grande proporção nos livros e documentos pelos insetos xilófagos. Na Figura 80 são mostrados danos na cobertura inteira de couro; observam-se perfurações ocasionadas provavelmente por brocas, onde são verificados diversos orifícios por onde esses insetos atravessaram o livro; na Figura 81A, mostra-se o interior do livro com danos próximos do dorso, onde há os adesivos; e na Figura 81B, os resíduos fecais deixados pelas brocas. Na Figura 82, apresenta-se um livro que ficou

guardado em mobiliário de madeira com infestação ativa, sofrendo danos em grande proporção na cobertura de couro no plano de trás, devido à forma como se encontrava armazenado, ou seja, sobre a base de madeira infestada. Qualquer objeto guardado em mobiliário de madeira está sujeito a sofrer danos pela ação dos insetos xilófagos caso não sejam realizadas inspeções rotineiras, visto que esses insetos se desenvolvem em ambientes que apresentam umidade e temperatura alta. Um fato importante para evitar danos pelos cupins é não deixar as luzes da área de guarda acesas em períodos de revoada porque esses insetos são atraídos pela luz e a falta de telas protetoras nas janelas permite seu acesso ao local, onde perdem as asas e adentram o mobiliário, reproduzindo e provocando danos pelas perfurações.

Figura 80 – Cobertura de couro com perfurações pela ação de insetos xilófagos



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Figura 81 – A- Interior do livro com danos próximos do dorso. B- Resíduos fecais deixados pelas brocas



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Figura 82 – Livro com danos causados pela ação dos insetos xilófagos, apresentando danos maiores no plano de trás que se encontrava sobre a base de madeira



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Na Figura 83, destaca-se a ação devastadora dos insetos xilófagos. Nesse exemplo, o livro se encontra com danos que comprometeram o seu manuseio, além da perda da informação. Esses insetos atravessam todo o material que estiver à sua frente em busca de alimento. Assim, quando guardamos os livros em gavetas ou armários de madeiras e deixamos por um longo período sem manuseá-los, corremos o risco de nos depararmos com livros em péssimo estado de conservação. Nesse processo, as folhas do miolo do livro também podem ficar aderidas, conforme mostrado na Figura 84, dano que inviabiliza o manuseio.

Figura 83 – Ação devastadora dos insetos xilófagos, com danos que comprometeram o manuseio



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

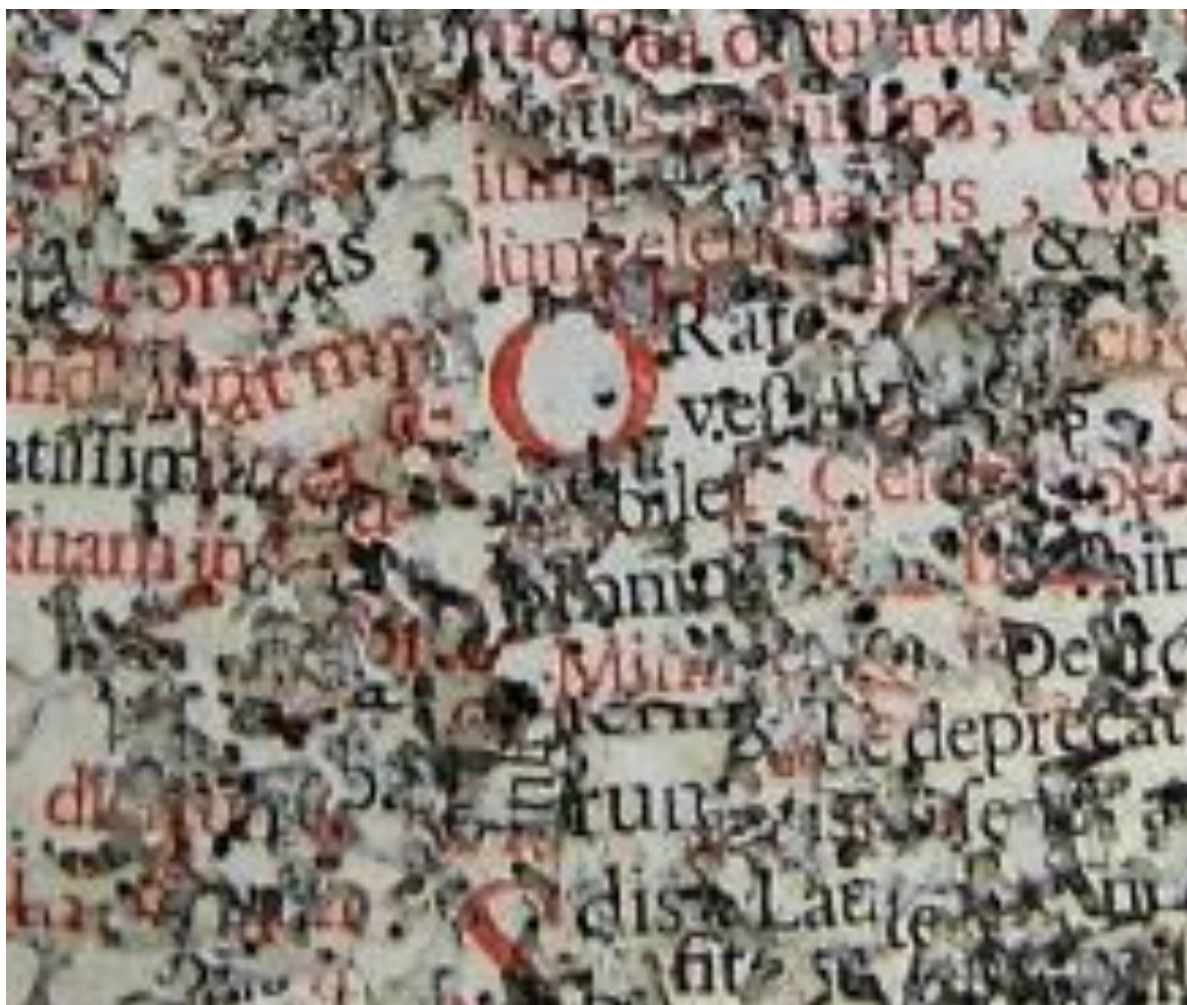
Figura 84 – Detalhe das folhas aderidas devido à ação dos insetos, inviabilizando o manuseio



Fonte: Arquivo Histórico Arquidiocesano de Diamantina, 2023 (foto do acervo da autora).

Na Figura 85, apresentam-se fólios fragmentados de um Missal, com danos ocasionados pela ação devastadora dos insetos xilófagos, em que é possível observar um emaranhado de informações.

Figura 85 – Detalhe de um Missal com as fólhos fragmentados pela ação dos insetos



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Na Figura 86A, destaca-se um livro com danos nas bordas pela ação de roedores. Na Figura 86 é possível observar as marcas dos dentes dos roedores nos manuscritos e impressos. Na Figura 86C, observam-se danos na lombada da cobertura e nos cadernos, nos quais as extremidades do fecho dos fólhos foram roídas. Geralmente, além do dano estrutural, os roedores podem deixar sobre os livros e documentos seus dejetos, como a urina, que mancha o papel e traz sérios riscos para a saúde humana.

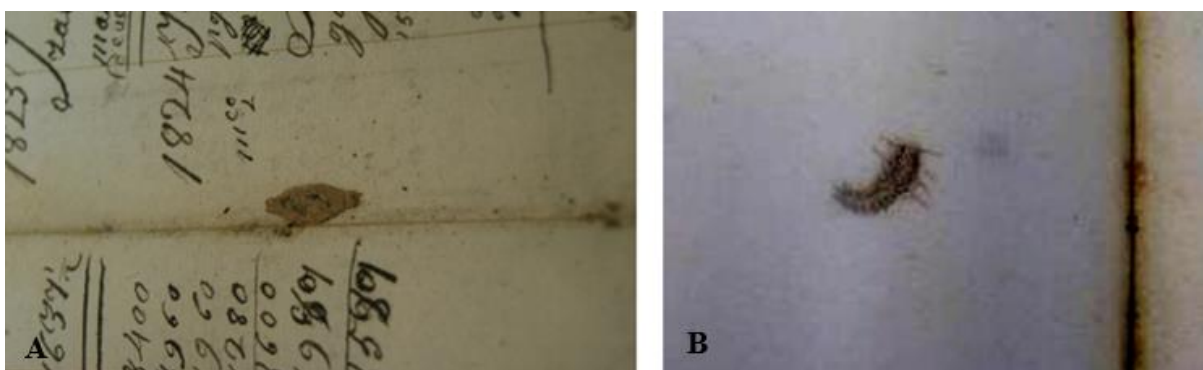
Figura 86 – A- Livro com danos nas bordas por roedores. B- Danos e marca dos dentes dos roedores. C- Danos na lombada da cobertura e nos cadernos, nos quais se observam as extremidades do festo dos fólhos roídas



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Outros insetos observados dentro dos livros foram as traças. Na Figura 87A, nota-se um casulo de traça-das-roupas dentro do miolo do livro, enquanto na Figura 87B é possível identificar uma traça-de-livro. Ambas causam danos na superfície do papel, desbastando-o. Seus danos podem ser evitados com cuidados rotineiros de limpeza das áreas de guarda, bem como ao identificá-las, seja nas paredes e atrás de quadros, gavetas e móveis, deve-se removê-las de imediato. Em alguns livros foram identificados tipos de insetos em seu interior – e, em um caso específico, vários deles –, conforme o exemplo da Figura 88, mostrando aranhas, baratas, traças e dejetos de insetos.

Figura 87 – A- Casulo de traça-das-roupas dentro do miolo. B- Traça-de-livro dentro do miolo



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

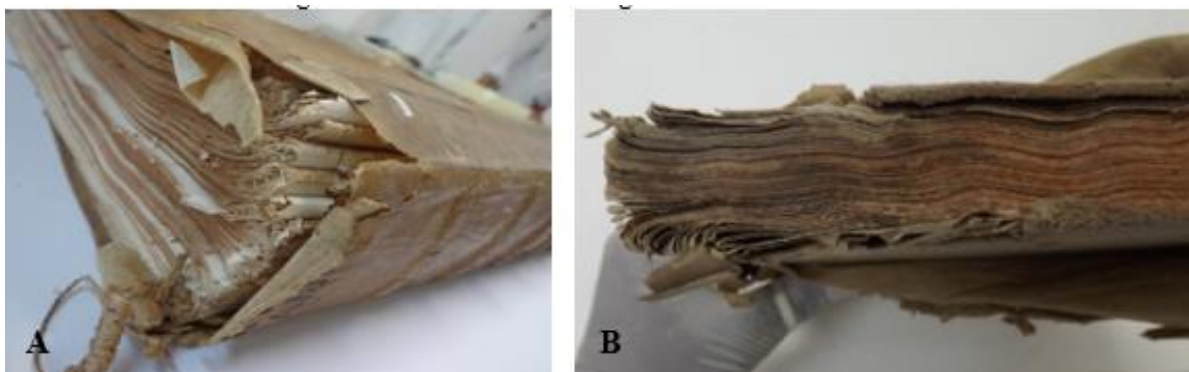
Figura 88 – Insetos encontrados dentro de um único livro, como aranhas, baratas, traças e dejetos de insetos



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Na Figura 89A é mostrado o detalhe de um livro com danos na coifa, parte superior da lombada do livro. Esse dano é frequentemente observado nos livros e está relacionado à forma errada de retirá-los das estantes, puxando-os pela coifa. Nesses casos, também ocorrem danos de fragilização do cabeceado e, conseqüentemente, a sua perda. O cabeceado do livro serve de proteção para evitar a entrada de insetos em seu dorso, onde há a cola usada na encadernação que acaba servindo de alimento para alguns insetos. Na Figura 89B, observam-se danos, perdas e sujidades no corte do livro. Para evitar esse dano, o livro deve ser retirado da estante pelo meio da lombada.

Figura 89 – A- Danos na coifa e fragmento do cabeceado solto. B- Danos no corte do livro



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Na Figura 90, destacam-se danos no dorso do livro, onde se encontra a costura. Nesse exemplo, a costura encontra-se rompida, dano que se deve ao desgaste natural dos materiais utilizados na costura e ao uso do livro. No entanto, pode também estar relacionado ao seu manuseio inadequado, pois a forma de abrir, segurar e fechar um livro interfere na sua estrutura física. Entre os danos na costura ocasionados pelo manuseio incorreto, destaca-se o ato de debruçar sobre os livros durante o uso, forçando a costura e trazendo como consequência o rompimento da linha. Nesse exemplo, afere-se que, com o rompimento da linha, os nervos utilizados durante a costura ficaram soltos e acabaram se dissociando do livro. Observa-se, ainda, que o nervo que ficava próximo ao pé do livro não existe mais (marcação A) e alguns já não passam de resquícios (marcação B).

Figura 90 – Livro com a costura rompida com resquício das tiras de couro usadas como nervos



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Na Figura 91A, apresenta-se um livro com a linha utilizada na costura frouxa e parcialmente solta; na Figura 91B, um livro com a linha da costura arrebitada e, como consequência, o corpo dividido; e, na Figura 91C, têm-se rasgos no festo dos fólhos. Na Figura 92A, observa-se o mesmo dano em livros de grande porte, como os missais, mostrando as costuras rompidas. Nesse exemplo, vislumbra-se o sinal soltando e sem a presença dos nervos no dorso; e, na Figura 92B, mostra-se um missal com a ausência da costura, dividido em partes, com os cadernos e folhas soltos. Nesse caso, destaca-se o risco de dissociação, pois as folhas soltas ficam suscetíveis a se dissociarem do miolo do livro, podendo se perder.

Figura 91 – A- Linha utilizada na costura frouxa e parcialmente solta. B- Corpo do livro dividido. C- Festo rasgado



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Figura 92 – A- Livro com a costura rompida. B- Livro dividido em partes, com cadernos e folhas soltos



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Na Figura 93, mostra-se a cobertura de tecido de um missal apresentando fragilidade, sujidades, desgaste, manchas com líquidos e perdas pontuais do tecido, em que se veem buracos (plano de trás) e perdas das áreas de virada da cobertura. Observa-se, como mostrado nesse exemplo, que muitos dos danos estéticos das coberturas das obras em papel são causados pelo manuseio e uso do livro com as mãos sujas e próximo de líquidos. Identifica-se que muitos danos são por líquidos derramados por acidente e, em alguns casos, esses líquidos atingem o miolo do livro, causando danos no papel.

Figura 93 – Livro com a cobertura de tecido apresentando sujidades, desgastes e manchas de líquidos



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Na Figura 94 são mostrados detalhes de livros com as coberturas apresentando manchas de tinta nas cores preta e azul. Nesses exemplos, provavelmente podem ter acontecido acidentes com líquidos durante o uso.

Figura 94 – Detalhe de coberturas apresentando manchas de tinta nas cores preta e azul



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Na Figura 95, observa-se um livro em meia-encadernação com o revestimento da cobertura em papel marmorizado e couro com danos estéticos na cobertura causados por abrasão, apresentando arranhões e perdas superficiais do acabamento do revestimento. Abrasão é o “desgaste de superfície decorrente de ação mecânica causadora de atrito. A abrasão fragiliza o material, ajudando os processos de rasgos e perdas” (Paglione, 2017 p. 26). Esses danos podem ser ocasionados pelo manuseio inadequado, como colocar o livro sobre superfícies sujas. O contato dos livros com sujidades diversas e poeira na área de guarda, bem como o acondicionamento e armazenamento inadequados, provoca danos estéticos na cobertura.

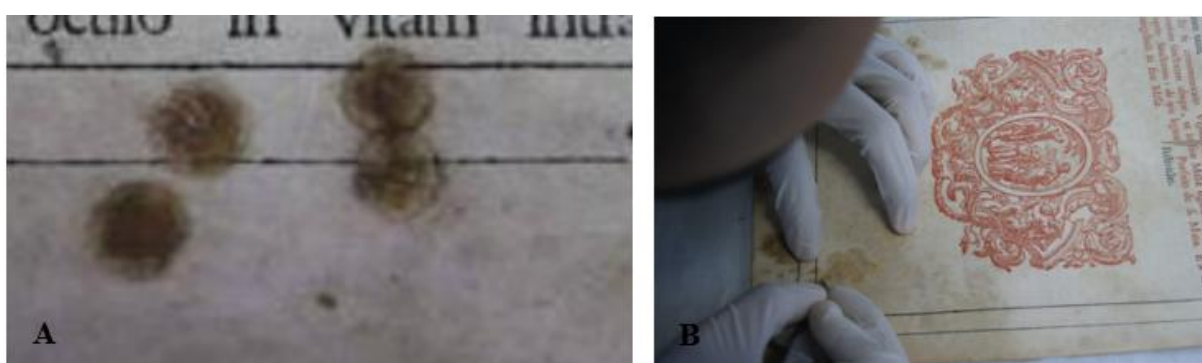
Na Figura 96A, destacam-se danos causados por acidentes durante o uso dos missais nas celebrações. Nesse exemplo, mostra-se um detalhe de um fólio com gotas de parafina, um tipo de dano que deixa manchas no papel; nos processos interventivos, consegue-se remover o resíduo superficial da parafina. Entretanto, o lugar em que a parafina pingou ainda quente sobre o papel provocara alterações, modificações da cor do papel e manchas irreversíveis, conforme mostrado na Figura 96B.

Figura 95 – Livro em meia-encadernação com o revestimento da cobertura em papel marmorizado e couro com desgastes superficiais dos materiais de revestimento, danos por abrasão e arranhões



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Figura 96 – A- Fólios com gotas de parafina. B- Manchas irreversíveis no papel deixadas pela parafina



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Ainda sobre os danos estéticos nos documentos, identificaram-se vários livros e documentos com danos pelo manuseio sem o uso de luvas de proteção. Na Figura 97, mostra-se um fólio apresentando manchas generalizadas pelo manuseio. Sobre os danos causados pelo manuseio de livros históricos sem luvas, é importante explicar que as nossas mãos possuem

gordura, além de sais e enzimas que impregnam o papel, trazendo como resultado a alteração da aparência do documento. As sujidades e a gordura presentes nas mãos causam manchas irreversíveis, além de contribuírem para o aparecimento de micro-organismos.

Figura 97 – Fólios apresentando manchas de gordura e sujidades pelo manuseio



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Na Figura 98, observam-se manchas causadas nas bordas das folhas, resultantes do manuseio. Nesse exemplo, os danos foram causados pelo uso dos dedos umedecidos com saliva para virar as páginas. A saliva é ácida, e essa ação pode provocar reações no papel, da mesma forma que soprar o papel do livro leva gotículas de saliva, causando manchas e reações pontuais. Portanto, esse costume de folhear o livro umedecendo com saliva pode causar danos à saúde; estudos evidenciam que esse costume pode transmitir doenças, alertando-se sobre a gravidade dessa ação, conforme o experimento descrito a seguir:

Em um experimento realizado no início do século 20, um artigo de 1911, publicado no Boletim da Associação Médica Bibliotecária, intitulado “A Desinfecção dos Livros”, mostra que a preocupação com os riscos oferecidos pelas obras já existia. O artigo revela que na época já se tinha conhecimento sobre os tipos de contaminação presentes nesses itens e citam enfermidades, como sarampo, varíola, escarlatina, tracoma (conjuntivite), febre tifoide, difteria, tuberculose, entre outras. Fica claro que já existia preocupação com danos causados pelas bactérias, porque uma experiência conduzida por um cientista da época mostrou que a contaminação poderia ocorrer mesmo. Em seu experimento, ele retirou algumas das partes mais sujas de uma série

de livros e as cozinhou em solução salina. Depois, centrifugou o líquido e injetou em porquinhos-da-índia. Não demorou até que a maioria dos animais acabasse morrendo por tuberculose ou por infecções por seps e estreptococos, ou seja, doenças bacterianas. Com a publicação, atentava para um costume não higiênico que as pessoas tinham e têm de umedecer os dedos com a boca ao estarem folheando os livros e documentos (Silva; Laureano; Oliveira, 2018, p. 34; 35).

Para evitar esse tipo de problema, a maneira correta de realizar as consultas durante as pesquisas nos documentos históricos é com a utilização de luvas e máscaras de proteção.

Figura 98 – Manchas de gordura nas bordas dos fólhos pelo manuseio e uso da saliva



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Na Figura 99A, observa-se uma leve mancha provocada no papel pelo contato com água ou umidade, que juntamente com as substâncias presentes no papel resultam em diversas reações, como pode ser visto na Figura 99B, que mostra uma mancha escura e irreversível como consequência do processo de degradação pelo longo contato com esses agentes que alteram a estrutura e cor do papel. O contato do papel com água ou umidade, além de tantos outros danos já mencionados, também desencadeia o aparecimento do Foxing, “dano caracterizado por manchas pontuais de cor marrom-avermelhada que se espalham pela superfície do papel” (Bojanoski; Almada, 2021, p. 40), também “considerado, por alguns, uma reação química (fungo-oxidação) entre os sais ferrosos do papel e alguns ácidos orgânicos produzidos pelos fungos” (Cobra, 2003, p. 52).

Figura 99 – A- Leve mancha provocada no papel pelo contato com água ou umidade. B- Mancha escura e irreversível como consequência da degradação



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Na Figura 100, apresenta-se o detalhe de um fólio com mancha d'água apresentando linha marrom devida ao contato com a água; e no meio da mancha d'água, observa-se também uma mancha azulada provocada, provavelmente, por acidente com tinta azul. De acordo com Bojanoski, a mancha d'água é um “dano ocasionado pelo contato do papel com água ou com umidade, que arrasta substâncias solúveis e produtos de degradação por capilaridade, ocasionando uma mancha escura, delimitada por uma linha irregular” (Bojanoski, 2018, p. 23-24).

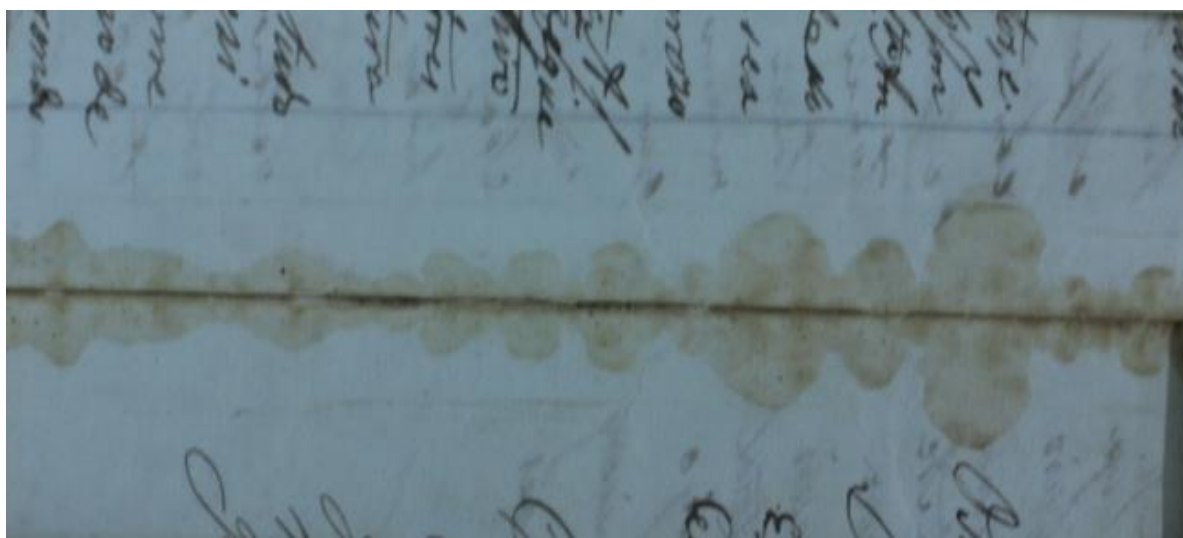
Figura 100 – Detalhe de um fólio com mancha d'água apresentando linha marrom e mancha de acidente com tinta azul



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Na Figura 101, observam-se manchas causadas pela migração do adesivo do dorso do livro, ocasionado provavelmente pelo contato com umidade. Entretanto, também pode ser um “dano ocasionado pela degradação de colas ou fitas adesivas, o que resulta em manchas escuras de difícil remoção” (Bojanoski, 2018, p. 46).

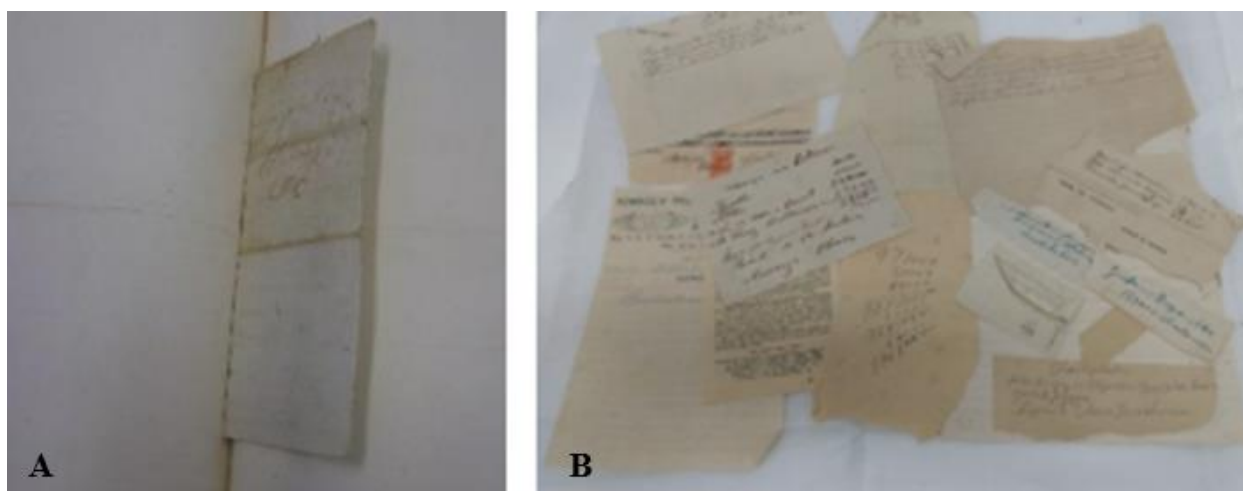
Figura 101 – Migração do adesivo do dorso do livro ocasionado pelo contato com umidade



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Na Figura 102A, evidencia-se um fragmento avulso entre as folhas do livro. Na Figura 102B, mostram-se diversos fragmentos em papel ácido encontrados dentro de um único livro, como: bilhetes e rascunhos fabricados com outros tipos de papéis e com informações em diversos instrumentos de escrita. Os danos que esses fragmentos podem causar estão relacionados a manchas no papel e ao enfraquecimento das áreas onde foram colocados, por serem muitos desses fragmentos fabricados de papel ácido. Assim, pode ocorrer a migração da acidez desses elementos para o papel do livro, bem como o deslocamento da tinta utilizada na escrita, em carimbos e adesivos desses fragmentos em contato com a umidade. Outro dano resultante da guarda de fragmentos entre as folhas dos documentos são as marcas geradas no papel pela gramatura e pela quantidade de fragmentos colocados entre as folhas.

Figura 102 – A- Fragmento avulso entre as folhas do livro. B- Fragmentos de papel ácido encontrados dentro de um único livro



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Na Figura 103, mostram-se pétalas de rosa guardadas dentro do livro. Nesse exemplo, é importante dizer que, se o livro estiver em ambiente estável, as pétalas de rosa irão se desidratar e secar, mas, se o livro estiver guardado em ambiente com umidade, as pétalas poderão apodrecer, causando manchas e enfraquecimento das áreas do papel onde foram colocadas. Nas análises, foram identificados outros objetos dentro dos livros que também causam danos, como grampos, cliques metálicos e de plástico. O clipe metálico e os grampos sofrem o processo de oxidação com o tempo, deixando sua marca de ferrugem no papel, ao passo que o clipe de plástico deixará a folha marcada devido à sua espessura.

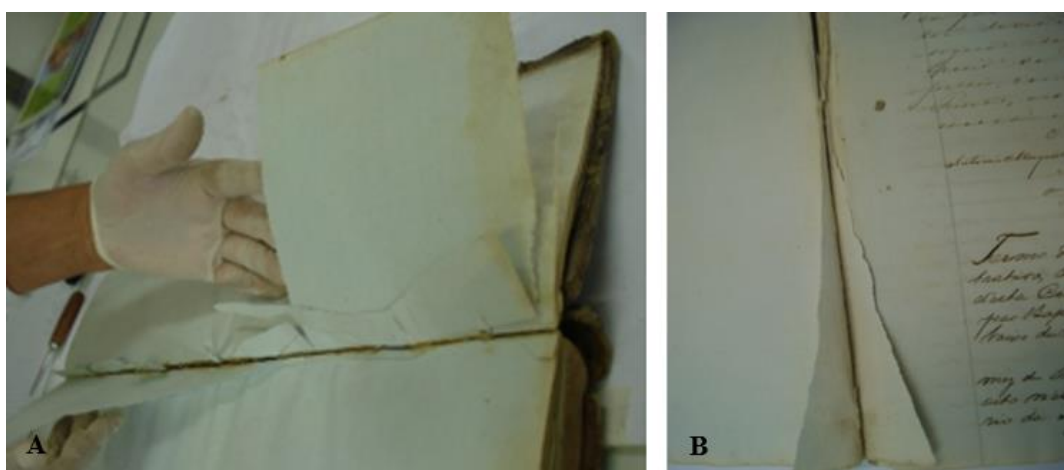
Figura 103 – Pétalas de rosa dentro do livro



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Na Figura 104A, destacam-se danos físicos causados pelo manuseio e uso indevido dos livros, onde se vê uma folha rasgada ao meio, enquanto a Figura 104B apresenta vestígio de folhas que foram arrancadas. Esses danos físicos são provocados pelo vandalismo e pela falta de informação sobre a importância do documento, e “um dos fatores que interferem na degradação dos acervos é a própria ação do homem” (Seripierri, 2005, p. 29).

Figura 104 – A- Livros com folha rasgada ao meio. B- Folhas arrancadas



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Na Figura 105, apresentam-se detalhes de danos no papel, amassamentos, vincos e dobras. Esses danos são provocados pelo manuseio, podendo ser causados também pela forma de fechar o livro, relacionado à falta de cuidado, pois a maneira de abrir e fechar pode gerar danos nas folhas.

Figura 105 – Detalhe de folhas amassadas, com vincos e dobras



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Na Figura 106, mostram-se danos nas bordas inferiores das folhas, região do corte inferior do livro, apresentando as famosas **orelhas**. As orelhas são formadas durante o manuseio e ao passar as folhas e também pela forma de guardar o livro. Observa-se nesse dano que, com o tempo e o manuseio, o local de formação das orelhas no papel acaba por ficar mais fragilizado, partindo-se.

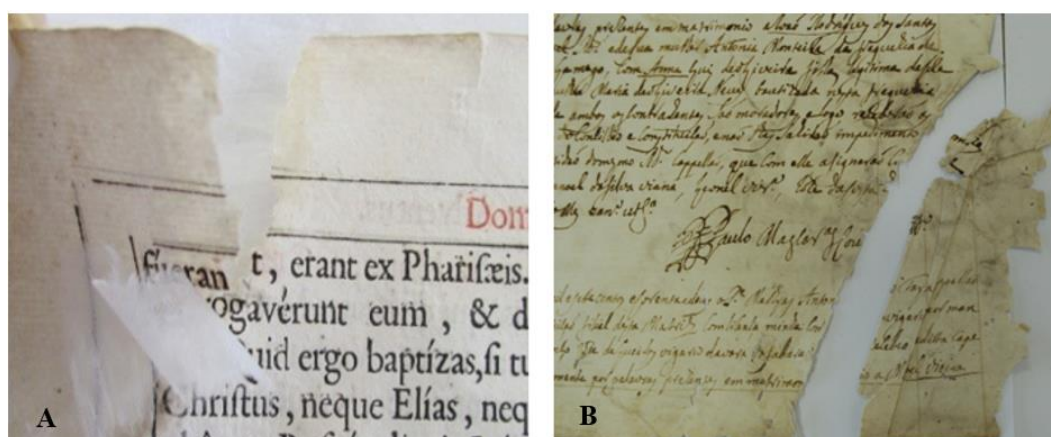
Figura 106 – Dano nas bordas inferiores das folhas apresentando orelhas onde se passam as folhas



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Na Figura 107A, observam-se um fôlho com rasgos na borda superior e reparo inadequado com fita desconhecida e, na Figura 107B, o papel com partes separadas. Nesse dano, identifica-se o risco de perda das partes que estão separadas, pois, se não forem identificados ou realizados pequenos reparos, elas podem se dissociarem do corpo do livro.

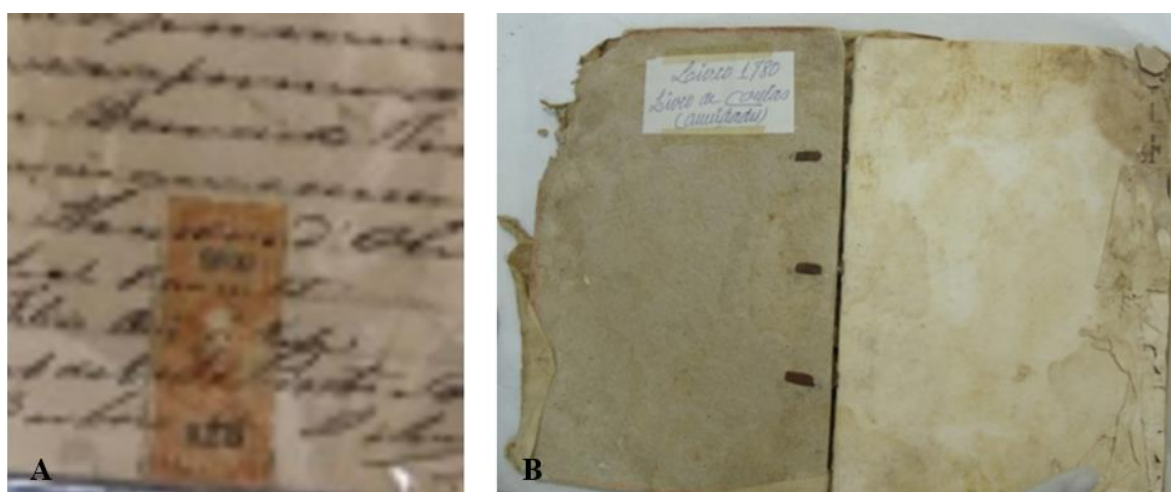
Figura 107 – A- Fólio com rasgos nas bordas. B- Fólio com partes separadas, com risco de dissociação



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Na Figura 108A, destacam-se reparos dos rasgos dos fólhos com fita adesiva e na Figura 108B, etiquetas fixadas com fita adesiva, ambos os exemplos com fita adesiva durex. Na análise dos relatórios, foram identificados vários reparos realizados nos rasgos dos fólhos com essas fitas. Além do durex, identificaram-se fita crepe e esparadrapos. O uso das fitas adesivas causa manchas no papel, ocasionadas pela migração dos adesivos presentes nessas fitas; além de as fitas se degradarem com o tempo, elas se soltam do papel e deixam sobre o suporte papel o resíduo. Os danos são vistos pela alteração da cor do papel, deixando a área dos reparos fragilizada, conforme pode ser visto na Figura 109, que mostra as manchas irreversíveis deixadas no papel pela migração do adesivo do durex. Na Figura 110A, observam-se fólhos com reparos nos rasgos das bordas inferiores com esparadrapo e na Figura 110B, o resíduo da migração do adesivo do esparadrapo.

Figura 108 – A- Reparos dos rasgos com fita durex. B- Etiquetas fixadas com fita durex



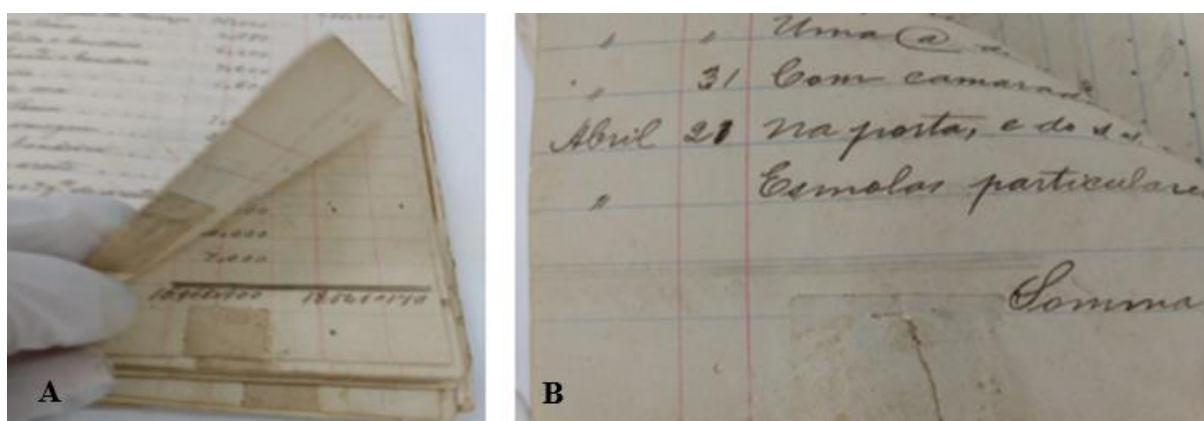
Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Figura 109 – Manchas irreversíveis da migração do adesivo presente nas fitas



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Figura 110 – A- Fólios com reparos nos rasgos das bordas inferiores com esparadrapo. Figura B- Resíduo da migração do adesivo do esparadrapo



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Na Figura 111, apresenta-se uma intervenção inadequada com reparo realizado no dorso do livro com papel jornal. Os procedimentos interventivos de restauro são baseados na utilização de materiais sem ácidos, com qualidade e técnicas específicas para conservação. No entanto, o que se observa nessa intervenção é o uso do papel-jornal, que é ácido e inadequado para a realização de intervenções, além do risco de aparecimento de danos pela migração da acidez desse papel para o dorso do livro.

Figura 111 – Reparo realizado no dorso do livro com papel-jornal



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Na Figura 112, identifica-se o uso de etiquetas adesivas coladas sobre a cobertura da capa do livro e na Figura 113, livros com etiquetas adesivas degradadas na cobertura. Como já explicado sobre os danos causados pelas fitas adesivas no papel, também foram identificados danos provocados pelas etiquetas adesivas nas coberturas dos livros igualmente relacionados à migração do adesivo, que foi responsável por manchas em muitos casos irreversíveis. Observa-se que as etiquetas se aderem ao couro, ao tecido ou ao papel; no entanto, com o tempo, os adesivos dessas etiquetas se degradam, ressecam e soltam partes, deixando danos estéticos nas coberturas.

Figura 112 – Livros com etiquetas coladas na cobertura da capa



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Figura 113 – Livros com etiquetas adesivas degradadas na cobertura



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Na Figura 114, precebem-se etiquetas com informações a caneta coladas nas folhas do miolo do livro. Essas etiquetas se referem à microfilmagem, porém podem causar danos ao papel do livro, deixando, além do resíduo do adesivo, danos pelo contato das etiquetas com informações feitas pela tinta moderna, que pode migrar para o papel e manchá-lo.

Figura 114 – Etiquetas com informações a caneta coladas nas folhas do corpo do livro



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Na Figura 115, observam-se livros com a utilização de carimbos e anotações a caneta com tinta moderna nas folhas de guarda. Entretanto, a utilização de carimbos nos livros pode ocasionar manchas, uma vez que a tinta do carimbo é solúvel e, em contato com a umidade, leva ao aparecimento de manchas devido ao espalhamento da tinta para a folha onde se encontra e também para folhas vizinhas. O dano causado pela solubilidade dos carimbos é conhecido como sangramento, “dano decorrente da difusão da tinta, que se espalha a partir do traço original pelas áreas adjacentes do suporte e resulta em uma aparência borrada” (Bojanoski; Almada, 2021, p. 72).

Figura 115 – Utilização de carimbos e anotações com caneta esferográfica nas folhas de guarda



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Sobre o manuseio inadequado, percebem-se, na Figura 116, danos com diversos tipos de canetas feitos durante o uso do livro, como assinaturas, contas matemáticas e anotações. Na Figura 117, têm-se detalhes de riscos e rabiscos nos livros. Na Figura 118, mostram-se anotações diversas com a identificação do nome. Na Figura 119, observam-se marcações destacando informações no livro. No entanto, consideram-se nesses exemplos o manuseio e uso impróprios do livro. Para Cassares (2000, p. 25), “o manuseio inadequado de documentos sem orientação ou de forma irresponsável é um dos fatores de degradação mais presente em todos os tipos de acervo”. Consideram-se os danos causados pelo uso de canetas uma falta de cuidado com o livro, pois, além de levar acréscimos e informações indevidas que não pertencem ao livro, a tinta moderna utilizada nas canetas para escrever não apresenta resistência à água, sendo muitas delas hidrossolúveis. Seus constituintes, como o pigmento sintético, ao entrarem em contato com umidade ou água, podem expandir, espalhar e migrar para as folhas, deixando o papel manchado, borrado, conforme mostrado na Figura 120, sobretudo manchas na cor azul da anotação indevida a caneta. Além disso, quando um livro precisa passar por procedimentos interventivos e possui carimbos ou anotações feitas a caneta, o procedimento de restauro é mais difícil.

Figura 116 – Assinaturas, conta matemática e anotações a caneta



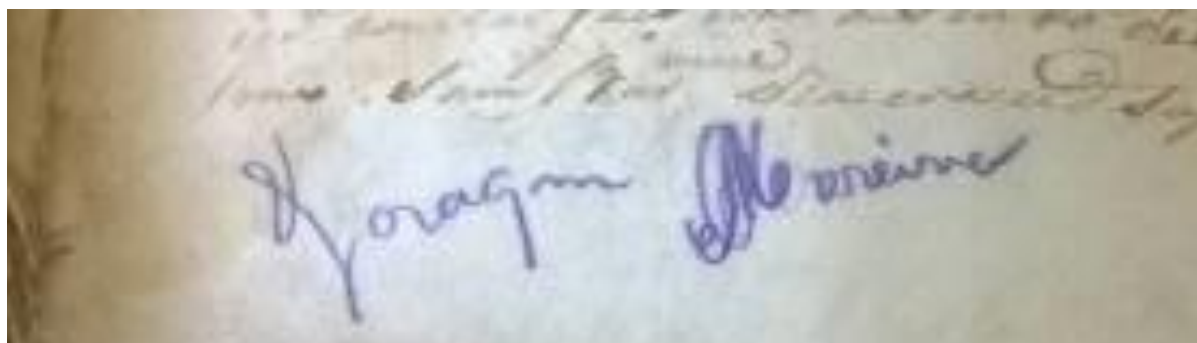
Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Figura 117 – Riscos e rabiscos a caneta



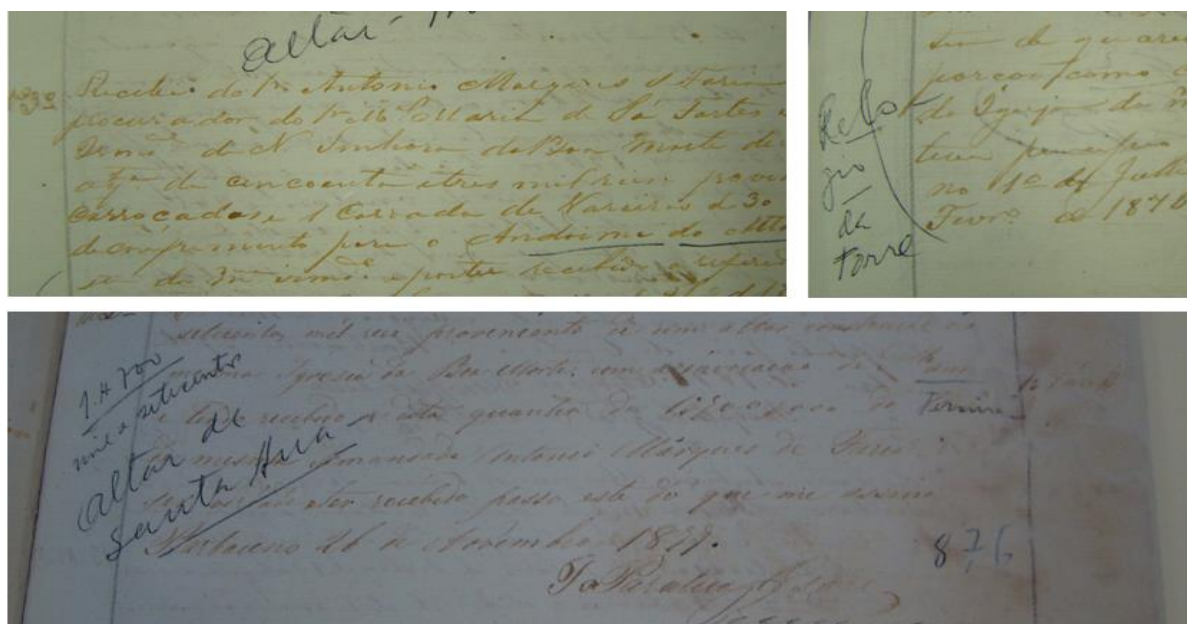
Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Figura 118 – Anotações indevidas a caneta



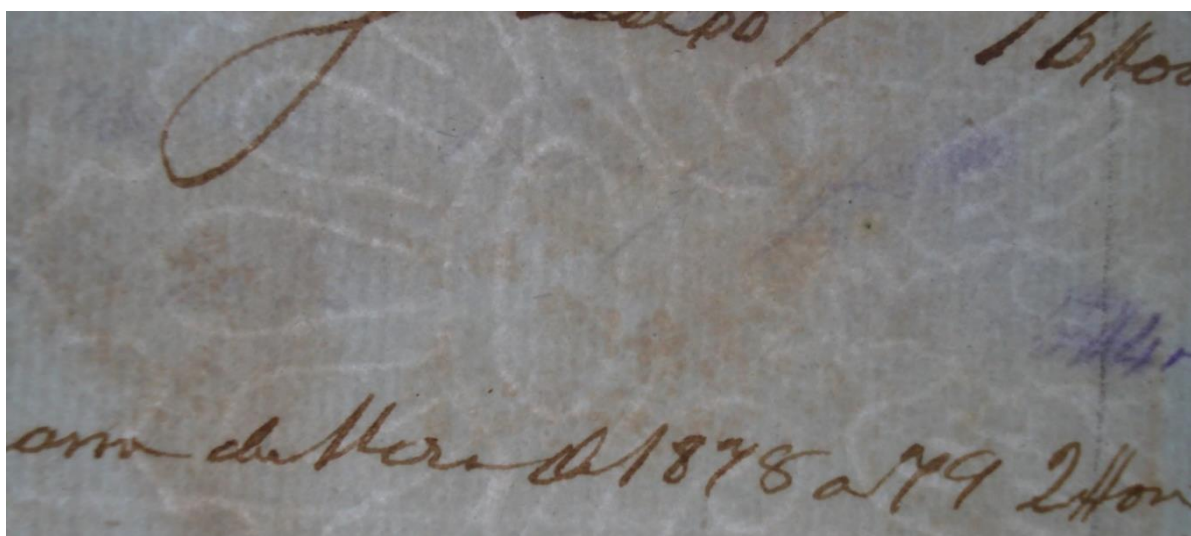
Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Figura 119 – Marcações destacando as informações a caneta



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

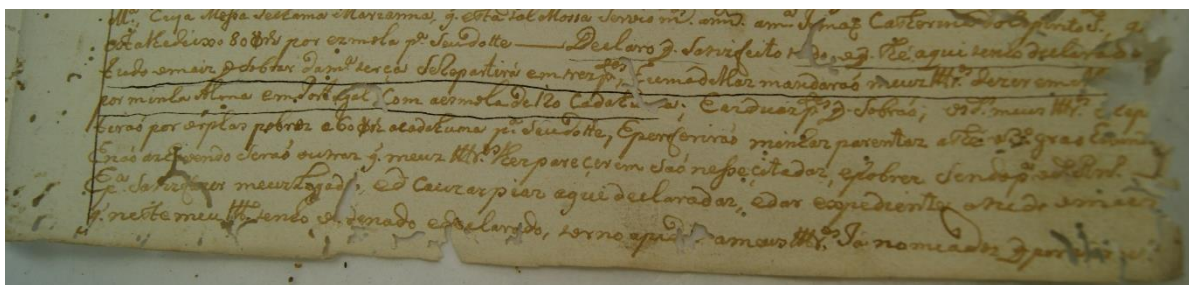
Figura 120 – Manuscrito apresentando manchas na cor azul devido ao contato da tinta com a umidade



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

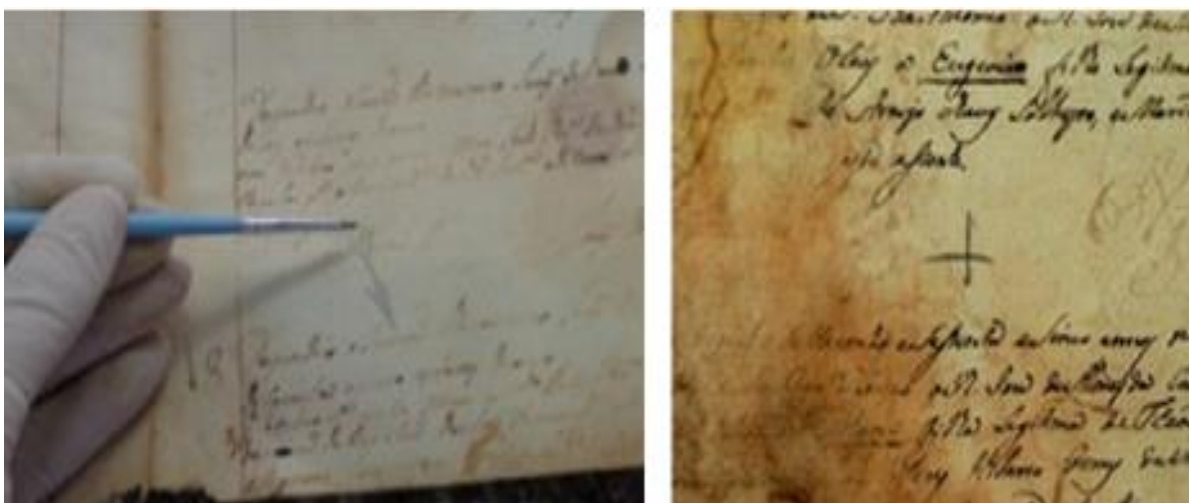
Na Figura 121 é apresentado o uso de outros instrumentos de escrita, como o grafite, mostrando um documento grifado. Na Figura 122, mostra-se um documento com setas e rabiscos a grafite; na Figura 123, exibem-se anotações com nome e ano; e, na Figura 124, destacam-se desenhos de ramos de flores. O material grafite apresenta resistência à água e à luz, no entanto o consulente não deve fazer marcas nos documentos. Além do uso do grafite, foram observados anotações e rabiscos com lápis de cor, giz de cera, tinta cinza tipo nanquim e outras tintas não identificadas.

Figura 121 – Documento grifado a grafite



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Figura 122 – Anotações, setas e rabiscos



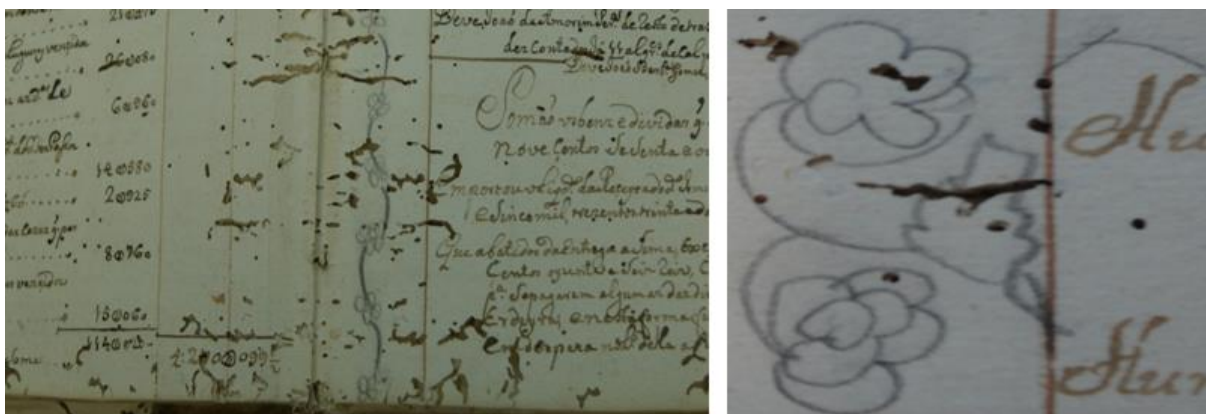
Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Figura 123 – Anotações com nome e ano a grafite



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

Figura 124 – Desenhos de flores a grafite



Fonte: Arquivo FAOP, 2009/2023.

A partir das análises sobre o estado de conservação dos livros e da exposição dos danos apresentados neste capítulo, tem-se um panorama da situação em que esses livros se encontravam nos acervos paroquiais antes de serem levados para restauração ou para guarda. Assim, a explanação sobre os diversos danos verificados nos direciona para a identificação dos motivos pelos quais os acervos documentais das igrejas estão se degradando e deteriorando.

Diante do que foi apresentado, conclui-se que existem danos que são causados pelos fatores intrínsecos àqueles relacionados à fabricação dos objetos, no entanto podem ser minimizados por cuidados no local de guarda. Porém, percebe-se que muitos danos apareceram pelo contato do livro com a água, a umidade e o calor, estando o aparecimento desses agentes relacionado à falta de manutenções nas edificações e do controle climático, além dos relacionados à falta de inspeções rotineiras nas áreas de guarda, como os danos causados pelas pragas urbanas.

Sobre os danos relacionados à ação antrópica, destaca-se que não é compreensível, em pleno século XXI, identificar danos causados durante o uso de livros históricos e únicos dos séculos XVIII e XIX mostrados nesta pesquisa e que poderiam ser evitados. Em especial, nesta dissertação apresentamos somente um recorte de um período da história e em determinado lugar, mas não queremos dizer que nos livros de outros séculos e demais lugares isso não esteja acontecendo.

Nesse sentido, ressalta-se a postura do consulente – e me refiro aqui àquele que consulta, independentemente se é para pesquisas –, que, durante o uso de dado livro, se comporta arrancando e rasgando folhas ou colocando fragmentos de papéis ácidos dentro do exemplar, seja para guarda, seja para marcar o seu uso. Além disso, faz anotações e até desenha no livro,

utilizando diversos instrumentos de escrita que causam danos na obra, atitudes essas, em todos os sentidos, lamentáveis.

Enfatiza-se a gravidade da ação de fazer anotações nos fólios de um livro histórico. Observa-se que nessa ação existe um duplo dano: o primeiro é quando o consulente deixa sua marca de forma irresponsável, pois a grave ação de riscar e marcar a caneta as informações no livro gera um segundo dano causado pelo tipo de instrumento de escrita que foi utilizado. Conforme foi mostrado, algumas tintas são hidrossolúveis e, ao contato com água ou umidade, migram para as demais folhas e mancham o papel, além de dificultarem os procedimentos interventivos de restauro, quando necessários.

Para estabilizar o processo de corrosão da tinta metaloácida presente nos manuscritos, é necessário dar banhos com soluções químicas específicas e, quando existem intervenções com tintas hidrossolúveis, estas poderão se solubilizar durante o banho ao contato com a água ou químicos, vindo a manchar o papel. E, para que isso não aconteça, é necessário que o profissional conservador-restaurador faça testes e realize a fixação dessa tinta para, caso seja hidrossolúvel, conseguir realizar o tratamento. Observa-se esse ponto como negativo, pois o profissional conservador-restaurador trabalha sempre visando à mínima intervenção e, nesse caso, precisa inserir um outro produto sobre as anotações indevidas para realizar a intervenção de restauro; além disso, os procedimentos acabam se tornando mais onerosos.

Foram apresentadas ações inadequadas que danificam os livros e manuscritos históricos, com consequências desastrosas e, em muitos casos, irreversíveis, que nos fazem refletir sobre a urgência em ações de conscientização. Nesse sentido, a abordagem sobre o manuseio incorreto dos livros e manuscritos traz uma discussão sobre uma série de mudanças necessárias no comportamento de quem usa e cuida desses livros de valor histórico.

A preocupação com o manuseio inadequado é um argumento que vem sendo discutido por outros pesquisadores há muito tempo. Para Cassares (2000, p. 25), “o manuseio inadequado de documentos sem orientação ou de forma irresponsável é um dos fatores de degradação mais presentes em todos os tipos de acervo”, porém se percebe que esse é um dano que vem sendo observado e continua até os dias atuais. Sobre a ação do homem que se discute nesta pesquisa e a sua responsabilidade em conservar ou não o acervo, é algo visto por outros pesquisadores, conforme explica Seripierri (2005, p. 29): “Um dos fatores que interferem na degradação dos acervos é a própria ação do homem, seja pelo manuseio incorreto, seja pelas condições inadequadas de acondicionamento e armazenamento dos documentos”.

O manuseio inadequado foi tema do projeto na “Biblioteca José Bonifácio da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com o apoio do Núcleo de Pesquisa em

Conservação e Restauração (NUPECOR) da UFRJ”. Esse projeto buscou sensibilizar e conscientizar o usuário durante as pesquisas dentro da biblioteca.

Dentro desse universo da biblioteca universitária, o NUPECOR desenvolvendo um projeto que busca pesquisar os maiores danos causados pelos usuários, participando disso está a Biblioteca José Bonifácio. As duas instâncias entendem que para conservar o acervo é prioritário entender a sua degradação. Com esse enfoque o usuário foi escolhido como meio e fim dessa pesquisa. Meio porque é procurando pelos danos causados por ele é que vamos saber como ocorre a deterioração e fim porque é também por ele que isso está será feito, para que ele tenha total usufruto do acervo sem prejudicá-lo (Carvalho; Cardoso; Chuab, 2013, p. 12).

Diante desse projeto, percebemos que é preciso levar informações sobre os cuidados que os pesquisadores e consulentes devem ter com os livros nos diversos acervos documentais e bibliográficos. Nota-se que mais ações como essas são necessárias para a mudança de comportamento perante os acervos documentais, razão por que esta dissertação deu foco aos arquivos paroquiais.

Entretanto, além do manuseio inadequado, observamos intervenções igualmente inadequadas, como os exemplos mostrados com o uso de diversas fitas adesivas. Essas intervenções nos fazem refletir sobre dois pontos importantes nessa ação: o primeiro seria a tentativa de evitar que o rasgo aumente e o fragmento se perca; e o segundo é que quem faz esses reparos, embora os faça com boa intenção, não tem conhecimento de que os materiais que estão utilizando são prejudiciais para o livro. Diante dos exemplos que foram mostrados, percebe-se que é preciso levar informações sobre os materiais adequados para os gestores desses acervos, pois se tiverem conhecimento e utilizarem os materiais de conservação irão evitar as manchas que migram dos adesivos, entre outros tantos danos, até conseguirem enviar para um profissional especializado. É melhor esses agentes fazerem reparos com os materiais adequados do que continuarem fazendo errado e causando danos.

Diante do exposto e do grau do estado de conservação observado nos livros, percebe-se que muitos dos danos nos arquivos estão diretamente voltados para a necessidade de mudança de comportamento diante dos cuidados com os livros, visto que muitos danos poderiam ser evitados se quem usa os livros eclesiásticos para pesquisas tivesse mais conhecimento sobre a importância desses acervos, bem como tivesse orientações em como manusear e consultar o livro de forma adequada, sem deixar danos ao saírem dos arquivos.

Sendo assim, promover essa reflexão visa exclusivamente proteger e valorizar esse patrimônio documental histórico tão importante para nossas pesquisas.

### 4.3. Produto técnico: recomendações

O resultado desta pesquisa será a produção de um *e-book* com recomendações e orientações sobre os principais cuidados com os livros e documentos presentes nos acervos históricos paroquiais. Esse produto faz parte das exigências do Programa do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania do Departamento de História da Universidade Federal de Viçosa. Pretende-se disponibilizar o *e-book* em formato digital para ser enviado para os arquivos paroquiais e para os seminários de formação dos padres, podendo, inclusive, ser disponibilizado de forma impressa. O *e-book* apresenta linguagem clara e objetiva para melhor compreensão.

A ideia do *e-book* surgiu durante a experiência como profissional conservadora-restauradora e atuando como professora da disciplina de Restauração de Papel. Durante esse percurso, foi possível perceber que muitos danos presentes nos livros estão relacionados à falta de conhecimento sobre os materiais adequados para conservar, como o exemplo dos pequenos reparos realizados com fitas durex, esparadrapo, fita crepe etc., e ao acondicionamento em sacos plásticos, papéis ácidos etc. Sobre isso, comecei a questionar por que não levar informação para os gestores sobre o que deve ser usado para realizar os pequenos reparos e, da mesma forma, por que não lhes informar o material adequado para acondicionar os livros? Isso porque os responsáveis pelo acervo vão fazer de qualquer jeito. Assim, é melhor que façam sem causar danos e, quando possível, buscar um profissional especializado para realizar a restauração.

Além disso, percebi que existem muitos livros com informações voltadas para o meio acadêmico e que, para alcançar a preservação dos acervos paroquiais, era preciso desenvolver um material informativo mais resumido, indicando, em linhas gerais, o que deve e o que não deve ser feito, além de apontar um fluxo para guiar os gestores na conservação dos documentos.

Assim, o direcionamento do *e-book* é para os gestores dos arquivos paroquiais, os padres e funcionários. Busca-se, desse modo, contribuir com as ações de preservação desse patrimônio que se encontra em risco, seja por falta de orientações e informações ou, mesmo, pela negligência. Segundo observado por outros pesquisadores:

*O corpus documental produzido no cotidiano da vida civil e eclesiástica da sociedade escravista brasileira, que, quando em posse de cartórios e fóruns das pequenas cidades, se encontram, geralmente, em precárias condições de preservação, não organizados, muito menos sistematizados de maneira a facilitar o trabalho do pesquisador, obrigando-o a trabalhar em uma perspectiva quase arqueológica, em que todo cuidado é pouco, sob risco de deterioração do documento (Ferreira Filho; Oliveira Filho, 2013, p. 1).*

Nesse âmbito, percebe-se a importância do *e-book* como ferramenta importante para a preservação do patrimônio documental, orientando os gestores para melhor cuidarem do seu acervo e evitarem a má conservação. O *e-book* irá contribuir para que os pesquisadores e demais pessoas da comunidade encontrem os acervos em boas condições para manuseio e leitura.

O *e-book* foi elaborado a partir da metodologia adotada nos estudos de casos, em que foram analisados o estado de conservação e os principais danos nos livros, além do entendimento dos principais problemas que levaram ao aparecimento dos danos observados. Diante disso, elaboraram-se as recomendações, orientações e sugestões básicas necessárias para serem adotadas pelos gestores dos arquivos paroquiais, visando alcançar uma boa conservação dos livros e documentos.

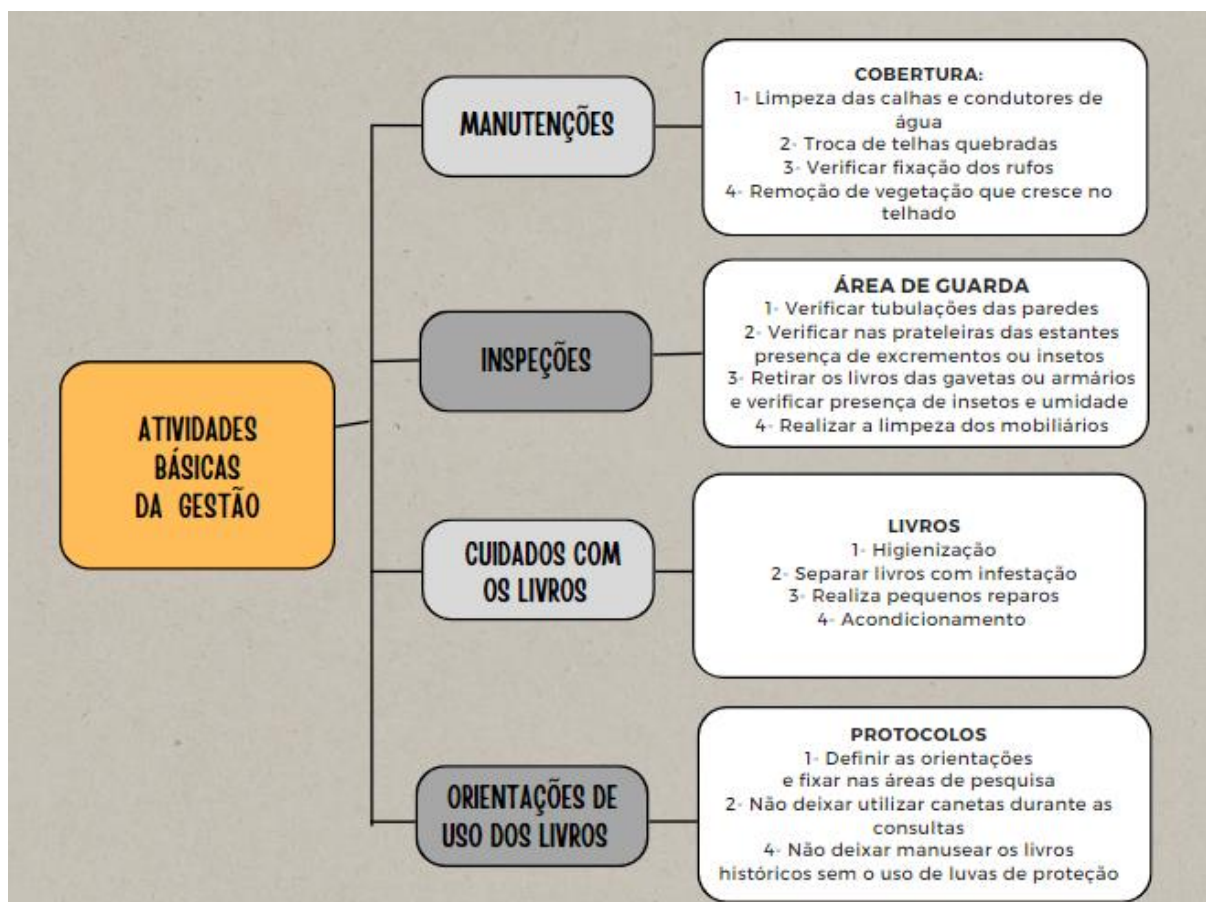
Para preservar os livros e documentos sem despesas onerosas, deve-se evitar o aparecimento dos problemas, seja na edificação, na área de guarda ou nos livros.

Assim, entre as sugestões presentes no *e-book* se encontram: recomendações sobre a importância de as instituições religiosas implantarem uma política de preservação e terem como principal iniciativa na gestão administrativa dos acervos documentais as ações da conservação preventiva, ou seja, como incluir nas atividades da instituição as inspeções rotineiras nas áreas de guarda e as manutenções preventivas programadas na edificação. Somam-se a isso orientações sobre a necessidade de treinamento dos funcionários nos cuidados básicos com o uso e manuseio dos documentos e orientação aos consulentes.

Atualmente, o treinamento dos funcionários é o meio eficiente para evitar as infestações por insetos, o aparecimento dos danos causados pelos micro-organismos, a presença de água e umidade e o manuseio inadequado dos livros pelos consulentes, pois, quando os funcionários são treinados, eles se tornam capazes para identificar a fonte causadora do problema e evitar muitos danos.

Também se encontram no *e-book* informações sobre o procedimento de higienização dos livros, modelos básicos de acondicionamento e os materiais necessários, bem como informações sobre o mobiliário adequado para armazenamento de livros. Apresenta-se no *e-book* o que não pode fazer nos livros, mostrando exemplos e, como contribuição, é apresentado o que pode ser feito. O *e-book* é uma ferramenta que incentiva e guia os gestores e funcionários nas tomadas de decisões, apontando as atividades necessárias na prática da gestão para que aconteça a preservação, conforme pode ser visto no exemplo da Figura 125, com um fluxo para conservação dos bens.

Figura 125 – Fluxo para conservação dos bens



Fonte: Elaboração da autora, 2023.

Assim, esse fluxo com as atividades básicas permitirá que os gestores coloquem na prática da gestão as manutenções e a inspeção das áreas de guarda que são necessárias para melhorar significativamente a conservação dos livros, evitando que cheguem ao ruim estado de conservação, conforme apresentado ao longo dos capítulos.

Por último, como contribuição para a preservação documental, pretende-se realizar a divulgação do *e-book* em diversos meios de comunicação, visando alcançar o maior número de indivíduos envolvidos com a guarda e conservação de acervos paroquiais, com o objetivo de conscientizar e orientar. Uma das ações propostas para alcançar a conscientização dos padres é apresentar o *e-book* no seminário de formação deles, localizado na cidade de Diamantina, onde foi realizado um dos estudos de casos, em que a proposta para contribuir durante a formação dos padres, futuros gestores, foi realizar um minicurso com as principais informações para alcançar a preservação e conservação desse importante acervo documental paroquial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, buscou-se identificar os motivos da má conservação dos livros e documentos dos arquivos paroquiais, visto tratar-se de patrimônios com informações valiosas para diversas áreas de estudos e que devem ser preservados. Para compreender os problemas que envolvem a má conservação desses acervos, foram realizados dois estudos de casos, com abrangência em mais de 150 paróquias. Os resultados das avaliações realizadas nos dois estudos de caso sobre o estado de conservação dos livros antes de serem restaurados no Laboratório da FAOP, bem como para guarda no Arquivo Histórico de Diamantina, permitiram constatar que os livros e documentos chegaram em ruim estado de conservação, muitos deles com danos irreversíveis. Esses resultados também indicaram que os livros e documentos apresentavam processos avançados de degradação e deterioração, evidenciando que essas obras em papel não estavam em boas condições de conservação nos seus acervos.

Assim, diante das análises, ficou constatada a falta de ações preventivas nas áreas de guarda, devido ao estado de conservação dos livros e documentos, o qual estava diretamente relacionado às condições do local de guarda. Perante o exposto, o problema da pesquisa foi identificado, concluindo-se que a partir das análises foi possível identificar que um dos principais problemas da má conservação dos livros está relacionado à falta de políticas preventivas e de gestão administrativa. Diante dos danos observados, constata-se que o seu aparecimento se deve à ausência de atividades como as manutenções nas edificações, inspeções nas áreas de guarda e mobiliário, além de cuidados básicos com os livros, como higienização, pequenos reparos e acondicionamento adequado etc.

Os acervos documentais que retratam parte da história da humanidade estão se perdendo aos poucos devido à ausência de políticas de conservação e gestão administrativa. Por conta da falta de recurso e, ou, de informações, percebe-se que não estão sendo previstos locais de armazenamento e condições de acondicionamento adequadas pelas áreas detentoras dos acervos. As primeiras barreiras seriam as igrejas e capelas, que poderiam proteger os acervos, mas não estão cumprindo esse papel devido à falta de manutenção básica nas edificações que permitem a entrada de água, presença de umidade excessiva, luz solar sobre os objetos e oscilações de temperatura, além dos riscos de catástrofes, como incêndio e inundações.

Os locais de guarda dos acervos propriamente ditos estão sofrendo com a falta de proteção da primeira barreira e também devido às pragas que, aos poucos, vão levando parte da história. A restauração, por mais que seja criteriosa, não consegue nos devolver as informações que foram levadas pelos agentes de deterioração. Não existindo controle das pessoas que

visitam esses acervos, bem como orientações sobre o manuseio correto, ocorrem os episódios de vandalismo, além dos riscos de sinistro, como o roubo do nosso patrimônio.

Sendo assim, a abrangência das questões que envolvem os cuidados necessários com os livros e a importância da conservação preventiva vão muito além das ações preventivas, visto que um dos desafios é conscientizar os gestores desses acervos documentais sobre a importância da política preventiva e sobre a necessidade de preservar os manuscritos e livros históricos, para evitar a perda de informações.

Nessa situação, resta-nos capacitar os gestores do patrimônio para que eles entendam a importância dos acervos para a humanidade e que eles possam agir em prol da preservação dos bens. É fundamental que os gestores adotem políticas preventivas e façam uma eficiente gestão administrativa, tendo como iniciativas as atividades programadas para evitar o aparecimento dos problemas, que vão desde manutenções na edificação a inspeções periódicas nas áreas de guarda. E uma das iniciativas é mostrar como prever recursos para investimento nas edificações para que tenham realmente o papel de proteção dos acervos, além do acompanhamento de profissionais qualificados que possam contribuir para o monitoramento das condições do local de guarda, conseguindo prevenir quaisquer eventos que poderiam degradar as preciosas informações contidas nos acervos. Também realizar o treinamento dos funcionários para que eles consigam identificar os primeiros sinais de umidade, água e insetos nas áreas de guarda, bem como protocolos para consulta dos livros, a fim de evitar as ações de vandalismo nos documentos.

No entanto, sobre a abordagem da necessidade anteriormente citada, alerta-se neste trabalho sobre a importância de os gestores paroquiais darem sequência nas políticas que foram implantadas por outros gestores, pois a troca de padres na gestão das instituições religiosas não pode interferir nas ações e nos projetos, bem como não devem ser interrompidas, para que a conservação tenha continuidade.

Assim, esta pesquisa objetivou contribuir com a conservação dos arquivos paroquiais, ressaltando-se a importância de maior consciência sobre os documentos históricos e a necessidade de cuidados com a preservação dessas fontes eclesiais, apresentando um panorama do estado de conservação dos livros e documentos com seus principais danos. Procurou-se demonstrar os principais agentes de degradação e deterioração dos documentos, apresentando os fatores relacionados aos constituintes desses documentos tanto do papel quanto da encadernação. Alertou-se sobre os principais agentes de deterioração que contribuem para os documentos chegarem ao ruim estado de conservação se ações apropriadas não forem tomadas.

Apresentaram-se as áreas existentes para a preservação dos documentos, evidenciando a conservação preventiva para as instituições religiosas adotarem os cuidados devidos em seus acervos. Destacaram-se as principais justificativas para a escolha dessa área, que envolvem as ações indiretas sobre o bem que não apresentam custos onerosos, como as ações relacionadas às manutenções e inspeções planejadas e que podem ser feitas pelos gestores paroquiais para evitar o aparecimento dos problemas. Além disso, essas ações apresentam vantagens de não dependerem de autorizações de órgãos externos para serem realizadas, posto que não vão interferir na estrutura da edificação nem dos objetos, pois são ações preventivas os serviços de limpeza de calhas, fixação e vedação de rufos, remoção de vegetação que cresce na cobertura, remoção de ninhos de passarinhos que acabam obstruindo a vazão de água, verificação de telhas quebradas ou mal encaixadas ou mal dimensionadas, entre outras.

Por fim, é preciso conscientizar os responsáveis e agir diante de tudo que foi apresentado nesta pesquisa, pois se percebe certa urgência na divulgação das informações relacionadas à preservação documental. Disseminar o conhecimento pode resultar em melhor conservação dos acervos documentais e amenizar o estado de conservação encontrado nos acervos paroquiais. Dividir o conhecimento sobre os materiais adequados e como orientar sobre os principais cuidados devem ser vistos como compromissos dos profissionais da conservação e dos conservadores-restauradores. E, para sanar os problemas que levam à má conservação, os gestores devem fazer uso desse conhecimento.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Rhulio Rood Neves de. “Instrumentos de preservação dos bens culturais religiosos utilizados pela Arquidiocese de Belo Horizonte”. **Revista Dossiê: Gestão, Educação e Patrimônio Cultural**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, 2014.

ALMADA, Márcia. **Livros manuscritos iluminados na Era Moderna: compromissos de irmandades mineiras, século XVIII**. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) – UFMG, Belo Horizonte, 2006.

ALMADA, Márcia. **Das artes da pena e do pincel: caligrafia e pintura em manuscritos no século XVIII**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

ANDRADE, Gessonia Leite de. A corrosão do suporte celulósico pela tinta ferrogálica. In: CONGRESSO DA ABRACOR, 10., 2000, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Abracor, 2000.

BARRETO, Juliana; MILET, Vera. **Conservar: Olinda boas práticas no casario**. Olinda, PE: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada – CECI, 2010.

BARROS, Willi; ROSADO, Alessandra (org.). **Ciências do patrimônio: horizontes transdisciplinares**. Belo Horizonte: Secretária de Estado de Cultura de Minas Gerais, Arquivo público Mineiro, 2015.

BECK, Ingrid. **Manual de Diagnóstico de Conservação para Acervos Arquivísticos e Bibliográficos**. Brasília: Ibram, 2014. v. 1.

BECK, Ingrid. **Guia para Elaboração de Políticas de Preservação para Acervos Arquivísticos e Bibliográficos**. Brasília: Ibram, 2014. v. 2.

BECK, Ingrid. **Manual de Higienização e Controle de Pragas em Acervos Arquivísticos e Bibliográficos**. Brasília: Ibram, 2014. v. 3.

BERTO, João Paulo. **A preservação de bens culturais sacros: os museus de arte sacra e suas especificidades**. 2016. Tese (Doutorado) – Unicamp, Campinas, SP, 2016.

BOGEA, Kátia. Iphan 1937-2017. **Revista do Patrimônio**, n. 35, p. 8-10, 2017.

BOHRER, Alex. **O discurso da imagem: invenção, cópia e circularidade na arte**. Lisboa, 2020.

BOJANOSKI, Silvana de Fátima. **Terminologia em conservação de bens culturais em papel: produção de um glossário para profissionais em formação**. 2018. 292 f. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, 2018. Disponível em: [https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2018/04/tese\\_Silvana\\_F\\_Bojanoski.pdf](https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2018/04/tese_Silvana_F_Bojanoski.pdf). Acesso em: 22 jul. 2022.

BOJANOSKI, Silvana de Fátima; ALMADA, Márcia. **Glossário ilustrado de conservação e restauração de obras em papel: danos e tratamentos**. Português, espanhol, inglês, grego. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021.

BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais**. São Paulo: Ática, 1986.

BOSCHI, Caio. **“Como os filhos de Israel no deserto”? (ou: a expulsão de eclesiásticos em Minas Gerais na 1ª metade do século XVIII)**. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572b4c814d088e15d9334c55/14>. Acesso em: 4 dez. 2023.

BRADLEY, Susan M. Os objetos têm vida finita? In: MENDES, Marylka; SILVEIRA, Luciana da; BEVILAQUA, Fátima; BAPTISTA, Antônio Carlos Nunes (org.). **Conservação: conceitos e práticas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001. p. 32.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 4 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 25**, de 30 de novembro de 1937. Lei do Patrimônio Cultural. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm#:~:text=E%20ART%C3%8DSTICO%20NACIONAL-,Art.,ou%20etnogr%C3%A1fico%2C%20bibliogr%C3%A1fico%20ou%20art%C3%ADstico](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm#:~:text=E%20ART%C3%8DSTICO%20NACIONAL-,Art.,ou%20etnogr%C3%A1fico%2C%20bibliogr%C3%A1fico%20ou%20art%C3%ADstico). Acesso em: 4 dez. 2023.

CALABRE, Lia. Iphan 1937 – 2017. **Revista do Patrimônio**, n. 35, p. 33, 2017.

CALDEIRA, Cleide Cristina. Conservação preventiva: histórico. **Revista CPC**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 91-102, nov. 2005/abr. 2006.

CALLOL, Milagros Vaillant. **Biodeterioração do patrimônio histórico e documental: alternativas para eliminação e controle**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins/Fundação Casa Rui Barbosa, 2013.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. **Cultura barroca e manifestações do rococó nas Gerais**. Ouro Preto, MG: FAOP/BID, 1998.

CARREIRA, Maria de São Luiz da. **Marcas de água: Arquivo Histórico Parlamentar – Monarquia Constitucional 1821-1910**. 2012. 601 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Documentação e Informação Arquivística) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012.

CARTA CIRCULAR. **Sobre a necessidade e urgência da inventariação e catalogação dos bens culturais da igreja**. Cidade do Vaticano, 8 de dezembro de 1999.

CARTA Pastoral do Episcopado Mineiro ao clero e aos fiéis de suas dioceses sobre o **patrimônio artístico**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1926.

CARTILHA. **Gestão de Risco ao Patrimônio Musealizado Brasileiro**. Rio de Janeiro: IBRAM, 2013. p. 24.

CARVALHO, Claudia S. Rodrigues. Conservação preventiva de edifícios e sítios históricos: pesquisa e prática. **Revista CPC**, São Paulo, n. 18, p. 141-53, dez. 2014/abr. 2015.

CASSARES, Norma Cianflone; MOI, Cláudia. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado, 2000.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Capítulo IV: a consagração do monumento histórico. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.

CHUVA, Márcia. Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002. Iphan 1937-2017. **Revista do Patrimônio**, Brasília, n. 35, 2017.

CHUVA, Márcia. Iphan 1937 – 2017. **Revista do Patrimônio**, n. 35, p. 79, 2017.

CNBB. **Documento-base sobre arte sacra**. Brasília, 1971. (Comunicado Mensal, nº. 227).

COBRA, Maria José Távora. **Pequeno Dicionário de Conservação e Restauração de Livros e Documentos**. Brasília: Edições Cobra Pages, 2003.

CRADDOCK, Ana Brooke. Controle de temperatura e umidade em acervos pequenos. In: MENDES, Marylka; SILVEIRA, Luciana da; BEVILAQUA, Fátima; BAPTISTA, Antônio Carlos Nunes (org.). **Conservação: conceitos e práticas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001. p. 65.

CUEVAS, Ariadna Mendoza; CORREA, Maurin Jiménez; PORTAL, Anixa Quezada. Identificación de tintas metalogálicas em manuscritos históricos mediante análises no destructivo combinado de espectrometria fluorescenci de rayos x y ultravioleta-visible. **Revista Cubana de Química**, Cuba, Universidad de Oriente, Santiago de Cuba, v. XXI, n. 1, p. 38-45, 2009.

DAL CIN, Marcos Alberto. **O cotidiano em área de imigração alemã: análise dos livros de registro de ofícios eclesiásticos da localidade de Conventos/RS 1860 a 1903**. 2017. 135 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Caxias do Sul, Caxias, RS, 2017.

DANIEL, Vinod; PEARSON, Colin. Controle de pragas em museus: visão geral. In: MENDES, Marylka; SILVEIRA, Luciana da; BEVILAQUA, Fátima; BAPTISTA, Antônio Carlos Nunes (org.). **Conservação: conceitos e práticas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001. 211 p.

FARIA, Maria Isabel Ribeiro de; PERICÃO, Maria da Graça. **Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

FEBVRE, Lucien; MARTIN; Henri-Jean. **O aparecimento do livro**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.

FELIX, Márcio; COSTA, Jane. **Insetos bibliófagos: identificação, prevenção e controle**. Rio de Janeiro, 2018.

FIGUEIREDO JUNIOR, João Cura D’Ars de. **Química aplicada à conservação e restauração de bens culturais: uma introdução**. Belo Horizonte: São Jerônimo, 2012.

FREITAS, Maria Brak-Lamy Barjona de. **A arte do livro**: manual do dourador e decorador de livros. Lisboa: Editora Livraria Sá da Costa, 1941.

FREITAS, Maria Brak-Lamy Barjona. **A arte do livro**: manual do dourador e decorador de livros. Lisboa: Livraria Sá da Costa – Editora, 1941.

FRONER, Yac-Ara. **Memória e conservação**: a construção epistemológica da ciência da conservação. Disponível em: [http://www.casaruibarbosa.gov.br/interna.php?ID\\_S=23&ID\\_M=657v](http://www.casaruibarbosa.gov.br/interna.php?ID_S=23&ID_M=657v). Acesso em: 25 maio 2021.

FRONER, Yac-Ara; ROSADO, Alessandra. **Princípios históricos e filosóficos da conservação preventiva**. Belo Horizonte: LACICOR – EBA – UFMG, 2008.

FRONER, Yac-Ara; SOUZA, Luíz Antônio Cruz. **Preservação de bens patrimoniais**: conceitos e critérios. Belo Horizonte: LACICOR – EBA – UFMG, 2008.

GUIA DE GESTÃO DE RISCOS PARA O PATRIMÔNIO MUSEOLÓGICO. **Ibermuseus**, ICCROM, 2017.

GUÍA PARA LA ELABORACIÓN E IMPLANTACIÓN DE PLANES DE CONSERVACIÓN PREVENTIVA. **Catálogo de publicaciones del ministerio**. 2019. Disponível em: [www.culturaydeporte.gob.es](http://www.culturaydeporte.gob.es).

GURGEL, W. F. N. Processo de ensino na conservação e restauração do livro de compromisso, abordagem sobre o estado de conservação e sua preservação. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RS – História agora: ensinar, pesquisar, protagonizar, 16., 2022, Porto Alegre. **Anais eletrônicos [...]**. Porto Alegre: *online*, 2022. Disponível em: [www.eeh2022.anpuh-rs.org.br](http://www.eeh2022.anpuh-rs.org.br). Acesso em: 30 jan. 2023.

GURGEL, W. F. N. **Acervos documentais paroquiais**: preservação da memória e a conservação preventiva. Belém: Editora Cabana, 2023. (Coleção ANPUH Pará).

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. [trad. por Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza]. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

HERRÁEZ, Juan A. **Introducción a la conservación preventiva/Conservación preventiva en lugares de culto**: actas de las jornadas celebradas en el Instituto del Patrimonio Cultural de España. [S.l. : s.n.t.], 2009. p. 9. (Catálogo de publicaciones del Ministerio: [educacion.gob.es](http://educacion.gob.es). España).

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Cartilha**: gestão de risco ao patrimônio musealizado brasileiro. Rio de Janeiro: IBRAM, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Guia para conservação preventiva e manutenções permanentes dos museus** IBRAM – Parte 1 –Caracterização dos Museus Unidade 2 e 3. OEI, Ibram, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Guia para conservação preventiva e manutenções permanentes dos museus**. IBRAM – Parte 2 – Conservação preventiva e manutenção permanente. Rio de Janeiro: OEI, IBRAM, 2017.

IPHAN. **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro: COPEDOC, 2008.

IPHAN. **Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 28 nov. 2021.

JEAN, Georges. **A escrita: memória dos homens**. Trad. por Lídia da Costa Amaral. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

KING, Steve; PEARSON, Colin. Controle ambiental para instituições culturais: planejamento adequado e uso de tecnologias alternativas. In: MENDES, Marylka; SILVEIRA, Luciana da; BEVILAQUA, Fátima; BAPTISTA, Antônio Carlos Nunes (org.). **Conservação: conceitos e práticas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001. p. 41.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto História**, São Paulo, n. 17, nov. 1998. p. 63-201.

MACIEL, Rodríguez Ana; GONZÁLEZ, Elisa Díaz. **Formulación de tintas metaloácidas del siglo XVI**. [S.l. : s.n.t.]: Estudio de recetas; XXV Coloquio de Historia Canario-Americana, 2022; XXV-126, 2023. Disponível em: <https://revistas.grancanaria.com/index.php/chca/article/view/10963>.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. São Paulo: Ática, 2002.

MAYER, Ralph. **Manual do artista**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MCMUTRIE, Douglas C. **O livro: impressão e fabrico**. 2. ed. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 1965.

MENEZES, Ivo Porto de. **Visão geral dos documentos da igreja sobre os bens culturais da igreja**. Disponível em: <https://professorfariahistoria.blogspot.com/2011/01/visao-geral-dos-documentos-daigreja.html>. Acesso em: 20 jan. 2022.

MENEZES, Ivo Porto de. **Bens culturais da Igreja**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

MENESES, Ulpiano T.; Bezerra de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 34, p. 9-23, 1992.

MICHALSKI, Stefan. A decisão sobre iluminação. In: MENDES, Marylka; SILVEIRA, Luciana da; BEVILAQUA, Fátima; BAPTISTA, Antônio Carlos Nunes (org.). **Conservação: conceitos e práticas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001. 185 p.

MINISTERIO DE CULTURA Y DEPORTE. **Guía para la Elaboración e Implantación de Planes de Conservación Preventiva**. España: Secretaria General Técnica; Subdirección General de Atención al Ciudadano; Documentación y Publicaciones, 2019.

MIRANDA, Ana Carolina Neves. **Termos e conceitos para diagnósticos de documentos em suporte papel: glossário de materiais de suporte e processos de escrita e impressão.** [Recurso Eletrônico]/Ana Carolina Neves Miranda, Ozana Hannesh. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2019.

MONTANHEIRO, Fábio. O Livro de Compromisso entre os manuscritos confrariais: potencialidades para o trabalho filológico. **Revista Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, Universidade de São Paulo, n. 10-11, p. 121-48, 2008/2009.

MORRIS, William. **Sobre as artes do livro.** Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2020.

NAME, Leo; ZAMBUZI, Mabel. Notas inconclusivas sobre raça, arquitetura e colonialidade do patrimônio material e imaterial. Epistemologias do Sul: Pensamento Social e Político em/desde/para América Latina, Caribe, África e Ásia. **Dossiê: Giro decolonial, Parte 1: Artes visuais, arquiteturas e alteridades**, v. 3, n. 1, p. 118-40, 2019.

NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos; FILHO, Vagner Silva Ramos. **Afinal, O que é Patrimônio? Conceitos e suas trajetórias** – Curso Formação de Mediadores de Educação para Patrimônio. [S.l. : s.n.t.], 2020.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

NUNES, Margarida; CLARO, Ana; FERREIRA, Tereza. O que esconde a tinta ferrogálica usada em manuscritos portugueses dos séculos XVI e XVII?. **Fundação Portuguesa de Ciência e Tecnologia**. Portugal, 2017. (Projeto: PTDC/ART-HIS/32327/2017).

OLIVEIRA, Mario Mendonça. **A documentação como ferramenta de preservação da memória.** Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2008.

OMAR, Lúcia Laurentina; SANDEVILLE JR., Euler. Patrimônio cultural e memória social na Ilha de Moçambique. **Revista CPC**, São Paulo, n. 18, p. 4-28, dez. 2014/abr. 2015.

PAGLIONE, Camila Zanon. **Glossário Visual de Conservação:** um guia de danos comuns em papéis e livros. São Paulo: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, 2017.

PIRES, Maria do Carmo; BOHRER, Alex Fernandes. O contexto social da produção arquitetônica e artística nas Minas Gerais no século XVIII. **História Revista**, Goiânia, v. 26, n. 1, p. 284-304, jan./abr. 2021.

POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO E GESTÃO DE ACERVOS CULTURAIS DAS CIÊNCIAS E DA SAÚDE. **ANEXO I – PROGRAMAS DE PRESERVAÇÃO E GESTÃO.** Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 2017.

RODÉS, Leopold. Marcas d'água: suas origens e características. **Revista Ensaios Históricas**, 1995. p. 16.

RODRIGUES, Marcia Carvalho. Patrimônio Documental Nacional: conceitos e definições. **Revista Digital de Biblioteconomia de Ciência da Informação**, v. 14, p. 110-25, 2016.

SANTOS, Maria José Ferreira dos. Marcas de água e história do papel. **Cultura** [Online], v. 33, 2014. Posto *online* no dia 23 março de 2016. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cultura/2334>; DOI: 10.4000/cultura.2334. Acesso em: 1º maio 2019.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. “Nasce a academia SPHAN”. **Revista do IPHAN**, n. 24, p. 77-95, 1996.

SCOTT, Graeme. Formação de mofo em ambientes tropicais: discussão. In: MENDES, Marylka; SILVEIRA, Luciana da; BEVILAQUA, Fátima; BAPTISTA, Antônio Carlos Nunes (org.). **Conservação: conceitos e práticas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001. p. 261.

SERIPIERRI, Dione. **Manual de conservação preventiva de documentos: papel e filme**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SILVA, Fernanda dos Santos. Oficina Plantiniana: a revolução nas artes gráficas e no imaginário coletivo ocidental. **Revista Brasileira de História da Arte**, IFMG, Brasil, v. 2, n. 2, 2016.

SILVA, Uthant Saturnino; LAUREANO, Carlos da Silva; OLIVEIRA, Bernardina M. J. Freire de. **Patrimônio, informação e memória: tríade para construção e fortalecimento identitário**. João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural em núcleos urbanos: de conflito a solução**. 2000. 122 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

SIMAS, Joana Maria Souza. **Patrimônio religioso e museus eclesiásticos: uma proposta para a Igreja Matriz da Santa Cruz**. 2018. 802 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio, Museologia e Desenvolvimento) – Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 2018.

SOARES, Pedro de Brito; SOUZA, Luiz Antônio Cruz; CAMARGOS, Virginia Assis. Agentes biológicos em arquivos e bibliotecas: insetos xilófagos e bibliófagos. **Revista Brasileira de Arqueometria – Restauração e Conservação**, v. 1, n. 2, p. 72-75, 2007.

SOUZA, Luís Antônio, FRONER, Yac-Ara. **Tópicos em Conservação Preventiva 4: reconhecimento de materiais que compõem acervos**. Belo Horizonte: LACICOR – EBA – UFMG, 2008.

SOUZA, Luís Antônio Cruz; ROSADO, Alessandra; FRONER, Yacy-Ara. **Roteiro de avaliação e diagnóstico de conservação preventiva**. Belo Horizonte: LACICOR – EBA – UFMG, 2008.

SPINELLI, Jayme; PEDERSOLI, José Luiz. **Biblioteca Nacional: plano de gerenciamento de riscos, salvaguarda & emergência**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011.

SPINELLI JUNIOR, Jayme. Patrimônio cultural: preservação, salvaguarda e conservação de bens culturais. **Revista BBM**, São Paulo, n. 2, p. 108-19 jan./jun. 2020.

TEIJELER, René. **Conservação preventiva da herança documental em climas tropicais: uma bibliografia anotada.** Lisboa: BN, 2007.

TEIXEIRA, Lia Canola; GHIZONI, Vanilde Rohling. **Conservação preventiva de acervos.** Florianópolis: FCC, 2012.

TERMINOLOGIA RESTAURO. Resolução aprovada pelos membros do -CC durante o 15.º Encontro Trienal, Nova Dehli, 22-26 de setembro de 2008. **Revista Conservar Património**, Portugal Lisboa, Portugal: Associação Profissional de Conservadores Restauradores, n. 6, p. 55-6, 2007.

TINOCO, Jorge Eduardo Lucena; OLIVEIRA, Thalita R. dos S. **A conservação das edificações de valor cultural: gestão de manutenção.** Olinda, PE: Ed. Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2018.

VAILLANT CALLOL, Milagros. **Biodeterioração do patrimônio histórico documental: alternativas para sua erradicação e controle = Biodeterioro del patrimonio histórico documental: alternativas para su erradicación y control.** Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins; Fundação Casa de Rui Barbosa, 2013.

VILLALTA, L. C. Os clérigos e os livros nas Minas Gerais da segunda metade do século XVIII. **Acervo**, v. 8, n. 1-2, p. 19-29, 2012. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/234>. Acesso em: 14 set. 2023.

ZANIRATO, Silvia Helena. Experiências de preservação de riscos ao patrimônio cultural da humanidade. **Revista Ambiente & Sociedade**, Campinas, SP, v. 13, n. 1, 2010.

## **ANEXOS**

## ANEXO A – FOLHA DE AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA NA FUNDAÇÃO DE ARTE DE OURO PRETO

Processo: 2170.01.0000056/2022-03 Documento: 67549381



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
FUNDAÇÃO DE ARTE DE OURO PRETO  
Secretaria Núcleo de Conservação e Restauração

Ouro Preto, 12 de junho de 2023.

### TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO PARA USO, GUARDA E DIVULGAÇÃO DE DADOS E ARQUIVOS DE PESQUISA FUNDAÇÃO DE ARTE DE OURO PRETO

Título do Projeto: **ACERVOS EM AGONIA: CONSERVAÇÃO PREVENTIVA EM ACERVOS PAROQUIAIS E A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA.**

Nome completo do solicitante/pesquisador responsável ou participante: **Williene Fátima Nascimento Gurgel**

RG: M-8.897.529

CPF: 001.255.416-27

Endereço: Rua Ana Maria Teixeira, 576, Condomínio Garden Ville, casa 32, Bairro Cardoso - Itabirito/MG.

Descrição dos Documentos e arquivos a serem pesquisados: consultar os relatórios de restauração dos livros pertencentes as Igrejas mineiras que encontram impressos na biblioteca e os relatórios que se encontram em arquivos digitais.

O solicitante/pesquisador responsável ou participante, retro qualificado, se declara ciente e de acordo:

- a) de todos os termos do presente instrumento, assumindo toda e qualquer responsabilidade por quaisquer condutas, ações ou omissões que importem na inobservação do presente e consequente violação de quaisquer das cláusulas abaixo descritas bem como por outras normas previstas em lei, aqui não especificadas, respondendo de forma ilimitada, irretroatável, irrevogável e absoluta perante a fornecedora dos dados e arquivos em eventuais ações regressivas, bem como perante terceiros eventualmente prejudicados por sua não observação.
- b) de que os dados e arquivos a ele fornecidos deverão ser usados, guardados e preservados em sigilo e que eventual divulgação dos dados deverá ser feita em estrita observação aos princípios éticos de pesquisa, resguardando-se ainda aos termos da Constituição Federal de 1988, especialmente no tocante ao direito à intimidade e a privacidade dos consultados, sejam eles pacientes ou não.
- c) de que as informações constantes nos dados ou arquivos a ela disponibilizados deverão ser utilizados apenas e tão somente para a execução e pesquisa do projeto acima descrito, sendo vedado o uso em outro projeto, seja a que título for, salvo expressa autorização em contrário do responsável devidamente habilitado do setor.
- d) de que eventuais informações a serem divulgadas, serão única e exclusivamente para fins de pesquisa científica, sendo vedado uso das informações para publicação em quaisquer meios de comunicação de massa que guardem compromisso ou relação científica, tais como televisão, jornais, periódicos e revistas, entre outros aqui não especificados.

Williene Fátima Nascimento Gurgel  
Pesquisadora

Ana Paula Mendes  
Coordenadora do Núcleo de Conservação e Restauração  
Escola de Arte Rodrigo Melo Franco de Andrade | EARMFA  
Fundação de Arte de Ouro Preto | FAOP

Gabriela Lopes de Moura Rangel  
Diretora da Escola de Arte Rodrigo Melo Franco de Andrade | EARMFA  
Fundação de Arte de Ouro Preto | FAOP



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Lopes de Moura Rangel**, Diretora da Escola de Arte Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 12/06/2023, às 15:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Mendes**, Coordenadora Núcleo de Conservação e Restauração, em 12/06/2023, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Williene Nascimento registrado(a) civilmente como WILLIENE FATIMA NASCIMENTO GURGEL**, Usuário Externo, em 14/06/2023, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 67549381 e o código CRC B53A086A.

## ANEXO B – FOLHA DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGENS DA PESQUISA NO ARQUIVO HISTÓRICO ARQUIDIOCESANO



**MITRA ARQUIDIOCESANA DE DIAMANTINA**

### TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO E REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS

Nome: Williene Fátima Nascimento Gurgel  
E-mail: [williene.gurgel@ufv.br](mailto:williene.gurgel@ufv.br)  
Telefone: (31) 8528 6113

**FINALIDADE DA REPRODUÇÃO E USO DE IMAGENS:** Para uso em dissertação de mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da discente Williene Fátima Nascimento Gurgel, da Universidade Federal de Viçosa intitulado como “ACERVOS EM AGONIA: CONSERVAÇÃO PREVENTIVA EM ACERVOS PAROQUIAIS E A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA”

**DESCRIÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO A SER REPRODUZIDA:** Livro *Estatuto 1856 da Ordem* de São Francisco de Diamantina; Espaço Físico do Arquivo

**Declara estar ciente de que:**

- 1- As reproduções citadas neste Termo, devidamente autorizadas pelo senhor Arcebispo Metropolitano de Diamantina, Dom Darci José Nicioli, serão utilizadas unicamente para a finalidade descrita acima;
- 2- É obrigatório, na divulgação das reproduções, mencionar que os respectivos originais pertencem ao Arquivo Histórico Arquidiocesano de Diamantina (créditos);
- 3- A utilização das reproduções se dará com a estrita observância da **Lei Federal nº9.610/98** (Lei de Direito Autoral);
- 4- Os documentos em domínio privado, cuja titularidade do direito autoral patrimonial pertença a Mitra Arquidiocesana de Diamantina – Arquivo Histórico Arquidiocesano, são autorizados a serem utilizados no projeto e finalidade especificados neste Termo. Entretanto, esta autorização não é transferível a terceiros;
- 5- É obrigatório informar ao Arquivo Histórico Arquidiocesano de Diamantina a utilização destas mesmas reproduções em outro projeto;
- 6- Em caso de haver necessidade de uma nova utilização destas mesmas reproduções em outro projeto, ensejará outra solicitação e o estabelecimento de um novo Termo de Responsabilidade;
- 7- O responsável expresso neste Termo, pela utilização dos documentos terá inteira e exclusiva responsabilidade, no âmbito civil e penal, a qualquer tempo, sobre os danos materiais ou morais que possam advir do uso das reproduções fornecidas, bem como o uso das informações nelas contidas, eximindo, consequentemente, de qualquer responsabilidade, a Mitra Arquidiocesana de Diamantina. Fica desde já estabelecido o Foro da Comarca de Diamantina para dirimir quaisquer dúvidas;
- 8- Há obrigatoriedade de fornecimento de 1 (uma) cópia – exemplar – do material produzido ao Arquivo Histórico Arquidiocesano de Diamantina.

Diamantina, 26 de abril de 2023.

De acordo:

Assinatura:

Rua Jogo da Bola, 173, Centro, Diamantina/MG, Caixa Postal 49  
Fone/Fax (38) 3531 1094 – [arquivo@arquidiamentina.org.br](mailto:arquivo@arquidiamentina.org.br)  
[www.arquidiamentina.org.br](http://www.arquidiamentina.org.br) - CNPJ 20.078.531/0001-04

## ANEXO C – ENTREVISTA

Entrevista com a funcionária do Arquivo Histórico de Diamantina:

**Roteir** **Acervo paroquial**

Nome: \_\_\_\_\_

Função: Assistente administrativo

Igreja: Mira Arquidiocesana

Município: Diamantina CEP: 39100000 N° do Formulário: \_\_\_\_\_

Endereço: Rua Jogo da Bola 173 Centro

Documentos: C.I.: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Horário: Início \_\_\_\_\_ Término \_\_\_\_\_ Tempo de gravação: \_\_\_\_\_

1) O que o senhor entende por acervo documental? O senhor tem acervo documental na paróquia? Sabe se existe alguma política e ou planejamento específico na manutenção do acervo documental?

*Acervo documental é um conjunto de obras documentais, fotografias e outros que se relacionam com um fim específico. Existe um acervo documental no arquivo e há empenho e muito trabalho envolvido na conservação/manutenção desses documentos, embora haja escassez de recursos.*

2) A paróquia tem algum auxílio para a manutenção desse acervo? Se sim de onde? Se não como conseguiu fazer a manutenção do acervo documental?

*Aqui, na mitra, não há recursos específicos voltados para a manutenção do acervo. A Arquidiocese atua com as despesas com funcionários. A única receita vem através de pequenas taxas cobradas para realização de pesquisas e emissão de certidões. Quanto às paróquias eu não saberia informar.*

3) Como estava o acervo quando chegou na paróquia? Você sabe se já existiu ou existe alguma ação para conservação dos livros e documentos da sua igreja? Se sim, quais são? Ou quais eram?

*Quando cheguei havia sido iniciado um processo de identificação e catalogação dos documentos. Além de higienização e armazenamento em caixas específicas que ajudam a minimizar os danos causados a estes documentos por diversos fatores. Esse trabalho continua sendo realizado pois se trata de um acervo grande, além de recebermos documentos vindos das paróquias para que aqui permaneçam.*

4) Existe problemas na paróquia na conservação desse acervo? Na sua opinião, quais são as maiores dificuldades na conservação do acervo documental? Quais os principais desafios?

*Hoje um dos nossos maiores desafios é a questão do espaço físico, há apenas uma sala para armazenamento, higienização e pesquisa, ter essa separação seria importante para dar melhor andamento aos trabalhos. Outro ponto importante, e nesse sentido acredito que esteja ligado a uma questão cultural, é a falta de envolvimento de mais sacerdotes nas questões que se relacionam com acervos históricos.*

5) Entre os desafios, já teve algum momento que precisou privilegiar um bem em detrimento de outro? Se sim, qual foi? Já precisou escolher entre a conservação da imaginária ou do acervo documental? Qual foi a sua escolha e porquê?

*Não houve esta situação.*

6) Qual a importância dos livros e documentos da igreja para o senhor? O senhor sabe que alguns livros presentes no acervo documental são livros únicos e raros?

*Além da importância histórica há a responsabilidade social. Muitas pessoas, para resolver diversos assuntos da sua vida pessoal bora ou outra buscam seus registros nesses livros que estão sob custódia da igreja. Conservá-los é possibilitar que elas tenham oportunidade de resolver diversos conflitos no decorrer da vida.*

7) O senhor já recebeu alguma orientação de algum órgão do patrimônio sobre como fazer a

manutenção do acervo documental? Alguém já demonstrou interesse em ajudar a paróquia na manutenção do acervo documental?

Já houve manifestação de algumas pessoas que disponibilizaram a nos ajudar, mas de modo geral elas se dispersam e não há continuidade nos trabalhos.

8) O senhor já ouviu falar em conservação preventiva?

Sim, já.

9) Ao longo da sua experiência como pároco, o senhor acha que o curto período de mandato dos párocos na igreja pode influenciar negativamente a sequência de ações de manutenção do acervo?

Não acredito que seja um fator relevante. O trabalho poderia ser realizado independente do tempo de permanência do pároco.

10) Existe demanda, procura para realizar pesquisas nos livros da sua igreja? Se sim, quem usa os livros presentes no acervo? Estudantes? Comunidade? Pesquisadores? Só os párocos?

Existem sim. Público em geral. Sacerdotes, pesquisadores, estudantes, comunidade.

11) Quem cuida do acervo? O senhor tem funcionários capacitados para fazer a manutenção do acervo?

Nesta Arquidiocese, eu sou a responsável pelo trabalho realizado no Arquivo Histórico, mas não tenho formação na área. Quando comeci fiz por iniciativa própria alguns cursos para me aprofundar melhor sobre os trabalhos, mas nos paróquias, esse serviço fica a cargo dos secretários paroquiais.

12) Na sua opinião, como o senhor vê atualmente o estado de conservação do acervo documental presente na sua igreja?

Carente de atenção e cuidados. Muitos documentos em estado já avançado de deterioração, infestados por insetos, armazenados de maneira incorreta.

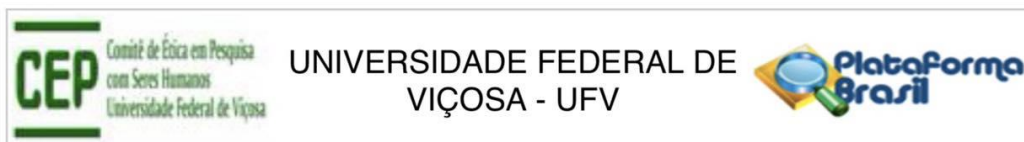
13) O senhor gostaria de adotar uma política preventiva e desenvolver um plano para manutenção do acervo documental presente na sua igreja?

Sim com certeza.

14) O senhor gostaria que sua equipe fizesse um curso ou recebesse treinamento, orientações e recomendações sobre os principais cuidados com o acervo documental para evitar a perda desses livros?

Sim, gostaria.

## ANEXO D – PARECER DO CEP



## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

## DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** ACERVOS EM AGONIA: CONSERVAÇÃO PREVENTIVA EM ACERVOS PAROQUIAIS E A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA

**Pesquisador:** Angelo Adriano Faria de Assis

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 64363022.6.0000.5153

**Instituição Proponente:** Departamento de História

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

## DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.818.038

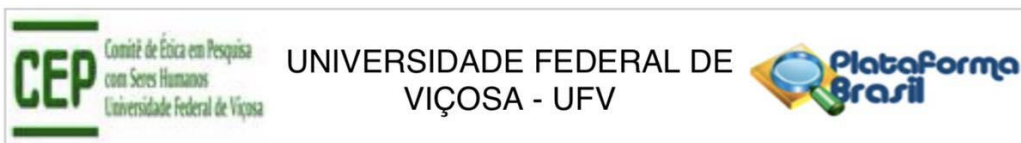
## Apresentação do Projeto:

O presente protocolo foi enquadrado como pertencente à Área Temática: Ciências Humanas

As informações elencadas nos campos “Apresentação do Projeto”, “Objetivo da Pesquisa” e “Avaliação dos Riscos e Benefícios” foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO\_ 2036494) e/ou do Projeto Detalhado:

1. RESUMO: O atual estado de conservação de alguns acervos eclesiásticos que apresentam registros sobre a formação das sociedades e de diversos grupos sociais é uma das preocupações que levaram a atual proposta de pesquisa. A escolha dos acervos paróquias também é em função da atual situação de conservação dos arquivos paróquiais com acervos inventariados e tombados, que se encontram em processos de degradação. Sabe-se que, no início do desenvolvimento dos povoados mineiros a religião era fervorosa e os povoadores que chegavam em Minas Gerais, segundo Adalgisa Arantes Campos (1997), traziam consigo um santo devocional dentro de um oratório, e ao chegarem aos arraiais construía uma ermida ou capela para abrigar o seu santo de devoção, surgindo então as construções dos templos religiosos. Entre elas, as irmandades, associações responsáveis pelas construções de muitos templos religiosos do período colonial. E é dentro desse contexto, que começam a surgir os livros que se encontram atualmente nos acervos paróquiais. As irmandades neste período eram organizadas e prestavam contas de todo o trabalho realizado, para isso os membros dessas irmandades realizavam o registro das atividades em livros

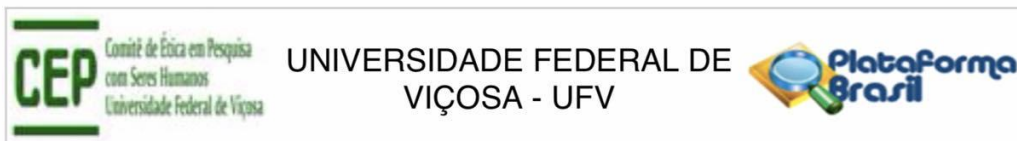
**Endereço:** Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes  
**Bairro:** Campus Universitário **CEP:** 36.570-977  
**UF:** MG **Município:** VICOSA  
**Telefone:** (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 5.818.038

de compromissos, que eram manuscritos por escrivães, membros dessas irmandades. Esses livros apresentam caráter religioso e jurídico. Além dos livros manuscritos do período colonial, encontram-se guardados nos acervos paroquiais, diversos livros litúrgicos, que foram utilizados naquele período com a função de catequese que também apresentam valor histórico e que em sua maioria vieram de tipografias de grande relevância. A formação dos acervos paroquiais se constituiu pela guarda desses livros por mais de trezentos anos. Dentro desse contexto o objetivo dessa proposta de pesquisa visa identificar os motivos pelos quais os acervos documentais das igrejas estão se deteriorando e desenvolver um debate crítico sobre a importância da conservação preventiva como uma ferramenta eficaz e econômica para a preservação. Visto que, a conservação desses livros contribui para investigação do passado, sobre a história de vida de uma população, dos diversos grupos sociais, da sociedade católica e outras culturas. Além disso, a preservação dos arquivos está relacionada a necessidade de salvaguardar a memória, instrumento de extrema importância para o historiador, para pesquisadores acadêmicos de diversas áreas científicas, e para nós consulentes, pesquisar sobre nossos antepassados. Observa-se que existem vários problemas referentes a preservação desses importantes acervos, muitos danos estão relacionados à falta de cuidados básicos na manutenção dos mesmos. Nesse sentido, torna-se primordial que exista mais ações de conscientização sobre a importância da conservação preventiva, que está relacionada as atividades que visam evitar ou minimizar a deterioração desses livros. Busca-se através desta pesquisa realizar visitas em acervos paroquiais em cidades diferentes para fazer uma avaliação diagnóstica da estrutura física, do ambiente onde os livros encontram-se armazenados e acondicionados, bem como avaliar o estado de conservação e os principais danos nos livros causados pela má conservação. Pretende-se através de entrevistas semiestruturadas conhecer as dificuldades dos responsáveis pelos acervos em preservá-los e desenvolver um documento de forma a promover a preservação por meio da conservação preventiva. Apresentando como produto final, um guia prático com recomendações básicas de conservação preventiva para reduzir a probabilidade de deterioração dos livros e sua perda. Diante do exposto, a presente proposta tem como tema a preservação de acervos documentais através da conservação preventiva. A escolha do tema se deu, por acreditar que a conservação preventiva é o meio eficaz e econômico para a conservação dos acervos paroquiais. São diversos os fatores e agentes de deterioração que contribuem para a degradação dos acervos sobre o suporte papel, sendo necessárias ações e estratégias de conservação preventiva para contribuir com sua preservação. Nos meus 18 anos de experiência enquanto profissional da área de conservação e restauração, pude observar que os principais danos identificados nos livros estão relacionados a falta de cuidados básicos com os

**Endereço:** Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes  
**Bairro:** Campus Universitário **CEP:** 36.570-977  
**UF:** MG **Município:** VICOSA  
**Telefone:** (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br

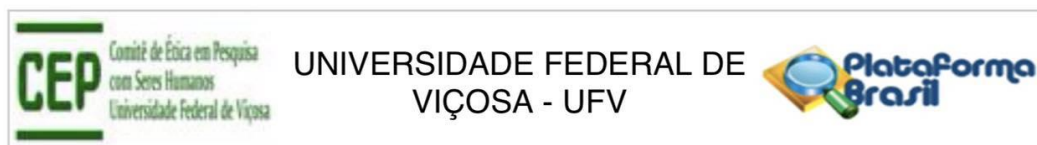


Continuação do Parecer: 5.818.038

mesmos e na manutenção das áreas de guarda, relacionados a causas extrínseca. Sendo a falta de conhecimento e informação sobre os cuidados básicos com o acervo preocupante e que precisa ser investigada.

2. METODOLOGIA: Esta pesquisa se enquadra na categoria dos estudos exploratórios, e para sua realização será realizada a pesquisa bibliográfica e o estudo de campo que faz parte do método de pesquisa de natureza qualitativa, no qual esta pesquisa terá o ambiente dos acervos paroquiais como fonte direta de dados. Dessa forma, dividiu-se o desenvolvimento da pesquisa em três etapas para obtenção dos resultados almejados: Etapa 1 – Estudo de campo; Etapa 2 – Escrita do capítulo sobre os acervos visitados e Etapa 3 – Elaboração da dissertação. ETAPA 1 – Estudo de campo. Para o desenvolvimento da pesquisa, pretende-se, na primeira etapa, realizar o estudo de campo, necessário para conhecer os arquivos e realizar a avaliação sobre o atual estado de conservação dos acervos, além de ser uma etapa fundamental para se ter mais familiaridade com o problema apresentado. Segundo Antônio Carlos Gil (2008), o estudo de campo tende a utilizar muito mais técnicas de observação do que de interrogação, esta é uma técnica utilizada na análise diagnóstica dos bens dentro da conservação preventiva, em que o foco para verificação dos problemas e danos no acervo é através da observação. No entanto, dentro do estudo de campo para melhor aprofundamento, serão realizados estudos de casos múltiplos, nos quais pretende-se analisar três acervos distintos. De acordo com Yin (2001), o estudo de casos múltiplos tem provas mais convincentes, sendo visto como mais robusto, o que vai possibilitar um melhor resultado na elaboração das recomendações de conservação preventiva. A análise através dos estudos de caso múltiplos permitirá identificar vários aspectos referentes aos problemas observados sobre o estado de conservação dos acervos documentais em níveis diferentes, visto que as estruturas organizacionais são específicas de cada local. Contudo, para o diagnóstico serão observados os possíveis problemas relacionados as condições do ambiente físico baseado nos 10 principais agentes de deterioração causadores de danos ao acervo citados por Jayme Spinelli Júnior e Pedersoli no livro “Biblioteca Nacional: plano de gerenciamento de riscos salvaguarda e emergência” e da cartilha sobre “Gestão de riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro” do IBRAM. Será observado na área de guarda: o tipo de mobiliário utilizado, presença de umidade, tipo de iluminação artificial e natural, presença dos agentes biológicos, higienização do local e a segurança do acervo. Ainda nesta etapa será possível identificar o atual estado de conservação dos livros e os seus principais danos, processo em que serão realizadas anotações e registros fotográficos. Após essa etapa, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com os administradores paroquiais ou responsáveis pelos acervos. Essa técnica permitirá a coleta de

**Endereço:** Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes  
**Bairro:** Campus Universitário **CEP:** 36.570-977  
**UF:** MG **Município:** VICOSA  
**Telefone:** (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 5.818.038

dados e segundo Uwe Flick (2013), o método de pesquisa através da entrevista é mais aberto, permitindo ao pesquisador realizar perguntas variadas em sua sequência e os entrevistados podem usar suas palavras e decidir a que querem referir em suas respostas, resultando em dados mais claros. Além disso, ainda segundo o autor, nas entrevistas semiestruturadas os entrevistadores não ficam presos à formulação inicial das perguntas, podendo ocorrer durante o processo um diálogo entre o entrevistador e o entrevistado. Este método poderá contribuir para identificar os motivos pelos quais os acervos documentais das igrejas estão se deteriorando, e possibilitar identificar as dificuldades dos responsáveis pelos acervos em preservá-los.

ETAPA 2 – Escrita do capítulo sobre os acervos visitados. Na segunda etapa, pretende-se realizar a escrita do capítulo sobre o atual estado de conservação dos acervos, apresentando os resultados alcançados na observação in loco do estudo de campo. Pretende-se apresentar a análise da observação de cada acervo elaborando-se uma ficha diagnóstica ou tabela referente aos dados obtidos identificando-os como estudos de caso A, B e C.

### 3. HIPÓTESES:

- Falta de gestão e políticas de preservação (ações preventivas);
- Os arquivos paroquiais não têm funcionários capacitados para realizar a conservação do acervo (falta de treinamentos);
- Falta conhecimento dos administradores paroquiais sobre a importância do acervo e as condições corretas de acondicionamento e armazenamento;
- Os arquivos paroquiais não possuem verba suficiente para sua manutenção;
- A mudança dos administradores dentro do período estipulado de dois anos não contribui para a sequência das ações de conservação dos acervos.

4. CRITÉRIOS DE INCLUSÃO/EXCLUSÃO: Os pesquisadores apontam que serão realizadas 10 entrevistas com auxílio de roteiro semiestruturado. Considerando os critérios de inclusão dos participantes, os pesquisadores apontam que serão entrevistados somente os responsáveis diretos pelos acervos documentais presentes nas igrejas, pois estes são as pessoas que conseguirão responder as perguntas da entrevista por terem conhecimento direto sobre o acervo documental. Neste caso, serão entrevistados os párocos que são os responsáveis direto pela igreja e os funcionários responsáveis pela manutenção do acervo paroquial documental

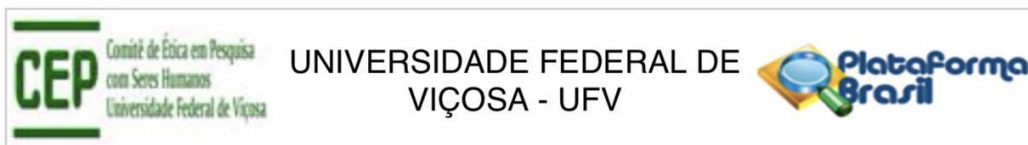
### Objetivo da Pesquisa:

De acordo com os pesquisadores, os objetivos são assim definidos:

Objetivo primário:

Identificar os motivos pelos quais os acervos documentais das igrejas estão se deteriorando e

**Endereço:** Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes  
**Bairro:** Campus Universitário **CEP:** 36.570-977  
**UF:** MG **Município:** VICOSA  
**Telefone:** (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 5.818.038

desenvolver um debate crítico sobre a importância da conservação preventiva como uma ferramenta eficaz e econômica para a preservação.

Objetivos Secundários:

Realizar visita técnica em três acervos paroquiais em cidades diferentes para fazer a avaliação diagnóstica;

Identificar o atual estado de conservação dos acervos visitados;

Avaliar o estado de conservação e os principais danos nos livros;

Identificar os principais agentes de deterioração nos acervos, com base no “Plano de gerenciamento de riscos salvaguarda & emergência” de Spinelli Júnior e Pedersoli, e da cartilha “Gestão de riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro”;

Conhecer a estrutura física em que os acervos estão armazenados, observando os possíveis problemas presente no ambiente;

Conhecer as dificuldades dos responsáveis pelos acervos em preservá-los;

Desenvolver um documento de forma a promover a preservação por meio da conservação preventiva;

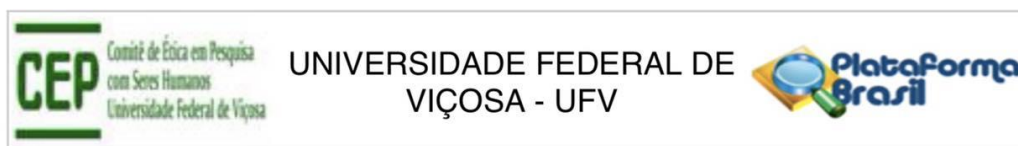
Desenvolver, como produto final, um guia prático com recomendações básicas de conservação preventiva para reduzir a probabilidade de deterioração dos livros e sua perda.

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

**Riscos:** Tendo em vista a natureza qualitativa do estudo, não há riscos iminentes à integridade física dos participantes. Os riscos envolvidos na pesquisa consistem no fato de que as perguntas podem causar algum desconforto ou forte emoção, cansaço ao responder às perguntas, vergonha, medo, estresse, etc. Para minimizar estes riscos, o presente pesquisador se propõe a criar um ambiente confortável e seguro para realização das entrevistas, transmitindo confiança de que haverá o tempo todo possibilidade para interrupção da entrevista. Se as perguntas da entrevista causarem algum desconforto, o(a) participante não será obrigado a responder.

**Benefícios:** Destaca-se que, não são previstos benefícios individuais aos voluntários que participarem da pesquisa. Os benefícios dessa pesquisa serão estendidos a toda comunidade que receberá, ao fim do estudo, uma pesquisa inédita trazendo uma ampla análise sobre a conservação preventiva como meio eficaz e econômica para a preservação dos acervos documentais paroquiais, além de um e-book com recomendações e orientações de conservação preventiva para ajudar os párocos e funcionários responsáveis pelo acervo documental na

**Endereço:** Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes  
**Bairro:** Campus Universitário **CEP:** 36.570-977  
**UF:** MG **Município:** VICOSA  
**Telefone:** (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 5.818.038

manutenção dos livros e documentos.

**AVALIAÇÃO:** Os pesquisadores apresentam no formulário online da Plataforma Brasil os riscos para os participantes de forma clara e indicaram as ações que serão tomadas para reduzir os riscos elencados.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Os pesquisadores propõem a realização de uma pesquisa qualitativa que envolve a visita em três acervos paroquiais para avaliação diagnóstica do estado de conservação dos acervos paroquiais, bem como a estrutura física onde os acervos são armazenados e acondicionados. Além disso, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com administradores destas paróquias para identificar as principais dificuldades na preservação destes acervos. O estudo é unicêntrico, de caráter nacional. A coleta de dados está prevista para iniciar-se em janeiro de 2023 por meio das visitas in loco e entrevistas com 10 participantes. A previsão para término é março de 2024.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

O pesquisador apresentou corretamente os seguintes documentos:

- 1) Roteiro de entrevistas
- 2) Projeto de pesquisa
- 3) Folha de rosto com assinatura e identificação do coordenador do Programa de Pós-Graduação.
- 4) Cronograma com início da coleta de dados em Janeiro/2023 com o compromisso expresso de que a coleta de dados será realizada somente após a aprovação do CEP-UFV.
- 5) TCLE
- 6) PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO\_2036494

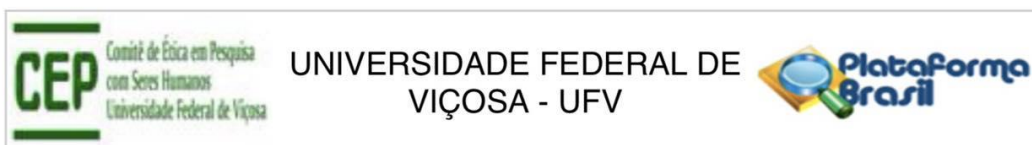
**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Aprovada

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Ao término da pesquisa é necessário apresentar, via notificação, o Relatório Final (modelo disponível no site [www.cep.ufv.br](http://www.cep.ufv.br)). Após ser emitido o Parecer Consubstanciado de aprovação do Relatório Final, deve ser encaminhado, via notificação, o Comunicado de Término dos Estudos para encerramento de todo o protocolo na Plataforma Brasil.

**Endereço:** Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes  
**Bairro:** Campus Universitário **CEP:** 36.570-977  
**UF:** MG **Município:** VICOSA  
**Telefone:** (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 5.818.038

Projeto aprovado autorizando o início da coleta de dados com os seres humanos a partir da data de emissão deste parecer.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2036494.pdf	20/11/2022 19:38:13		Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_modificada.pdf	20/11/2022 19:31:22	WILLIENE FATIMA NASCIMENTO GURGEL	Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_CEP.pdf	20/11/2022 19:09:22	WILLIENE FATIMA NASCIMENTO GURGEL	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_modificado.pdf	20/11/2022 19:01:31	WILLIENE FATIMA NASCIMENTO GURGEL	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_modificado.pdf	20/11/2022 18:59:58	WILLIENE FATIMA NASCIMENTO GURGEL	Aceito
Outros	Roteiro.pdf	20/10/2022 08:27:57	Angelo Adriano Faria de Assis	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO.pdf	20/10/2022 08:25:09	Angelo Adriano Faria de Assis	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	20/10/2022 08:00:36	Angelo Adriano Faria de Assis	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	20/10/2022 07:57:34	Angelo Adriano Faria de Assis	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Endereço:** Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes

**Bairro:** Campus Universitário

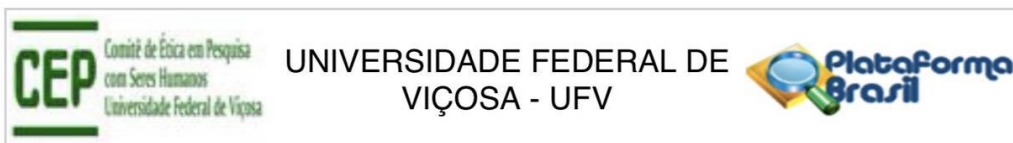
**CEP:** 36.570-977

**UF:** MG

**Município:** VICOSA

**Telefone:** (31)3612-2316

**E-mail:** cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 5.818.038

VICOSA, 15 de Dezembro de 2022

---

**Assinado por:**  
**Érica nascif Rufino Vieira**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes  
**Bairro:** Campus Universitário **CEP:** 36.570-977  
**UF:** MG **Município:** VICOSA  
**Telefone:** (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br